



**UNIVERSIDADE DO ALGARVE**

**FACULDADE DE ECONOMIA**

# **O UNIVERSO ASSOCIATIVO NO CONCELHO DE LOULÉ**

**Formas de interacção entre a Câmara Municipal e as suas Associações:**

**estudo de caso**

Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Administração e Desenvolvimento Regional

Carina Castanheira Guerreiro

FARO

2011

Carina Castanheira Guerreiro

**Faculdade de Economia**

**Orientadores:** Professor Doutor António Manuel Alinho Covas

Professor Doutor António Almeida Fragoso

Data: 4 de Abril de 2011

O Universo associativo no Concelho de Loulé: Formas de interacção entre a Câmara Municipal e as suas Associações: estudo de caso.

Júri:

Presidente:

Professor Doutor João Albino Matos da Silva

Vogais:

Professor Doutor Adão de Jesus Gonçalves Flores

Professor Doutor António Almeida Fragoso

Professor Doutor António Manuel Alinho Covas

Professor Doutor Luís Manuel Costa Moreno

Dedico este trabalho aos

Meus pais (Isabel e Adriano)

Irmã (Adriana)

Meu gato Ruca

## Índice Geral

Lista de figuras.....	vii
Lista de tabelas.....	ix
Lista de abreviaturas .....	xii
Agradecimentos .....	xiii
Resumo .....	xiv
Abstract.....	xvi
Capitulo I. Introdução geral .....	1
1.1.Introdução.....	1
1.2.Objectivos gerais e específicos do estudo .....	3
1.3. Aspectos metodológicos fundamentais .....	5
1.4. Estrutura do Estudo .....	7
Cap. II. Associativismo, Teoria Social e Desenvolvimento Local .....	9
II.1. Associativismo e teoria social .....	9
2.1.Uma história breve .....	9
2.2. Introdução ao conceito de associação .....	13
2.3. Contributos teóricos .....	16
2.4.Associativismo e democracia .....	21
2.5.Teoria dos novos movimentos sociais.....	30
II.2.Associativismo e estratégia de desenvolvimento local.....	34
2.6. O associativismo como estratégia de desenvolvimento .....	34
2.7. Identidades locais, territoriais e laços sociais.....	40
2.8. Associativismo e exclusão social .....	44
2.9. Associativismo e movimentos sociais em Portugal .....	48
Cap.III. Associativismo, Participação Política e “Policy-Process” .....	51
III.1. A evolução das funções do Estado .....	51
3.1.As funções do Estado, as abordagens clássicas.....	51

3.2.A crise do Estado-Providência e a partilha de responsabilidade social .....	53
III.2. Descentralização, subsidiariedade e cidadania.....	59
3.3. Descentralização e subsidiariedade .....	59
3.4. Governação e cidadania .....	62
III.3. Da gestão municipal para a governança municipal.....	64
3.5. Formas de relacionamento tradicionais.....	64
3.6. Novas formas de governação do “policy-process” .....	69
3.7. Novos instrumentos do “policy-process” .....	74
3.7.1. O papel do orçamento participativo .....	74
3.7.2. Outros instrumentos de governação .....	77
3.7.3. Iniciativas de Desenvolvimento Local .....	79
Capítulo IV. Estudo Empírico.....	84
4.1. Breve Caracterização do Concelho de Loulé .....	84
4.2. Metodologia da investigação.....	88
4.2.1. Método .....	91
4.2.2. Técnicas de recolha de informação: .....	91
4.3. Apresentação e discussão dos resultados .....	93
4.3.1. Entrevista.....	93
4.3.1.1. Análise de Conteúdo das entrevistas realizadas.....	94
4.3.2. Inquérito por questionário .....	104
4.3.3. Análise Documental .....	136
Capítulo V. Conclusões, Limitações e Sugestões.....	164
5. Conclusões Finais.....	164
5.1. Limitações do estudo e pistas de trabalho para o futuro .....	170
Referências Bibliográficas .....	171
Anexos .....	179
Anexo 1. Inquérito às Associações do Concelho de Loulé.....	179

Anexo 2. Listagem de Associações cedida pela CML.....	189
Anexo 3. Listagem de associações que responderam ao inquérito .....	191
Anexo 4. Guião entrevista aos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Loulé .....	192
Anexo 5. Guião de entrevista aos Presidentes da Câmara Municipal de Loulé.....	194
Anexo 6. Guião de entrevista Vereador Cultura, Juventude e Desporto e Chefe de Divisão de Acção Social.....	195
Anexo 7. Descrição de entrevistas .....	196
Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia De Alte (I9) .....	206
Entrevista ao Presidente das Junta de Freguesia do Ameixial (I3) .....	216
Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia De Benafim (I10) .....	224
Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia De Boliqueime (I8) .....	228
Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente (I4) .....	234
Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião (I5) .....	241
Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (I11).....	245
Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Querença (I1).....	252
Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Salir (I7) .....	263
Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia da Tôr (I2) .....	267
Entrevista ao Vereador da Cultura, Juventude e Desporto (I15).....	272
Entrevista a Chefe de Divisão de Acção Social (I16) .....	276
Entrevista a ex-presidente da Câmara Municipal de Loulé (I14).....	282
Entrevista a ex-presidente da Câmara Municipal de Loulé (I13).....	293
Entrevista a ex-presidente da Câmara Municipal de Loulé (I12).....	304
Anexo 8. Análise de Conteúdo entrevistas dos presidentes de Junta de Freguesia .....	318
Anexo 9. Análise de Conteúdo entrevistas ex-presidentes da Câmara Municipal de Loulé.....	323
Anexo 10. Análise de Conteúdo entrevista Chefe Divisão Acção Social /Vereador Juventude, Cultura e Desporto .....	327

## Lista de figuras

Figura 1 - Distribuição espacial das freguesias do Concelho de Loulé .....	84
Figura 2 - População Residente no Concelho de Loulé (1991/2001/2009).....	86
Figura 3 - População Residente no Concelho de Loulé, por Freguesia (1991 e 2001).....	87
Figura 4 - Estrutura Etária da População do Concelho de Loulé (1991, 2001 e 2009).....	87
Figura 5 – Ano de fundação.....	105
Figura 6 - Denominação da Associação.....	106
Figura 7 - A associação tem estatuto de utilidade pública?.....	107
Figura 8- A Associação está filiada em algum tipo de organização?.....	107
Fig. 9 - Tem relatório anual de actividades?.....	107
Fig.10 - E plano anual de actividades?.....	107
Figura 11 - Qual a duração do mandato para que foram eleitos os actuais Órgãos Sociais da Associação?.....	108
Figura 12 - Idade dos Corpos Sociais.....	109
Figura 13 - Sexo dos órgãos sociais.....	109
Figura 14 - Escolaridade dos órgãos sociais.....	109
Figura 15 - Situação perante o trabalho.....	110
Figura 16 – Associados do sexo masculino.....	110
Figura 17 – Associados do sexo feminino.....	110

Figura 18 - Número de dirigentes remunerados.....	112
Figura 19 - Número de dirigentes não remunerados.....	112
Figura 20 - Número de colaboradores remunerados.....	112
Figura 21 - Número de colaboradores não remunerados.....	113
Figura 22 - Regime de utilização da sede social.....	113
Figura 23 - Possui meios de transporte próprios?.....	116
Figura 24 - O financiamento das actividades da Associação são feitas principalmente através de.....	116
Figura 25- Qual é a quota mensal?.....	123
Figura 26 – Qual é o valor anual das receitas em quotas?.....	124
Figura 27 - Qual a última vez que estas foram actualizadas?.....	124
Figura 28 - Verifica necessidades ao nível de acções de formação?.....	126
Figura 29 - Considera o relacionamento com a Câmara Municipal de tipo.....	127
Figura 30 - Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?.....	128
Figura 31 - Considera que a Câmara devia ter políticas de apoio regulamentadas?.....	129
Figura 32 - A comunicação entre a Associação e a Junta de Freguesia é.....	129
Figura 33 - Existem alguns membros da direcção da associação pertencentes a órgãos do município, nomeadamente executivos e consultivos?.....	131

## Lista de tabelas

Tabela 1 - População residente no Concelho de Loulé (1991/2001/2009).....	86
Tabela 2 - População Residente no Concelho de Loulé, por Freguesia (1991 e 2001).....	86
Tabela 3 - Para além das actuais actividades, já desenvolveu outras?.....	106
Tabela 4 – Cargos desempenhados.....	108
Tabela 5 - Tem sede?.....	113
Tabela 6 - As actividades ligadas à Associação são desenvolvidas em que tipo de instalações?...114	
Tabela 7 - Indique quais as Instalações que a Associação tem disponíveis para o desenvolvimento das suas actividades.....	115
Tabela 8 - Indique quais os equipamentos que a Associação possui.....	115
Tabela 9 - Relativamente às verbas próprias, como são obtidas?.....	117
Tabela 10 - Em relação aos subsídios/apoios quem os atribuiu?.....	120
Tabela 11 - A que entidades solicitam normalmente apoio?.....	121
Tabela 12 - Qual é a quota mensal?.....	123
Tabela 13 - Qual é o valor anual das receitas em quotas?.....	124
Tabela 14 - Qual a última vez que estas foram actualizadas?.....	124
Tabela 15 - Avalie a situação dos recursos físicos e humanos quanto às necessidades sentidas...125	

Tabela 16 - Em que medida está satisfeito ou insatisfeito relativamente ao relacionamento da Associação com.....	127
Tabela 17 - Na sua opinião que tipo de apoios necessitam as Associações?.....	129
Tabela 18 - Regra geral, indique a periodicidade com que a Associação se reúne com:.....	130
Tabela 19 - Face a um determinado problema com alguma delicadeza política, que possa ter implicações na vida da associação, de entre as posições abaixo indicadas, escolha aquela que mais se enquadra com a sua Associação:.....	131
Tabela 20 - Avalie o poder de influência que as Associações detêm sobre os executivos autárquicos relativamente aos seguintes assuntos:.....	132
Tabela 21 - Quando a Associação sente uma necessidade de transportes, a que entidades recorre em primeiro lugar?.....	133
Tabela 22 - Quando a Associação sente uma necessidade de instalações, a que entidades recorre em primeiro lugar?.....	133
Tabela 23 - Quando a Associação sente uma necessidade de financiamento, a que entidades recorre em primeiro lugar?.....	134
Tabela 24 - Quando a Associação sente uma necessidade de recursos humanos, a que entidades recorre em primeiro lugar?.....	134
Tabela 25 - Na sua opinião quais os motivos que levam as pessoas a participarem na Associação?.....	135
Tabela 26 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Almancil (2002-2010).....	137
Tabela 27 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Alte (2002-2010).....	139

Tabela 28 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Ameixial (2002-2010).....	141
Tabela 29 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Benafim (2002-2010).....	142
Tabela 30 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Boliqueime (2002-2010).....	143
Tabela 31 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Loulé (2002-2010).....	144
Tabela 32 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Quarteira (2002-2010).....	148
Tabela 33 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Querença (2002-2010).....	151
Tabela 34 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Salir (2002-2010).....	152
Tabela 35 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Tôr (2002-2010).....	154
Tabela 36 - Mapa Resumo de Atribuição de Subsídios por Freguesia/Ano às Associações do Concelho de Loulé.....	155
Tabela 37 – Histórico atribuição de subsídios a associações do Concelho de Loulé.....	159
Tabela 38 – Decálogo dos problemas e soluções associativas do Concelho de Loulé.....	164

## Lista de abreviaturas

AM	Assembleia Municipal
A.T.A.L	Associação dos Trabalhadores Autárquicos de Loulé
A21L	Agenda 21 Local
CM	Câmara Municipal
CML	Câmara Municipal de Loulé
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
M.A	Movimento Associativo
ONG	Organizações Não Governamentais
ONL	Organizações Não Lucrativas
O.P	Orçamento Participativo
OTS	Organizações do Terceiro Sector
OVS	Organizações de Voluntariado Social
PDM	Plano Director Municipal
PMA	Plano Municipal do Ambiente
PNAI	Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PPL	Políticas Públicas Locais

## **Agradecimentos**

Apesar da profunda solidão que caracteriza um trabalho desta natureza, sem a colaboração generosa de diversas pessoas este não teria sido concebível. Impõe-se neste sentido, uma palavra de agradecimento e profunda gratidão àqueles que directa ou indirectamente contribuíram para a realização deste estudo.

Em primeiro lugar, aos meu orientadores Professor Doutor António Covas e Professor Doutor António Fragoso. Em especial ao professor António Covas, que desde o início acompanhou os meus receios, dúvidas e hesitações. O seu apoio foi fundamental para a concretização do mesmo.

Aos Professores Doutores Guilherme Castela e Patrícia Oom do Valle, pelas valiosas dicas com o programa estatístico, SPSS.

Agradeço a todas as associações do Concelho de Loulé que responderam ao inquérito, a vossa colaboração foi preciosa.

Dirijo também uma palavra de apreço a todas as pessoas que gentilmente se prontificaram para responder à entrevista. Todos os presidentes de Junta de Freguesia do Concelho de Loulé (Eugénio Guerreiro, João Martins, Abílio Sousa, Fernando Vargues, Rui Mogo, José Mendes, Manuel Viegas dos Santos, Deodato João, Pedro Oliveira, Horácio Piedade e Carlos Grade). Ex-Presidentes da Câmara Municipal de Loulé (Joaquim Vairinhos, Vítor Aleixo e Mendes Bota). Actuais órgãos autárquicos, Joaquim Guerreiro e Fátima Martins.

Agradeço também a carinhosa colaboração do amigo e colega Miguel Madeira, Aurinda Vaz, Luís Pina, Luís Guerreiro e Joaquim Mealha.

Finalmente, a todas as pessoas que mesmo indirectamente contribuíram para o estudo, a minha família, amigos, colegas, chefe.

## **Resumo**

A presente dissertação, que incide sobre a problemática do Associativismo Local e Municipal, tem como objectivo analisar e compreender as formas de relação que o poder local estabelece com as Associações. No actual quadro de governança local, os municípios assumem responsabilidades crescentes, adquirindo um papel chave na coordenação dos grupos existentes no território. Neste sentido, pretende-se construir uma tipologia do relacionamento da Câmara com as Associações: trata-se de saber se o seu papel se resume à atribuição de subsídios ou se, por outro lado, consiste num trabalho de apoio continuado.

Começamos com uma abordagem teórica ao tema. Em primeiro lugar, os principais contributos teóricos sobre o tema do associativismo e o seu papel nas estratégias de desenvolvimento local e, num capítulo seguinte reflecte-se sobre as novas formas de governação, as alterações ocorridas e, ainda, os novos instrumentos de governação municipal.

O trabalho de pesquisa, que recaiu sobre o Concelho Louletano, foi suportado pelos métodos qualitativo e quantitativo, recorrendo a diferentes técnicas de recolha de dados: inquérito por questionário, entrevista e análise documental.

Os resultados confirmam as hipóteses de partida, isto é, o Associativismo Louletano está muito dependente dos subsídios atribuídos pela Câmara, subsídios que são pouco objectivos e criteriosos, existindo o risco de alguma arbitrariedade. Paradoxalmente, assiste-se a um aumento do número de associações, mas ao mesmo tempo, a uma diminuição da participação pública. Podemos concluir, pois, que na ausência de uma definição estratégica municipal, o Movimento Associativo Louletano

não é parte integrante das políticas públicas locais. Esta é, afinal a característica mais relevante das políticas públicas locais de primeira geração.

Palavras-chave: Associativismo, desenvolvimento local, governança municipal.

## **Abstract**

This essay has its main point in the Local and City Associativism activity and it is aimed to analyse and to understand the means which the Local Government develops to interact with the several Associations. In the current governance frame, the Town councils have growing responsibilities, taking a major role in the coordination of existing groups. As this happens, it is aimed to build a typology on the relation between the Town Hall and the associations. It is meant to reveal if its role is finished within the subsidies awarding, or if, in the other hand consists of a supportive and sustained work.

We start with a theoretical approach to the theme. In first place, the main theoretical contributions on the Associativism issue, and its role in social development, and, in a following chapter we give a close look to new ways of governance, the changes that have occurred and, further on, The new local government tools.

The research work, which took place in Loulé area, has been upheld by qualitative and quantitative methods, using different techniques in order to gather data: Questionnaires, interviews and documental analyses.

The outcomes endorse the hypothesis given previously, which means, associativism in Loulé depends mainly on the subsidies given by the town Hall, subsidies which are given in a flimsy and sometimes incoherent way, leading to a very close frontier between justice and arbitrariness.

In spite of this, there is a growth in the number of associations, but at the same time, the city council participation is lowering. So, we can infer that in the absence of a local strategy, the

associative movement in Loulé will not be an integrant part in the local and public policies. This is after all, the most relevant feature in first generation public policies.

Key words: Associativism, local development, local governance.

## Capítulo I. Introdução geral

### 1.1.Introdução

“Na sociedade da informação e do risco, os problemas são cada vez mais determinados a nível global, mas vividos ao nível local, regional, nacional e transnacional. Os Governos entendem hoje que, perante a complexificação das tarefas com que se defrontam, importa associar os cidadãos à concepção, definição, implementação e avaliação das políticas públicas” (Isabel Corte Real, 2003: 9).

“Com a ampliação do mundo cresceram as responsabilidades, mas também o indivíduo pôde respirar, aliviado, ao comprovar que, na actualidade, ninguém que se mobilize em favor da moral pode pretender a representação da sociedade” (Daniel Innerarity, 2005: 81).

O Estado que antes se havia comprometido a prover as necessidades básicas da população, nomeadamente, em matéria de saúde, educação, cultura, segurança, etc., face aos novos desafios económicos e sociais, encontra-se agora numa situação de crise. Perante as lacunas de um Estado Providência em crescente recuo e confronto com os seus poderes tradicionais, urge a necessidade de incorporar novos parceiros sociais. Neste sentido, o Estado tem sido conduzido a transferir poderes a organismos supra-nacionais e, inclusivamente, a uma certa perda da sua soberania, através da emergência de novas autoridades.

Através do processo de descentralização, a antiga abordagem clássica que privilegiava as políticas de tipo “top-down”, cujas decisões eram tomadas no topo da pirâmide e aplicadas na base, dá lugar a uma abordagem de tipo “bottom-up”. O local adquire uma importância fulcral e as políticas públicas passam a ter em conta as especificidades locais, tornando-se localizadas. Defende-se uma intervenção adequada às características específicas de cada espaço. É neste sentido, que o Poder local assume uma importância estratégica. Tendo em conta a sua proximidade com os problemas locais, este poderá assumir o papel de coordenador dos variados grupos existentes no território. O fortalecimento da democracia encontra-se, assim, especialmente dependente do poder local,

associações e grupos presentes nas diversas localidades. Como refere Fernando Ruivo: “a participação local constitu(i) um exercício extremamente salutar para a democracia, provocando não só um melhor fluxo comunicativo entre eleitores e eleitos, mas também processos de decisão mais céleres e eficazes” (2004: 6).

Assiste-se, portanto, a uma nova forma de governação, emergindo neste contexto o conceito de governança. No seguimento do princípio de subsidiariedade, defende-se a “responsabilidade partilhada”, devendo ser estimulada a participação de diversos agentes públicos e não públicos. “A Administração Pública moderna é uma “rede” de ligações verticais e horizontais entre organizações públicas de todo o tipo – públicas, privadas lucrativas e sem fins lucrativos e voluntárias” (Araújo, 2002: 7). A participação dos actores locais constitui hoje uma dimensão fundamental na consolidação do poder local e da cidadania.

Na sociedade actual, a riqueza do tecido associativo e a participação afiguram-se como pilares indispensáveis da política de desenvolvimento. Com o individualismo caracterizador da sociedade contemporânea, o associativismo surge como uma forma de integração do indivíduo na sociedade. A participação dos actores locais em associações poderá contribuir para o sentimento de pertença e de identificação colectiva. As associações representam ainda, importantes formas de luta contra a exclusão social, permitindo a troca de solidariedades e o associativismo, um importante contributo para a melhoria das condições de vida das pessoas, possibilitando a troca de experiências e favorecendo o exercício da democracia e da cidadania. A democracia será tanto melhor quanto maior for a participação cívica.

Porém, na procura desenfreada pelo lucro, a participação nas associações é muitas vezes esquecida e relegada para segundo plano. A comprovar este facto está a redução da participação na vida associativa. Em Portugal a participação associativa é muito reduzida. Segundo estudos concretizados no nosso país, mais de metade dos portugueses não participam em qualquer tipo de associação. O baixo envolvimento cívico dos cidadãos é apontado como o resultado da falta de informação e de transparência dos processos de decisão. O nível de abstenção eleitoral tem vindo a comprovar este desencantamento face ao político. Urge, pois, a necessidade de envolvimento e participação dos actores locais nos processos de decisão e de eleição, constituindo a sua participação um alicerce fundamental na estratégia de desenvolvimento local.

## **1.2.Objectivos gerais e específicos do estudo**

Quando se fala em poder local estamos normalmente a referir Autarquias Locais, ou seja, as Juntas de Freguesia e os Municípios, sem todavia, ignorar que o próprio movimento associativo constitui um elemento fundamental no exercício do poder local. As associações exercem um importante papel económico, social, cultural, político e ideológico a nível local. Desde as Associações culturais, às recreativas, as Associações de Pais, Associações de Moradores, Associações Desportivas, IPSS, Associações de Desenvolvimento Local, Associações de Juventude, entre outras, assumem um importante peso social e político, que por vezes se torna decisivo na intervenção local.

A presente investigação, que incide sobre a problemática do Associativismo Local e Municipal, resulta da curiosidade em compreender as formas de relação que o poder local estabelece com as Associações. A escolha do presente tema deveu-se à sua actualidade, assim como à crescente

importância atribuída à participação e envolvimento da população nos assuntos públicos. O estudo das formas de interacção entre a Câmara Municipal e as suas Associações prende-se com o facto do poder local assumir um papel preponderante na coordenação dos variados grupos existentes no território. É necessária uma estratégia articulada, no sentido da cooperação e da construção de parcerias, fomentando desta forma o fortalecimento da governança local e contribuindo para um projecto de desenvolvimento comum.

Pretende-se construir uma tipologia do relacionamento das Câmaras com o universo associativo, a sua estratégia de relacionamento com as Associações, a forma como chega a estas. Se desempenha algum tipo de papel para além da atribuição de subsídios, ou se, por outro lado, a sua relação se baseia apenas numa cooperação limitada a respostas e apoios pontuais a solicitação das associações. Se são valorizados os valores de transparência, rigor e imparcialidade na disponibilização dos recursos públicos às associações, mediante a existência de um regulamento próprio e objectivo.

Através deste estudo pretende-se, ainda, aprofundar o conhecimento da realidade associativa do Concelho de Loulé, promovendo uma caracterização das associações existentes. Revelar os recursos associativos existentes, de forma a mostrar as áreas em que poderão existir necessidades ou, porventura, excesso de actividade associativa.

### 1.3. Aspectos metodológicos fundamentais

Para este estudo que teve como objecto as associações voluntárias<sup>1</sup> do concelho de Loulé, foi definida a seguinte pergunta de partida: Qual o tipo de relacionamento que a Câmara Municipal de Loulé estabelece com as suas Associações? Existe um padrão para esse relacionamento?

Várias interrogações se colocaram no âmbito do estudo a investigar – a relação entre a Câmara e as suas Associações. As hipóteses levantadas são as seguintes:

- O relacionamento da Câmara com as Associações restringe-se à atribuição de subsídios.
- A atribuição de subsídios é arbitrária.
- Assiste-se ao estabelecimento de relações de dependência das Associações face às autarquias.
- Há uma baixa intensidade de rede nas relações locais e interinstitucionais.

O modelo de análise<sup>2</sup> partiu do relacionamento do conceito de associação e dinâmicas associativas com as suas dimensões institucional, sócio-espacial, organizativa, financeira, relacional e participativa. O trabalho de pesquisa foi suportado pelo método qualitativo e quantitativo, recorrendo a diferentes técnicas de recolha de dados: pesquisa documental, inquéritos por entrevista e questionário.

---

<sup>1</sup> Considerou-se a definição de associação voluntária dada por Meister (1972), que considera como “associação todo o grupo de indivíduos que decidem voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou actividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses” (*cit. in* Viegas, 2004: 34).

<sup>2</sup> O modelo de análise será desenvolvido no Capítulo IV, ponto 4.2.- Metodologia da investigação, p.89.

Ou seja, para um conhecimento mais minucioso das Associações que compõem o concelho, será aplicado um questionário a todas as Associações constantes de uma listagem cedida pela Câmara Municipal de Loulé. Este questionário permitirá fazer uma caracterização institucional das associações, a caracterização dos seus corpos sociais, dos seus associados, as instalações e equipamentos da Associação, os seus financiamentos, carências e necessidades e, finalmente a caracterização das relações locais e interinstitucionais.

Serão também realizadas entrevistas a todos os Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho de Loulé, aos Presidentes da Câmara Municipal de Loulé, Vereador da Cultura, Juventude e Desporto e Chefe de Divisão de Acção Social. O testemunho destes contribuirá para uma melhor compreensão da dinâmica associativa local, para que se tome consciência da realidade que subjaz à laboração dessas associações, o seu dinamismo, constrangimentos, ou até carências associativas locais em determinadas áreas.

Outra fonte de recolha de dados constituirá a análise de todas as Actas Camarárias desde Janeiro de 2002 até Agosto de 2010, de forma a descortinar como são distribuídos os subsídios pelas várias Associações do Concelho. Esta análise permitirá também a composição de uma listagem com o número de associações existentes por Freguesia, visto que se reconheceu desde o início o desconhecimento desta matéria. Será ainda elaborado um mapa resumo com o valor global de subsídios dividido por freguesia ao longo dos vários anos em análise.

#### **1.4. Estrutura do Estudo**

Na sequência do exposto, a reflexão estrutura-se em torno de cinco capítulos. O primeiro capítulo refere-se à introdução, onde se faz um enquadramento do estudo de forma muito sucinta, são definidos os objectivos gerais e específicos do estudo, a pergunta de partida e as hipóteses a testar.

O segundo e terceiro capítulo estruturam o enquadramento teórico da temática do estudo. No segundo capítulo desenvolve-se o tema “Associativismo, Teoria Social e Desenvolvimento Local”, por sua vez, dividido em dois subcapítulos. No primeiro subcapítulo “Associativismo e Teoria Social”, faz-se uma breve introdução à história do associativismo, seguindo-se uma introdução ao conceito de associação, os principais contributos teóricos sobre o tema, a relação existente entre o associativismo e a democracia e, finalmente, a teoria dos novos movimentos sociais. No subcapítulo intitulado “Associativismo e Estratégia de Desenvolvimento Local”, menciona-se o papel do associativismo enquanto estratégia de desenvolvimento, o papel das identidades locais e laços sociais, o associativismo como instrumento de combate à exclusão social, concluindo com os movimentos sociais em Portugal.

O terceiro capítulo “Associativismo, Participação Política e “Policy-Process”” divide-se em três subcapítulos. No primeiro é exposta a evolução das funções do Estado, assim como a crise do Estado-Providência e a crescente Partilha de Responsabilidade Social. O segundo sobre “Descentralização, subsidiariedade e cidadania”, reporta-se ao crescente papel do poder local em articulação com outros actores locais, como as associações, no fortalecimento da democracia participativa. Por fim, o subcapítulo “Da gestão municipal para a governança municipal”, reflecte

sobre as novas formas de governação, as alterações ocorridas e ainda, os novos instrumentos de governação.

O quarto capítulo diz respeito ao estudo empírico. Neste serão descritas as metodologias e o modelo de análise utilizado para a obtenção dos dados. Será efectuada uma breve caracterização do objecto empírico da investigação, o concelho de Loulé. O ponto seguinte analisa empiricamente o objecto de estudo através dos dados obtidos pela aplicação das diferentes técnicas de recolha de dados. Finalmente são discutidos os resultados.

Por último, no quinto capítulo, a partir da discussão teórica produzida no segundo e terceiro capítulo e dos resultados obtidos no estudo empírico, estruturam-se as conclusões e recomendações finais da investigação, delineando pistas para novos estudos.

## **Cap. II. Associativismo, Teoria Social e Desenvolvimento Local**

### **II.1. Associativismo e teoria social**

#### **2.1. Uma história breve**

As associações ocuparam um papel de destaque durante todo o processo de desenvolvimento histórico-cultural da humanidade. A sua concepção encontra-se relacionada com a própria natureza do ser humano, pelo que sempre existiram associações. Nesta trajetória salienta-se a Inglaterra da primeira metade do século XIX, com a revolução industrial e a França na sequência da revolução francesa de 1789.

Mais recentemente, as novas formas capitalistas, assim como as alterações ocorridas no último quartel do século passado, que originaram uma profunda transformação na geopolítica mundial, conduziram a uma modificação na relação entre o Estado, a Sociedade Civil e o Mercado. De facto, assistimos a uma precarização do trabalho e instabilidade laboral. Neste sentido, foram dadas várias respostas pela sociedade e pelos trabalhadores, designadamente as cooperativas populares, com o intuito de estabelecer novos vínculos nas relações de trabalho. Com a finalidade de enfrentar o paradigma neoliberal, evidencia-se o paradigma da economia solidária, que pretende elaborar alternativas democráticas, através de princípios cooperativos, ao modo de produção capitalista (Rocha, 2002: 3-4).

Na prática, certamente a constituição de Associações encontra-se relacionada com as condições resultantes da sociedade industrial. Segundo Kellerhals (citado por Coelho, 2008: 5), com o advento do capitalismo industrial ocorreu uma transformação nas relações entre os indivíduos, o que os levou a constituir associações. O associativismo popular intensificou-se na segunda metade do séc. XIX perante as difíceis condições de vida sentidas pela classe operária. No mundo do trabalho, o associativismo foi reconhecido como um importante contributo na definição dos

direitos e deveres dos trabalhadores, derivando portanto, do cooperativismo e, separando-se deste posteriormente, em meados do século XIX.

Os novos problemas sociais oriundos da rapidez da mudança social, que tão bem caracteriza as sociedades capitalistas industriais, estão igualmente na base da formação de associações. Devido à crise que o regime capitalista cruzava e também perante a falta de um Estado-Nação com competência para enfrentar o clima de exploração vivenciado, o movimento social operário uniu-se em formas de cooperação solidária. Vilaça (1993: 51) aponta neste contexto, o colapso do Estado Providência e as contradições do regime fordista de acumulação como “indicadores do agravamento da crise da modernidade”. O movimento estudantil e juvenil dos anos 60, constituiu outro acontecimento relevante, que concorre com o movimento operário, pela sua dimensão de âmbito cultural. Face a estas mudanças percepção-se a emergência de novos valores, tal como o brotar de novos actores sociais lutando por novas causas (*idem*: 51).

Contudo, e segundo a perspectiva de José Manuel Leite Viegas (1986: 114), o associativismo operário tem manifestado um certo desinvestimento, manifestando-se em diferentes camadas sociais, possuidoras de maiores rendimentos e níveis de instrução. Assiste-se a uma fragmentação do proletariado e, previsivelmente a uma perda da sua identidade. As relações capitalistas de produção e a homogeneização de *status* vêm sendo substituídas por uma crescente heterogeneização, facto que despoletou a perda da força que o movimento operário detinha em tempos.

Portugal não foi excepção, tendo o associativismo a sua génese no século XIX sob a influência das Revoluções ocorridas em França e Inglaterra: a Revolução Industrial, que foi iniciada em Inglaterra em meados do século XVIII e a Revolução Francesa (1789-1799) que aboliu a servidão e os

direitos feudais e proclamou os princípios universais de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Os princípios político-ideológicos da Revolução Francesa chegaram a Portugal, conduzindo à Revolução Liberal (1820). O país enfrentava nesta altura uma crise profunda, o que levou as populações a associarem-se em 1834. Segundo Goodolphim (1876, citado por Martins, s.d), as primeiras associações foram: “associações de socorros mútuos na doença, as sociedades cooperativas de consumo e produção, caixas de crédito, associações de instrução popular”. A primeira associação popular surgiu em 1838, a Sociedade dos Artistas Lisbonenses, considerada a primeira associação não corporativa. As Sociedades Filarmónicas são encaradas como as primeiras associações, mantendo ainda hoje a sua actividade. No período do 25 de Abril, a população continuou a associar-se através das sociedades filarmónicas, grupo coral, teatro, desporto, constituindo estes, verdadeiras escolas de cidadania (*idem*). Apesar de nosso país a sociedade civil de natureza cívica e solidária não demonstrar a maturidade observada noutros países, nomeadamente, os países do norte europeu, tem-se registado contudo, uma verdadeira tradição de solidariedade social e de entreaajuda.

Após este período de condicionamento democrático, começam a surgir outros tipos de associativismos a par das associações de tipo mais tradicional (cultura, desporto e recreio), designadamente, os movimentos de moradores, estudantis, de pais, defesa do ambiente e mais tarde, mediante a Constituição de 1976 (artigo nº 63) as Instituições Particulares de Solidariedade Social, reconhecidas como parceiros privilegiados do Estado para os assuntos sociais.

As IPSS “são instituições privadas de solidariedade social constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por corpo autárquico” (Dec. - lei 199/83). Através deste decreto foram acrescentados novos

objectivos aos fixados inicialmente (1979). Aos objectivos de segurança social foram adicionados outros ramos de política social, como, saúde, educação, formação profissional e habitação. O âmbito do Estatuto das IPSS, aplica-se a todas as instituições que se proponham a facultar serviços ou prestações, abrangendo as seguintes formas: Associações de solidariedade social, associações de voluntários de acção social, associações de socorros mútuos, fundações de solidariedade social e irmandades da misericórdia. Estas instituições podem agrupar-se em uniões, federações e confederações (art. 2º)<sup>3</sup>.

Hespanha et al (2000: 323), destacam o facto de as IPSS portuguesas manifestarem um conjunto de traços distintos em relação às instituições voluntárias de outros países, ou seja:

“Uma actuação menos baseada num dever cívico de solidariedade do que numa atitude de caridade ou de benevolência; uma fraca presença de pessoal em regime de voluntariado; uma ligação mitigada à comunidade; uma gestão não participada pelos utentes e pouco atenta aos seus interesses, uma forte dependência financeira face ao Estado” (*idem*: 323).

Não obstante, os muitos aspectos positivos quanto ao papel desempenhado pelas instituições particulares, nomeadamente, o preenchimento das lacunas do Estado no campo assistencial, apontam-se, alguns aspectos negativos. Entre eles, a deficiência constatada em termos de recursos humanos, quadros de pessoal (técnico e de apoio), resultantes em parte das más condições de trabalho nestas instituições, especialmente remuneratórias, de horários e acumulação de funções (*ibidem*, 2000: 175-176).

---

<sup>3</sup> Cfr. Dec.- lei 119/83 de 25 de Fevereiro

## 2.2. Introdução ao conceito de associação

O conceito de associação surge por vezes como um conceito amplo e abrangente, assim como as formas de organização associativa. Subsistem muitos tipos de associações – culturais, desportivas, recreativas, associações de pais, ambientais, profissionais, de actividade económica, sindicais, de estudantes.

Meister (1972) considera como “associação todo o grupo de indivíduos que decidem voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou actividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses” (*cit. in* Viegas, 2004: 34).

O sociólogo Raymond Boudon expressa a seguinte definição:

“Associação: em sentido restrito, o termo designa um agrupamento de duas ou várias pessoas que põem em comum, de maneira permanente, os seus conhecimentos e a sua actividade numa finalidade que não seja a de partilhar lucros (...). Em sentido amplo, o termo designa todo e qualquer agrupamento, sejam quais forem a sua forma jurídica e a sua finalidade. O fenómeno associativo, que responde à propensão dos homens para se agruparem para a defesa dos seus direitos, a propagação das suas ideias e a realização em comum de um objectivo colectivo, desempenha um papel importante nas sociedades modernas, ao mesmo tempo complexas e fragmentadas” (1990: 21).

As associações surgem assim, como uma forma de iniciativa proveniente da sociedade civil<sup>4</sup>, assumindo-se como a sua forma de organização mais básica.

---

<sup>4</sup> No interior da sociedade civil surgem por toda a parte organizações de base, como comissões de moradores ou de trabalhadores, grupos de pais, grupos organizados em torno de questões e interesses comuns, de defesa de problemas locais.

Monteiro (2002: 7), reflecte as associações e outras organizações voluntárias como:

“ (...) um conjunto de organizações que, na sua orientação assumem objectivos de luta contra a pobreza, a exclusão social e a fragilização dos laços sociais, definem a sua acção tendo como referências a valorização das comunidades locais, a recomposição dos tecidos sociais, a exploração das oportunidades de cada local, a mobilização em sinergias de recursos, a intermediação entre as comunidades locais, o Estado e o Mercado”.

Por seu turno, José Fernandes (2003: 93), aponta a seguinte definição de “associação voluntária”:  
“Agrupamento voluntário e duradouro de várias pessoas que perseguem determinados fins, sem intuídos lucrativos, com formas de organização mais ou menos manifestas”. Este conceito pode apresentar um cariz organizacional, no entanto, segundo diversos autores “associação voluntária” e “organização” constituem realidades díspares. Giddens (1997: 370), observa a contradição referente à analogia entre os conceitos de “associações voluntárias” e organizações burocráticas. Os grupos de entreajuda (e as associações voluntárias de vários tipos), contrastam com as organizações burocráticas, porque tendem a ser não hierárquicas e, a assentar na participação. Encontram-se muitos destes grupos nas sociedades industrializadas modernas.

Reconhece-se portanto, usualmente, como características intrínsecas a estas estruturas associativas, formas de organização simples e flexíveis. São estruturas não hierarquizadas e pouco burocratizadas. Os papéis dos seus membros não são normalmente definidos de forma rigorosa, imperando muitas vezes os aspectos informais sobre a organização formal.

Contudo, e conforme especifica José Fernandes, as “associações” poderão produzir “formas de organização mais ou menos elaboradas, mais ou menos formais, de acordo com os contextos, ou mesmo, no limite, que ao crescer se transformem em organizações que denotem alguma complexidade” (2003: 91).

O mesmo autor, longe de pretender elaborar uma tipologia, lista variadas funções e práticas sociais das associações: “aprendizagem democrática e cultura participativa; prestação de serviços; sociabilidade, recreação e desporto; pressão, reivindicação e intervenção social; formação de quadros e recursos humanos; desenvolvimento regional” (*idem*, 2003: 96).

Para Joel Serrão, no plano jurídico-político, a “associação” surge como um “Agrupamento de várias pessoas com o objectivo de alcançar resultados que excedam aqueles que conseguirem com as suas actividades individuais; ou então, como o resultado de um consenso entre indivíduos que se propõem conjugar esforços para a prossecução em comum de determinados fins” (1989: 236-239).

As associações adquirem personalidade jurídica através de escritura pública (art.º 158 do Código Civil). O seu acto de constituição, os estatutos e as suas alterações devem constar de escritura pública (art.º168). A elaboração dos estatutos especifica os direitos e obrigações dos associados, as condições da sua admissão, saída e exclusão, bem como os termos da extinção da pessoa colectiva e consequente devolução do seu património (nº2 art.º 167).

J. Norbeck (1983: 9) no seu estudo sobre as “Associações populares para o Desenvolvimento”, diferencia quatro categorias associativas diferentes existentes no nosso país: sindicatos, cooperativas, associações e grupos informais. A sua atenção recai essencialmente sobre a categoria (associações), distinguindo seis tipos de associações: colectividades de cultura e recreio, associações de educação popular, organizações populares de base, grupos culturais, bombeiros voluntários e mistos (grupos de pais, associações de saúde comunitária e associações de defesa do património cultural).

Por sua vez, José Manuel Leite Viegas (2009) propõe uma tipologia de associações baseada no seu contributo fundamental para as seguintes funções: de integração social, de representação de interesses, ou de contribuição para o debate na esfera pública. Estabelece a distinção entre associações de “integração social”, “associações de defesa de interesses de grupo” e associações que expressam “os novos movimentos sociais”. As associações de “integração social” englobam : associações de “solidariedade social e religiosas”; associações “desportivas culturais e recreativas” e associações “de pais e moradores”. As associações de “defesa de interesses de grupo”, englobam as seguintes modalidades associativas: sindicatos, ordens e associações profissionais e de pensionistas e associações empresariais ou financeiras. Finalmente, as associações que expressam “os novos movimentos sociais” englobam as associações de defesa dos direitos de cidadania; as associações de consumidores; as associações ecologistas e ambientais e as associações de defesa dos animais.

### **2.3. Contributos teóricos**

As primeiras análises do associativismo estão presentes nos pensamentos de Tocqueville e Durkheim. Durkheim detinha uma visão optimista da sociedade industrial, considerando que a crescente divisão do trabalho, ao invés de contribuir para o aumento dos conflitos sociais, iria possibilitar um aumento de solidariedades entre os homens. Na sua tese de doutoramento *Da Divisão do Trabalho Social* opõe dois tipos de sociedade com o intuito de responder à questão “Como é que uma colecção de indivíduos pode constituir uma sociedade?”. De um lado, as sociedades tradicionais, cuja forma de solidariedade característica é de tipo mecânico, sendo uma solidariedade por semelhança. Os indivíduos são idênticos, diferindo pouco uns dos outros. Visto que são membros de uma mesma comunidade, partilham os mesmos sentimentos, aderem aos mesmos valores e, reconhecem o mesmo sagrado. É uma sociedade coerente porque os indivíduos ainda não se diferenciaram. No sentido oposto, estão as sociedades onde a solidariedade orgânica é preponderante. São constituídas por indivíduos diferentes, cada um ocupando um papel especial,

resultando o consenso precisamente dessa diferenciação (Aron, 2004; Durkheim, 1989). A solidariedade orgânica é utilizada por Durkheim como analogia aos órgãos do ser vivo, visto que cada um desempenha uma função própria e diferente dos demais, no entanto todos indispensáveis à vida. Estas duas formas de solidariedade correspondem no pensamento de Durkheim a duas formas distintas de organização social. As sociedades primitivas são caracterizadas por uma solidariedade de tipo mecânico. Nas sociedades industriais, a divisão do trabalho conduz a uma diversificação de funções, formando esta divisão a principal causa da solidariedade social. A diferenciação social, assim como a divisão do trabalho constituem a solução pacífica e imprescindível da luta pela vida. Ao contrário do reino animal, em vez de uns serem eliminados para outros sobreviverem, a diferenciação social possibilita que um maior número de indivíduos sobreviva, através da sua diferenciação. Pelo facto dos indivíduos serem diferentes, ocupando diferentes funções, já não será necessária eliminação da maioria dos indivíduos. É a diferenciação social, característica das sociedades modernas que contribui para a proliferação da liberdade individual (*idem*). O conceito de solidariedade orgânica apresentado por Durkheim (1989: 150-2), defendia que quanto maior é a divisão do trabalho nas sociedades maior é a interdependência entre os indivíduos, assim como a sua propensão para o associativismo, entendido como fundamental para a sobrevivência colectiva. O associativismo contribui de forma decisiva para o fortalecimento deste tipo de solidariedade.

Na mesma obra, Durkheim (1989: 38) aponta a importância dos grupos secundários:

“(…) Uma sociedade composta de uma infinidade de indivíduos desorganizados, que um Estado hipertrofiado se esforça por encerrar e reter, constitui uma verdadeira monstruosidade sociológica. É que a actividade colectiva é sempre demasiado complexa para poder ser expressa apenas através do único órgão do Estado. (...) Uma nação apenas se pode manter se intercalar entre o Estado e os particulares toda uma série de grupos secundários...”.

Importa aqui referir a distinção entre grupos primários e grupos secundários. Os grupos primários consistem em grupos pequenos, cujo relacionamento entre os membros se faz de forma íntima e informal (como a família ou um grupo íntimo de amigos) e, os grupos secundários são constituídos por um grupo que mantém relações de tipo formal, orientados para metas e constituídos com um propósito específico. Consiste numa colectividade mais organizada e menos espontânea (associação de pais, membros de um sindicato). Apesar de nas associações se constituírem relações de tipo secundário, é possível identificar nestas características dos grupos primários, nomeadamente, a informalidade e a sociabilidade (Fernandes, J., 2003: 72).

Durkheim defendia um tipo de associações muito particular – as corporações ou os agrupamentos de indivíduos pelo mesmo ofício. Identificava como um dos principais problemas das sociedades modernas, a aquisição de novos mecanismos de solidariedade social. As corporações na idade média, permitiam o reforço da coesão social e, com o desaparecimento destas devido ao liberalismo, surge um problema de integração social. Era nestas “corporações do futuro” que Durkheim via o contributo para o reforço da integração, tal como para a consolidação de um sentimento de solidariedade comum.

Na perspectiva de Meister (1972), as sociedades tradicionais exprimiam uma “sociabilidade formal, sistema rígido de papéis e dos deveres do indivíduo: em suma, uma sociedade e uma sociabilidade de tipo totalitário, no sentido em que toda a vida do indivíduo está definida à partida e dentro de esquemas rígidos”. Seriam as associações voluntárias das sociedades modernas que permitiriam a libertação do indivíduo face aos constrangimentos dos grupos de origem (*cit. in* Viegas, 1986: 111).

Alexis Tocqueville conferia ao associativismo um papel preponderante no fortalecimento da democracia, uma vez que permite a agregação de interesses individuais facultando a educação dos cidadãos para a experiência democrática (*cit. in* Leonello e Cosac, 2008: 2). Permitiria a formação de novas formas de sociabilidade nas sociedades modernas, assentes em valores distintos dos defendidos nas sociedades tradicionais. Tocqueville via a sociedade democrática como individualista e, para que esta funcionasse revelava-se necessária a associação entre indivíduos, podendo e devendo o Estado coordenar as suas acções (Coelho, 2008: 6; Aron, 2004). Os indivíduos, ao perceberem os benefícios da sua união, passariam a dispor de tempo para a colectividade, sendo essa dedicação essencial para que a democracia liberal não degenerasse numa democracia despótica.

Putnam (2002) vai de encontro às ideias de Tocqueville:

“ (...) as associações incutem nos seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público (...). A participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para empreendimentos colectivos” (*cit. in* Leonello e Cosac, 2008: 3).

Nas modernas sociedades democráticas, o direito de associação surge como uma das reivindicações primordiais. Na Constituição da República Portuguesa de 1976, no art.º 51 referente às “Associações e Partidos Políticos” poderá ler-se que “A liberdade de associação compreende o direito de constituir ou participar em associações e partidos políticos e de através deles concorrer democraticamente para a formação da vontade popular e a organização do poder político”(Cf. Constituição da República Portuguesa, 1976). Destaca-se ainda o art.º 46 alusivo à “Liberdade de Associação”: “Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os

respectivos fins não sejam contrários à lei penal (...) As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial”.

Entre os actores da sociedade civil<sup>5</sup> estão representados os movimentos sociais e as organizações não-governamentais. Constituem associações de indivíduos que procuram desempenhar um papel de cidadãos activos, empenhados em contribuir para a mudança e para a resolução dos problemas sociais existentes (Coelho, 2008: 4). A sua essência encontra-se, portanto nas associações não estatais e não económicas (voluntárias).

Como tal, das distintas formas de organização da sociedade civil, destacam-se as seguintes: “organizações de voluntariado social” (OVS), “organizações não lucrativas” (ONL) e “organizações não governamentais” (ONG). Devido à proximidade destes conceitos, importa revelar o significado de cada um deles.

As organizações de voluntariado baseiam-se num grupo de pessoas que partilham interesses comuns e desejam prosseguir objectivos sem quaisquer finalidades económicas. Segundo a Lei nº71/98 de 3 de Novembro, Voluntariado é o conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas. A motivação da acção voluntária pode ser muito diversificada. Ferreira, Proença, e Proença (2008), com base na análise da bibliografia sobre o

---

<sup>5</sup> De acordo com Augusto Santos Silva (2004: 23), para perceber o conceito de sociedade civil é necessário entender os modos de vida, os padrões de cultura e as formas e redes de relacionamento e comunicação entre os sujeitos. Há como que um tipo de impulso para uma “comunidade de cidadãos que se sentem iguais e integrados numa esfera de formação pública de vontade e tomada de decisão, através do confronto público de argumentações”. Consiste numa “participação de iguais na prossecução de bens comuns ou interesses públicos”.

tema, agruparam em quatro categorias, as motivações dos indivíduos voluntários, sendo estas, o altruísmo, a pertença, a estima e reconhecimento social e, a aprendizagem e desenvolvimento.

As organizações não lucrativas desempenham actividades que, embora se possam situar na esfera económica, ou seja, a produção de bens e serviços, o seu principal objectivo não consiste na obtenção de lucros. A importância destas organizações consiste no facto de produzirem bens e serviços que as empresas lucrativas não podem ou não querem produzir.

As organizações não governamentais são organizações autónomas relativamente ao Estado, sem fins lucrativos e com especificidades muito distintas deste. O seu crescimento deve-se por um lado às insuficiências manifestadas pelo Estado no que respeita à satisfação das necessidades sociais, ou seja, a crise do Estado-Providência, assim como o avultar de problemas nas modernas sociedades industriais. As ONG são muito heterogéneas, podendo abarcar uma enorme variedade de formas organizativas. Estas organizações poderão complementar o trabalho do Estado, no entanto, dificilmente conseguirão constituir uma alternativa ao trabalho deste apenas com a contribuição dos associados. Necessitam dos apoios concedidos pelas instituições públicas, encontrando-se portanto, a sua autonomia de certa forma limitada.

#### **2.4. Associativismo e democracia**

Com a queda dos regimes autoritários e totalitários, tem-se assistido nas últimas décadas ao desenvolvimento de uma sociedade civil mais forte “primeiro enquanto espaços de livre associação e actividade política que a população tomou ao Estado e, depois, enquanto espaços ocupados por associações mais complexas e variadas, dedicadas a todo o tipo de empreendimentos colectivos” (Warren, 2004: 85). Comprova-se neste sentido, uma forte correlação entre democracia e uma sociedade civil forte. São as associações e as organizações de pessoas que facultam a

consubstanciação do regime democrático. Mark Warren procurou responder à questão de como pode a sociedade civil contribuir para a democracia, fundamentando-se em três razões:

- a primeira corresponde ao facto de as associações poderem desenvolver as capacidades democráticas dos indivíduos.
- a segunda prende-se com o facto de as democracias dependerem de esferas públicas robustas, pelo que as “associações na sociedade civil funcionam como infra-estrutura social das esferas públicas”.
- finalmente, as “associações podem cumprir funções institucionais, oferecendo uma representação e uma voz, não apenas no interior do Estado, mas também no seio de outro tipo de regimes como as Nações Unidas ou a UE” (*idem*: 88-89).

Ressalve-se porém, que uma só associação poderá não obedecer aos três argumentos atrás enunciados, uma vez que, estas representam papéis distintos. António Teixeira Fernandes (2004: 35), afirma que um regime é tanto mais democrático quanto mais o poder se encontra distribuído ou disseminado na sociedade: “ a democracia é um regime político que, sendo poder do povo exercido pelo povo, nunca atinge a sua total realização”, sendo portanto, impossível a existência de democracia sem a participação do povo. Todavia, o que se assiste verdadeiramente é a um afastamento do povo face aos assuntos políticos, pelo que a democracia representativa vive num verdadeiro estado de crise, fenómeno denominado por José Manuel Viegas (2004: 1) de “desafectação política”. Este desinteresse pela política é revelado pelas altas taxas de abstenção, assim como a menor importância conferida aos partidos políticos e à identidade ideológica. O facto do sistema político ser democrático, não constitui requisito inevitável de uma sociedade democrática, ou seja, não existe uma correlação directa entre os dois conceitos.

Segundo o mesmo autor, para ser tomada de democrática, uma sociedade terá de sê-lo não só nas suas leis, mas similarmente nas suas instituições. Revela-se necessária, a passagem de uma democracia representativa formal para uma democracia participativa, tornando-se imprescindível a crença do povo nas suas instituições. Uma sociedade onde se reconhece a concentração de poder, não poderá ser apreciada como uma sociedade verdadeiramente democrática (*idem*, 2004: 36).

A proliferação do movimento associativo constitui um indicador de democratização e maior participação na sociedade civil. Foi em França, na década de 60 e 70 que se consolidou a participação social. Nasceram associações dos mais diversos intentos. A participação<sup>6</sup> constitui um conceito essencial da cidadania. Segundo Carmo (1998, 2004), a concretização de uma cidadania activa e de uma participação na vida pública são influenciadas por diversos factores, como as desigualdades existentes entre os indivíduos, designadamente, as suas condições de vida, o estatuto socioeconómico e habilitações literárias (*cit. in* Albuquerque, 2008: 72-73). Para Isabel Guerra (2002), a participação é entendida como “um processo de tomada de consciência das populações e comunidades sobre os seus problemas e capacidade de solução e de envolvimento na tomada de decisões, nas acções e na avaliação dos projectos de acção”.

Como poderão as associações contribuir para o funcionamento democrático das sociedades? Um dos argumentos é o de que a acção associativa, ao longo do tempo, inculcaria nos indivíduos um conjunto de valores cívicos, como, o respeito pelo bem público, os hábitos de cooperação, o respeito pela lei e pelos outros, assim como a predisposição para participar na vida pública (Ferreira, P., 2008: 109). A refutar esta tese subsistem os argumentos de Theiss-Morse e Hibbing

---

<sup>6</sup> Para Caldeira (1982) citado por (Henriques, 1990: 27), a participação “concretiza-se no envolvimento das populações na resolução dos seus próprios problemas em torno da criação de “comunidades de interesse”. A “participação” é entendida como organização autónoma e voluntária para a defesa de interesses ou para a concretização de objectivos comuns”

(2004), que defendem que não será o facto das pessoas se juntarem, que conduzirá necessariamente a uma boa cidadania (*idem*, 2008: 110). Existem de facto organizações de diversos tipos, que defendem valores distintos, pelo que há que questionar o verdadeiro contributo do associativismo para a cidadania democrática.

As associações voluntárias poderão ser consideradas como uma forma de integração dos indivíduos nas sociedades democráticas. Ao contrário das sociedades tradicionais, em que os indivíduos nunca eram vistos isoladamente, mas sim como pertencentes a um grupo de referência, nas sociedades modernas percebe-se uma alteração de valores. Com o esbatimento das relações de comunidade surge o cidadão nos seus direitos individuais. As associações ao contribuírem para a formação de novas formas de sociabilidade, permitirão transpor os riscos advindos da igualdade (Viegas, 1986: 109).

Warren (2004) propôs um conjunto de critérios de análise das associações, tendo em conta as suas funções democráticas:

Primeiro critério: consiste no *grau em que uma associação é mais ou menos voluntária*, existindo diferentes níveis de voluntarismo. As associações de tipo involuntário possuem um maior controlo sobre os seus membros, uma vez que possuem o controlo sobre os recursos que as pessoas precisam. Desta forma, os associados deste tipo de associação têm uma maior relutância em abandoná-la, uma vez que perderiam mais ao fazê-lo do que se mantivessem na mesma. Nas associações voluntárias, os seus membros possuem uma maior facilidade de abandono, estando estas mais aptas para a auto-selecção dos seus membros.

Segundo critério: *meios constitutivos da associação*, ou seja, os recursos que a associação possui. Estes recursos estão relacionados com as normas sociais (solidariedade, identidade, valores morais), o poder do estado ou o mercado. As associações sociais perante um conflito revelam uma

maior dificuldade em manterem-se unidas, ao contrário das associações que se encontram mais viradas para o mercado, cuja organização se encontra segura pelos interesses.

Terceiro critério: *Objectivos das associações*. Importa avaliar o contributo destes objectivos para a democracia, sendo que, quando as associações se dedicam aos bens públicos são gerados maiores ganhos no que toca ao campo deliberativo. Já as associações que se apoiam nos bens identitários, como os grupos corporativos, revelam poucas capacidades de desenvolvimento de virtudes cívicas (*idem*: 90-91).

Segundo Viegas (2004: 37), os efeitos democráticos das associações exteriorizam-se de variadas formas:

“As associações canalizam para a esfera pública informações, reivindicações e orientações normativas e valorativas que permitem enriquecer o processo deliberativo. Os efeitos a nível individual, nomeadamente a transformação da consciência social e política, são também o resultado desta discussão pública”.

As associações são consideradas como um elemento fundamental para o bom funcionamento da democracia. Roßteutscher (2000: 233) defende que é nas associações voluntárias que reside a cura para os problemas mais urgentes da democracia moderna. Perante um sistema de representação política deficiente e inadequado para exprimir as disposições de um público heterogéneo, assim como responder aos desafios impostos pela nova ordem social e económica em constante mudança, é atribuído um efeito curador à vida associativa:

“as pessoas aprendem a confiar, desenvolvem uma noção mais forte de comunidade, os interesses são mediados de modo mais fiável, seguem-se (progressivamente) taxas mais elevadas de participação política, ensinam-se as virtudes públicas e, resultado de tudo isto, a integração social é, uma vez mais, garantida” (*idem*: 233).

Segundo Evans e Boyte (1992) as organizações permitem a criação dos chamados “espaços livres”. Estes constituem verdadeiras escolas de democracia, criadas pelos próprios participantes. O associativismo permite, portanto, o uso de competências democráticas, assim como a promoção da participação cívica. As redes associativas e o cruzamento destas proporcionam o fortalecimento da democracia.

Verba et al (1995: 366) testam o modelo de “voluntarismo cívico”, enfatizando que muitas das competências cívicas dos indivíduos dependem das principais instituições com que estão envolvidos, incluindo as igrejas, as organizações não políticas e o trabalho. Através deste modelo pretende-se apreender as razões que levam os indivíduos a aderirem voluntariamente a organizações da sociedade civil, assim como o seu envolvimento em actividades políticas. Os autores assinalam o facto de não ser suficiente querer participar em associações, dependendo esta participação do acesso a determinadas condições:

“A citizen must want to be active. (...) However, the choice to take part in a particular way is a constrained one. Various forms of participation impose their own requirements – the time to volunteer in a campaign, the money to cover a check to a political cause, the verbal skills to compose a convincing letter. Thus, those who wish to take part also need the resources that provide the wherewithal to participate. We consider a third factor as well. Those who have both the motivation and the capacity to become active are more likely to do so if they are asked. Therefore, we consider the *networks* of recruitment through which requests for political activity are mediated” (*idem*, 1995: 3).

O “modelo de voluntarismo cívico” aponta a existência de três factores distintos que levam ao envolvimento na vida política e à participação: os *recursos*, tais como os educacionais e económicos; o *envolvimento psicológico na esfera política* relacionado com o grau de recompensa pela participação e, finalmente, as *redes de recrutamento*, que consistem no convite recebido para a participação por parte de pessoas pertencentes às associações (*ibidem*: 269-273).

Portanto, este modelo apesar de destacar o papel das associações enquanto escolas de democracia, salienta também a importância de que quem participa mais na vida pública, são aqueles que detêm um maior capital social, podendo este factor ser apontado como contribuinte de reprodução das desigualdades sociais já existentes. Resultados semelhantes foram apurados no estudo encetado por Albert Meister (1972) sobre a participação em associações, atestando-se que só participam nestas aqueles que podem e não aqueles que gostariam de fazê-lo. Entre outras razões aponta-se o exemplo da questão económica, pelo facto de ser cobrada normalmente uma quota de participação (*cit. in* Coelho, 2008: 8).

De facto, nas teorias do capital social evidencia-se a relação existente entre o associativismo e o capital social. Robert Putnam (2000: 336-349) analisou a importância de distinção entre formas de capital social baseados na coesão e formas de capital social assentes na segmentação. Os grupos baseados na segmentação, nomeadamente, os étnicos e religiosos, ao fecharem-se sobre si e não permitirem a colaboração de indivíduos provenientes de grupos distintos, em nada contribuirão para o fortalecimento da democracia, podendo pelo contrário até prejudicar o seu funcionamento. Por sua vez, os grupos constituídos através de associações de capital social, poderão contribuir de forma eficaz para o fortalecimento da democracia, ao contribuírem para o desenvolvimento de relações de cooperação com elementos exteriores ao grupo (*cit. in* Warren, 2004: 89).

Os associativistas como Hirst, defendem a tese de que as associações são intrinsecamente democráticas, sendo estas imprescindíveis para a democracia. Contudo, subsistem teorias que defendem a tese oposta, ou seja, de que a participação em organizações conduz à desmobilização política. Esta participação permite que as elites controlem o comportamento político dos cidadãos (Roßteutscher, 2000: 235). Sob a teoria da democracia associativa está um tipo de organização autoritária, burocrática, que ostenta baixas potencialidades de integração social, possui poucas

capacidades para a transmissão de competências cívicas e, baixas possibilidades internas de participação. Desta forma, possui uma baixa aptidão no recrutamento de elementos. Roßteutscher considera que “a teoria da democracia associativa não é, na verdade, uma teoria democrática”, enquanto Cohen e Rogers (1992: 430) citados por Roßteutscher (*idem*: 237), defendem que o seu principal interesse consiste em aumentar a competência governativa e melhorar os resultados económicos.

Segundo Teixeira Fernandes (1993), a integração não se encontra ao alcance de todos, verificando-se diferenciações entre as diferentes camadas sociais, sendo nas camadas médias e inferiores, que se registam as maiores diferenciações. “Se estas assimilam os mesmos ideais da sociedade democrática, que valoriza a iniciativa pessoal, o empenhamento, o mérito e o sucesso, esbarram com crescentes obstáculos institucionais”. Reconhece-se portanto, a existência de uma limitação dos meios institucionais disponíveis. As separações e discriminações poderão conduzir a uma situação de segregação e estigmatização, que concludentemente poderão acarretar o conflito e as lutas sociais. Estas lutas sociais constituem traços intrínsecos à vida de qualquer sociedade, contribuindo para a mudança e por vezes para o conflito. O conflito representa igualmente, um elemento essencial, mesmo nas sociedades consideradas democráticas, isto porque a democracia não se identifica com homogeneização e igualitarismo, mas sim com a afirmação do direito à diferença (*idem*: 788-790).

Viegas (2004: 34) questiona: Como poderão as associações ter tantos efeitos cívicos e democráticos, quando apenas uma minoria se envolve em associações, sendo ainda menor o número de indivíduos que participa de um modo activo? Esta questão tem implícita a ideia de que os resultados democráticos dependem unicamente da participação interna na vida das associações. Contudo, existem outros factores, nomeadamente, a contribuição das associações para a discussão

pública, assim como o seu papel de intermediação com as instituições estatais, permitindo o desempenho de um papel activo na implementação de políticas públicas.

Num estudo efectuado por Ferreira (2008) sobre o associativismo juvenil e a cidadania política dos jovens portugueses, chegou-se à conclusão de que a vida associativa juvenil traz benefícios para a democracia e para a afirmação do sentido de cidadania. Identificou-se nos jovens associados uma maior responsabilidade colectiva, sentimentos mais responsáveis relativamente ao melhoramento da sociedade, um maior empenho no trabalho de voluntariado e, uma melhor percepção da existência de deveres cívicos, políticos e de solidariedade social.

Putnam na sua obra “Bowling alone” (2000) aponta vários motivos que estão na base da diminuição da participação cívica nos Estados Unidos. “As pressões de tempo e de dinheiro”, manifestado pelo aumento do tempo dedicado ao investimento na carreira, designadamente a entrada da mulher no mercado de trabalho. “A organização das cidades” que ao se expandirem originaram um crescimento de movimentos pendulares casa-trabalho, consumindo-se com esta actividade tempo que poderia ser despendido em contactos entre vizinhos. “A tecnologia e os meios de comunicação social” que se revelam cada vez mais como formas alternativas de entretenimento, evitando-se desta forma as interacções sociais. “As mudanças de geração”, uma vez que as gerações anteriores pelo facto de terem vivido em clima de conturbação social estariam mais activas e empenhadas no compromisso cívico (*cit. in* Albuquerque, 2008: 96-97).

Relativamente ao associativismo popular, J. M. Viegas (1986) constatou que se verifica em muitos casos, um desinvestimento associativo expressado através de um reduzido índice de criatividade

cultural, subsistindo apenas um espaço de sociabilidade, assim como a prestação de alguns serviços<sup>7</sup>.

No entanto, assiste-se a um maior dinamismo associativo em novas áreas sociais. Estas são consideradas associações de “tipo novo”, interessadas nas mais diversas problemáticas, designadamente, o ambiente, o consumo, as ciências e tecnologia.

## **2.5. Teoria dos novos movimentos sociais**

Os velhos movimentos sociais surgiram de certa forma como resposta aos excessos mercantilistas e autoritarismo do capitalismo liberal. O movimento operário e sindical começou a partir da década de sessenta do século XX, a demonstrar indícios de exaustão, cooperando na eclosão dos novos movimentos sociais.

Elísio Estanque (1999: 95) aponta “a crescente heterogeneidade classista da força de trabalho”, como contributo para o enfraquecimento do movimento operário, a par da ocorrência de novos fenómenos, como a precariedade no emprego, a flexibilidade do modelo produtivo, trabalho domiciliário, etc., que têm concorrido para uma crescente “individualização” das relações sociais, assim como a insegurança e o risco, fenómenos amplamente estudados por Beck. A visão marxista da luta de classes a nível nacional constitui na óptica do mesmo autor uma realidade utópica, visto que “(...) qualquer espaço nacional contém uma imensidão de contextos diversificados, culturas e formas identitárias e, portanto, a esse nível, a classe não passa de uma abstracção” (*idem*: 92).

---

<sup>7</sup> Poderão inserir-se na prestação de serviços designadamente, a assistência à terceira idade, a cedência de infra-estruturas para a prática de actividades desportivas, culturais e de lazer, a defesa do ambiente, defesa dos alunos, defesa dos proprietários.

O conceito de movimento social enfatiza a dinâmica social existente entre diversos agentes, nomeadamente, indivíduos, grupos informais e organizações, que partilhando valores comuns, se encontram do mesmo lado de um conflito social (Diani,1992 *cit. in* Martins, 2004: 86). Os movimentos sociais à semelhança das associações voluntárias, apoiam-se numa união entre um grupo de indivíduos que prosseguem objectivos comuns, partilham uma consciência comum ou ideais idênticos e lutam por objectivos partilhados. Klaus Eder (1993) acresce ainda, que essa acção colectiva só poderá ser vista como um movimento social, se o seu objectivo consistir na modernização da sociedade (*idem*, 2004: 86).

Os movimentos sociais manifestam portanto, uma importante relação com o sistema de cidadania, ao dotarem os indivíduos de novas formas de participação e permitirem o alcance de novos direitos de cidadania (Almeida, 1995: 152). São movimentos que se desenvolvem mais facilmente em sociedades democráticas, não encontrando tanta oposição por parte do Estado.

Neste sentido, Dominique Mehl (1982: 32) reconhece um novo campo de lutas sociais:

“Com novos temas, novos dados que até então estavam presentes, somente em segundo plano nos programas sindicais ou políticos. A abundância das associações reivindicativas e contestatárias coincide com a eclosão de novos conflitos que se desdobram fora da esfera da produção”.

De acordo com Natália Azevedo (1997: 148), ao contrário das colectividades culturais tradicionais que têm vindo a perder investimento associativo, surgem novas áreas sociais de intervenção, resultantes dos modos de vida urbanos e das diferentes necessidades sentidas pelos grupos sociais.

Assiste-se à organização colectiva de múltiplas forças de actuação, não só organizações governamentais, como organizações não governamentais (ONG) e, ainda novos grupos sociais, actuando por vezes em áreas que o próprio Estado não consegue alcançar. Surgem novos actores sociais, defensores de culturas distintas e de identidades específicas, como a “cultura da juventude” e a “cultura homossexual” (Vilaça, 1993: 52).

“Hoje, é a defesa dos direitos culturais e sociais dos indivíduos e das minorias que é o objectivo positivo dos movimentos sociais (...). Já não é em nome da sociedade perfeita que esses movimentos falam e não é para o futuro que olham: combatem pela defesa do direito de todos a uma existência livre e «humana». É essa a forma que assume hoje o princípio geral em que assentam todos os movimentos sociais: o direito à igualdade cultural” (Touraine 1999: 77).

Estes movimentos são considerados novos, uma vez que já não se apoiam em questões económicas, mas sim em novas lutas relacionadas com a sociedade e com a cultura. Já não são considerados movimentos de uma classe, mas sim movimentos de classes. Os novos movimentos sociais (NMS) conjugam questões recentes (necessidades pós-materialistas) com as velhas (necessidades básicas) (Santos, 1994).

Enquadram-se num novo paradigma, onde sobressaem as questões relacionadas com a identidade. Surgem novos campos sociais e novas questões, como a defesa dos direitos humanos, a preservação do ambiente e a defesa do consumidor. Enquanto o velho paradigma se centrava essencialmente na distribuição dos rendimentos e na segurança, o novo paradigma identifica-se com outras questões. As associações abarcam um número cada vez maior de temáticas relacionadas

com as condições existentes nas sociedades contemporâneas. Encontram-se associadas a um novo tipo de identidades e, ainda, a uma noção de risco existente. Já não estão relacionados com exigências ideológicas, mas sim com valores morais, políticos e culturais. A heterogeneidade constitui outro traço marcante deste movimento, visto que num mesmo movimento podem estar integrados indivíduos muito diversos. Estes não são movimentos de carácter local, mas sim, constituídos por indivíduos que partilham o mesmo tipo de condição, ou pertencendo a uma mesma categoria, se organizam com o intuito de lutarem pelos seus direitos.

Enquanto as lutas sociais apresentam um conflito de carácter local, os movimentos sociais registam uma dimensão global, abarcando toda a sociedade. Ao passo que as condutas colectivas e lutas sociais se apoiam em algo negociável, os movimentos sociais dirigem-se a causas que ostentam maior dificuldade de realização (Teixeira Fernandes, 1993: 802). Alain Touraine faz a distinção entre estes conceitos, baseando-se na concepção de que os actores envolvidos nos movimentos sociais, constituem classes sociais. Já Claus Offe defende a tese de que a associação entre as pessoas não estará necessariamente dependente do facto de se pertencer à mesma classe social, existindo outro tipo de ligações possíveis, designadamente as relações étnicas ou religiosas (*idem*: 805).

Os NMS propiciam ainda, segundo diversos autores, a participação política de cidadãos que se encontram afastados do sistema político. Ao contrário de Alain Touraine, que considerava os NMS desprovidos de expressão política, Claus Offe sustenta o seu carácter político, apoiado no facto dos actores tornarem explícitos os seus protestos, através da utilização de meios de acção legítimos pela comunidade política de forma a alcançarem os seus objectivos (Vilaça, 1993: 66). Para Claus Offe, “o campo de acção dos novos movimentos sociais é um espaço de política não institucional cuja existência não está prevista nas doutrinas nem na prática da democracia liberal e do Estado de

bem-estar” (*cit. in* Fernandes, 1993: 798). Não estão propriamente voltados para a política, procuram defender essencialmente valores e interesses, apesar de se manifestarem por vezes movimentos excessivamente politizados. Afere-se uma análise análoga relativamente às organizações, uma vez que raramente é percebido o seu papel político. Contudo, como Smith e Linsky (1993) referem “quanto mais se tornam fornecedoras de serviços públicos maior é o seu papel político, pois podem isolar o governo dos mecanismos de prestação de contas democráticos (*cit. in* Ferreira, 2004: 3).

## **II.2.Associativismo e estratégia de desenvolvimento local**

### **2.6. O associativismo como estratégia de desenvolvimento**

Vivemos tempos conturbados, assistindo-se ao aumento do fosso existente entre os ricos e os pobres, assim como a uma crescente desigualdade entre os países provocada em parte devido ao processo de globalização. Os detentores de capital aumentam a sua riqueza beneficiando muitas vezes da precariedade do emprego, numa época em que subsiste a ideia generalizada de não alternativa face ao sistema capitalista de produção. O aumento de riqueza, ao invés de fomentar uma melhoria generalizada das condições de vida, tem resultado num acentuar de desigualdades, pobreza e exclusão. Com a revolução industrial no final do séc. XVIII, emerge na Europa a economia solidária, fazendo-se sentir principalmente a partir do séc. XIX em Inglaterra, como forma de resposta à crise laboral. A economia solidária surge como um sistema alternativo ao modo de produção capitalista (Silva e Silva, 2008). Estas propostas de desenvolvimento alternativo encontraram nas cooperativas, assim como noutras estruturas associativas formas singulares de resposta às condições do mercado global contemporâneo. De acordo com Santos e Rodriguez (2004: 27), o desenvolvimento alternativo assenta em diversos pressupostos. Em primeiro lugar, baseia-se numa crítica contra a estrita racionalidade económica, sob a qual se apoiaram as políticas

de desenvolvimento dominantes. Em segundo lugar, a perspectiva do desenvolvimento alternativo propõe um desenvolvimento que parte “de baixo para cima” contrariando o desenvolvimento que parte “de cima para baixo. Esta teoria aponta a sociedade civil, mais concretamente os sujeitos colectivos, enquanto promotores do desenvolvimento. Em terceiro lugar privilegia-se a escala local em detrimento da global. Em quarto lugar, o desenvolvimento alternativo desconfia de um regime económico centralizado, controlado pelo Estado, assim como de uma economia baseada exclusivamente em formas de produção capitalista. Por fim, Santos e Rodriguez (*idem*: 28) defendem que, “em concordância com a sua crítica ao paternalismo estatal, o desenvolvimento alternativo favorece estratégias económicas autónomas”.

O conceito de desenvolvimento tem sido alvo de uma ampla abordagem por parte das ciências sociais. Este apresenta um carácter dúbio, visto que sobre ele recaem distintas perspectivas, designadamente, a perspectiva que acusa que o desenvolvimento corresponde ao “bem-estar e progresso”. Este conceito surgiu após a Segunda Guerra Mundial, sustentado pelo paradigma funcionalista, sob a óptica da resolução dos problemas existentes. Baseava-se no pensamento económico neoclássico, segundo o qual o crescimento e o desenvolvimento resumiam-se à mesma concepção. Permanecia a convicção que o desenvolvimento coincidia com o crescimento económico.

A concepção de desenvolvimento assente neste paradigma orienta-se para a maximização do crescimento económico. “É generalizada a convicção de acordo com a qual diferentes políticas poderão ser implementadas “de cima para baixo”, com maior ou menor participação...” (Henriques, 1990: 40). No entanto, perante “a gravidade crescente dos “problemas sociais” dos países ditos mais desenvolvidos, os custos sociais e ambientais do crescimento económico, e a acentuação do desfasamento entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento...”

(*idem*: 44), o paradigma funcionalista é posto em causa. Emerge então, na década de 70, o paradigma territorialista, assente na estratégia “bottom-up”, que percepciona as pessoas enquanto agentes do seu próprio desenvolvimento. Pressupõe que “o desenvolvimento se alcança através da mobilização integral dos recursos das diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas populações” e, que o desenvolvimento deve ser “desencadeado ao nível das mais pequenas unidades territoriais” (*ibidem*: 51-53).

O paradigma territorialista, opõe-se ao anterior, na medida em que para além da dimensão económica, acresce a cultural, social e ambiental, apostando ainda na descentralização e na participação dos actores locais.

Mediante as mudanças introduzidas pelo paradigma territorialista, surgem seis novos conceitos de desenvolvimento que segundo Amaro (2004: 16) passo a citar: Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Integrado. Os cinco primeiros conceitos poderão ser ordenados em três grandes “fileiras”, restando o último conceito como conceito transversal: a) A “fileira” ambiental, onde surge integrado o conceito de desenvolvimento sustentável; b) A “fileira” das pessoas e das comunidades, onde estão integrados os conceitos de desenvolvimento local e desenvolvimento participativo; c) A “fileira” dos direitos humanos e da dignidade humana, onde são integrados os conceitos de desenvolvimento humano e desenvolvimento social. Este novos conceitos acarretaram um “valor acrescentado” às concepções tradicionais de desenvolvimento (*idem*: 16-20).

Segundo Henry Bruton (1985: 114) o desenvolvimento consiste numa “sequência complexa de procuras, descobertas e escolhas”, implicando que os actores interajam e interpretem, definindo

projectos e procurando a sua realização. Esta estratégia de tipo comunitária percepção as pessoas como os principais recursos do seu próprio desenvolvimento (*cit. in* Silva, 2004: 12).

As potencialidades de desenvolvimento das localidades encontram-se nos recursos económicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, para além de economias de escala não exploradas. Revela-se necessária uma cultura própria de solucionar problemas, uma cultura de participação, na qual as comunidades estabelecem diálogo e negociam com o poder local com o intuito de combater as dificuldades, a apatia e exclusão (Zapata, 2001 *cit. in* Leonello e Cosac: 2008: 7 e 12). Para Areias (2007: 52), a participação dos actores locais constitui a estratégia fundamental no fenómeno de desenvolvimento, uma vez que é ao nível local que “as lutas específicas da pobreza e exclusão social devem ser empreendidas”. “É no sítio onde vivem, que as pessoas podem ser mobilizadas para a acção” e melhor compreendem quais são os seus interesses e dificuldades (*idem*).

O conceito de desenvolvimento local, alicerçado ao paradigma territorialista, começou a adquirir uma maior importância a partir da década de 80. Vários autores apontam uma definição para este conceito (Sthör, Pecqueur, Vachon, Greffe, Amaro, entre outros). Greffe sustenta a seguinte definição de desenvolvimento local:

“um processo de diversificação e de enriquecimento das actividades económicas e sociais sobre um território a partir da mobilização e da coordenação dos seus recursos e das suas energias. Será o produto dos esforços da sua população e pressuporá a existência de um projecto de desenvolvimento integrando as suas componentes económicas, sociais e culturais. Finalmente, fará de um espaço de contiguidade física um espaço de solidariedade activa” (Greffe, 1985, citado por Henriques, 1990: 29).

Segundo Amaro (2004: 18) O Desenvolvimento local expressa essencialmente:

“O processo de satisfação de necessidades e de melhoria das condições de vida de uma comunidade local, a partir essencialmente das suas capacidades, assumindo aquela o protagonismo principal nesse processo e segundo uma perspectiva integrada dos problemas e das respostas”.

É localmente, que em primeira instância, as lutas específicas da pobreza e exclusão social devem ser empreendidas, pois é no sítio onde vivem que as pessoas podem ser mobilizadas para a acção. É ao nível do local que as pessoas compreendem de forma mais clara, os seus interesses e dificuldades, e por isso se motivam e empenham (Areias, 2007:52). Gros (1994: 475) reconhece o carácter multidimensional do desenvolvimento, uma vez que este tem originado “novas” experiências ao nível da acção social e de “combate à exclusão social”. Desta forma, o local para além de constituir um terreno de análise, consiste ainda num espaço de reunião de diversos agentes com vista à resolução dos problemas existentes.

É no local que é possível a integração de programas sectoriais e a participação dos cidadãos, exercendo-se a acção das associações cívicas, etc (Melo, 1995 *cit. in* Fragoso, 2005: 64). O local significa também um conjunto inter-relacionado de redes sociais e culturais.

Ferreira e Guerra (1994: 311) observam não só o carácter endógeno do fenómeno de desenvolvimento local, assim como o facto de coincidirem num espaço também exterioridades, constituindo “o confronto entre endogeneidade e exogeneidade” o meio de desenvolvimento dos territórios locais: “O desenvolvimento é “local” não porque as forças que agem no seu território sejam inteiramente endógenas, mas porque os agentes locais negociam, controlam, integram as exogeneidades num projecto local de desenvolvimento” (*idem*: 312).

O associativismo ocupa um papel estratégico na promoção do desenvolvimento local, possibilitando a agregação de interesses comuns e a troca de experiências. Estimula o diálogo e o debate, coloca as pessoas em comum, procurando a construção de laços sociais, tanto como o talento e a criatividade. Possibilita a tomada de consciência por parte dos indivíduos da sua função enquanto agentes na concepção do seu próprio desenvolvimento. É reconhecido o papel preponderante que o indivíduo ocupa no desenvolvimento não só a nível económico, mas igualmente a nível social. O indivíduo é o centro de todo o desenvolvimento, é ele que procura mecanismos que possibilitem a melhoria das suas condições de vida.

Neste âmbito, destaca-se o estudo realizado por Luís Capucha (1990) sobre o Bairro Nascente do Cabo de Vialonga. Consiste num bairro de habitação social, situado na periferia de Lisboa, onde habitam cerca de 240 famílias de grande diversidade étnica e cultural. Sobre este bairro foi lançado um projecto de combate à pobreza, cuja prioridade constava no envolvimento da população na resolução dos seus próprios problemas, “transformando a população em agente de desenvolvimento”. Promoveu-se o associativismo, enquanto mecanismo de organização da população, de forma a rentabilizar os recursos existentes e a melhorar as suas condições de vida (*idem*: 30-31).

Neste contexto, poderão referir-se também as associações de inclinação regionalista, algumas delas designadas de “comissões de melhoramento”, que adoptam um papel estratégico no desenvolvimento das suas localidades (Trindade, 1986: 324):

“A razão de existir deste tipo de associativismo fundamenta-se na procura do progresso e do desenvolvimento locais, com vista à satisfação de necessidades materiais colectivas de ordem infra-estrutural, diariamente sentidas pelas populações (carências de estradas e caminhos, de pontes, de abastecimento de água, de electricidade, de escolas, etc) (*idem*: 324-325).

## 2.7. Identidades locais, territoriais e laços sociais

A comunidade segundo as palavras de Augusto Santos Silva (2004: 25) é “um colectivo a que os respectivos membros julgam pertencer, que eles definem e qualificam, que sabem e querem distinguir dos demais”. Os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, partilham sentimentos de pertença e afiliação. O que se pretende expor, não é o facto de todos agirem e pensarem da mesma maneira dentro de uma comunidade, assistindo-se a divergências dentro destas. No entanto, segundo diversos estudos conclui-se que existe um plano de representações e de sentimentos colectivos. Existe como que uma multirreferencialidade e um dinamismo de pertenças sociais. Como sublinha Augusto Santos Silva, “é a origem que determina a pertença e é a pertença que define o ser” (*idem*: 26). As identidades têm, portanto, a ver com um sentimento de pertença. Constituem também representações sociais, visto que se produzem, reproduzem e mobilizam em determinadas circunstâncias.

Segundo Ferreira e Guerra (1994: 308) “a vivência do mesmo espaço faz reconhecer a existência de experiências partilhadas e faz adoptar princípios comuns de atribuição de sentido, o que permite a construção colectiva (mesmo que desigual no “sistema identitário” de cada um) de imagens simbólicas do seu território”. É essa partilha dos mesmos espaços que permite a construção de um sentimento de pertença a uma colectividade.

O local constitui um produto que deriva de sucessivas construções. Nas palavras de Fernando Ruivo (2002: 4), o local poderá ser encarado um produto social, construído pelos diferentes elementos constitutivos do local. E é precisamente a interacção entre os seus habitantes e o território que permite a produção das identidades locais. Para Vilaça (1993: 70), o espaço constitui um elemento decisivo na construção da identidade. “Produto e produtor de relações sociais o espaço é a base territorial não só das práticas sociais como das representações e práticas simbólicas

que nele se desenvolvem”. Ferreira e Guerra (1994: 301) prosseguem que “É este envolvimento nas decisões sobre a reconstrução permanente do espaço que reforça o sentimento de pertença a esse colectivo e que dá, por sua vez, a essa cidade uma identidade mais viva e dinâmica”. O espaço constitui um recurso único na formação de relações sociais, “... este sempre foi objecto de marcações identitárias importantes”.

Evidencia-se o carácter relacional e dinâmico do conceito de identidades. Estas não deverão ser percebidas como sólidas, ou seja, estáveis, mas sim mutáveis através das diferentes experiências vivenciadas pelos indivíduos. São construídas de forma interactiva. Segundo Dubar, as identidades sociais são constituídas a partir de dois processos distintos: os actos de atribuição de identidade e os actos de pertença.

Outro conceito de extrema importância relativamente às identidades sociais é o conceito de laço social. Este conceito deriva de um conjunto de elementos que permitem a união dos indivíduos. Por outras palavras, quais os factores que contribuem para a subsistência da vida social? As identidades sociais e os valores comuns possibilitam a configuração de um sentimento de pertença colectiva. Relativamente ao território, o laço social é construído dentro das pequenas comunidades, ou seja, é produzido localmente.

O laço social poderá constituir-se como um verdadeiro motor de acção local (Ruivo, 2002: 6). Os laços sociais de tipo local contribuem para a proliferação de solidariedades locais, possibilitam a fortificação do cimento social, a coesão territorial e ainda a integração social. Na perspectiva de Monteiro (2002: 29), os laços sociais “são o resultado final de uma multiplicidade de processos de integração que, no seu essencial, se desenvolvem no seio de um triângulo em que os vértices são constituídos pelo próprio indivíduo, a comunidade de pertença e a sociedade instituída”.

Será que, numa organização social em que coexistem a crescente afirmação de um individualismo reflexivo e a crise dos laços sociais fundadores da coesão social, se podem consolidar formas de mobilização colectiva regidas por valores como os da solidariedade, da reciprocidade e do diálogo público, em suma, pela afirmação de uma cidadania societal e relacional? (Donati, 1995 citado por Monteiro, 2002: 7). Será possível a formação de laços sociais numa sociedade cada vez mais marcada pelo individualismo?

Diversas correntes actuais procuram demonstrar que individualidade e laço social não são conceitos antagónicos (Monteiro, 2002: 35).

“Na sociedade actual, as experiências subjectivas e de carácter mais ou menos esporádico por que passam os indivíduos ao entabular as relações de proximidade que configuram grupos de amigos, clubes, associações, redes, é interpretada como um contributo fundamental à recriação de laços sociais e manutenção da coesão social” (*idem*: 36).

Putnam (1993: 173-175) vê as associações e organizações voluntárias como redes que permitem o compromisso cívico, pelas relações de tipo horizontal que são estabelecidas entre os seus membros que aderem voluntariamente. A interacção entre indivíduos que partilham os mesmos objectivos proporciona a consolidação de redes sociais, assim como o aparecimento de novas associações. Defende ainda, que são as associações que surgem em comunidades locais coesas, as que têm maior probabilidade de serem bem sucedidas (*idem*: 91). Considera que as sociedades em que existe um maior activismo são as comunidades modernas, onde se verificam relações horizontais de participação cívica, sendo o capital social o factor essencial no funcionamento da democracia: (...) why social capital as embodied in horizontal networks of civic engagement, bolsters the

performance of the polity and economy, rather than the reverse: Strong society, strong economy; strong society, strong state (*ibidem*: 176).

Ruivo (2000b: 40) traduz a diminuição dos “laços informais de solidariedade” perante a diversidade de identidades territoriais verificadas e aponta a mesma como a causa de uma fraca intervenção social local e conseqüentemente no aumento da exclusão social. As sociedades contemporâneas são marcadas por uma crise de identidade, sentindo as localidades necessidade de afirmar a sua identidade, de valorizarem o seu património, assim como recordarem memórias passadas.

António Firmino da Costa (1999) demonstrou que nos estudos territoriais, o conceito de quadro de interacção assume uma importância relevante. É necessário atender às características físicas dos locais, às suas redes sociais, as relações de proximidade estabelecidas, assim como as de vizinhança e interconhecimento, a presença e o funcionamento de instâncias formais ou informais de relação continuada (colectividades, sítios, lugares de sociabilidade), originando todas estas relações a interacção.

A participação dos actores locais em associações poderá contribuir para o sentimento de pertença e de identificação colectiva, poderá constituir uma possibilidade de os grupos lutarem e afirmarem a sua identidade. O despoletar do movimento associativo está também relacionado com a busca de uma identidade por parte dos grupos diferenciados, que vêm nestas instituições uma forma de melhor alcançarem os seus objectivos.

## 2.8. Associativismo e exclusão social

Assiste-se actualmente à emergência de um novo tipo de pobreza que abarca novas categorias populacionais, designadamente, os jovens sem trabalho e os desempregados de longa duração. O termo de “exclusão social” é relativamente recente, cuja aplicação tem vindo a substituir o conceito de “pobreza”, apesar de um conceito não se substituir ao outro. Poderá existir pobreza sem ocorrer uma situação de exclusão e a exclusão poderá não ter como origem o fenómeno da pobreza. A exclusão social é analisada como o não acesso de determinados grupos a direitos sociais fundamentais. São excluídos socialmente aqueles que não se integram nas principais instituições da sociedade, não beneficiando portanto, de uma cidadania plena.<sup>8</sup>

A exclusão revela-se como um fenómeno multidimensional, para o qual concorrem diversos factores, tais como o desemprego, a marginalidade, a vulnerabilidade pessoal e familiar, o acesso à educação e formação, condições de habitação e saúde, a discriminação e a pobreza.

A definição de Townsend (1979) para o conceito de pobreza tem sido amplamente utilizada:

“Indivíduos, famílias e grupos podem dizer-se estar em situação de pobreza quando carecem dos recursos para obter o tipo de alimentação, participar nas actividades e ter as condições de vida e de conforto que são habituais, ou pelo menos amplamente encorajadas, ou aprovadas, nas sociedades a que pertencem. São com efeito, excluídos dos padrões de vida ordinários, costumes e actividades” (*cit. in* Monteiro, 2002: 21).

---

<sup>8</sup> A definição expressa no Terceiro Programa Comunitário de Luta contra a Pobreza, contida na declaração do Conselho Europeu de 19 de Dezembro de 1984 para este fenómeno consiste na óptica adoptada por diversos agentes ligados à política e acção social. Segundo a definição presente “Por pobres deve entender-se pessoas, famílias e grupos de pessoas cujos recursos (materiais, culturais e sociais) são tão limitados que os excluem do nível de vida minimamente aceitável no Estado-membro em que vivem”. A partir do Tratado de Amesterdão fala-se em exclusão social, como “o processo que impede as pessoas de participarem plenamente na sociedade assim como serem socialmente integradas”.

Consiste numa situação de não acesso a direitos sociais fundamentais e não participação em actividades tidas como habituais nas sociedades a que os indivíduos pertencem, tal como a carência de recursos para obter o tipo de alimentação. Desta forma, a pobreza poderá ser encarada como uma forma de exclusão social.

Num estudo realizado por João Ferreira de Almeida et al (1992: 67), procurou-se identificar os grupos que apresentam uma maior vulnerabilidade face à pobreza: idosos pensionistas, agricultores de baixos rendimentos, assalariados de baixo nível de remuneração, trabalhadores precários e da economia informal, minorias étnicas, desempregados, jovens de baixa escolaridade e qualificação à procura do primeiro emprego, famílias monoparentais.

Hespanha et al (2000: 309) constataram que existem pessoas que não estão a beneficiar dos seus direitos sociais devido ao desconhecimento que existe relativamente aos serviços sociais locais. A isto acresce por vezes o sentimento de vergonha, sentido muitas vezes pelas pessoas que vivem em situações de pobreza extrema, o que lhes impede de pedir auxílio.

De encontro ao exposto anteriormente, Capucha (1990: 32) salienta que são “os grupos mais deficitários em recursos (isto é, com menos poder), (...) aqueles que menos se fazem representar nas organizações do poder político, cultural, administrativo e de exercício da violência legitimada”. A melhor forma destes grupos se fazerem representar junto do poder político passa pela “instituição oficial dos seus interesses”, através da sua participação. O Associativismo popular possibilita nas palavras do mesmo autor “transformar os excluídos em grupos de pressão capazes

de expressar os seus interesses, de se fazer representar e de negociar com as organizações do poder” (*idem*: 33). O associativismo declara-se portanto, como um meio singular na promoção social dos pobres, proporcionando um papel efectivo na integração social dos mesmos.

Alberto Melo e Ana Benavente, no seu livro intitulado “A educação popular em Portugal (1974-1976)”, destacam a importância das iniciativas populares. Divulgam o trabalho desenvolvido pela Direcção Geral de Educação Permanente (D.G.E.P.) em finais de 1975, que proporcionou o desenvolvimento de um novo tipo de relações entre os organismos oficiais e as iniciativas populares. Segundo os mesmos autores “a D.G.E.P. mostrou o que poderia ser uma administração pública ao serviço das iniciativas populares”. Contudo, para se evitar a marginalização destas associações por parte da população, as associações de educação popular e outras organizações similares, deverão ser reconhecidas pela legislação, assim como pela administração do Estado (1978: 18).

Em Portugal, tem-se apostado no combate à exclusão através de vários Programas com vista à integração e à inclusão. Destaca-se o Plano Nacional de Acção para a Inclusão que já vai na sua quinta edição: 2001-2003, 2003-2005, 2005-2006, 2006-2008, 2008-2010<sup>9</sup>. Este consiste num instrumento de planeamento que visa combater as situações de pobreza e de exclusão no nosso país, apresentando prioridades e metas com vista à inclusão social. Os grandes objectivos deste plano consistem em: 1) Promover a participação no emprego e o acesso de todos aos recursos, aos direitos, aos bens e aos serviços; 2) Prevenir os riscos de exclusão; 3) Actuar em favor dos mais vulneráveis; 4) Mobilizar o conjunto dos intervenientes.

---

<sup>9</sup> Os Planos Nacionais de Acção para a Inclusão poderão ser consultados no endereço electrónico: <http://www.pnai.pt/>

Estas estratégias têm contemplado o acesso aos recursos básicos, porém, nas palavras de Fernandes (2000), mais do que a ausência de recursos e de emprego, a exclusão na sociedade portuguesa deve-se essencialmente à dependência (ou ausência de autonomia) dos indivíduos (*cit. in* Monteiro, 2002: 27).

Fernando Ruivo (2000b: 15), expõe a importância de uma acção em rede como forma de combater os fenómenos da pobreza e exclusão social:

“(…) só através de uma acção colocada em rede, muito especialmente de uma rede local coordenada e dinâmica, em que imperem ou possam vir a imperar os princípios da participação e do parceria, se conseguirá lidar com muitos problemas sociais, muito especialmente os relativos ao fenómeno complexo da exclusão social”.

Destaca o facto de muitas autarquias não desempenharem uma intervenção directa no combate a estes fenómenos, mantendo uma prática predominantemente assistencialista. Na sua opinião, os municípios deverão “assumir maiores responsabilidades”, adoptando um papel de mediação entre os diversos parceiros (*idem*: 16). As redes estimulam a resolução de determinados problemas, dependendo a luta contra a exclusão muitas vezes da existência de boas redes de contactos e conhecimentos. Porém, o que se assiste muitas vezes é a não existência de uma actuação conjunta entre as diversas instituições e associações, podendo mesmo vir a observar-se situações de competição entre as mesmas, correspondendo a uma “actividade fragmentada e atomizada” (*ibidem*: 37).

## 2.9. Associativismo e movimentos sociais em Portugal

Em Portugal, o movimento operário e sindical apesar de manifestar um carácter profundamente heterogéneo, constituiu o primeiro movimento de raiz popular. Elísio Estanque anota que no nosso país entre Abril de 1974 e Novembro de 1975 se assistiu a um vasto movimento social de norte a sul do país, sendo que este período revolucionário permitiu a combinação dos “velhos” e dos “novos” movimentos sociais (1999: 101-102).

Após o 25 de Abril despontaram as denominadas “associações de moradores” que lutavam pela satisfação das suas necessidades. Estas associações que de início detinham a especificidade de movimento social, transformaram-se com o tempo em associações. Isto porque que as suas reivindicações não atravessavam a sociedade no seu todo, restringindo-se a sua luta a uma categoria de conflitos. Emergem no mesmo período as associações ligadas à reforma agrária, que se opunham à concentração da propriedade fundiária. À data do 25 de Abril os movimentos de tipo pacifista e ecológicos não constituíam ainda uma realidade no cenário português. Foi neste sentido, que Boaventura Sousa Santos (1994: 229) apontou os velhos movimentos sociais como “novos” e que os novos movimentos sociais, eram no sentido político muito fracos ou mesmo inexistentes.

As associações populares em Portugal constituem nas palavras de Norbeck (1983), “... uma importante fonte de inspiração e campo fértil para fazer crescer a democracia”, necessitando para tal, de todo o auxílio. Estas permitirão o fortalecimento das instituições, constituindo uma verdadeira inspiração para a democracia portuguesa (*idem*: 7).

No entanto, o nosso país detém baixos índices de participação cívica, o que poderá ser em parte resultado de uma democracia ainda muito jovem. O Estado-Providência português surgiu na década de 70, manifestando grandes atrasos relativamente aos restantes países europeus, razão que poderá explicar o baixo investimento no sector social.

Num inquérito realizado por Luís França na década de 90 sobre os valores dos Portugueses, averiguou-se o seguinte:

“Contrariamente a algumas ilações retiradas de inquéritos anteriores à juventude portuguesa onde se afirmava que os jovens eram social e politicamente pouco associativos e participativos, não se verifica que a idade seja uma variável pertinente para a taxa global de pertença a associações, incluindo a grupos e partidos políticos. Parece, assim, que não nos encontramos perante um problema juvenil mas sim da população em geral. Por outro lado, este problema da população portuguesa não consistirá tanto numa falta de participação política (a única semelhante à europeia) e sim numa falta de participação tout court: seríamos, assim, um povo pouco associativo e pouco participativo” (França 1993: 71).

Mais recentemente, foi encetado outro estudo, coordenado por José Manuel Leite Viegas sobre “Cidadania e participação política e social: atitudes, comportamentos e mudanças institucionais”, através do qual se estudava o envolvimento dos portugueses nas associações, chegando-se à conclusão de que é nas “associações desportivas, culturais e recreativas”, seguidas das “associações de solidariedade social e religiosas” que se registavam os valores mais elevados de participação. Estas são associações que apesar de contribuírem para a integração social e para o fortalecimento das identidades, pouco contribuem para a participação política. Em oposição, as associações em que se regista uma menor participação são aquelas que poderiam contribuir de forma útil para o debate público, ou seja, as “associações de consumidores” e as “associações de defesa de direitos de cidadania e valores sociais” (Viegas, 2004: 46).

De facto, e tal como descreve Villaverde Cabral (1992) assiste-se na sociedade portuguesa a um crescente distanciamento entre a população e as elites políticas, “a par de uma desmobilização cognitiva, profundamente associada à permanência de formas estruturais de iliteracia mas,

igualmente, ao acumular de défices de cidadania em várias esferas sociais” (*cit. in* Lopes, 2004: 304).

José Manuel Leite Viegas (1986: 105), refere também a importância que o futebol tem ocupado enquanto fonte mobilizadora de grupos populares no nosso país. Este detém um carácter interclassista, compreendendo distintas camadas sociais, enquanto as associações de tipo cultural-recreativas conservam um carácter mais classista. O mesmo se observa em relação à dimensão dos grupos, enquanto os grandes clubes manifestam uma composição classista, nos pequenos clubes predomina a homogeneidade social (*idem*: 104-105). Salienta ainda, a importância de outros grupos, como o papel dos grupos folclóricos na conservação das tradições populares, as associações de âmbito institucional, como a Igreja e o Estado, assim como as Casas do Povo que foram impulsionadas pelo Estado Novo, ou os Centros Populares de Recreio e os Centros de Alegria no Trabalho (*ibidem*: 106-107).

No nosso país, ainda se assiste a uma supremacia das associações de tipo tradicional, ou seja, as associações de tipo cultural/recreativo e desportivo, pelo que o novo paradigma ainda não é uma realidade consistente. Não obstante, a constatação da grande presença de associações de tipo mais tradicional, há todo o despoletar de um novo campo associativo, designadamente, o caso das associações de defesa do património ambiental e histórico-cultural, as associações de lazer e questões cívicas e identitárias (Martins, 2004: 91).

## **Cap.III. Associativismo, Participação Política e “Policy-Process”**

### **III.1. A evolução das funções do Estado**

#### **3.1.As funções do Estado, as abordagens clássicas**

Para Tocqueville, nas sociedades modernas corria-se o sério risco do Estado ser conquistado por um ditador. Os indivíduos, consumidos pela luta diária de aquisição de bens materiais, tendiam a desinteressar-se pelo bem colectivo, afastando-se progressivamente dos assuntos políticos (Tocqueville, 2001). Ponderava, tal como Montesquieu, a necessidade da existência de:

“...uma pluralidade de centros de decisão, de órgãos políticos e administrativos, equilibrando-se uns aos outros. E uma vez que todos os homens participam do soberano, é necessário que aqueles que exercem o poder sejam, de certo modo, os representantes ou os delegados dos governados. Por outras palavras, é necessário que o povo, tanto quanto isso seja materialmente possível, se governe a si próprio” (Aron, 2004: 223).

Tocqueville atribui um grande peso às acções voluntárias. A orientação da acção dos indivíduos através de associações, de forma a atingirem os seus interesses, permitiria moderar o poder do Estado e, ao mesmo tempo aumentar a sua consciência cívica e política.

Por sua vez, Durkheim reconhece o Estado como instituição fundamental da sociedade moderna.

Nas suas palavras:

“Uma infinidade de funções, que estavam difusas, concentram-se. A preocupação de velar pela educação da juventude, de proteger a saúde pública, de presidir ao funcionamento da assistência pública, de administrar as vias de transporte e de comunicação, entra pouco a pouco na esfera de acção do órgão central” (1989: 254).

Face ao exposto, apura-se a não concordância deste sociólogo com as teses apologistas de um “Estado mínimo”. No âmbito destas destaca-se a preconizada por Adam Smith, que apreciava o mercado como um mecanismo auto-regulador. Promovia o não intervencionismo, uma vez que encarava o intervencionismo como prejudicial. Segundo este, seria o progresso económico que conduziria à resolução dos problemas de justiça social e equidade. Do seu pensamento teórico evidencia-se a denominada “Teoria da Mão Invisível”. Esta teoria declara que se num sistema for dada uma total liberdade de consumo aos consumidores, estes serão guiados por uma mão invisível, de forma a fazer o que é melhor para o mercado. Cada indivíduo, ao agir no sentido de maximizar o seu bem-estar, acabará por contribuir para o bem-estar geral. As suas acções permitirão que o mercado se regule, para que todos possam beneficiar. A mão invisível possibilita o equilíbrio entre a oferta e a procura. Contudo, apesar desta concepção, Adam Smith não é tão extremista como outros autores que, tal como Herbert Spencer, advogam o fim do Estado de forma a libertar os indivíduos. Para Smith deverá ocorrer uma autonomia do económico relativamente ao político, incumbindo ao Estado o papel de manutenção da segurança militar, administração da justiça e a manutenção de certas instituições públicas, admitindo que a intervenção do Estado noutros domínios ao invés útil seria prejudicial.

Analogamente Durkheim opõe-se às teses marxistas, que encaravam o Estado como um instrumento ao serviço da classe dominante, constituindo-se como um mecanismo de exploração e de opressão da classe dominada:

“Quando no decorrer do desenvolvimento, os antagonismos de classe tiverem desaparecido e toda a produção estiver concentrada nas mãos de indivíduos associados, o poder público perderá o seu carácter político. O poder público, no sentido estrito do termo, é o poder organizado de uma classe para oprimir outra. Se na luta contra a burguesia, o proletariado for forçado a unir-se numa classe; se através de uma revolução se constituir em classe dominante e, como tal, abolir violentamente as antigas relações de produção – então abolirá ao

mesmo tempo que este sistema de produção as condições de existência do antagonismo de classe, então abolirá as classes em geral e, por isso mesmo, a sua própria dominação enquanto classe. A antiga sociedade burguesa, com as suas classes e os seus conflitos de classe, dá lugar a uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um será a condição do livre desenvolvimento para todos” (Manifesto Comunista, Obras, t.I, pp.182-183) citado por (Aron, 2004: 148).

Karl Marx observava a política e o Estado como factos secundários, via o poder político como condição para a existência de conflitos sociais, constituindo o recurso a este a forma utilizada pela classe dominante para oprimir a classe dominada (*idem: 148*).

Embora Durkheim (1983: 58) apreciasse o Estado como propiciador da solidariedade colectiva, estava no entanto, ciente dos perigos que poderiam advir se este se tornasse num órgão demasiado poderoso: “não poderá o Estado vir a tornar-se despótico, por sua vez?”, e desta forma invadir as liberdades individuais. Esta ocorrência poderá ser acautelada através de uma extensa rede de grupos secundários que estabeleçam uma relação de mediação entre o Estado e os indivíduos, designadamente, as associações e corporações. Porém, Durkheim indica igualmente os riscos que poderão advir se os grupos secundários forem tentados a ocupar uma posição de dominação sobre os seus membros, restringindo a sua liberdade individual. Como tal, defende o controlo mútuo entre ambas as partes e, conseqüentemente, o equilíbrio de poder, evitando-se desta forma a propensão para a dominação de um sobre o outro (*cit. in Monteiro, 2004: 60-62*).

### **3.2.A crise do Estado-Providência e a partilha de responsabilidade social**

O período de constituição do Estado-Providência no século XX, corresponde ao período de adopção por parte do Estado de responsabilidades de protecção social. O Estado de bem-estar

resultou da preocupação existente nesta época com os grupos fragilizados da sociedade, constituindo a forma de Estado adoptada pela maioria dos países ocidentais. O conceito de Estado-Providência surge após a 2ª Guerra Mundial, assim como o conceito de segurança social, generalizando-se a ideia de responsabilidade do Estado perante a garantia do acesso de todos os cidadãos à protecção social.

Segundo Mishra (1981: 43), as origens do Estado-Providência advêm da mudança social relacionada com o processo de industrialização nas sociedades modernas. Entre estas mudanças estão, o crescimento da população, principalmente da idosa, que acompanha o desenvolvimento económico; a expansão da divisão do trabalho e o assalariamento da mão-de-obra; o crescimento do desemprego cíclico; os períodos de ausência de salário por acidente e doença; a necessidade de educação da população operária e, o enfraquecimento das formas de organização tradicionais de suporte familiar. O Estado-Providência resultou, efectivamente, não só dos recursos obtidos através do processo de industrialização, mas também das necessidades de uma sociedade em desenvolvimento (*cit in*. Monteiro, 2004: 63).

Face à nova ordem social em emergência, numa sociedade cada vez mais complexa e diferenciada, o Estado-Providência não tem conseguido dar resposta a fenómenos como o desemprego e o envelhecimento da população. Esta forma de Estado, é o resultado de um processo de ajustamento económico e da situação das distintas classes sociais no âmbito do sistema sócio-económico capitalista (Esping-Andersen, 1990 *cit in*. Rodrigues, 2000: 187). Neste sentido, salientam-se os contributos de Keynes no impulsionamento do Estado interventor e compensador, mas ao mesmo tempo promotor da paz social. Keynes teorizou o Estado-Providência como o resultado de um compromisso entre o Estado, o capital e o trabalho, no qual os capitalistas abdicavam de parte dos seus lucros e os trabalhadores de parte das suas reivindicações. Ao Estado seria atribuído o papel

de transformação dos recursos financeiros provenientes da tributação do capital privado e dos rendimentos salariais, em capital social (*idem*).

Segundo Claus Offe (1975: 125) citado por Santos (1990: 198), à medida que o Estado-Providência se foi solidificando, foi substituindo as suas políticas que no início eram “distributivas” por políticas “produtivas”. Desta forma, o Estado produz “educação, inovação tecnológica, infra-estruturas, energia, saúde, habitação”. Esta alteração nos procedimentos do Estado concorreu para uma grande expansão da burocracia. A sua crise financeira proveio, precisamente, da sua tendência para fazer despesas acima dos seus recursos (*idem*: 204). A rigidez dos direitos sociais é outro factor apontado para a crise do Estado-Providência, isto porque, após a criação destes, a sua alteração ou eliminação é inaceitável. A anulação destes direitos sociais poderia originar grandes custos políticos ao governo que tomasse essa diligência. Por fim, Sousa Santos fala num aspecto de ordem sociológica e cultural que está por detrás da crise do Estado, destacando o descrédito intelectual face a este. Nas suas palavras, não se poderá falar verdadeiramente numa crise, mas sim num processo de transformação em que o Estado-Providência “sofrerá profundas alterações mas sobreviverá, por certo, às suas crises” (*ibidem*: 212).

Efectivamente, as condições de base sobre as quais o Estado-Providência começou a operar têm sofrido profundas mutações. O contexto de crescimento económico e a tendência de pleno emprego que se vivia na época, já não é uma realidade, sendo que os níveis de crescimento diminuíram significativamente e a taxa de emprego não pára de se deteriorar. Outros fenómenos, como o desemprego e o envelhecimento da população têm desencadeado o desequilíbrio financeiro do sistema de protecção social, colocando em questão os compromissos que o Estado do Bem-Estar tinha assumido.

Os Estados manifestam um poder cada vez mais enfraquecido para fazer frente às necessidades sentidas pelas populações. No entanto, como expõe Innerarity: “Não se pretende suprimir o estado, mas o contrário: consolidá-lo e torná-lo mais eficaz, com menos burocracia e mais transparência, para o que é inevitável que ele se retire de muitos dos ângulos sociais que ocupa” (Innerarity, 2005: 245). Neste sentido, tem sido intimado a transferir poderes a organismos supra-nacionais e, inclusivamente, a uma certa perda da sua soberania através da emergência de novas autoridades, algumas delas provenientes de organizações da sociedade civil (Moreira, 2006: 2).

Monteiro acresce que, “Perante um défice de representação de determinados segmentos sociais particularmente desfavorecidos, cresce a importância de incorporar novos parceiros sociais capazes de dar expressão às suas necessidades e vontades, um papel que poderá caber às associações” (2002: 88).

O Estado que anteriormente detinha um papel de unificador da vida social, manifesta agora um certo afastamento. Este facto é visível através da desvinculação crescente dos partidos políticos, assumindo esta competência outro tipo de instituições, como as associações (Vilça, 1993: 53). Por todo o lado surgem movimentos colectivos reivindicando ao Estado a participação na vida social.

Ulrich Beck (1998: 242-253) admite que “a política ter-se-ia deslocado das áreas oficiais – parlamento, governo, administração política – para a zona cinzenta do corporativismo”, sendo que as associações que intervêm no tecido social desempenham um papel cada vez maior na tomada de decisões políticas. Numa fase de “modernização reflexiva”, assiste-se a uma alteração das relações de poder no interior da sociedade, passando-se do campo da política para o campo da subpolítica. Com o crescente aumento da subpolítica é imperativo que as decisões tomadas no seio das associações voluntárias sejam reforçadas por um quadro jurídico de forma a torná-las vinculativas.

Constata-se a perda de uma certa centralidade política, surgindo novas modalidades cuja gênese se encontra na política informal.

As associações, pelo facto de se encontrarem mais próximas do cidadão do que as instituições políticas, desempenhariam um papel de mediador entre os cidadãos e os problemas da colectividade. Estas permitiriam aumentar a consciência cívica e política dos cidadãos (Tocqueville, 2001). Perante este novo contexto, no qual as associações ocupam um papel ao nível da gestão política local, os partidos políticos vêm ameaçada a sua função de mediadores políticos. As pessoas sentem-se mais próximas das associações, encontrando nestas uma forma mais aberta de participação. Os cidadãos desenvolvem também uma maior confiança nestas, visto que acreditam que estes serviços não serão tão influenciados por factores económicos (Vilaça, 1993: 59).

Assiste-se a uma progressiva tendência, em que o Estado-Providência partilha a sua responsabilidade social com a sociedade civil. Perante um Estado-Providência em recuo, a questão que se coloca é a de saber se terão estas instituições não governamentais, também designadas de terceiro sector, capacidade para enfrentarem os problemas sociais e se munirem de recursos equiparados aos que têm sido fornecidos pelos serviços públicos? (Hespanha et al, 2000: 14). Diversos autores têm alegado que o sector privado não lucrativo não terá capacidade para abarcar tais responsabilidades. Porém estas beneficiam de certas virtualidades, nomeadamente a sua versatilidade, informalidade e espontaneidade (*idem*: 14). O Estado ao diminuir as suas responsabilidades na provisão directa de bens e serviços, transferindo essas competências para as empresas e organizações não governamentais, deverá no entanto, continuar a assegurar o acesso da população aos mesmos através de outras actividades.

Anuncia-se uma certa ambiguidade relativamente à repartição de responsabilidades entre a Sociedade Civil e o Estado. Segundo J. Nunes (1995: 6) assiste-se a uma nova postura da sociedade quanto ao Estado:

“assim, tanto para o lado dos conservadores como de sociais democratas e socialistas, a sociedade-providência é hoje recuperada e transcodificada como fenómeno pós-moderno, como resposta aos problemas da solidariedade social na era do capitalismo desorganizado, através da transferência para a sociedade civil das funções de protecção antes atribuídas ao Estado”(idem).

Porém, outros autores, especificamente, J. Mozzicafreddo e B.S. Santos previnem que perante o destaque atribuído à contracção do Estado se encobre uma realidade bem distinta: “os elementos indicadores de uma contracção do peso quantitativo do Estado coexistem com indicadores da expansão do papel deste nos aspectos de regulação colectiva e de orientação qualitativa do funcionamento das relações sociais e económicas” (Mozzicafreddo, 1997: 29)

Relativamente ao Estado-Providência português, este surgiu na década de 70, manifestando grandes atrasos em relação aos restantes países europeus, razão que poderá explicar o baixo investimento no sector social. Boaventura de Sousa Santos defende que o Estado português não poderá ser considerado um Estado Providência “nem pelo nível de bem-estar que produz, nem pelos processos políticos que a ele conduzem” (1990: 214). Segundo Lundström (2001), “é nos países com os Estados-Providência mais fortes que o papel de movimento social das OTS surge mais desenvolvido e institucionalizado, sendo pioneiras no desenvolvimento de serviços que depois pressionam o Estado para generalizar a toda a população”. Em Portugal, apesar das carências constatadas em relação ao Estado, destaca-se o importante papel desempenhado pelas OTS na provisão de serviços sociais (*cit in*. Ferreira, 2004: 4).

A privatização de certas funções sociais até agora executadas pelo Estado, tem adquirido analogamente notoriedade no nosso país. Não obstante, a heterogeneidade destas iniciativas, são consideradas “como um sector de utilidade pública, não estatal e não lucrativo e, supostamente avesso aos modos de organização burocrática e de mercado” (Hespanha et al, 2000: 119). Estas instituições têm vindo a substituir o Estado no domínio da provisão social de serviços assistenciais, preenchendo de certa forma as lacunas do Estado. Contudo, averigua-se que face à crescente institucionalização das políticas sociais do Estado-Providência, dá-se um sucessivo descomprometimento dos cidadãos pelas suas obrigações sociais. Roßteutscher (2000: 248), através do conceito de “democracia associativa” menciona o risco de no discurso público se legitimar a diminuição de apoios concedidos por parte do Estado para as políticas de assistência social, fomentando as organizações como substituto deste.

### **III.2. Descentralização, subsidiariedade e cidadania**

#### **3.3. Descentralização e subsidiariedade**

O grande desafio consiste em imaginar formas de governo que sejam eficazes nas condições de uma profunda descentralização e que respeitem as exigências democráticas (Innerarity, 2005: 179).

A abordagem tradicional das políticas públicas privilegiou o processo segundo o qual as políticas eram geridas de cima para baixo, assistindo-se a um exercício vertical do poder, ou seja, a políticas do tipo ‘top-down’. As decisões eram tomadas no topo da pirâmide e seriam aplicadas na base. No entanto, as mudanças estruturais a que se assistiram nas últimas décadas e que estiveram na base da crise do Estado de Bem-Estar Social, levou a que repensassem o papel do Estado.

Os Estados Europeus tomaram consciência da necessidade de se reduzir o peso do Governo Central e de aumentar a dimensão do poder local, de forma a se aproximar a solução do seu problema de

origem, pelo que se iniciou todo um programa de descentralização de competências e de financiamento para as autarquias (Bilhim, 2004: 42).

A descentralização baseia-se no princípio de subsidiariedade. Procura-se através do princípio da subsidiariedade resolver localmente o que pode ser resolvido, introduzindo mais eficiência ao sistema. As autarquias têm um papel estratégico de intervenção comunitária, numa lógica de política de proximidade que é insubstituível por qualquer outro poder público. Pelo facto de se encontrarem mais próximos dos cidadãos, possuem um maior conhecimento sobre a realidade territorial.

Com vista ao reforço do poder local nos processos de desenvolvimento têm surgido alguns documentos, designadamente, a Carta Europeia da Autonomia Local<sup>10</sup>, ou a Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local<sup>11</sup>. A Carta Europeia da Autonomia Local, também adoptada em Portugal, consagra o conceito de autonomia local como o “direito e a capacidade efectiva de as autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações uma parte importante dos assuntos públicos” (Carta Europeia de Autonomia Local, artigo 3.º, nº1),

O conceito de subsidiariedade assenta sobretudo na resolução dos problemas no local, ou seja, a acção está próximo das populações e privilegia o local como um caminho para o desenvolvimento. Parte do pressuposto que é no local que se identificam: os agentes da mudança, as necessidades e recursos, se conhecem os efeitos reais das políticas sectoriais e globais, se situam oportunidades e iniciativas. É lá que é possível inovar, testar, ensaiar, consolidar e integrar acções, criar espaços de

---

<sup>10</sup> Resolução da Assembleia da República nº28/90, de 13 de Julho.

<sup>11</sup> Elaborada e promovida pelo Conselho dos Municípios e Regiões da Europa e seus parceiros.

autonomia, organização e gestão, criar condições para o exercício da solidariedade e intervenção colectiva, assente numa estratégia de participação, planeamento e avaliação (Social Network, 2005 citado por Areias, 2007).

Segundo Bilhim, as autarquias locais em Portugal detêm um poder reivindicativo junto do Governo Central, assim como uma capacidade de intervenção nunca antes presenciada na história do municipalismo português (2004: 42). As autarquias estão a adoptar nas suas políticas municipais um conjunto de competências de intervenção directa nas áreas sociais que se encontram fora da sua esfera de competências formais, mas que a nova Lei das Finanças Locais<sup>12</sup> vem abrir caminhos através da criação do Fundo Social Municipal.

Tal como defende Fernando Ruivo (2000b: 129):

“À medida que o compromisso directo e imediato do Poder Central em termos de políticas sociais tende a decrescer, podemos ser levados a acreditar que são o Poder Local, a sociedade civil local e os sectores privado e voluntário quem, progressivamente, assumirão o desafio de um trabalho partilhado ...”

Só através de uma verdadeira descentralização do poder político, se poderá assistir a uma sociedade verdadeiramente democrática, uma sociedade em que se verifique o equilíbrio entre os valores da liberdade e da igualdade. Urge actuar na diminuição das desigualdades, promovendo a participação e a inclusão social. A participação em associações poderá, neste sentido possibilitar a diminuição dos custos políticos e económicos da vida em sociedade.

---

<sup>12</sup> Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro.

### 3.4. Governação e cidadania

Os fundadores do governo representativo encaravam como impraticável o governo pelos cidadãos. Esta abordagem conservadora defendia que as democracias funcionam melhor com um baixo nível de participação e que o envolvimento dos cidadãos na política deveria ser condicionado ao acto eleitoral. Recentemente, emergiram diversos receios quanto aos efeitos da participação política e pública dos cidadãos nas instituições representativas, sugerindo a importância de uma “cultura mista democrática”, na qual os cidadãos participem, sem contudo determinarem as decisões essenciais. Para Arlindo Mota (2005: 9), esta constitui uma espécie de “terceira via” que “reconhece a impossibilidade de realizar uma democracia totalmente participativa numa democracia representativa”. Defende ainda, que a intervenção excessiva poderia originar um excesso de pedidos e pressão sobre os governantes. Por outro lado, encontram-se as teorias que preconizam uma participação política mais activa, apurando o governo local como espaço privilegiado de democracia participativa.

Entre as abordagens defensoras da participação social, perspectivando o diálogo entre o Estado e a sociedade como desejável, encontra-se a de Barber (1984), que enuncia o conceito de strong democracy (democracia forte) por oposição à weak democracy (democracia débil). “Strong Democracy” constitui uma forma moderna de democracia participativa e está ligada aos conceitos de participação e de cidadania inclusiva. Para alguns autores, a participação poderá constituir um bom suplemento para o bom funcionamento da democracia representativa (*idem*: 117).

António Teixeira Fernandes, esclarece que a concentração de poder, não só a nível político, mas também económico, constitui um dos principais entraves ao bom funcionamento da democracia,

sendo necessária a participação, a inclusão social e política, assim como a diminuição das desigualdades (*cit. in. Viegas et al, 2004: 1*). Adverte ainda, para a existência de uma democracia política formal nas sociedades ocidentais, em que “o poder é exercido autoritariamente pela minoria de uma maioria que ganhou as eleições” (2004: 38).

Para Augusto Santos Silva e António Teixeira Fernandes, a resolução dos problemas políticos actuais depende da “necessidade de aprofundamento da democracia a todos os níveis da vida social e não só no campo estritamente político”. Salienta-se a importância da participação social e política, o fortalecimento da sociedade civil, ou seja, das suas instituições, associações e identidades, no desenvolvimento (*cit in. Viegas et al, 2004: 1*).

O poder local poderá ocupar um papel chave em todo este processo. O fortalecimento da democracia encontra-se especialmente dependente do poder local, associações e grupos presentes nas diversas localidades. No entanto, o que se presencia, e a comprová-lo está a pesquisa seguida por Stoer e Rodrigues (1994:186), é que apesar das organizações de acção local se afirmarem na área da cidadania, principalmente devido aos conhecimentos que detêm sobre os locais, todavia, a intervenção destes grupos não constitui uma “intervenção de pressão e/ou resistência/mobilização face aos problemas locais”.

Outro facto, prende-se com o fechamento dos políticos, sem que haja a devida comunicação com a população. É indispensável a aproximação entre eleitores e deputados. As sociedades necessitam urgentemente de um forte investimento em cultura cívica e em cultura política. Predomina a necessidade de novas instituições, onde sejam contempladas as mais variadas áreas sociais. É necessária a activação da consciência colectiva e da participação, permitir que a gestão pública se estenda a toda a população sem excepção.

### **III.3. Da gestão municipal para a governança municipal**

#### **3.5. Formas de relacionamento tradicionais**

Agnew (1987: 57) declara que “o poder se encontra espraiado pela sociedade numa complexa teia relacional, e não concentrado de forma exclusiva num vértice isolado de uma pirâmide (...). Assim, para a obtenção de recursos, a política local, mais do que um sistema passivo de tradução de necessidades, constituirá um processo activo de fornecimento de sentido e operacionalização de poder” (*cit in.* Ruivo, 1994: 97). O poder local deverá constituir os seus circuitos de acesso ao poder, nomeadamente, através das suas ligações local-central, visto que depende da influência política que lhe é provida pelo Estado. As elites locais possuem a “possibilidade de dosear, em maior ou menor medida, a canalização de recursos para as suas comunidades” (*idem*: 98).

As relações estabelecidas entre organizações são na maior parte das vezes de tipo informal, apontando neste sentido para um Estado dual, ou seja, “O Estado formal corre paralelo ao Estado informal (...) o Estado oficial coexiste com um Estado paralelo, subterrâneo” (Santos, 1985: 891), ocorrendo um afastamento face aos processos legais instituídos. No mesmo sentido, Fernando Ruivo denuncia a presença de processos alegais no relacionamento das Câmaras Municipais com os órgãos do poder central (1994: 102). “A informalidade das regras de actuação entre os dois poderes desenvolve-se para lidar com papéis, princípios e necessidades organizativas que o sistema formal não providencia...” (*idem*: 104).

Ruivo acresce ainda, que em Portugal existem diferentes mecanismos de transferências financeiras do Poder Central para o Local, sendo que um é baseado em critérios legais e objectivos, enquanto o outro é mais subjectivo, alicerçado no “agenciamento de cunho pessoal”. O segundo tipo de relacionamento consiste numa “negociação de tipo individual”, dependendo a obtenção de recursos financeiros por parte do poder local de um intenso poder relacional, acrescido de práticas de

influência. Factos estes, que incitam o mesmo autor a denominar o Estado português de Estado labiríntico (Ruivo, 2004: 3).

Relativamente ao relacionamento do Estado com as Associações, Viegas (2004: 33), defende que no modelo de democracia participativa resultam certos benefícios da institucionalização das relações entre o Estado e as Associações. Por um lado, os decisores políticos beneficiariam de uma melhor informação reunida pelas associações, os interesses seriam representados de uma forma mais equitativa, verificar-se-ia um aumento da participação cívica dos cidadãos e, por último, a participação das associações permitiria ganhos na eficácia governativa.

Hespanha et al (2000: 129) rotulam esta relação de ambivalente:

“Se por um lado, sobretudo ao nível do discurso político, estes grupos de cidadãos são reconhecidos e valorizado o seu contributo para a resolução das questões sobre que actuam, por outro lado houve pouca flexibilidade da organização burocrática para acolher as novas formas organizativas da participação dos cidadãos na renovação do sistema de protecção social. Por parte dos serviços estatais foram, em regra, colocados todo o tipo de impedimentos legais e dificuldades burocráticas ao reconhecimento e aceitação dessas formas organizativas como entidades credíveis para negociar com o Estado regimes de cooperação, ou mesmo como suporte institucional dos serviços prestados às populações” (*idem*).

Contudo, as associações têm conquistado terreno no que toca à sua relação com o Estado. O número de acordos entre ambos tem aumentado substancialmente, assim como os apoios concedidos pelas autarquias às associações, apesar de estas relações com o poder de Estado se processarem na maioria dos casos, em negociações reservadas (Viegas 2004: 43).

O associativismo surge mesmo identificado como um meio de apoio do poder. Muitas vezes as organizações do Estado procuram legitimar-se através das suas ligações às associações locais. Alcançam através destas os seus objectivos e as associações por sua vez, beneficiam destes apoios negociados, obtendo recursos favoráveis ao seu desenvolvimento (Capucha, 1990: 39).

Santos (1987: 40), denuncia neste sentido, a tendência existente de dependência das instituições da sociedade civil relativamente ao Estado, designando-a de sociedade civil secundária, devido à sua incapacidade de autonomia. Apesar de juridicamente independentes, dependem financeiramente deste.

Em diversos estudos é destacada a elevada dependência das associações face ao Estado, principalmente devido aos apoios financeiros que arrecada deste. Uma forma destas instituições adquirirem uma maior independência seria através da obtenção de receitas próprias. Porém, o que se detecta é a excessiva dependência da maioria das IPSS relativamente aos seus subsídios. As comparticipações são fixadas anualmente mediante protocolo entre o Ministro e as Uniões representativas das Instituições. São comparticipações uniformes, não atendendo às especificidades de cada instituição.

Segundo o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social de 1979, no modelo de relação entre o Estado e as Instituições, destaca-se a liberdade de associação, as associações são livres de escolherem as suas áreas de actividade, pelo que foram eliminadas as anteriores formas de intervenção tutelar da Administração, a qual ficará restrita aos poderes constitucionais de regulamentação, coordenação e fiscalização. As instituições assumem ainda responsabilidades sociais e jurídicas perante a sociedade e o Estado e perante os beneficiários. O apoio do Estado e das autarquias locais destina-se a reforçar os recursos próprios das instituições, aumentando-lhes as

possibilidades de actuação e melhorando a qualidade destas. Reforça-se também a cooperação interinstitucional e das instituições com os serviços públicos de forma a aproveitar os recursos.

Com a revisão do Estatuto das IPSS, pelo Dec –Lei 119/83, mediante o artigo 4º relativo ao apoio do Estado e das Autarquias, reafirma-se o apoio do Estado a estas instituições, não constituindo este apoio qualquer limite ao direito de livre actuação das instituições. A cooperação constitui para as instituições uma fonte de recursos, principalmente financeiros, enquanto para o Estado permite a sua desresponsabilização da provisão social directa. Contudo, há que salientar que as associações que se encontram dependentes destes apoios por parte do Estado, têm a sua dinâmica de certa forma cativa de um bom relacionamento, tal como foi constatado pelo estudo de Martins (2004: 94).

Segundo A.T. Fernandes (1998: 152), apesar de as associações reclamarem um certo “apolitismo”, a sua acção nunca se poderá distanciar dos problemas políticos:

“as associações, ainda que recusem frequentemente agir politicamente, debatem-se com problemas que são essencialmente políticos. São corpos intermédios onde se abordam questões que se põem à sociedade global e onde se oferece aos cidadãos uma vivência democrática de diálogo e de permanente confrontação. A promoção da vida associativa dá um outro sentido e uma diferente expressão à democracia local”.

Sobre o relacionamento do poder local com as Associações, Vilaça (1991: 183) no seu estudo sobre o *Associativismo urbano e participação na cidade* expõe a concepção “teatral” que existe relativamente ao poder político, na qual as associações acabam por entrar numa espécie de um

jogo, exercendo pressão sobre o poder local. São estabelecidas estratégias, nomeadamente, a filiação partidária do dirigente associativo com o desígnio de aumentar o seu poder negocial<sup>13</sup>.

Neste âmbito, evidencia-se também o papel que o presidente da câmara ocupa muitas vezes, enquanto gestor de redes relacionais. Estes possuem uma verdadeira autoridade popular, pertencendo muitas vezes a associações e colectividades ou exercício de profissões de poder ou estatuto (Silva, 2004: 29). As redes de relações estabelecidas com as associações locais integram uma fonte importante da pessoalização do poder dos presidentes da Câmara. Segundo um estudo concretizado por Mozicaffredo et al, averiguou-se que grande parte dos presidentes entrevistados são dirigentes de associações desportivas e recreativas e por fim em menor dimensão culturais. Estas constituem o tipo de associações consideradas pelos presidentes como as mais importantes para o Concelho. O relacionamento das associações com o poder autárquico permite a satisfação das suas necessidades, assim como a obtenção de legitimidade (1989: 54). Concluíram ainda que são as associações desportivas, recreativas e culturais, os grupos económicos que exercem uma maior pressão e que possuem uma maior influência sobre os executivos (*idem*: 63).

Depreende-se que a colaboração das associações com as Câmaras é muito reduzida, sendo a sua posição principalmente reivindicativa. A dependência das associações face às Câmaras e a procura de lealdades políticas devem-se em parte à procura do acesso aos recursos dos municípios. O associativismo tradicional, apesar de se encontrar muito próximo do poder autárquico, a sua relação face a este consiste numa relação de dependência, daí a não possibilidade de confrontação de interesses divergentes. E a sociedade civil, pelo facto de não se revelar forte e autónoma, não possui a propensão para o seu favorecimento.

---

<sup>13</sup> Sobre o mesmo propósito e tal como já foi referido anteriormente no ponto 2.3 referente ao Associativismo e Exclusão Social, consultar Luís Capucha pp.33.

### 3.6. Novas formas de governação do “policy-process”

Perante a complexificação da realidade existente, mediante as transformações ocorridas numa sociedade que se perspectiva cada vez mais global e interdependente, a sociedade da informação e do risco, cujos problemas são cada vez mais ocasionados a nível global, no entanto vivenciados ao nível local, regional, nacional e transnacional, urge a necessidade dos governos se envolverem com os cidadãos nos processos de tomada de decisão. Desta forma, a regulação política transnacional tem progredido no sentido em que se exige uma maior participação dos cidadãos, através da valorização do papel desempenhado pela sociedade civil. Para Tom Burns (2004: 125), a “... política da democracia convencional (...) encontra-se ameaçada por novas formas de governança”. As formas de governação são cada vez mais diversificadas, originando a discussão relativamente ao papel executado pelos governos nacionais, parlamentos, partidos políticos e indivíduos. No processo de governança assiste-se a um envolvimento de diversos agentes:

“A diversidade dessas formas é baseada sobretudo na (e envolve agentes da) sociedade civil. Em muitos casos, estas interagem com as instituições estatais e penetram no seu interior. Os agentes da sociedade civil não são apenas agentes de mercado e grupos de interesses económicos, mas também grupos de interesses públicos, movimentos sociais, organizações de auto-ajuda, agentes religiosos e associações de diversos tipos” (*idem*: 125-126).

Num momento de crescente descontentamento dos cidadãos relativamente às instituições democráticas, as autarquias defrontam-se com a necessidade de inovação. As exigências face a estas mudaram. Já não se exige que seja um grande empregador, mas sim, que preste serviços públicos de qualidade, com eficiência, economia e eficácia. Contudo, impera uma imagem negativa do sistema político. Os cidadãos acreditam que as suas opiniões não são ouvidas e estão insatisfeitos relativamente à forma como as questões são tratadas. A comprová-lo está a sua baixa participação nas actividades políticas.

Com a crise instalada na década de 70, e a consequente estagnação das economias, surgem novos movimentos apoiados no conceito de New Public Management. Defensores de uma Nova Administração Pública, gerida como uma empresa, servindo-se dos exemplos adoptados nas práticas de gestão privada. Procurava-se aumentar a sua eficiência e eficácia. Contudo, a transferência das ideias da gestão privada para o sector público não é um processo fácil, visto que, os cidadãos são mais do que clientes e a sua participação não se deverá restringir a inquéritos sobre satisfação ou fóruns públicos (Araújo, 2002: 3).

Para a compreensão das políticas públicas é fundamental a percepção de alguns conceitos da “policy analysis”, nomeadamente, ‘policy’, ‘politics’ e ‘polity’, que resumem as três dimensões da política. ‘Polity’ para denominar as instituições políticas, ‘politics’ para os processos e comportamentos políticos e ‘policy’ para os conteúdos da política pública. Segundo Frey (2000: 216), a dimensão institucional ‘polity’ refere-se à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico e à estrutura institucional do sistema político-administrativo; a dimensão processual ‘politics’ tem em vista o processo político, usualmente de cunho conflituoso, referente à imposição de objectivos, assim como aos conteúdos e às decisões de distribuição; por sua vez, a dimensão material ‘policy’ refere-se aos conteúdos concretos, ou seja, ao formato dos programas políticos, aos conteúdos técnicos e materiais das decisões políticas. Estas constituem três dimensões interdependentes, que se influenciam mutuamente, principalmente as dimensões ‘policy’ e ‘politics’. Quer dizer, há uma clara interdependência entre os processos e os resultados das políticas.

Para a análise das políticas públicas é ainda relevante a compreensão do ‘policy-cycle’, segundo o qual o processo político-administrativo é analisado em vários momentos sucessivos. O ciclo político é usualmente dividido nas fases da formulação, da implementação e do controlo dos

impactos da política, no entanto, Frey (2000: 226) sugere as seguintes fases, que considera mais importantes do ponto de vista analítico: “percepção e definição de problemas, ‘agenda-setting’, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correcção da acção”. Após a fase da avaliação e da correcção da acção, são apreciados os programas implementados e, no caso de não se terem atingido os objectivos do programa, ou se suspende ou finaliza o ciclo político, ou então poderá iniciar-se um novo ciclo.

Emerge neste contexto, o conceito de governança ou governância. Este provém do sector privado, mais concretamente da teoria da gestão estratégica empresarial e tem a ver essencialmente com um bom governo da organização (corporate governance). A governança baseia-se na ideia de que as organizações se estendem para além da sua realidade física, integrando uma rede pluridimensional de cidadãos (Carneiro, 2003: 21). Deverá ser estimulada a participação, apostando naquilo a que se designa de “responsabilidade distribuída”, de forma a adoptar o modelo de difusão de responsabilidades e executar o princípio da subsidiariedade (*idem*). A governança destaca a natureza multi-nível dos processos políticos. Face à ineficácia das políticas centralizadas, através do princípio de subsidiariedade, verificou-se a possibilidade de articulação sub-nacional, permitindo a partilha de responsabilidades entre diversos níveis de governo e administração.

Segundo Covas (2007: 13) a governança:

“é uma rede de relações muito compreensiva entre actores públicos e não públicos, que mantêm entre si relações não-hierárquicas, policêntricas e mutuamente dependentes, em redor de funções de regulação de conflitos (reais e potenciais) de interesses, em vez da convencional e hierárquica redistribuição de recursos orçamentais que caracteriza o Estado-providência. Uma espécie de administração geral dos interesses da União (“networking-state/policy-networking paradigm”).

A governança consiste, portanto, numa interacção estável entre diversos agentes, com vista à satisfação de necessidades comuns. Estas organizações tornam-se interdependentes na prossecução dos seus objectivos, desenvolvendo uma relação baseada na confiança e na lealdade. Têm-se observado alterações na forma de governação, surgindo um novo tipo de interacções, em que o governo e a sociedade deixam de actuar isoladamente, passando a actuar em conjunto. Percepcionou-se uma alteração institucional, ocupando os actores não públicos um papel cada vez mais importante, nomeadamente as ONG, cidadãos, associações, sindicatos. O carácter multifacetado dos problemas beneficia da actuação dos actores privados, designadamente, através dos seus conhecimentos. Porém, o envolvimento dos cidadãos nos assuntos públicos não constitui um processo fácil, sendo necessário em primeiro lugar que estes compreendam os benefícios da sua participação e em segundo que existam incentivos à sua participação. Uma das grandes questões da nova governação passa pela confiança. Declara-se a necessidade da construção de uma nova relação de confiança entre o cidadão e a Administração. Um dos principais problemas da governança consiste, precisamente, na necessidade de construir alianças de cooperação, com o intuito de solucionar os problemas existentes, obtendo desta forma o melhor desempenho possível por parte da administração pública. Carneiro (2003: 24) destaca o facto de esta relação ser enquadrada por dois panos de fundo: por um lado, os meios de comunicação social e, por outro, a educação dos cidadãos. Os media ocupam actualmente um papel de destaque no que toca à formação da consciência da cidadania, constituindo um importante motor de participação democrática, visto que possuem potencialidades para estimular o envolvimento dos cidadãos nos assuntos públicos.

Esta perspectiva da governança aposta numa transferência de responsabilidades para os sectores privado e voluntário, assim como para o cidadão. Consequentemente, surge uma diluição dos limites entre o público e o privado, que se estende na multiplicação de entidades voluntárias ou do

sector terciário. Ocupando-se de um amplo conjunto de questões económicas e sociais, adoptam tarefas que anteriormente pertenciam à administração. O seu objectivo central consiste em assegurar um serviço de interesse geral que o Estado já não pode, ou quer assumir e, que o mercado deprecia devido à falta de rendibilidade.

O modelo de governação de “networks” (networking-state), defende que só uma abordagem que complemente a parceria de diversos actores permitirá uma melhor resolução dos problemas. Estas são relações de reciprocidade, negociação e interdependência (Araújo, 2002: 4). Constituem parcerias de valor acrescentado, sempre que o custo de participação é inferior aos benefícios que daí advêm. A colaboração permite a obtenção de benefícios maiores do que a soma dos esforços individuais. A criação de redes de cooperação poderá também constituir um importante instrumento na promoção do desenvolvimento, visto que estas redes poderão contribuir para a reunião de informação dispersa, através da partilha de problemas comuns e na procura de soluções para os problemas existentes. Porém, existe ainda um grande desafio que consiste no melhoramento deste relacionamento.

São necessárias estratégias que permitam a participação dos cidadãos. Ao contrário da administração tradicional, em que os actores não podem participar nas decisões que têm em vista solucionar os seus problemas, na nova Administração estes deverão participar no debate e aceder a toda a informação disponível de forma a procurar soluções integradas para os problemas.

No quadro de governança actual e futuro o território ocupa um lugar de relevo. As políticas decididas a nível nacional e internacional são implementadas a nível local, tornando-se estes lugares estratégicos a nível económico, social e político (Vidal, 2005: 4).

A territorialização das políticas públicas constitui a melhor forma de intervenção ao nível local. As autoridades locais representam actores chave das políticas de desenvolvimento, consistindo este num princípio consolidado da política de desenvolvimento da Comunidade Europeia. Segundo a Carta Europeia da Cooperação em Matéria de Apoio à Governação Local (2008)<sup>14</sup>, as autoridades locais desempenham um papel de catalisador da governação e do desenvolvimento local, devido à sua legitimidade democrática, assim como à sua proximidade dos cidadãos e da sua capacidade de mobilização dos actores locais.

### **3.7. Novos instrumentos do “policy-process”**

#### **3.7.1. O papel do orçamento participativo**

Na tentativa de combater a exclusão social de que amplas parcelas da população são alvo, os movimentos populares têm procurado responder através da criação de novas formas de participação democráticas, entre as quais se destaca o papel do Orçamento Participativo. A experiência do Orçamento participativo<sup>15</sup> foi posta em prática em 1989, na cidade brasileira de Porto Alegre. Desde então, esta experiência tem-se estendido a todos os continentes, desde a América do Sul e Central, e mais recentemente a Europa, África e Ásia. Este, faculta a participação dos cidadãos na elaboração do orçamento municipal, possibilitando a colaboração na selecção das prioridades de investimento da autarquia.

---

<sup>14</sup> A “Carta Europeia da Cooperação em Matéria de Apoio à Governação Local” foi preparada em 2008, por iniciativa da Presidência Francesa da União Europeia, em colaboração com a Comissão. Esta Carta, elaborada no âmbito de um processo com pluralidade de protagonistas, foi anexada à comunicação “Autoridades Locais: Protagonistas do Desenvolvimento” da Comissão. Foi objecto de conclusões do Conselho, em 11 de Novembro de 2008.

<sup>15</sup> Como refere Boaventura Sousa Santos, “o orçamento participativo é uma forma de governação pública que procura romper com a tradição autoritária e patrimonialista das políticas públicas, recorrendo à participação directa da população em diferentes fases da preparação e da implementação orçamental, com uma preocupação especial pela definição de prioridades para a distribuição dos recursos de investimento” (2003: 384).

Segundo Boaventura Sousa Santos (2003: 385), os seus três princípios são:

- a) todos os cidadãos têm o direito de participar;
- b) a participação é dirigida por uma combinação de regras de democracia directa e de democracia representativa;
- c) os recursos de investimento são distribuídos de acordo com um método objectivo baseado numa combinação de “critérios gerais”.

O principal objectivo do Orçamento Participativo consiste na criação de uma dinâmica e no estabelecimento de um mecanismo sustentado de gestão conjunta dos recursos públicos (*idem*: 389). Permite a articulação de valores e procedimentos provenientes da “democracia representativa” e da “democracia participativa” (Silva, 2004: 32). Possibilita a participação cívica, assim como o recurso ao tecido comunitário. Um dos maiores benefícios provenientes do OP reside na possibilidade de os cidadãos participarem em áreas a que normalmente se encontravam afastados. O OP demonstra um enorme potencial no que toca ao aprofundamento da democracia, carecendo porém, da existência de uma sociedade civil forte, organizada e crítica, que se encontre preparada para disputar com a classe política, de forma a melhor satisfazer as suas necessidades.

No processo de OP é importante garantir o acesso à informação, que deverá ser amplamente divulgada através de vários suportes. Revela-se necessária a prestação de contas sobre as receitas e as despesas, assim como sobre os gastos correntes e os investimentos, de forma a criar uma base de conversação e reflexão verídicas sobre o orçamento (Dias, 2008: 206).

Em Portugal, o Orçamento Participativo também tem vindo a adquirir uma notoriedade e adesão crescente. Consiste num projecto apoiado pela Iniciativa Comunitária EQUAL (Acção 3) que tem

como objectivo geral difundir o tema e a metodologia do Orçamento Participativo (OP) a nível nacional. Em termos específicos isto significa<sup>16</sup>:

- Apoiar a adopção do OP por parte das autarquias portuguesas;
- Capacitar teórica e metodologicamente os diferentes intervenientes no desenvolvimento de processos de OP;
- Criar instrumentos de apoio à implementação, desenvolvimento, monitorização e avaliação desses processos;
- Promover a partilha de experiências e as relações em rede entre as autarquias promotoras do OP;
- Criar um manancial informativo e documental sobre o tema do OP, acessível aos mais variados actores interessados no tema.

São já vários os processos de Orçamento Participativo existentes em Portugal. Entre outros, destacam-se os seguintes desenvolvidos por Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia:

- Alentejo: Alvito, Castro Verde, Serpa.
- Algarve: São Brás de Alportel.
- Lisboa e Vale do Tejo: Arrouquelas, Carnide, Lisboa, Odivelas.
- Minho: Braga, Santa Leocádia de Geraz do Lima.
- Setúbal: Junta de Freguesia de S. Sebastião, Palmela.

A título de exemplo, o caso do Orçamento Participativo no Concelho de S. Brás de Alportel, que teve início em Outubro de 2006<sup>17</sup>. A sua primeira fase foi iniciada nesta altura com a elaboração da proposta do Orçamento Municipal pelo executivo municipal. A segunda fase, em Novembro,

---

<sup>16</sup> Disponível no site do Orçamento Participativo Portugal: <http://www.op-portugal.org/>

<sup>17</sup> Esta experiência integra o projecto “São Brás Solidário”, desenvolvido por uma parceria constituída pela Câmara Municipal, a Associação IN LOCO, a Associação de Industriais e Exportadores de Cortiça, os Bombeiros Voluntários de S. Brás e a Associação Nacional de Jovens para a Acção Familiar. Informação disponível nos sites do Orçamento Participativo Portugal e da Câmara Municipal de S. Brás de Alportel: <http://www.op-portugal.org/> e <http://www.cm-sbras.pt/>

consistiu num período de consulta pública, mediante a disponibilização da proposta de orçamento municipal à população e realização de sessões públicas. A terceira fase, que também teve lugar em Novembro, abrangeu a avaliação das sugestões dos munícipes e elaboração da proposta final de orçamento, numa sessão pública. A quarta fase teve início em Dezembro com a votação da proposta final de orçamento em reunião da Câmara e em Assembleia Municipal. Após a aprovação do Orçamento Municipal, este entrou em vigor, determinando a acção do município para o ano seguinte.

### 3.7.2. Outros instrumentos de governação

A participação dos cidadãos constitui uma realidade que já não pode ser ignorada pelos executivos municipais. Para Araújo, o seu envolvimento e intervenção directa na resolução de problemas que os afectam permite desenvolver o sentimento de que fazem parte do sistema de governação promovendo a confiança (2002: 5). Surgem neste sentido, um conjunto de novos instrumentos de gestão que possibilitam o envolvimento dos diversos parceiros das autarquias. Para além do Orçamento Participativo, poderão referir-se outros instrumentos, nomeadamente:

- **Rede Social<sup>18</sup>**: O programa Rede Social, que visa a constituição de parcerias locais, com vista ao combate da exclusão social tem apresentado resultados positivos. O Estado convida os actores a participar, baseado na perspectiva de que este envolvimento contribuirá para uma maior eficiência. Esta rede de actores desenvolvendo uma acção colectiva é considerado um modelo alternativo de governação, porém complementar à hierarquia e ao mercado. Há como que uma rentabilização de recursos e uma união de esforços na promoção do desenvolvimento social local. Esta acção conjunta permite evitar a multiplicação das mesmas acções sobre o mesmo território.

---

<sup>18</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97.

- **Agenda 21 Local:** “A Agenda 21 Local (A21L) é um processo participativo, multi-sectorial, que visa atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Acção estratégico de longo prazo, dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável<sup>19</sup>.” Assenta essencialmente numa forte parceria de diversos actores locais no planeamento do desenvolvimento sustentável.
- **Plano Municipal de Ambiente:** O Plano Municipal do Ambiente (PMA) foi um desafio lançado pelas Nações Unidas em 1992. Os Planos Municipais de Ambiente são simultaneamente planos estratégicos de ambiente a nível municipal, contribuindo para o desenvolvimento sustentável a longo prazo e planos operacionais dirigidos para a acção a curto prazo. Não são tão integradores como a Agenda 21 Local - com vantagens ao nível da morosidade e complexidade do plano - tendo como principal objectivo a definição, ao nível da componente ambiental, de estratégias integradas e consensuais e de acções concretas de gestão e intervenção. Encorajam a cooperação e formação de parcerias e promovem a participação dos cidadãos.
- **Plano Municipal para a Igualdade de Género:** O 1º Plano Municipal para a Igualdade de Género 2007-2010 foi apresentado pela Câmara Municipal do Montijo<sup>20</sup> no âmbito do projecto de promoção da Igualdade de Género a nível local. Integrado na estratégia quadro da União Europeia e no qual a CIG é a entidade interlocutora a nível Nacional. Em Portugal, o projecto contou inicialmente, com a participação de sete Câmaras Municipais, nomeadamente, a de Mértola, Montemor-o-Velho, Montijo, Moura, Santarém, Tavira e Valongo.

---

<sup>19</sup>International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI).

<sup>20</sup> Plano disponível no endereço electrónico: <http://www.mun-montijo.pt/NR/rdonlyres/655AB473-203F-447C-973E-DD552020300A/11809/PMIGMontijo2.pdf>

- **Planos Municipais de Redução de Ruído:** Os Planos Municipais de Redução de Ruído constituem importantes instrumentos de promoção da melhoria do ambiente sonoro para a população em geral, com particular relevo para as zonas urbanas, requerendo um empenho alargado a várias entidades para o seu efectivo sucesso<sup>21</sup>.
- **Carta Educativa Municipal<sup>22</sup>:** A Carta Educativa tem como finalidades a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes, em conformidade com o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e nos normativos daí emanados. Tem, entre outros, os seguintes objectivos: Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente e, diminuir as disparidades inter e intra-regionais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspectiva de adequação da rede educativa às características regionais e locais, assegurando a coerência dos princípios normativos definidos a nível nacional<sup>23</sup>.

### 3.7.3. Iniciativas de Desenvolvimento Local

“...qualquer processo de crescimento que não venha de encontro às necessidades humanas é um “travesti” da ideia de desenvolvimento” (Henriques, 1990: 55)

O desenvolvimento local está normalmente associado a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da sociedade, mediante a articulação das potencialidades locais e as condições fornecidas pelo contexto. É neste contexto, que os municípios desempenham um papel crescente. “A sua postura pró-activa mostra-se decisiva para a constituição de iniciativas e formas organizativas tendentes ao

<sup>21</sup> Disponível numa publicação da Direcção Geral do Ambiente no endereço electrónico: [http://www.apambiente.pt/divulgacao/Publicacoes/outrossuportes/Documents/PMRR\\_net.pdf](http://www.apambiente.pt/divulgacao/Publicacoes/outrossuportes/Documents/PMRR_net.pdf)

<sup>22</sup> O Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, regula o processo de elaboração e aprovação da Carta Educativa e os seus efeitos.

<sup>23</sup> Definição disponível no site do Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação do Ministério da Educação: <http://www.gepe.min-edu.pt/np4/254.html>

controlo, à mobilização, e à valorização de recursos locais” (Henriques, 2002: 9). As autoridades locais poderão desempenhar um papel de destaque no combate à pobreza e à exclusão, através da “constituição de parcerias locais, (d)a preparação e formação de técnicos para a natureza dos desafios, a ligação entre os aspectos sociais e económicos da intervenção, e a animação da participação das populações envolvidas” (*idem*: 6-7).

Fernando Ruivo (2000b) cita o papel desempenhado pelas autarquias locais no processo de desenvolvimento local: “... a realidade portuguesa tem vindo explicitamente a apontar para a existência de uma dimensão local da problemática de desenvolvimento...”. O envolvimento da população, ou seja, os destinatários das acções, revela-se de extrema importância. Os “...Projectos de Desenvolvimento Comunitário (...) implicam como metodologia “trabalhar com” em vez de “trabalhar para” as comunidades locais a que se destinam...”, “... as estratégias de actuação têm de ser concertadas de modo a criar uma base de acção de tal modo alargada e auto-sustentada que possa garantir, por si só, a prossecução das medidas.” (*idem*: 53-67).

O empowerment<sup>24</sup> das populações, a participação, é uma dimensão decisiva no processo de desenvolvimento que depende da vontade política. A ideia de Desenvolvimento associado à Participação aparece inicialmente identificado com o conceito de “Desenvolvimento Comunitário”. “No âmbito deste conceito, o diagnóstico das necessidades deve-se realizar com a participação da própria população, assim como a resposta a essas mesmas necessidades deve partir da mobilização das suas capacidades” (Areias, 2004: 53).

---

<sup>24</sup> O conceito de empowerment foi desenvolvido por John Friedmann, o qual designa “a mobilização de todos os recursos e potencialidades existentes numa comunidade, com vista à satisfação das necessidades fundamentais das pessoas. Ou por outras palavras, o empowerment é um processo de apropriação individual e colectiva do poder social; é o aumento da capacidade de intervenção”.

A complexidade dos problemas invoca formas de envolvimento societal que estão para além das possibilidades da exclusiva resposta do Estado. É extremamente importante o “papel dos cidadãos e das suas formas de organização colectiva em parceria e aliança estratégica com os Estados na criação de novas instituições para a construção de respostas inovadoras e mais eficazes” (Henriques, 2002: 5).

Destaca-se neste contexto, o conceito de Desenvolvimento Participativo que incide:

“na adopção de uma metodologia participativa nos processos de mudança e de melhoria das condições de vida das populações, desde a concepção e decisão à avaliação, passando pela execução, direcção e acompanhamento, implicando a afirmação plena da cidadania, nos seus melhores direitos e deveres”(Amaro, 2004: 18).

Outro conceito importante é o de Cooperação Descentralizada. Como referem (Costa e Ferreira, 2004: 4):

“a CD pode ser definida como a participação de novos actores da sociedade, na definição e execução das políticas de cooperação para o desenvolvimento, nomeadamente através das administrações públicas descentralizadas (regiões e autarquias locais), ONG e Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento (ONGD), associações (rurais, urbanas, locais, profissionais), empresas privadas, agentes económicos, sindicatos, universidades, organizações de mulheres ou de jovens, igrejas”.

Ferreira acentua a importância do poder local e da cooperação autárquica no espaço lusófono, dado que “a flexibilização e o conhecimento dos problemas locais não tem paralelo com a visão “macro” que os governos têm...” (*cit. in* Costa e Ferreira, 2004: 5). Os problemas sociais possuem uma

especificidade local, pelo que “exigem respostas localizadas e localmente específicas, assim como também exigem respostas estruturais a diferentes escalas territoriais a nível local, nacional e supranacional” (Henriques, 2002: 2).

O espaço social deverá estabelecer uma relação aberta com a região na qual se insere, respeitando as necessidades e especificidades desta de forma a atingir o desenvolvimento (Amaro, 1990 citado por Guerreiro, 2008: 20). O processo de desenvolvimento perfilha um caminho particular, dependendo das características específicas da região.

Há que descortinar que no estudo do desenvolvimento local, é fundamental não descurar que para além das relações micro, estão as relações local-global, que ao longo dos últimos anos têm sofrido uma crescente “complexificação”. Citando Fragoso (2005: 76), as investigações no desenvolvimento local não deverão “...esquecer que há macro-factores que devem ser considerados”. É errada a ideia “de que a globalização é o oposto da localização” (*idem*: 77). Os factores macro-estruturais influenciam determinantemente os processos a um nível micro, ou seja, aplica-se a ilustre frase “Temos de pensar globalmente e actuar localmente”. Ou, nas palavras Innerarity:

“A esta nova articulação entre o particular e o global procura fazer justiça o termo “globalização”: não significa a impossibilidade de configurar particularismos locais, mas a impossibilidade de fazê-lo sem atender aos processos globais ou de deixar-se influenciar por eles” (Innerarity, 2005: 172).

Ainda segundo António Fragoso, “estudar o desenvolvimento local poderia resumir-se a estudar as mudanças sociais, económicas, culturais, etc., que ocorrem como resultado desses processos” (2005: 78).

## Capítulo IV. Estudo Empírico

### 4.1. Breve Caracterização do Concelho de Loulé

O concelho de Loulé é um dos concelhos da região do Algarve, ocupando uma posição central. Com uma dimensão de 764,2 Km<sup>2</sup><sup>25</sup>, é sede do mais populoso município algarvio, com 65.444 habitantes <sup>26</sup>. Limitado a nascente pelos concelhos de Faro, São Brás de Alportel, Tavira e Alcoutim, a oeste pelos concelhos de Albufeira e Silves, a Norte pelo concelho de Almodôvar, na



Região do Alentejo, e a sul pelo Oceano Atlântico. Encontra-se dividido em 11 freguesias: Almancil, Alte, Ameixial, Benafim, Boliqueime, Quarteira, Querença, Salir, São Clemente, São Sebastião e Tôr (Figura 1).

**Figura 1 - Distribuição espacial das freguesias do Concelho de Loulé**

(Fonte: [concelhodeloule.wordpress.com](http://concelhodeloule.wordpress.com))

No que diz respeito às suas características físicas, o concelho de Loulé possui um clima temperado do tipo mediterrânico, com Invernos amenos e chuvosos e Verões quentes e secos. A sua temperatura média anual é da ordem dos 17°C e a média anual da humidade relativa varia sensivelmente entre os 50% e os 75%.

Apesar de se considerarem habitualmente três sub-regiões morfológicas: o Baixo Algarve (Beira-Mar ou Litoral Algarvio), o Algarve Calcário (Barrocal Algarvio) e o Alto Algarve (Serra Algarvia), o Concelho de Loulé é constituído por quatro zonas com características distintas: a

<sup>25</sup> Vide Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2008, pág. 31, INE IP (2008)

<sup>26</sup> Vide Anuário Estatístico da Região do Algarve de 2008, pág. 61, INE IP (2008)

Serra, a Beira Serra, o Barrocal e o Litoral. Compõem zonas bastante diferenciadas ao nível das suas condições naturais, que originaram grandes diferenciações, nomeadamente, ao nível de ocupação humana do seu território. Assiste-se a uma oposição crescente da faixa litoral ao interior serrano e que ainda contrastam com o intermédio barrocal.

No que concerne às suas características demográficas, acolhe cerca de 15% da população algarvia, sendo o primeiro Concelho em termos demográficos. É, no entanto, um dos Concelhos de menor densidade populacional, em virtude do fraco povoamento da área da serra e da sua grande extensão territorial, na faixa interior (CML, 2006).

Foi nos anos 30 que este Concelho exibiu o maior volume demográfico, resultado de uma actividade agrícola e piscatória florescente, propícia à fixação da população. Começou porém, a diminuir a partir da década de 40, atingindo os valores mais baixos nos anos 60, devido essencialmente à saída de indivíduos para o estrangeiro, nomeadamente, para França e Canadá. Só a partir dos anos 70 é que a população começa de novo a aumentar. Começa-se a registar nesta altura, principalmente a partir de 1981, uma crescente diferenciação de povoamento entre o litoral e o interior, passando o primeiro a ganhar população em detrimento do segundo, em virtude da actividade turística. As freguesias de interior, Alte, Ameixial, Benafim, Querença e Salir, possuem estruturas mais envelhecidas, quer a nível da população jovem, quer a nível da população em idade activa, pelo que se tem vindo a assistir a uma diminuição da sua população. As freguesias de Quarteira, Almancil e S. Clemente detêm uma tipologia semelhante e completamente distinta das freguesias do interior, constituindo áreas de preferência da população jovem, principalmente em idade activa. Os centros urbanos de maior dinâmica populacional são, por ordem crescente, Vilamoura, Boliqueime, Almancil, Quarteira e Loulé (CML, 2006).

O concelho de Loulé verificou um acréscimo de população, entre 1991 e 2009, de aproximadamente 20.000 habitantes (tabela 1 e figura 2 ). No ano de 1991 residiam 46.613 habitantes no concelho de Loulé face aos 66.085 habitantes registados em 2009.

População residente no concelho de Loulé			
Sexo	1991	2001	2009
HM	46.613	58.820	66.085
H	22.767	29.206	33.053
M	23.846	29.614	33.032

Tabela 1 - População residente no Concelho de Loulé (1991/2001/2009)

(Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente, Elaboração própria)

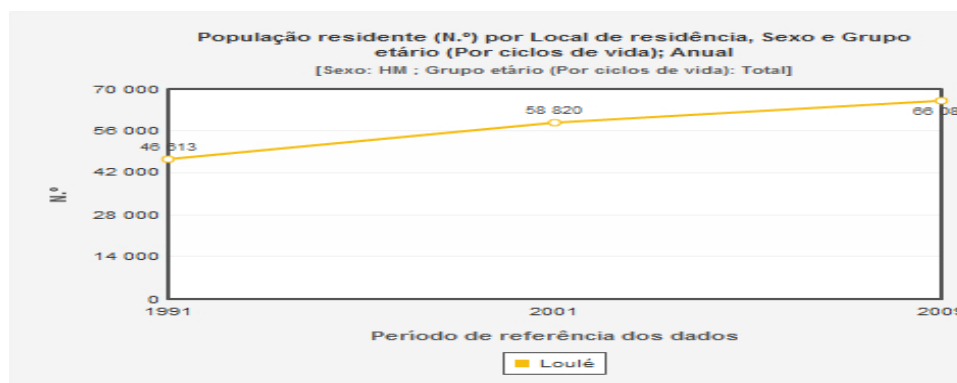


Figura 2 - População Residente no Concelho de Loulé (1991/2001/2009)

(Fonte: INE, Estatísticas Anuais da População Residente, Elaboração própria)

Local de residência	1991	2001	Variação 1991-2001
Almancil	6.012	8.799	2.787
Alte	2.349	2.176	-173
Ameixial	892	604	-288
Boliqueime	4.387	4.473	86
Quarteira	10.275	16.129	5.854
Querença	869	788	- 81
Salir	3.385	3.023	- 362
Loulé (São Clemente)	10.978	14.406	3.428
Loulé (São Sebastião)	5.292	6.734	1.442
Benafim	1.271	1.141	- 130
Tôr	875	887	12

Tabela 2 - População Residente no Concelho de Loulé, por Freguesia (1991 e 2001)

(Fonte: INE, Censos (1991 e 2001), Elaboração própria).

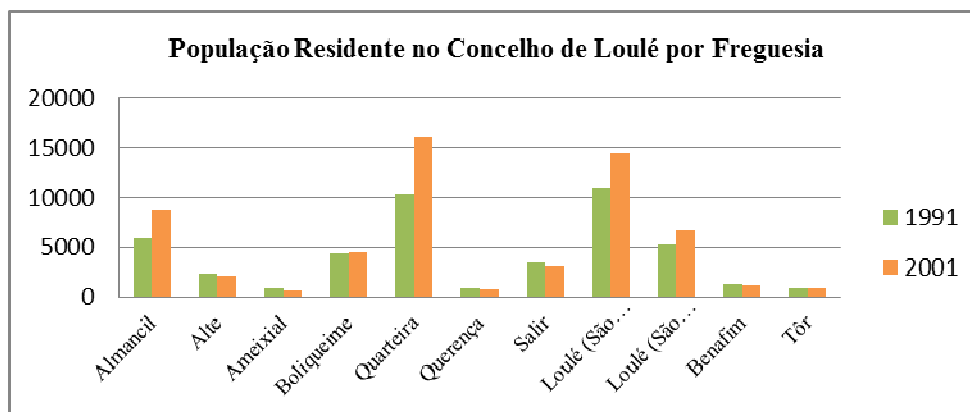


Figura 3 - População Residente no Concelho de Loulé, por Freguesia (1991 e 2001)

(Fonte: INE, Censos (1991 e 2001, Elaboração própria)

As freguesias mais habitadas no ano de 2001, eram a freguesia de Quarteira (16.129 hab.) e a freguesia de São Clemente (14.406 hab.) e as menos povoadas, as Freguesias de Ameixial (604 hab.) e de Querença (788 hab.). Foi nas freguesias de Quarteira (5.854 hab.), S. Clemente (3.428 hab.) e Almancil (2.787 hab.) que se registou a maior evolução positiva entre os anos de 1991 e 2001 (tabela 2, figura 3). Verificou-se no entanto, um decréscimo de habitantes em várias freguesias do Concelho. Salir (-362 hab.) e Ameixial (-288 hab.), foram as freguesias com uma maior variação negativa.

Tem-se verificado portanto, uma diminuição da população das freguesias do interior a favor das freguesias urbanas e litorais. Entre os factores explicativos poderá referir-se a melhoria das condições de acessibilidade, novas infra-estruturas e maior oferta de emprego nas zonas de litoral. Outros factores têm contribuído para o despovoamento do interior, nomeadamente, o envelhecimento da população e a incapacidade de fixar população nestas zonas.

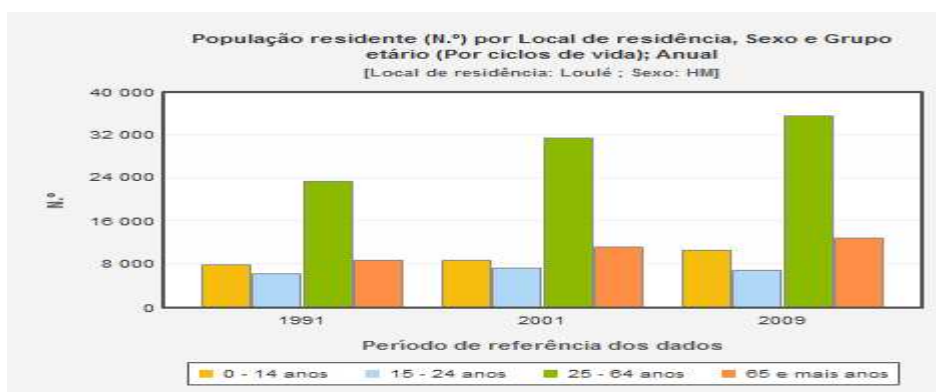


Figura 4 - Estrutura Etária da População do Concelho de Loulé (1991, 2001 e 2009) (Fonte: INE, Elaboração própria)

A estrutura etária do Concelho de Loulé também se alterou, tornando-se mais envelhecida. É na faixa etária entre os 25 e os 64 anos que se registam as maiores alterações, passando de 23.451 habitantes no ano de 1991, para 35.525 habitantes no ano de 2009. Segundo os dados disponíveis esta variação deve-se ao fluxo de imigrantes e de nacionais que se deslocaram para o concelho à procura de trabalho.

Em menor intensidade, a população com idade igual ou superior a 65 anos também aumentou, passando de 8.877 habitantes em 1991, para 12.944 habitantes em 2009. Este aumento está relacionado com o aumento da esperança média de vida e manutenção da taxa de mortalidade.

No que concerne à distribuição da população do concelho por sector de actividade, pode-se referir-se ainda, que é o sector terciário que regista uma preponderância da população activa.<sup>27</sup>

#### **4.2. Metodologia da investigação**

De volta ao objecto central deste estudo e, em analogia ao que foi referido no capítulo introdutório, com a presente investigação, que incide sobre a problemática do Associativismo Local e Municipal, pretende-se compreender as formas de relação que o poder local estabelece com as Associações. Construir uma tipologia do relacionamento da Câmara com as diversas associações. Reiteram-se a pergunta de partida e as hipóteses levantadas, para a seguir se proceder à exposição do modelo de análise construído.

Pergunta de partida: Qual o tipo de relacionamento que a Câmara Municipal de Loulé estabelece com as suas Associações? Existe um padrão para esse relacionamento?

---

<sup>27</sup> Para um conhecimento mais aprofundado da Caracterização do Concelho, consultar a Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé.

Hipóteses:

- O relacionamento da Câmara com as Associações restringe-se à atribuição de subsídios.
- A atribuição de subsídios é arbitrária.
- Assiste-se ao estabelecimento de relações de dependência das Associações face às autarquias.
- Há uma baixa intensidade de relações locais e interinstitucionais.

Dada a quase inexistência de informação sobre o Associativismo Louletano, com este estudo procura-se, também, aprofundar o conhecimento deste universo, as suas dinâmicas associativas e os recursos existentes. Para tal, procedeu-se à construção do seguinte modelo de análise, considerado como a “coluna vertebral” de toda a investigação.

- Modelo de análise

Conceitos	Dimensões	Variáveis	Indicadores
Associativismo	- Institucional	- Denominação da Associação	- Ambiental, Cultural, Desportiva, Recreativa.
Dinâmicas Associativas	- Sócio-espacial	- Actividades	- Actividades desenvolvidas
Relacionamento		- Caracterização dos recursos humanos (corpos sociais, associados)	- Sexo - Idade - Escolaridade - Profissão - Situação perante o trabalho - Duração do mandato - Remuneração

Governança Local (Municipal)	- Organizativa	- Instalações e equipamentos	- Posse de sede - Tipo de instalações - Tipo de equipamentos
Cidadania	- Financeira	- Financiamento das actividades	- Verbas próprias - Subsídios/apoios
Desenvolvimento Local	- Relacional	- Relacionamento da Associação  - Trabalho em parceria	- Outras Associações - Câmara - Junta de Freguesia - População Residente - Tipologia e periodicidade de contacto da Câmara com a população/Associações (?)
	- Participativa	- Estratégias utilizadas para a promoção da participação da população  - Participação política - Participação das pessoas na associação  - Estratégias Desenvolvimento	- Criação de condições/iniciativas facilitadoras de participação - Participação da Câmara em programas e projectos de cooperação com as Associações. - Membros da direcção pertencentes aos órgãos do município. - Solidariedade - Voluntariado - Interesse

O método científico é usualmente definido de quantitativo ou qualitativo em função do tipo de dados recolhidos. O presente estudo tem como intuito a utilização de ambos os métodos de investigação. Para além do estudo documental e da procura de dados estatísticos disponíveis, nomeadamente no INE, serão aplicadas várias técnicas de recolha de dados.

#### **4.2.1. Método:**

Tendo em conta a natureza dos factos a observar e o objectivo do estudo, optou-se pelo método do “estudo de caso” (análise intensiva), que consiste no:

*“Exame intensivo, tanto em amplitude como em profundidade e utilizando todas as técnicas disponíveis, de uma amostra particular, seleccionada de acordo com determinado objectivo (ou, no máximo, de um certo número de unidades de amostragem), de um fenómeno social, ordenando os dados resultantes por forma a preservar o carácter unitário da amostra, com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade”* (Lima, 1987: 18).

Assumiu-se a sua vertente qualitativa e quantitativa, uma vez que a combinação destas duas vertentes permite alcançar uma visão mais pormenorizada das associações estudadas. As metodologias qualitativas, tal como atestam (Lessard-Hébert, Goyette e Boutin, 2005: 167), interessam-se primeiro em descrever casos particulares (de indivíduos ou de grupos) para, em seguida, formular teorias mais gerais a partir da comparação entre vários casos. Ou seja, o método indutivo é o método contemplado, visto que “ a indução consiste numa operação lógica que vai do particular ao geral, permitindo construir uma generalização a partir de uma série de proposições sobre objectos ou acontecimentos” (Carvalho, 2002: 87).

#### **4.2.2. Técnicas de recolha de informação:**

Na fase seguinte ao modelo de análise foram decididas as técnicas de recolha de dados a serem aplicadas no terreno. As técnicas utilizadas combinaram a entrevista semi-directiva, o inquérito por questionário e análise documental. Optou-se pela entrevista, já que esta é uma técnica privilegiada na análise qualitativa, que permite obter uma grande diversidade de informação e uma visão mais

alargada sobre o tema em questão. Considerou-se a utilização da entrevista semi-directiva para que todos os temas pensados previamente fossem abordados e para que cada informante dissesse tudo aquilo que conhecia acerca dos temas propostos no guião estipulado para o efeito. Realizaram-se entrevistas a todos os presidentes de Junta de Freguesia do Concelho de Loulé, aos Presidentes da Câmara Municipal de Loulé, Vereador da Cultura, Juventude e Desporto e à Chefe de Divisão de Acção Social. A amostra desta investigação é por conveniência e é constituída por informantes chave. As entrevistas foram todas áudio-gravadas, transcritas e submetidas a análise de conteúdo.

O inquérito por questionário foi outra das técnicas utilizadas para a obtenção de dados, neste caso, das associações. Este método de recolha de informação tem como vantagem a possibilidade de quantificar os dados e de proceder a múltiplas análises de correlação. Os inquéritos por questionário foram enviados por correio ao que se pensava ser na altura todo o universo associativo do concelho de Loulé, ou seja, cerca de 120 associações, constantes de uma listagem cedida pela Câmara Municipal de Loulé. Para a construção do inquérito seguiu-se o modelo de análise, incluindo todas as dimensões: institucional, sócio-espacial, organizativa, financeira, relacional e participativa, assim como as variáveis e indicadores constantes do modelo de análise. A primeira parte do questionário refere-se à identificação da associação e a sua caracterização institucional. De seguida, faz-se a caracterização dos seus corpos sociais, a caracterização dos associados, das instalações e equipamentos da associação, os seus financiamentos, carências e necessidades e por último, a caracterização das relações locais e interinstitucionais. Para a análise da informação serão aplicadas técnicas de tratamento estatístico, com principal destaque para o SPSS, através do qual serão introduzidos e analisados os dados resultantes dos inquéritos realizados.

Por fim, foi utilizada a técnica de análise documental. Analisaram-se todas as Actas Camarárias disponíveis no site da Câmara Municipal de Loulé, ou seja, desde Janeiro de 2002 a Agosto de 2010. Através desta análise foi possível observar a distribuição de subsídios pelas diferentes freguesias e associações ao longo dos anos. Permitiu também a elaboração de uma listagem mais exaustiva das Associações que recebem subsídios da Câmara.

De seguida proceder-se-á à análise detalhada dos resultados proporcionados por cada um destes instrumentos de recolha de dados e, concludentemente, à discussão dos resultados obtidos.

### **4.3. Apresentação e discussão dos resultados**

#### **4.3.1. Entrevista**

Foram aplicadas 16 entrevistas<sup>28</sup> semi-directivas a informantes privilegiados. A selecção deste grupo (amostra por conveniência) deve-se ao potencial de conhecimento que possuía acerca do contexto em estudo:

- Todos os actuais Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho de Loulé (11);
- ex-presidentes da Câmara Municipal de Loulé (3);
- Vereador com os pelouros de Juventude, Cultura e Desporto;
- Chefe de Divisão de Acção Social.

Todas as entrevistas foram tratadas mediante a técnica de análise de conteúdo<sup>29</sup>. Com esta técnica, pretende-se adquirir conhecimento através da análise do “discurso” do interlocutor. Procedeu-se à

---

<sup>28</sup> Os guiões de entrevistas utilizados podem ser consultados nos anexos 4,5 e 6. A descrição integral de todas as entrevistas encontra-se no anexo 7.

construção de uma tabela para a análise de conteúdo das entrevistas dos presidentes, subdividida em dimensões de análise, indicadores, categorias e unidades de registo. As dimensões de análise consideradas foram a regulamentação de políticas, o tipo de relacionamento e os recursos/dinâmicas associativas.

#### **4.3.1.1. Análise de Conteúdo das entrevistas realizadas**

##### **Regulamentação de políticas**

A regulamentação das políticas de apoio da Câmara às associações é um tema que suscita muitas dúvidas aos presidentes de Junta de Freguesia. Nenhum afirmou em concreto que as políticas estariam regulamentadas. Constatou-se contudo, em todas as entrevistas a alusão aos contratos-programa, sendo estes encarados como regulamento por parte dos presidentes que consideram que as políticas estão regulamentadas.

“...as associações normalmente têm um contrato-programa com a Câmara Municipal de Loulé, portanto para isso terão que estar regulamentadas, senão num regulamento duro, pelo menos num regulamento tácito com a Câmara” (I1).

“Sinceramente não sei se estão regulamentadas. Eu acho que não. O que há aqui é uns protocolos entre a Câmara e as associações e esses protocolos se tem algum regulamento próprio, eu penso que não. Entenderam que deviam fazer contratos-programa com as associações e fazem-nos, mas acho que não há regulamento nenhum que tenham estabelecido para que possam fazer esses programas ”(I8).

Relativamente aos restantes informantes, ex-presidentes da Câmara e actuais órgãos autárquicos, não subsiste qualquer dúvida da não existência de regulamento próprio para a atribuição de subsídios:

“...até há um ano não existia nenhum regulamento... e de que eu saiba não há até hoje um regulamento que discipline, que normalize o apoio às associações” (I12).

---

<sup>29</sup> A análise de conteúdo das entrevistas encontra-se nos anexos 8,9 e 10.

A questão “Considera que a Câmara deveria ter políticas de apoio regulamentadas?”, para além das dúvidas existentes por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia da existência ou não existência de regulamentação, à excepção de um Presidente de Junta de Freguesia, obteve resposta unânime por parte de todos os informantes de que deveriam estar regulamentadas:

“...claramente devem ser regulamentadas. Devem ser regulamentadas, devem ser consideradas em orçamento, em plano de actividades, em Assembleia Municipal, com contrato-programa e com a fiscalização e o acompanhamento por parte dos serviços da Câmara nessas áreas...” (I14).

“Sim, são importantes... Porque ajudam para já a decidir e resolvem alguns problemas de injustiça” (I15).

“Seria benéfico, urgente que se faça” (I12).

### **Tipo de relacionamento**

O financiamento das entidades associativas é feito essencialmente através de contratos-programa, subsídios directos e subsídios suplementares. As associações normalmente apresentam o projecto à Câmara no fim do ano, com base no seu plano de actividades, o seu orçamento, o relatório de contas do ano anterior, e também mediante os objectivos que têm para o ano em questão, fazem o seu pedido de apoio. A atribuição destes apoios é depois decidida através de deliberação camarária.

Os subsídios suplementares são atribuídos ao longo do ano, quando surgem actividades que não estavam previstas. São actividades eventuais, casuísticas e a Câmara tem flexibilidade para ir atribuindo esses subsídios.

“...eu penso que hoje em dia há contratos-programa, ou digamos se não houver contratos, podem ser actividades eventuais, actividades casuísticas...” (I13).

“... para além dos subsídios regulares e anuais, há depois inúmeras situações não previstas, dentro de cada associação, que as levam a que se dirijam novamente à Câmara a pedir apoios suplementares ou reforços desses subsídios, é assim que funciona, mas sempre com o dinheiro público” (I12).

“...cada associação tem um acordo, um contrato-programa com as Câmaras e com base nesse contrato-programa, a Câmara atribui uma verba, através desse dito regulamento. Poderá haver casos excepcionais ou casos pontuais de eventos que essas associações organizam (I11).

É referido ainda por parte dos presidentes de Junta de Freguesia, que a atribuição de subsídios depende do histórico das associações existentes e que estes se vão alterando em função dos planos de actividade que irão surgindo. Outro critério consiste no conhecimento geral que têm das associações e das actividades que desenvolvem.

“Eu penso que a Câmara Municipal de Loulé tem um plano que provavelmente com base no histórico daquilo que é a atribuição de subsídios ao longo dos anos, é com base nessa política de apoio que eles financiam as associações” (I7).

“Vamos apoiando durante o ano consoante o movimento que a associação tem e as despesas que tem...temos um conhecimento geral das coisas e vamos apoiando umas mais, outras menos” (I8).

Para além da atribuição de subsídios são ainda considerados outro tipo de apoios, com principal destaque para o apoio logístico. Apoios de transporte, apoio de ideias, mão-de-obra, colaboração em certas organizações, fornecimento de materiais.

“A câmara dá também muito apoio logístico” (I13).

“Transportes, electricidade, abastecimento de água, pagamento a artistas, a grupos, a associações folclóricas, alimentação aos grupos...”(I14).

Pretendeu-se esclarecer se estes financiamentos seriam realizados directamente pelas Câmaras ou por sua vez seriam canalizados pelas Juntas de Freguesia? A resposta foi consensual, apontando-se o facto de a Câmara e a Junta constituírem órgãos distintos e autónomos, pelo que a Junta de Freguesia atribui os seus subsídios separadamente dos subsídios que são atribuídos pela Câmara.

“...são entidades distintas, embora todas prossigam os mesmos fins que é de servir as suas populações, mas há autonomia de uma parte e de outra. Aquilo que a Câmara subsidia em relação a determinada associação da área da freguesia, nada tem a ver com o financiamento da Junta de Freguesia” (I6).

Questionaram-se também os Presidentes de Junta se “A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio das Câmaras?”. A resposta foi mais uma vez consensual, ou seja, todos responderem que as Juntas possuem pequenos orçamentos para poderem atribuir pequenos subsídios e apoiar directamente as Associações contudo, quando estas não conseguem atender aos apoios solicitados, aí pedem a colaboração da Câmara, nomeadamente, quando se realizam grandes eventos e é necessária a cedência de diversos equipamentos.

“...fazem-no mediante a dimensão do orçamento e da possibilidade que têm, que muitas vezes é muito reduzida. Acontece que muitas vezes a Junta de Freguesia e um determinado clube ou associação da Freguesia projectam realizar um evento ou uma festa, ou uma acção de apoio às populações e verificam que o orçamento da Junta de Freguesia não é suficiente e então pedem também a colaboração à Câmara” (I4).

Sobre o relacionamento das Câmaras/Juntas de Freguesia com as Associações, todos os Presidentes de Junta de Freguesia responderam favoravelmente. Foi destacado o relacionamento de proximidade que existe com as associações, através da promoção de reuniões e do diálogo constante com estas, de forma a entender as suas necessidades. Defende-se a existência de um trabalho conjunto e de apoio mútuo.

“Sim e é saudável que se mantenha porque o relacionamento das autarquias e das Freguesias com as Associações ao mesmo tempo liberta as autarquias de serem elas próprias impulsionadoras e promotoras dos eventos, ou seja, há uma desmultiplicação que é feita pelas associações” (I3).

“Sim, algumas vezes esses apoios a que se refere e essa colaboração muitas vezes até se reveste de maior importância do que o subsídio dado em dinheiro” (I4).

A opinião foi generalizada por parte dos restantes informantes, ou seja, de que o relacionamento da Câmara com as Associações era bom, cordial e com diálogo. No entanto, por parte de dois ex-presidentes da Câmara Municipal de Loulé a opinião é divergente. Este é encarado como um relacionamento pobre e pouco exigente, devido à inexistência de uma cultura de exigência. Por outro lado, é destacado um forte relacionamento de cunho partidário e a alimentação de clientelas

políticas, devido à inexistência de uma cidadania democrática, independente e autónoma. O associativismo louletano é em parte encarado como “artificial”, é um associativismo criado de cima para baixo, estimulado a partir dos círculos de poder político. Consiste num ponto de apoio ao poder político, cujas relações são baseadas no interesse mútuo.

“Eu considero-o um relacionamento pobre e pouco exigente, mesmo no meu tempo foi. Pobre, porque não há uma cultura de exigência, ou seja, quem recebe o apoio não entende como a contrapartida a esse apoio, portanto o empenho sério e, sobretudo a visão de que é a comunidade que deve beneficiar do apoio dessa associação.” (I12)

“Muitas vezes o relacionamento da Câmara com as associações tem um cunho partidário. Há uma ligação muito partidária e isso vê-se aparecer quando muda o poder, ao nível do executivo, vê-se aparecer novas associações ligadas ao poder político. Aparecem novas e desaparecem outras” (I14).

“Para mim nunca estive muito claro do que está primeiro, se é alimentar a clientela política que é necessária na altura das eleições, porque os políticos têm uma coisa obsessiva todos eles, que é, uma vez eleito voltar a ser eleito, e depois eleito, e depois eleito...” (I12)

“...têm interesse eleitoral em estar próximo dos cidadãos e portanto, este é um aspecto importante a relevar, é que os clubes, as sociedades, as associações significam o eleitorado e portanto, é lá que os políticos podem contactar mais de perto com o eleitorado e criar empatias, simpatias... E há também um interesse mútuo” (I13).

Foi colocada a seguinte questão aos ex-presidentes da Câmara Municipal de Loulé: Face à dívida dos municípios em geral, o que se pode esperar das relações das Câmaras com o movimento associativo? A resposta foi no sentido da racionalização dos recursos, um maior rigor na atribuição de subsídios, a definição das áreas prioritárias a apoiar e a fiscalização regular do cumprimento desses objectivos.

“...devemos exigir maior rigor na atribuição dos subsídios, rigor esse que na prática se traduziria na fixação de objectivos realistas e na fiscalização regular do cumprimento desses objectivos...” (I12).

“...face à crise a que a Câmara opte claramente por quais são as áreas onde deve apoiar e subsidiar e ter um grande controlo sobre esses subsídios e definir com rigor quais são esses subsídios e o controlo sobre os subsídios e ao acompanhamento dos subsídios e em relação às áreas que são importantes face às dificuldades que as pessoas têm...” (I14).

## Recursos/dinâmicas associativas

No que diz respeito às principais dificuldades no funcionamento das associações é apontada a grande desmotivação que existe para a prática associativa, a degradação do espírito associativo. O individualismo presente nas sociedades actuais, o facto de as pessoas não estarem tão disponíveis para o trabalho comunitário, o egoísmo e a ausência de sentimentos de solidariedade e entreajuda. Mais uma vez, é referido por parte dos ex-presidentes da Câmara o oportunismo existente, a aproximação das pessoas da prática associativa com fins menos altruístas, mas mais egoístas. A utilização de meios que não são os mais próprios, através da actividade partidária e da família ligada ao poder.

“...o espírito associativo tem vindo a degradar-se, ou seja, aquele tipo de associação em que toda a gente contribuía, toda a gente dava algo de si próprio, quer em dinheiro, quer em espécie, quer no seu trabalho, isso tem vindo a ruir-se, hoje em dia as pessoas estão menos disponíveis para o trabalho comunitário, as pessoas estão muito egoístas...” (I13).

“...questão do individualismo e da competição, muitas vezes utilizando meios que não são os mais próprios, através da actividade partidária, através da família ligada ao exercício do poder, através do “amicicismo” e portanto a sociedade portuguesa está doente na minha opinião...” (I14).

“...parece-me que há oportunismo. Há pessoas que se aproveitam. Não podemos ser ingénuos, daí a necessidade de regras claras e sobretudo mecanismos de fiscalização para que aqueles que se aproximam das associações com fins não tão altruístas, mas muito mais egoístas, pudessem de facto ser desincentivados...” (I12).

Sobre o tipo de apoios que necessitam as associações, considerou-se que estas necessitam essencialmente de apoio monetário, logístico, ou seja, de uma sede própria, de capital humano, nomeadamente, de pessoal mais novo. Salienta-se ainda a falta de informação sobre actividades, sobre formas de obter financiamentos próprios. O diálogo e o acompanhamento permanente por parte dos dirigentes autárquicos constituem outro apoio necessário. Destacou-se ainda a necessidade do apoio por parte das empresas.

“Necessitam de apoios a nível de informação, informação sobre actividades, informações sobre financiamentos próprios para as associações, de direito, nomeadamente de construção das próprias direcções e dos seus estatutos e apoios publicitários quando se faz qualquer evento” (I1).

“De todo o tipo. Monetário, logístico, humano. As associações precisam de tudo” (I2).

O Concelho de Loulé possui uma grande dinâmica associativa na opinião da maioria dos informantes. Segundo os Presidentes de Junta de Freguesia, à excepção de um, pertencente a uma freguesia rural, responderam que a sua freguesia tem uma boa ou muito boa dinâmica associativa. Quase todos responderam que as associações existentes cobriam todas as áreas, desde associações desportivas, culturais, recreativas, associações religiosas, não religiosas, de teatro, folclore, caça, pesca. Foi contudo salientado o facto de algumas associações serem pouco dinâmicas. Destacou-se ainda que a existência de muitas associações leva a que por vezes estas não funcionem como deveriam, visto as pessoas acabam por ser as mesmas.

“Há associações mais ou menos suficientes para cobrir todas as áreas. Mas poderia era ser mais activa, ter mais actividade” (I2).

“Como disse inicialmente somos um concelho bastante rico em associativismo. O que é que acontece (...) pelo facto de existirem muitas, algumas associações e colectividades acabam por não funcionar como deveriam funcionar, porque as pessoas acabam por ser as mesmas quase que andam num lado e andam noutro (I8).

“Loulé foi sempre uma terra com uma grande dinâmica associativa” (I13).

“É uma dinâmica forte porque a Câmara de Loulé tem tradição de forte associativismo, o concelho de Loulé em número de associações é uma coisa colossal... primeiro é um concelho populoso e segundo é um concelho com enormes recursos, com enormes recursos financeiros, ou foi até agora há pouco tempo. (I12).

Contudo, é aludido por um dos ex-presidentes da Câmara o carácter de certa forma “perverso” do associativismo louletano. Em analogia ao que já havia sido reconhecido por outro ex-presidente, há uma inversão da pirâmide, em que as associações em vez de serem criadas pela livre vontade dos seus associados, o processo é iniciado pela Câmara. Para contrariar este processo revelam-se necessárias associações fortes, constituídas por cidadãos críticos.

“...a maioria das associações são geridas por pessoas que têm garantias da parte do executivo municipal de que vão ter um subsídio para fomentar as suas actividades... A pirâmide está invertida, começa-se precisamente a Câmara a dinamizar, é preciso esta associação, portanto vamos ali buscar um grupo de

peças, assim a cidadania não se realiza numa sociedade democrática... É preciso dinamizar o associativismo e é preciso criar cidadãos críticos...” (I14).

Como lacunas do movimento associativo louletano, os recursos humanos foram indicados como uma das principais carências, designadamente no dirigismo, em que existe dificuldade para encontrar pessoas com responsabilidade para estarem à frente das associações. Existe inclusive, falta de formação do dirigismo. É sublinhado o défice de participação cívica existente. Outra lacuna apontada é a carência de espaços físicos, de sedes, nomeadamente, para a prática de desporto. A área cultural é também considerada como uma das que apresenta mais necessidades, como é o caso do teatro, ou uma associação dos amigos da ciência. Numa freguesia rural foi ainda mencionada a necessidade de uma associação de defesa do património natural.

“Há poucas actividades que tenham a ver com teatro por exemplo, uma área que dá mais trabalho, que implica um certo desenvolvimento artístico (...) algum grau de intelectualidade, o que torna mais difícil. É mais fácil criar uma equipa de futebol do que um grupo de teatro por exemplo. Neste aspecto eu penso que há uma grande lacuna” (I6).

“Essencialmente nos recursos humanos. No dirigismo há uma grande deficiência, em que cada vez mais, em que os ditos carolas como havia antigamente se vão perdendo e daí existe sempre muita dificuldade em criar novas pessoas com responsabilidade para estarem à frente das associações e colectividades”(I7).

“A principal lacuna que eu encontro nisto tudo é um défice de participação cívica...” (I9).

“...eu noto, lacuna por um lado falta de formação dos dirigentes, por outro lado, falta de informação sobre qual é a oferta cultural, desportiva e recreativa do Concelho de Loulé” (I13) .

“...não há merchandising, não há marketing do movimento associativo” (I13).

Por outro lado, é referida uma grande carência na área social, a falta de estruturas de apoio e a dinamização de associações que têm preocupações vincadamente sociais e de apoio aos mais desfavorecidos.

“...essa é uma lacuna muito grave da sociedade louletana, a questão dos lares...a questão das creches e infantários, e também das actividades de tempos livres para as crianças... é preciso que haja uma componente social organizada pelas instituições e também pelas associações. As pessoas podiam-se associar para terem eles próprios a capacidade de se constituírem enquanto creche, cooperativas, já houve, esses movimentos foram desaparecendo a pouco e pouco...” (I14).

Em referência ao papel das associações na promoção do desenvolvimento local, foi alistado o seu papel na promoção de hábitos, costumes, tradições e identidade. Destacou-se também o seu papel na divulgação da terra, ao proporcionar eventos que atraem as pessoas à terra. O seu papel activo na identificação dos problemas existentes e a procura de soluções ou melhoria destes através da colaboração com as autarquias. A criação de dinamismo que proporcionam em várias áreas, a dinâmica do bem-estar, do convívio e da alegria. Porém, dois Presidentes de Junta de Freguesia revelaram que não consideram ser esse o papel das associações, ajudam, mas não é essa a sua vocação.

“Mantêm os costumes, os hábitos. São as associações hoje que não deixam morrer a nossa maneira de ser, a nossa identidade” (I2).

“Têm alguma relevância, mas não é aí, não é nessa área que as associações têm um maior papel, que as associações desempenham um melhor papel, não é aí. Ajudam, mas não são fundamentais” (I5).

“...no desenvolvimento das suas actividades do dia-a-dia também vai identificando problemas e vai reivindicando a melhoria, etc. Vai colaborando connosco na resolução desses mesmos problemas”(I9).

É também salientado o papel que as associações poderão ter enquanto dinamizadoras de emprego:

“Temos que criar associações, não só pensando no desporto, na cultura, na festa, no apoio ao idoso, mas também temos que pensar em associações na procura de resolver o problema do emprego e de ver, criando condições para os jovens não ficarem à espera a concorrer e à espera de encontrarem um lugar numa instituição, eles próprios podem ser motivadores do seu próprio emprego” (I14).

Foi colocada a seguinte questão aos ex-presidentes da Câmara Municipal de Loulé: Com a crescente redução do papel do Poder Central, nomeadamente no que toca às políticas sociais, as autarquias têm aumentado as suas competências através do princípio de subsidiariedade. Na sua opinião que alterações se têm registado nesta área? Como caracterizaria os diferentes períodos de políticas públicas locais? Quais as competências que as autarquias deverão assumir no apoio às associações?

Estes reconhecem de facto este aumento de competências, no entanto, o aumento de competências não tem sido acompanhado das devidas participações financeiras. Assiste-se a um aumento das necessidades sociais e por outro lado, os recursos disponíveis para fazer face a essas necessidades são cada vez menos. A Câmara de Loulé é descrita como uma Câmara que sempre teve políticas sociais activas, porém a realidade sociológica do concelho hoje é outra e as necessidades no campo social têm vindo a aumentar. É ainda referido por um informante o facto de as autarquias hoje terem muitas competências que antes não tinham, num poder local com uma democracia activa e voltada para a cidadania, muitas dessas competências poderão ser transferidas para as associações. Mas para tal é preciso dinamizar as associações e que os cidadãos sejam mais activos e participativos.

“As alterações que se têm registado é um assumir de competências de forma crescente nas instâncias inferiores de organização de Estado, muitas vezes sem as devidas contrapartidas financeiras...cada vez as necessidades sociais crescem e os recursos disponíveis para fazer face a essas necessidades sociais são cada vez menos” (I12).

“As Câmaras sempre tiveram um papel importante nessas matérias, mesmo quando a Lei não lhes dava competências para isso. Hoje as Câmaras têm competências, outra questão diferente de saber é se o poder Central lhes atribui os recursos financeiros de acordo com as novas competências, mas também é verdade que as Câmaras têm subido extraordinariamente o seu volume de receitas...” (I13).

“Hoje, as autarquias têm muitas competências que há anos atrás não tinham, e isso num poder local com visão, com uma democracia activa, virada para a cidadania, pode levar, deve levar, a que apareçam associações a quem as autarquias possam confiar algumas actividades... há efectivamente a necessidade de se dinamizar a constituição de associações, mas isso leva-nos ao problema fulcral que é, estão os cidadãos interessados nisso?” (I14).

Por fim, questionaram-se os ex-presidentes da Câmara e actuais órgãos autárquicos sobre quais as questões que consideram que deveriam ser estudadas para o conhecimento do universo associativo? Que perguntas para o conhecimento deste universo gostariam de ver tratadas? Em primeiro lugar foi indicada a importância de se conhecer em profundidade o universo, fazer um levantamento do número de associações existentes, distinguir as que estão legalizadas das que não estão legalizadas. O seu número de associados, a estratificação social dos associados e dos beneficiários, localização geográfica das associações. Por outro lado, o conhecimento das necessidades do concelho, necessidades no domínio da habitação, desemprego, carências

alimentares, na primeira infância, a carência de lares... Procurar fazer um estudo real de quais são as preocupações associativas das comunidades. Finalmente, é mencionada a importância de se conhecerem os líderes das comunidades, as pessoas que são capazes de dinamizar e de impulsionarem o movimento associativo de forma a constituir uma rede.

“...começaria por tentar conhecer bem o objecto do teu estudo e isso significa fazer um levantamento sem concessões, rigorosíssimo do número de associações que existem...” (I12).

“A primeira coisa que se tem de fazer é distinguir entre aquilo que está legalizado e aquilo que não está legalizado. Depois é importante conhecer qual é o número de associados e qual é o horizonte de não associados, mas que estão abrangidos pelas actividades dessas associações... a estratificação social, quer dos associados quer dos beneficiários... a localização geográfica, fazer um mapa de concentração, estas associações estão mais concentradas no meio urbano ou no meio rural” (I13).

“Para já deveria ser feito um levantamento exaustivo em primeiro das necessidades do concelho, um levantamento exaustivo ao pormenor, estatístico, correcto das necessidades no domínio da habitação, do desemprego, das carências alimentares, das carências na primeira infância, das carências na ocupação dos tempos livres, nas carências dos lares, de acompanhamento aos mais idosos, do serviço ao domicílio...” (I14).

“Procurar saber quem são os líderes activos do próprio bairro, da própria rua... penso que por aí poderíamos criar uma rede...” (I14).

#### **4.3.2. Inquérito por questionário<sup>30</sup>**

O questionário elaborado foi enviado a um universo de 120 associações do concelho de Loulé, obtendo-se a resposta de 41 associações. Estes inquéritos foram tratados e analisados estatisticamente, nomeadamente, através do programa estatístico SPSS e análise de conteúdo. Na análise dos resultados obtidos através desta técnica de investigação será seguida a sequência lógica do questionário, ou seja, em primeiro lugar será feita uma caracterização institucional; sucessivamente a caracterização dos corpos sociais; a caracterização dos associados; instalações e

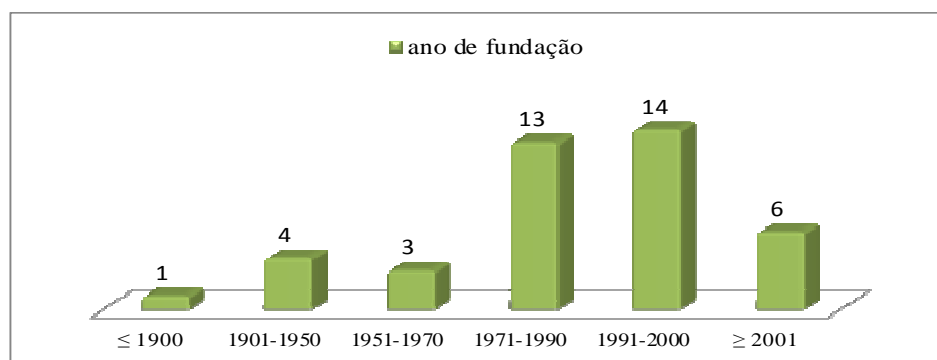
---

<sup>30</sup> O questionário enviado às Associações encontra-se integralmente reproduzido no anexo 1, assim como a listagem de associações para as quais o inquérito foi enviado (anexo2). Encontra-se também a listagem das associações que responderam ao inquérito (anexo3).

equipamentos da associação; financiamentos, carências e necessidades, concluindo com a caracterização das relações locais e interinstitucionais<sup>31</sup>.

#### 4.3.2.1. Caracterização institucional

**Figura 5 – Ano de fundação**

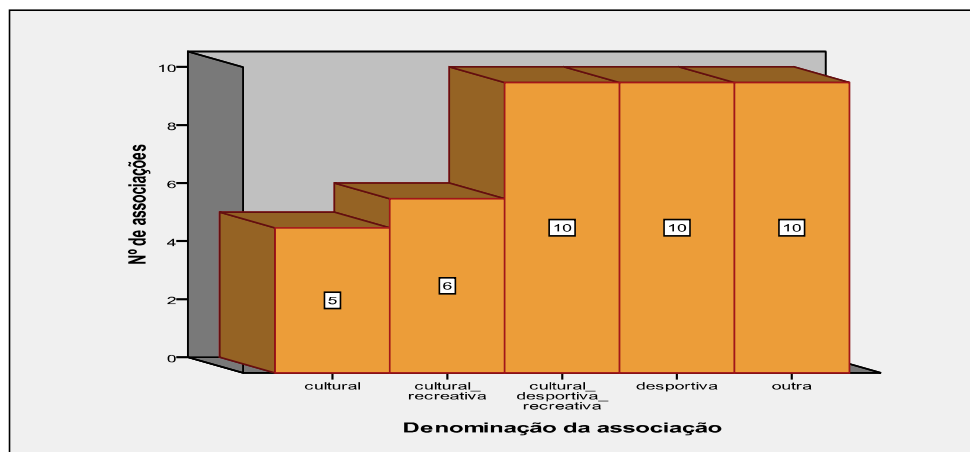


(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

A diversidade do M.A. também poderá ser observado nas datas de fundação. No que diz respeito ao ano de fundação, como se pode depreender pela figura 5, a maioria das associações foram constituídas após o ano de 1970 (80,4%). Foi nos períodos compreendidos entre 1971-1990 e 1991-2000 que se registaram os valores mais elevados, com 13 e 14 associações, respectivamente. Ou seja, em analogia ao que se constatou no enquadramento teórico, é após a consolidação do regime democrático que se assiste a uma enorme proliferação de associações.

<sup>31</sup> Esta disposição foi inspirada no estudo realizado por Rui Banha (1990) sobre o Associativismo em Loures.

**Figura 6 - Denominação da Associação**



(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Obteve-se a representação de vários tipos de associações. Em maior número as associações desportivas e recreativas e em menor, as associações culturais. Entre as associações denominadas de “Outras”, encontram-se Instituições de Solidariedade Social, uma Associação Social e Cultural, de Juventude, de Protecção dos Animais, Assistência à Infância, duas Cooperativas e uma Fundação. À semelhança do que acontece no nosso país, são em maior número as associações de tipo tradicional (Cultura, Desporto, Recreio) e em menor as associações que expressam os novos movimentos sociais, porém e tal como referiu Martins (2004: 91), já se assiste ao despoletar de um novo campo associativo, designadamente, as Associações de Protecção dos Animais. Nesta área, e também consoante as entrevistas, são ainda detectadas muitas lacunas no associativismo louletano, a existência de associações que expressam a defesa dos direitos de cidadania, associações críticas e de reflexão.

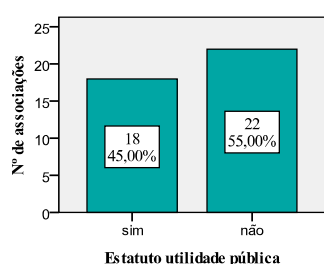
**Tabela 3 - Para além das actuais actividades, já desenvolveu outras?**

Outras actividades	Frequência	Percentagem
Sim	20	50
Não	20	50
Total	40	100

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Metade das associações respondeu que já haviam desenvolvido outro tipo de actividades. Quando questionadas sobre a causa de essas actividades terem terminado, a maioria respondeu que foi devido à falta de apoios, falta de espaço, falta de pessoal, nomeadamente qualificado. Muitas associações desportivas destacam ainda a falta de atletas. Estes dados podem revelar o desinvestimento associativo largamente referenciado pelos informantes chave deste estudo e ainda, como já havia sido aludido no segundo capítulo, por José Manuel Leite Viegas.

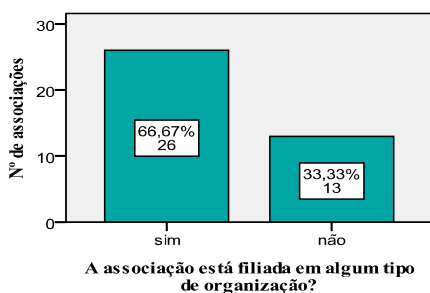
**Figura 7 - A associação tem estatuto de utilidade pública?**



Mais de metade das associações não tem estatuto de utilidade pública (55%). A inércia do movimento associativo poderá constituir uma explicação para este facto. Se houver um estatuto de utilidade pública mais rigoroso e também mais compensador, a qualidade das associações melhora.

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

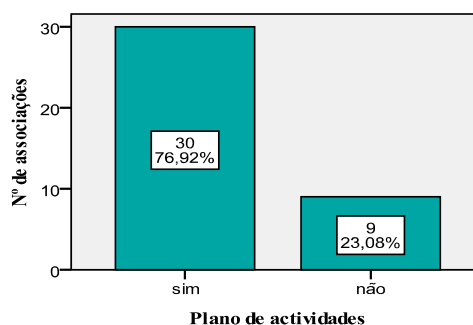
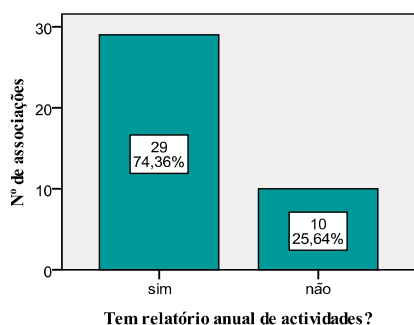
**Figura 8- A Associação está filiada em algum tipo de organização? (União, Federação, Confederação, Associação)?**



Apesar do fraco nível organizativo, 67 % das associações estão filiadas em algum tipo de organização. No entanto, esta filiação é geralmente inconsequente, pois não serve para “profissionalizar” os corpos dirigentes associativos.

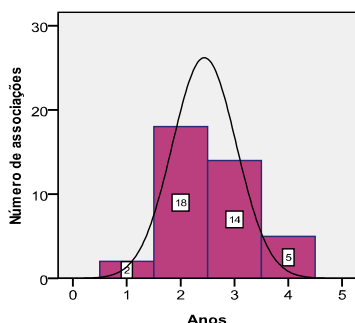
Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

**Fig. 9 - Tem relatório anual de actividades?/ Fig.10 - E plano anual de actividades?**



A maioria das associações possui relatório anual de actividades (74%) e plano anual de actividades (77%). Não se deverão estes resultados ao aspecto puramente formal destes documentos, para cumprir um requisito estatutário? Do ponto de vista substancial têm pouco significado. Será a sua produção criteriosa e eficiente?

**Figura 11 - Qual a duração do mandato para que foram eleitos os actuais Órgãos Sociais da Associação?**



A duração dos mandatos para os quais são eleitos os órgãos sociais são maioritariamente de 2 anos (18 associações (46%)) e de 3 anos (14 associações (36%)). Parece haver uma certa renovação de quadros, mas será que existe de facto rotação ou por outro lado uma eternização dos dirigentes associativos?

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

#### 4.3.2.2. Caracterização dos Corpos Sociais

À semelhança de qualquer organização, o mais importante são as pessoas que a compõem, os seus protagonistas. É sobre eles que recairá a atenção neste ponto.

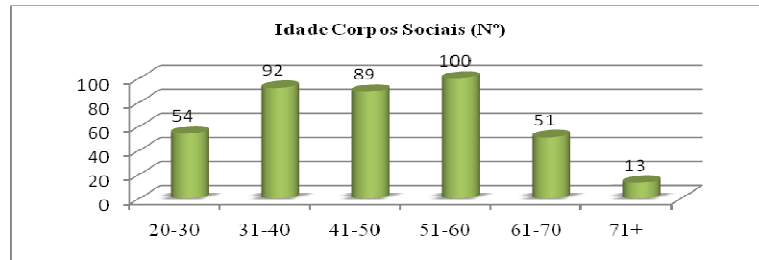
**Tabela 4 – Cargos desempenhados**

Cargo desempenhado	Frequência	Percentagem
Direcção	259	53,4
Conselho Fiscal	116	23,9
Assembleia Geral	110	22,7
Total	485	100,0

É na Direcção que se concentra o maior número de corpos sociais (53,4%).

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

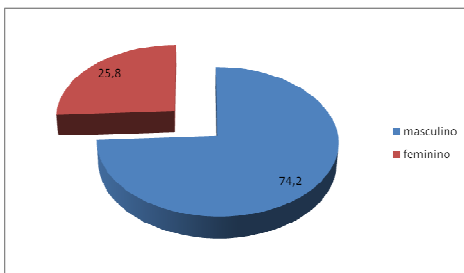
**Figura 12 - Idade dos Corpos Sociais**



(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Considerando as idades, verifica-se que é nos escalões etários compreendidos entre os 30 e os 60 anos, que se concentram 70,4% do total de órgãos sociais, ou seja, a faixa etária dos chamados activos. Constata-se um certo envelhecimento destes, uma vez que o escalão etário dos jovens (até aos 30 anos) apresenta uma quota inferior à dos órgãos mais idosos (mais de 61 anos).

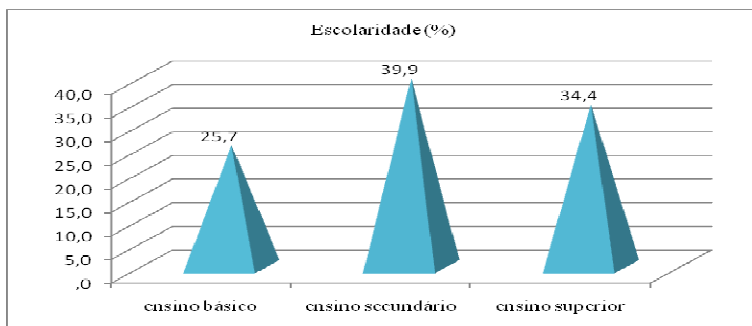
**Figura 13 - Sexo dos órgãos sociais**



Com estes dados foi possível comprovar as teses existentes referentes à masculinização do movimento associativo. No total de órgãos sociais, há uma escassa presença feminina (apenas 26%).

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

**Figura 14 - Escolaridade dos órgãos sociais**

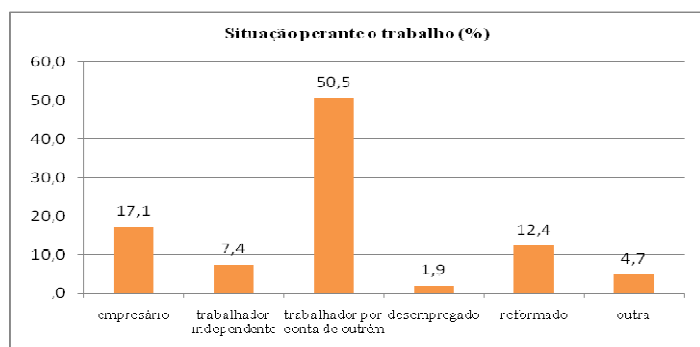


(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Observa-se um certo grau habilitacional dos corpos sociais. O ensino secundário destaca-se, com cerca de 40%, seguido do ensino superior que abrange 34%. Os recursos educacionais, segundo o

“modelo de voluntarismo cívico” constituem um dos factores que levam ao envolvimento na vida política e à participação. Outros autores defendem o mesmo princípio. Capucha (1990: 32) no seu estudo salientava o facto de os grupos mais deficitários em recursos, neste caso educacionais, aqueles que menos se fazem representar nas organizações do poder político, cultural, administrativo e de exercício da violência legitimada. Meister (1972) assinalava também o facto de que só participarem nas associações aqueles que podem e não aqueles que gostariam de fazê-lo.

**Figura 15 - Situação perante o trabalho**



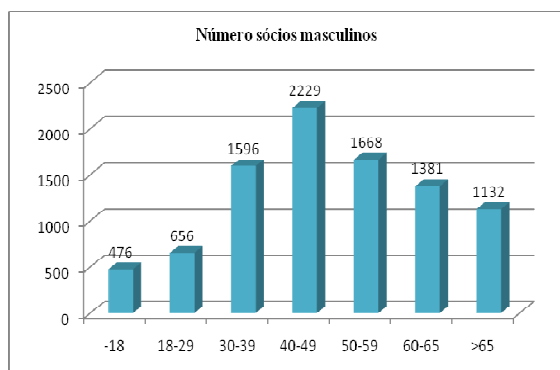
Os trabalhadores por conta de outrem constituem de longe a maioria dos órgãos sociais (55%).

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

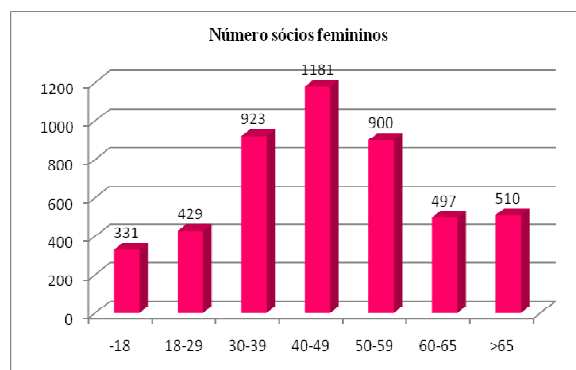
#### 4.3.2.3. Caracterização dos associados

Os líderes associativos constituem os representantes das comunidades locais, mas sem a participação dos associados não poderiam prosseguir os seus objectivos. É sobre estes protagonistas que incide este ponto.

**Figura 16 – Associados do sexo masculino**



**Figura 17 – Associados do sexo feminino**



(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

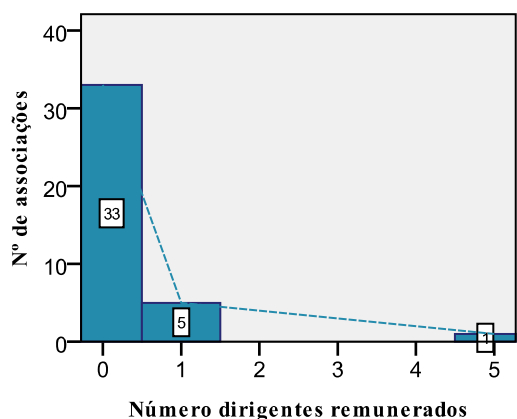
Mais uma vez, se comprova a excessiva masculinização das associações. O número de sócios masculinos (9138), é de longe superior ao número de sócios femininos (4771). Relativamente à idade, comparando a composição dos associados com a composição dos órgãos sociais como seria de esperar, apresenta um maior rejuvenescimento. Destaca-se o facto de uma grande parte dos sócios com idades inferiores a 18 anos serem membros de associações desportivas. Contudo, é na faixa etária dos 30 aos 60 anos que continua a concentrar-se a maior parte dos associados de sexo masculino (60%) e do sexo feminino (63%). Em conformidade com os órgãos sociais também é detectável um certo envelhecimento dos associados, uma vez que os sócios com idades superiores a 60 anos é superior aos sócios jovens (até aos 29 anos) em ambos os sexos. Relativamente às variáveis obtidas pode-se afirmar, grosso modo, que o perfil do sócio é próximo do do dirigente.

Como se sabe, o trabalho associativo é feito através de muito voluntariado, espírito de sacrifício e de muito trabalho não remunerado. Muitas destas acções são realizadas de forma desinteressada (outras nem tanto, conforme já se concluiu), por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas ou privadas<sup>32</sup>. Desta forma, questionaram-se as associações sobre o número de pessoas a colaborar com a associação, remunerados e não remunerados.

---

<sup>32</sup> Cfr. Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro - Bases do enquadramento jurídico do voluntariado.

**Número de pessoas a colaborar com a associação, remunerados e não remunerados.**



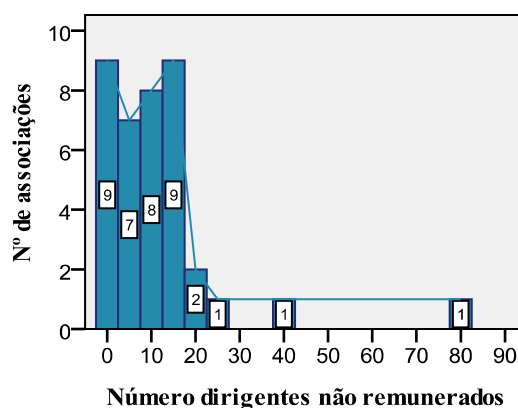
**Figura 18 - Número de dirigentes remunerados**

Quanto à remuneração dos dirigentes, das 39 associações que responderam a esta questão, 33 (85%) não têm dirigentes remunerados. Cinco associações têm um dirigente remunerado e apenas uma associação tem cinco dirigentes remunerados.

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

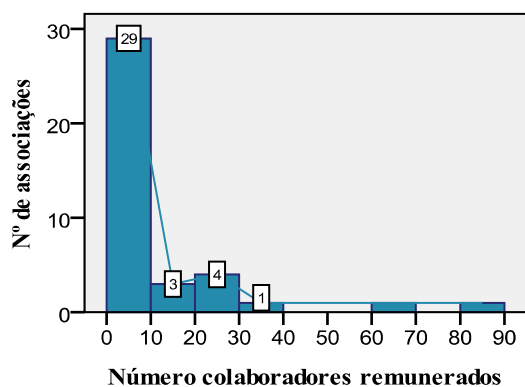
**Figura 19 - Número de dirigentes não remunerados**

O número de dirigentes não remunerados varia essencialmente entre zero e vinte dirigentes, sendo que 7 associações afirmaram ter zero dirigentes não remunerados, 13 associações entre 1 e 10 dirigentes não remunerados e 15 associações, entre 11 e 20 dirigentes não remunerados. Só 2 associações têm mais de 40 dirigentes não remunerados.



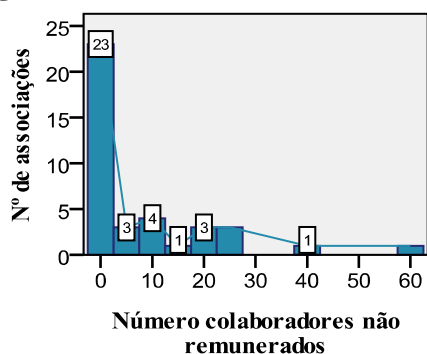
(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

**Figura 20 - Número de colaboradores remunerados**



Relativamente ao número de colaboradores remunerados, a maioria das associações (29 – 74%) afirma ter entre 0 e 10 colaboradores remunerados. Destas 29 associações, 13 têm entre 1 e 10 colaboradores remunerados. Apenas 2 associações têm mais do que 40 colaboradores remunerados.

**Figura 21 - Número de colaboradores não remunerados**



Em consonância com o número de colaboradores remunerados, a maioria das associações têm entre 0 e 10 colaboradores não remunerados (30 – 77%). Apenas 1 associação possui mais do que 40 colaboradores não remunerados.

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

#### 4.3.2.4. Instalações e equipamentos da Associação

A existência de instalações constitui uma condição indispensável para o desenvolvimento das actividades associativas, embora possam existir associações que não possuem instalações e se conseguem organizar de forma a prosseguirem os seus objectivos. Desta forma, questionaram-se as associações relativamente aos seus recursos físicos.

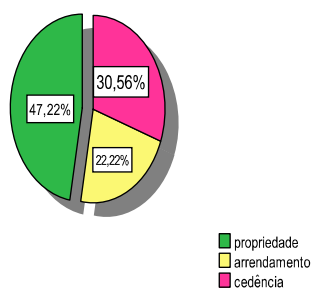
**Tabela 5 - Tem sede?**

Sede	Frequência	Percentagem
Sim	36	87,8
Não	5	12,2
Total	41	100,0

Quase todas as associações que responderam ao inquérito possuem sede (87, 8%).

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

**Figura 22 - Regime de utilização da sede social**



No que diz respeito às associações que afirmaram possuir sede social, sobre o seu regime de utilização, 47% dos respondentes apontaram o regime de propriedade, seguido do regime de cedência (31%) e finalmente, o regime de arrendamento (22%).

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

As 5 associações que não possuem sede, afirmaram que desenvolviam as suas actividades nos seguintes espaços: 1. Casa particular, 2. Armazém cedido pela CML, 3. Escritório de uma oficina, 4. Em locais emprestados ou alugados, casa particular, 5. Na parte degradada do Antigo Palácio dos Espanhóis em Loulé, em condições bastante precárias.

Não eram apenas as associações desprovidas de meios físicos que faziam a utilização de outras instalações, daí a questão seguinte, de forma a revelar a forma de utilização de outro tipo de instalações.

**Tabela 6 - As actividades ligadas à Associação são desenvolvidas em que tipo de instalações?**

Taxa utilização instalações	0	1%-20%	21%-40%	41%-60%	61%-80%	81%-100%	Total
<b>Próprias</b>							
Frequência	13	2	2	2	4	16	39
Percentagem	33,3	5,1	5,1	5,1	10,3	41,0	100,0
<b>Municipais</b>							
Frequência	14	11	2	3	1	8	39
Percentagem	35,9	28,2	5,1	7,7	2,6	20,5	100,0
<b>Outras instalações</b>							
Frequência	23	8	2	2	0	4	39
Percentagem	59,0	20,5	5,1	5,1	0	10,3	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Relativamente às instalações próprias, a maioria das associações (41%) apontou uma taxa de utilização entre 81 e 100%. Destaca-se também o número de associações com uma taxa de utilização de instalações próprias de 0% (33% das associações).

Sobre a taxa de utilização das instalações municipais, 36% afirmaram não utilizar instalações municipais, 28% apontaram uma utilização entre 1 e 20% e 21% das associações uma taxa de utilização entre 81 e 100%.

Apesar de em menor percentagem, são ainda referidas outras instalações, principalmente com uma taxa de utilização entre 1 e 20%. Entre as outras instalações foram referidos essencialmente os espaços públicos. São identificadas ainda as propriedades privadas, os estabelecimentos hoteleiros, universidades, campos de golfe.

**Tabela 7 - Indique quais as Instalações que a Associação tem disponíveis para o desenvolvimento das suas actividades:**

Instalações	Sim		Não	
	Total	%	Total	%
Sala de Convívio	21	51,2	20	48,8
Ginásio	7	17,1	34	82,9
Salão de Festas	7	17,1	34	82,9
Sala de Jogos	6	14,6	35	85,4
Pavilhão Polivalente	4	9,8	37	90,2
Bar	17	41,5	24	58,5
Campo de Futebol	8	19,5	33	80,5
Outro	16	39	25	61

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Destaca-se o número de associações que diz possuir sala de convívio e bar. Este número deve-se em parte ao facto de a maioria das associações que responderam ao inquérito serem associações de tipo tradicional. São associações cujas actividades giram muito em torno do recreio, do convívio e ocupação dos tempos livres. Quanto aos outros espaços, são mencionados os campos de golfe e rugby, respectivamente por associações que promovem essas actividades, espaços de formação, salas de exposição, malha na laje, jardins.

**Tabela 8 - Indique quais os equipamentos que a Associação possui:**

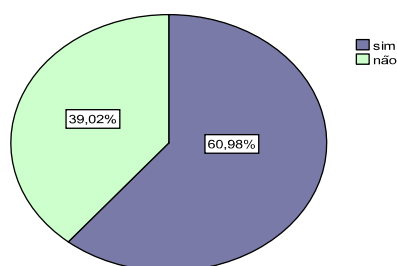
Equipamentos	Sim		Não	
	Total	%	Total	%
Equipamento de luzes	6	14,6	35	85,4
Equipamento informático	31	75,6	10	24,4

Máquina fotográfica	23	56,1	18	43,9
Projector de slides	10	24,4	31	75,6
Aparelhagem áudio	16	39	25	61
Projector de cinema	4	9,8	37	90,2
Televisão	27	65,9	14	34,1
Câmara de filmar	7	17,1	34	82,9
DVD	18	43,9	23	56,1
Amplificador e Colunas de som	11	26,8	30	73,2
Outro	11	26,8	30	73,2

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

De uma maneira geral pode-se concluir que as associações já possuem muitos equipamentos ao seu dispor. 75,6% das associações usufruem de equipamento informático, uma importante ferramenta na actual sociedade da informação e da comunicação. Os outros equipamentos que são referidos em maior número são, a máquina fotográfica, a televisão e o DVD.

**Figura 23 - Possui meios de transporte próprios?**

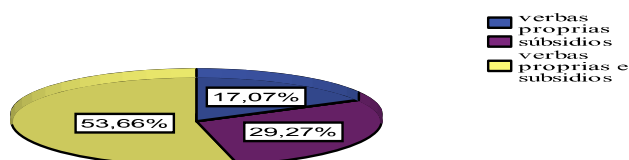


Dada a importância que a mobilidade adquire actualmente, a posse de meios de transporte próprios por parte das associações, constituem um meio facilitador do desenvolvimento das suas actividades, pelo que é positivo afirmar que 61% das associações possuem meios de transporte.

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

#### 4.3.2.5. Financiamentos carências e necessidades

**Figura 24 - O financiamento das actividades da Associação são feitas principalmente através de:**



(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

As verbas próprias conjuntamente com os subsídios foram identificadas como a principal fonte de financiamento por parte das associações (54%). Seguidamente são referenciados os subsídios isoladamente por 29% das associações. Ao contrário de outros estudos<sup>33</sup> que referem que as associações voluntárias são geralmente independentes dos poderes político e económico e de possuírem autonomia financeira, conclui-se aqui a tese oposta. Este estudo revela a enorme dependência em relação aos subsídios, visto que as verbas próprias apenas foram indicadas por 17% das associações como a principal fonte de financiamento.

**Tabela 9 - Relativamente às verbas próprias, como são obtidas? Pondere percentualmente (0 a 100%) cada uma das seguintes opções.**

Verbas próprias	0%	1%-20%	21%-40%	41%-60%	61%-80%	81%-100%	Total
<b>Rendas</b>							
Frequência	31	2	1	0	0	0	34
Percentagem	91,2	5,9	2,9	0	0	0	100
<b>Alienação do património</b>							
Frequência	100	0	0	0	0	0	100

<sup>33</sup> Consultar o estudo realizado por Rui Banha sobre o Associativismo em Loures (1990).

Percentagem	100	0	0	0	0	0	100
<b>Prestação de serviços</b>							
Frequência	18	7	2	1	2	4	34
Percentagem	52,9	20,6	5,9	2,9	5,9	11,8	100,0
<b>Quotas</b>							
Frequência	7	16	5	1	2	3	34
Percentagem	20,6	47,1	14,7	2,9	5,9	8,8	20,6
<b>Estado Central</b>							
Frequência	33	1	0	0	0	0	0
Percentagem	97,1	2,9	0	0	0	0	100,0
<b>Câmara Municipal</b>							
Frequência	14	8	5	5	2	0	34
Percentagem	41,2	23,5	14,7	14,7	5,9	0,0	100,0
<b>Junta de Freguesia</b>							
Frequência	17	17	0	0	0	0	34
Percentagem	50,0	50,0	0	0	0	0	100,0
<b>Segurança Social</b>							
Frequência	30	0	2	2	0	0	34
Percentagem	88,2	0	5,9	5,9	0	0	100,0
<b>Outros</b>							
Frequência	15	7	3	4	2	3	34
Percentagem	44,1	20,6	8,8	11,8	5,9	8,8	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

São várias as formas e contribuintes para a obtenção de verbas próprias. Entre elas, evidenciam-se as verbas que são obtidas por parte da Câmara Municipal.

- A Câmara Municipal constitui a maior contribuinte em relação às outras entidades, mencionada com uma contribuição entre 1% e 20%, por 24% das associações, entre 21% e 40% e, 41% e 60%, por 15% das associações.

- As quotas não se revelam uma grande fonte de obtenção de verbas próprias. Auxiliam 41,7% das associações para a angariação de uma taxa entre 1% e 20% das verbas.
- A prestação de serviços tem alguma contribuição, apesar de mais de metade das associações (52,9%) não adquirirem verbas através da prestação de serviços. Porém destacam-se 7 associações (20,6%) com uma contribuição entre 1% e 20% e, 4 associações (11,8%), com uma contribuição entre 81% e 100%.
- A Junta de Freguesia também é referida como contribuinte de uma taxa de 1 a 20%, por 50% das associações.
- As rendas e a Segurança Social não apresentam uma grande contribuição para a obtenção de verbas.
- A alienação do património e o Estado Central não foram referidos por nenhuma das associações.
- Em relação a outras formas de obtenção de verbas, são expostas as seguintes: vendas, eventos, nomeadamente, bailes e festas, actuações, bar, donativos, patrocínios, empresas privadas, através dos sócios.

Ou seja, é reforçada a enorme dependência das associações em relação aos subsídios provenientes da autarquia. Esta dependência já havia sido mencionada nas entrevistas realizadas:

“...a maior parte dos casos, as associações dependem financeiramente da Câmara...” (I9).

“As associações normalmente, a maior fatia digamos assim vem da parte das autarquias: Câmaras e Juntas. Depois os eventos que fazem, muitas vezes os eventos, as festas, os bailaricos, as rifas, coisas do género...” (I3).

**Tabela 10 - Em relação aos subsídios/apoios quem os atribuiu? Pondere percentualmente (0-100%) cada uma das seguintes opções.**

Subsídios/apoios	0%	1%-20%	21%-40%	41%-60%	61%-80%	81%-100%	Total
<b>Estado Central</b>							
Frequência	28,0	1,0	2,0	1,0	0,0	0,0	32,0
Percentagem	87,5	3,1	6,3	3,1	0,0	0,0	100,0
<b>Câmara Municipal</b>							
Frequência	0,0	6,0	6,0	7,0	8,0	5,0	32,0
Percentagem	0,0	18,8	18,8	21,9	25,0	15,6	100,0
<b>Junta de Freguesia</b>							
Frequência	6,0	22,0	3,0	1,0	0,0	0,0	32,0
Percentagem	18,8	68,8	9,4	3,1	0,0	0,0	100,0
<b>Segurança Social</b>							
Frequência	25,0	0,0	2,0	4,0	0,0	1,0	32,0
Percentagem	78,1	0,0	6,3	12,5	0,0	3,1	100,0
<b>Empresas</b>							
Frequência	19,0	10,0	2,0	0,0	1,0	0,0	32,0
Percentagem	59,4	31,3	6,3	0,0	3,1	0,0	100,0
<b>Particulares</b>							
Frequência	20,0	11,0	1,0	0,0	0,0	0,0	32,0
Percentagem	62,5	34,4	3,1	0,0	0,0	0,0	100,0
<b>Outros</b>							
Frequência	21,0	7,0	2,0	1,0	0,0	1,0	32,0
Percentagem	65,6	21,9	6,3	3,1	0,0	3,1	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Relativamente às entidades que mais contribuem com subsídios e apoios, são a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.

A Câmara Municipal é mencionada por todas as associações com a atribuição de subsídios, constituindo a principal contribuinte. Destacam-se 25% das associações que afirmam obter 61% a 80% dos subsídios por parte da Câmara.

- A Junta de Freguesia também foi apontada por 69% das associações com um apoio entre 1% e 20% do total de apoios.
- O Estado Central, segundo 87,5% das associações não contribui com qualquer apoio ou subsídio.
- A Segurança Social não apresenta grande relevo. 78% revelam não receber qualquer apoio da Segurança Social.
- O mesmo se depreende em relação às Empresas e Particulares, apesar de apresentarem alguma prestação (31 e 34%), respectivamente, entre 1% e 20% dos apoios. Atestou-se assim, a inexistência de um mecenato empresarial, não existindo muito apoio parte das empresas.

É novamente, realçado o papel das autarquias no acompanhamento e apoio das associações. Como referiram os informantes, existe um relacionamento de proximidade das Associações com as Autarquias, através de reuniões e de um diálogo constante, de forma a entender as suas necessidades. É defendido o trabalho conjunto e de apoio mútuo entre ambas:

“Sim e é saudável que se mantenha porque o relacionamento das autarquias e das Freguesias com as Associações ao mesmo tempo liberta as autarquias de serem elas próprias impulsionadoras e promotoras dos eventos, ou seja, há uma desmultiplicação que é feita pelas associações” (I3).

**Tabela 11 - A que entidades solicitam normalmente apoio? Pondere percentualmente (0-100%) cada uma das seguintes opções:**

Solicitação Apoios	0%	1%-20%	21%-40%	41%-60%	61%-80%	81%-100%	Total
<b>Estado Central</b>							
Frequência	25,0	4,0	1,0	1,0	0,0	0,0	31,0
Percentagem	80,6	12,9	3,2	3,2	0,0	0,0	100,0
<b>Câmara Municipal</b>							
Frequência	0,0	8,0	6,0	9,0	5,0	3,0	31,0

Porcentagem	0,0	25,8	19,4	29,0	16,1	9,7	100,0
<b>Junta de Freguesia</b>							
Frequência	6,0	21,0	2,0	2,0	0,0	0,0	31,0
Porcentagem	19,4	67,7	6,5	6,5	0,0	0,0	100,0
<b>Segurança Social</b>							
Frequência	21,0	3,0	2,0	5,0	0,0	0,0	31,0
Porcentagem	67,7	9,7	6,5	16,1	0,0	0,0	100,0
<b>Empresas</b>							
Frequência	14,0	13,0	4,0	0,0	0,0	0,0	31,0
Porcentagem	45,2	41,9	12,9	0,0	0,0	0,0	100,0
<b>Particulares</b>							
Frequência	15,0	13,0	1,0	1,0	0,0	1,0	31,0
Porcentagem	48,4	41,9	3,2	3,2	0,0	3,2	100,0
<b>Outros</b>							
Frequência	24,0	6,0	1,0	0,0	0,0	0,0	31,0
Porcentagem	77,4	19,4	3,2	0,0	0,0	0,0	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Quanto às entidades a quem solicitam apoio:

- A Câmara Municipal, mais uma vez, está entre as entidades mais solicitadas. Todas as associações afirmaram requerer subsídios à Câmara.
- A Junta de Freguesia também obteve grande realce, sendo que 68% das associações apontaram esta entidade com uma solicitação entre 1% e 20%.
- O Estado Central é pouco solicitado, visto que 86% das associações referem não solicitar qualquer tipo de apoios a este.
- À Segurança Social não são requisitados apoios por 68% das associações. Contudo, 16% solicitam entre 41% e 60% dos apoios.
- As Empresas e Particulares, como se pode verificar através da análise das duas tabelas anteriores, são mais solicitados para a atribuição de subsídios, do que aqueles que realmente atribuem. São pedidos subsídios entre 1% e 20% por 42% das associações. No entanto, uma

grande percentagem de associações mencionam não pedir qualquer tipo de apoios às empresas e particulares, 45% e 48%, respectivamente.

As entidades a quem as associações solicitam apoios são maioritariamente entidades pertencentes ao território concelhio, não sendo portanto, exploradas outras oportunidades, nomeadamente, junto de organismos do Estado e da Administração Pública (não local). A questão que se coloca é a seguinte: Será que esta ausência de solicitação de apoios a estas entidades se deve à falta de informação existente nas associações? Este foi um dos tipos de apoios referidos pelos entrevistados. À questão “Que tipo de apoios necessitam as associações?”, foi indicada a falta de informação existente:

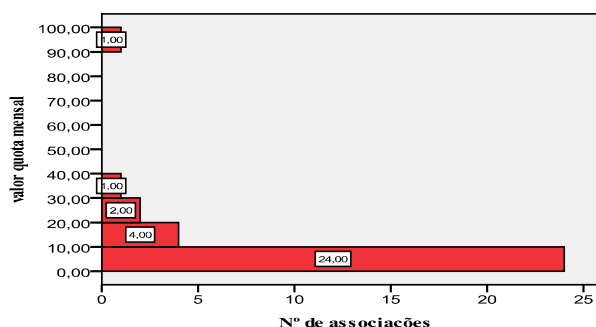
Necessitam de apoios a nível de informação, informação sobre actividades, informações sobre financiamentos próprios para as associações, de direito, nomeadamente de construção das próprias direcções e dos seus estatutos e apoios publicitários quando se faz qualquer evento” (I1).

No sentido de se esclarecer se as quotas tinham realmente significado enquanto fonte de obtenção de receitas, questionaram-se as associações sobre a sua quota mensal e o seu valor anual de receitas em quotas.

**Tabela 12 - Qual é a quota mensal?**

Quota mensal	Frequência	Percentagem
>2€	13	40,6
2€ - 5	11	34,4
6€ - 19€	4	12,5
20€ - 30€	3	9,4
> 30€	1	3,1
Total	32	100

**Figura 25- Qual é a quota mensal?**



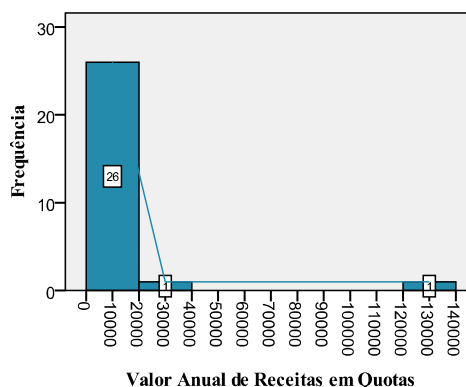
(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Quando questionadas sobre o valor da quota mensal, mediante a tabela 12 e a figura 25, deparamo-nos com uma quota mensal inferior a 2€ por 41% das associações. A maior parte das associações, 24 (75%) possui uma quota inferior a 5€ mensais. Ou seja, mais uma vez, se depreende a irrelevância das quotas enquanto fonte de obtenção de receitas próprias.

**Tabela 13 e Figura 26 – Qual é o valor anual das receitas em quotas?**

Valor anual receitas quotas	Frequência	Percentagem
≥ 999€	6	21,4
1.000€ -1.999€	5	17,9
2.000€-4.999€	9	32,1
5.000€-9.999€	4	14,3
10.000€-14.000€	4	14,3
Total	28	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

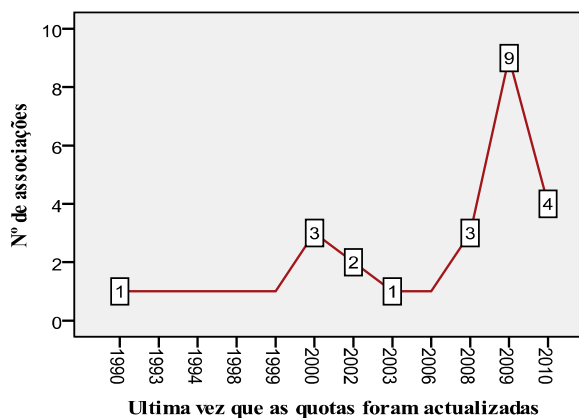


Sobre o valor anual de receitas em quotas, a maioria das associações, obtêm uma receita anual inferior a 5.000€ (71%). Apenas 4 associações (14%) apresentam quotas anuais acima dos 10.000€.

**Tabela 14 e Figura 27 - Qual a última vez que estas foram actualizadas?**

Última actualização quotas	Frequência	Percentagem
1990-1995	3	10,7
1996-2000	5	17,9
2001-2005	3	10,7
2006-2010	17	60,7
Total	28	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)



Em relação à última vez que estas foram actualizadas, a pluralidade das associações (61%) actualizou as quotas após o ano de 2006. Apenas 3 associações (11%) não actualizam as suas quotas desde o período compreendido entre 1990 e 1995.

**Tabela 15 - Avalie a situação dos recursos físicos e humanos quanto às necessidades sentidas:**

		Muito Insuficiente		Insuficiente		Suficiente		Bom		Muito Bom		Total	
		Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Recursos Físicos	Instalações	7	17,9	8	20,5	9	23,1	11	28,2	4	10,3	39	100,0
	Equipamento	3	7,9	11	28,9	11	28,9	11	28,9	2	5,3	38	100,0
	Materiais	2	5,1	12	30,8	14	35,9	9	23,1	2	5,1	39	100,0
Recursos Humanos	Animadores e monitores	1	3,8	8	30,8	9	34,6	7	26,9	1	3,8	26	100,0
	Professores	2	9,5	3	14,3	9	42,9	4	19,0	3	14,3	21	100,0
	Administrativos	4	12,1	2	6,1	10	30,3	14	42,4	3	9,1	33	100,0
	Técnicos área social	4	19,0	3	14,3	6	28,6	5	23,8	3	14,3	21	100,0
	Outro	0	0	2	50,0	0	0	0	0	2	50,0	4	100,0

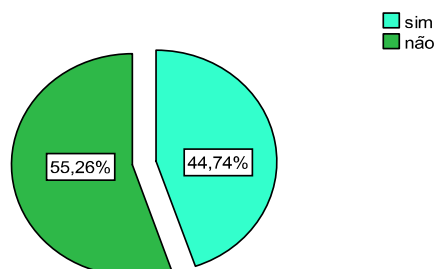
Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé

Quanto aos **Recursos Físicos**: não se acusaram grandes insuficiências. Em relação às instalações, 62% das associações afirmaram que estas variavam entre Suficientes e Muito Boas. Apenas 18% revelaram que as suas instalações são Muito Insuficientes. Os equipamentos e materiais detêm valores semelhantes, com 63% e 64% das associações, respectivamente, a apontarem entre o Suficiente e o Muito Bom.

**Recursos Humanos**: no geral a maioria das associações indicaram que em relação às suas necessidades sentidas a nível de recursos humanos, estas variam essencialmente entre o Suficiente e o Bom. As maiores insuficiências são a nível de administrativos e técnicos da área social. Estes

dados contrariam a informação obtida através das entrevistas, em que a falta de recursos humanos constituía uma das principais carências associativas.

**Figura 28 - Verifica necessidades ao nível de acções de formação?**



(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

O número de associações que respondeu não sentir necessidades a nível de acções de formação foi superior (55%). O que contraria, concomitantemente, a

teoria lida sobre o tema e a informação obtida através das entrevistas:

“Há uma certa falta de formação do dirigismo. As pessoas não podem ser presidentes ou dirigentes de um clube ou de uma associação, apenas dependentes daquilo que sabem. Devia de haver mais acções de formação para dirigentes, porque há coisas básicas. Um clube tem que ser dirigido de forma correcta, responsável e isso passa por muitas coisas, passa desde aspectos higiénico-sanitários a aspectos financeiros, aspectos relacionais, de relação humana. Portanto, saber dirigir um clube é saber motivar, motivar os associados, motivar os jovens, os atletas, os participantes nas actividades. Tem muito a ver hoje mais com marketing... (I13).

Uma vez realizada a caracterização dos recursos existentes, assim como as suas fontes de financiamento e necessidades, proceder-se-á em seguida à análise das relações locais e interinstitucionais.

#### **4.3.2.6. Caracterização das relações locais e interinstitucionais**

Tendo em conta a importância deste assunto no objecto de estudo, ou seja, a compreensão das formas de relação que o poder local estabelece com as Associações, foram colocadas várias questões no sentido de aprofundar este conhecimento e daí extrair conclusões.

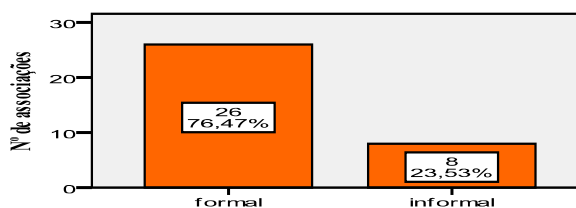
**Tabela 16 - Em que medida está satisfeito ou insatisfeito relativamente ao relacionamento da Associação com:**

	Muito Insatisfeito		Insatisfeito		Nem satisfeito nem insatisfeito		Satisfeito		Muito Satisfeito		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Outras Associações</b>	1	2,6	1	2,6	8	20,5	24	61,5	5	12,8	39	100,0
<b>Câmara Municipal</b>	1	2,4	0	0	5	12,2	25	61,0	10	24,4	41	100,0
<b>Junta Freguesia</b>	1	2,5	0	0	3	7,5	25	62,5	11	27,5	40	100,0
<b>População Residente</b>	1	2,5	0	0	7	17,5	24	60,0	8	20,0	40	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Sobre o relacionamento da Associação com as entidades mencionadas, poderá dizer-se que consiste numa relação essencialmente positiva (Satisfeito e Muito Satisfeito). Indica-se de seguida a satisfação positiva (Satisfeito+Muito Satisfeito) por ordem decrescente sentida em relação às várias entidades: Junta de Freguesia (90%), Câmara Municipal (85%), População Residente (80%) e por fim, Outras Associações (74%). Destaca-se portanto, o bom relacionamento que é mantido com as autarquias (Câmara Municipal e Juntas de Freguesia). Esta constitui a relação privilegiada do M.A. Será que o tipo de relacionamento se encontra dependente dos financiamentos obtidos? Não seria de esperar que numa sociedade democrática e participativa, a relação privilegiada do M.A. fosse com a população? Isto poderá atestar a falta de participação da população no movimento associativo, o seu desinvestimento.

**Figura 29 - Considera o relacionamento com a Câmara Municipal de tipo:**

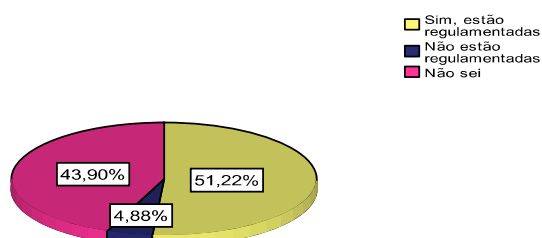


(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

O relacionamento com a Câmara Municipal é considerado formal por 76% das associações. Como se constatou no enquadramento teórico deste estudo, José Manuel Leite Viegas (2004: 38), adverte para a existência de uma democracia política formal nas sociedades ocidentais, em que, “o poder é exercido autoritariamente pela minoria de uma maioria que ganhou as eleições. Para suplantar esta evidência, revela-se necessário o aprofundamento da democracia, através de uma maior participação social e política, do fortalecimento da sociedade civil, com o desígnio de contrariar o enorme controlo que o poder autárquico possui sobre o movimento associativo.

Em conformidade com a questão colocada nas entrevistas, foi igualmente questionado às associações sobre o conhecimento da regulamentação existente relativamente às políticas de apoio da Câmara às mesmas.

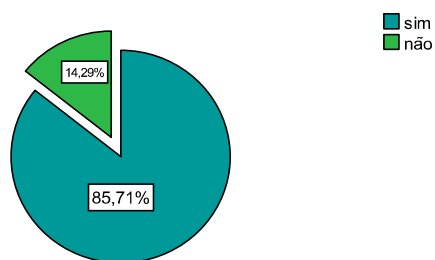
**Figura 30 - Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?**



(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

É concomitantemente revelado muito desconhecimento sobre se as políticas da Câmara se encontram realmente regulamentadas, com um regulamento próprio de atribuição de subsídios. 44% afirmam não saber. No entanto, 51% consideram que as políticas estão regulamentadas.

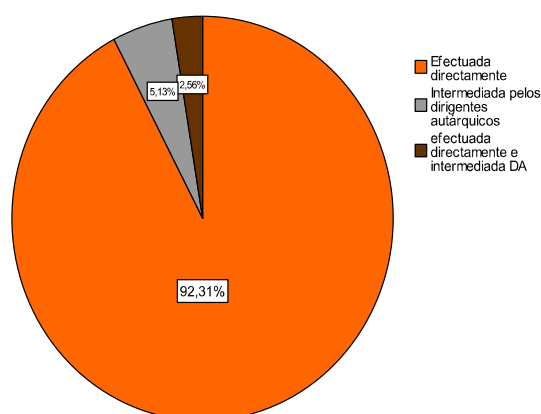
**Figura 31 - Considera que a Câmara devia ter políticas de apoio regulamentadas?**



Foi de novo, obtida unanimidade nesta resposta. 86% das associações reconhecem que a Câmara deve ter políticas de apoio regulamentadas.

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

**Figura 32 - A comunicação entre a Associação e a Junta de Freguesia é:**



Com o intuito de cruzar opiniões, colocou-se às associações a mesma questão que havia sido colocada aos Presidentes de Junta de Freguesia. A resposta foi idêntica, praticamente todas as associações (92%) referem que se relacionam directamente com a Junta de Freguesia, ou seja, não existem intermediários na relação entre estes.

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

**Tabela 17 - Na sua opinião que tipo de apoios necessitam as Associações? Indique ordenadamente as opções abaixo indicadas, sendo que (1) corresponde a uma maior necessidade de apoio e (5) a uma menor necessidade de apoio.**

	Muita necessidade		Necessidade		Nem muita nem pouca necessidade		Pouca necessidade		Pouquíssima necessidade		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Transportes</b>	6	17,1	9	25,7	8	22,9	8	22,9	4	11,4	35	100,0
<b>Outros Recursos Físicos (Instalações, equipamentos, Materiais)</b>	10	29,4	11	32,4	9	26,5	4	11,8	0	0	34	100,0
<b>Recursos Humanos</b>	5	14,7	8	23,5	9	26,5	12	35,3	0	0	34	100,0

<b>Financiamento</b>	22	61,1	8	22,2	2	5,6	3	8,3	1	2,8	36	100,0
<b>Outros</b>	1	14,3	0	0	1	14,3	0	0	5	71,4	7	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

A maior necessidade sentida pelas associações a nível de apoios, reporta-se à necessidade de financiamento (61% - Muita necessidade), seguida da necessidade de recursos físicos, como instalações, equipamentos e materiais (29% - Muita Necessidade). Os recursos humanos não são encarados como uma grande necessidade ao nível dos apoios (35% - Pouca Necessidade). É curiosa a comparação destes dados com a abordagem obtida através das entrevistas, em que foi destacada a enorme carência a nível de recursos humanos, nomeadamente, de pessoal mais novo.

**Tabela 18 - Regra geral, indique a periodicidade com que a Associação se reúne com:**

	Semanal		Quinzenal		Mensal		Trimestral		Semestral		Anual		Outro		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Câmara Municipal</b>	0	0	0	0	4	11,8	4	11,8	3	8,8	8	23,5	15	44,1	34	100,0
<b>Junta de Freguesia</b>	0	0	0	0	5	15,6	4	12,5	7	21,9	6	18,8	10	31,3	32	100,0
<b>Associados</b>	4	11,4	2	5,7	5	14,3	7	20,0	8	22,9	7	20,0	2	5,7	35	100,0

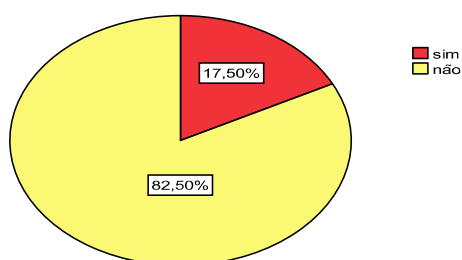
(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

A periodicidade com que as associações afirmam reunir-se com a Câmara e a Junta de Freguesia são muito semelhantes. Variam essencialmente entre a reunião mensal e anual. Quanto às associações que indicaram “Outro”, em relação à Câmara 13 associações disseram que se reuniam com esta quando necessário e, apenas 2 associações apontaram que se reuniam muito raramente. Em relação à Junta de Freguesia, 10 associações (31%) indicaram “Outro”. Reúnem-se com esta, quando necessário.

A periodicidade de reunião com os associados é maior. Algumas associações afirmaram reunir-se semanalmente e quinzenalmente com os associados. Porém, 20% das associações só se reúnem anualmente com os seus associados.

Através da análise dos dados anteriores, é corroborado, sucessivamente, o bom relacionamento que é mantido com as autarquias.

**Figura 33 - Existem alguns membros da direcção da associação pertencentes a órgãos do município, nomeadamente executivos e consultivos?**



A maior parte dos membros da direcção das associações que responderam ao inquérito não pertencem a órgãos do município (82,5%), o que contradiz a teoria existente.

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

**Tabela 19 - Face a um determinado problema com alguma delicadeza política, que possa ter implicações na vida da associação, de entre as posições abaixo indicadas, escolha aquela que mais se enquadra com a sua Associação:**

	Frequência	Percentagem
• A associação ouve os seus associados antes de se pronunciar	13	34,2
• A direcção emite opinião de sua própria iniciativa	2	5,3
• A associação nunca se pronuncia sobre assuntos que tenham alguma delicadeza política	19	50,0
• Nenhuma das anteriores	4	10,5
• Total	38	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Relativamente à questão colocada, 50% das associações afirma não se pronunciar sobre assuntos que tenham alguma delicadeza política. Também se destaca a resposta “a associação ouve os seus associados antes de se pronunciar” (34%).

**Tabela 20 - Avalie o poder de influência que as Associações detêm sobre os executivos autárquicos relativamente aos seguintes assuntos:**

	Nenhuma influência		Muito pouca influência		Pouca influência		Alguma influência		Muita influência		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
<b>Ambiente</b>	3	9,1	6	18,2	6	18,2	17	51,5	1	3,0	33	100,0
<b>Desporto</b>	2	6,3	1	3,1	3	9,4	17	53,1	9	28,1	32	100,0
<b>Cultura</b>	2	6,1	4	12,1	5	15,2	17	51,5	5	15,2	33	100,0
<b>Educação e Juventude</b>	1	3,4	1	3,4	6	20,7	14	48,3	7	24,1	29	100,0
<b>Emprego e Formação</b>	3	11,1	5	18,5	8	29,6	11	40,7	0	0	27	100,0
<b>Finanças e Património</b>	8	30,8	3	11,5	6	23,1	8	30,8	1	3,8	26	100,0
<b>Habitação</b>	9	34,6	2	7,7	8	30,8	7	26,9	0	0	26	100,0
<b>Intervenção Social</b>	2	7,1	3	10,7	1	3,6	12	42,9	10	35,7	28	100,0
<b>Obras Municipais</b>	10	37,0	5	18,5	4	14,8	7	25,9	1	3,7	27	100,0
<b>Outros</b>	2	40,0	0	0	0	0	3	60,0	0	0	5	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

O desporto é visto como o assunto sobre o qual as associações detêm um maior poder de influência. 81% das associações afirmaram que as associações detêm entre alguma e muita influência sobre o desporto. O segundo assunto sobre o qual detêm maior influência é a Intervenção Social (79%). Por ordem de influência decrescente estão, a Educação e Juventude (72%), a Cultura (67%), o Ambiente (54,5%), as Finanças e Património (35%), as Obras Municipais (30%) e, finalmente, a Habitação (27%).

Em conformidade com o exposto por José Manuel Leite Viegas (1986: 105), o desporto, nomeadamente, o futebol constitui uma grande fonte mobilizadora dos grupos populares no nosso

país. Este facto poderá explicar a enorme pressão que existe por parte dos grupos desportivos e a sua capacidade de influência.

**Quando a Associação sente uma necessidade relativamente aos assuntos abaixo indicados, a que entidades recorre em primeiro lugar. Indique por ordem decrescente, sendo que (1) corresponde à primeira entidade recorrida e (6) à última entidade recorrida.**

**Tabela 21 - Transportes**

<b>Transportes</b>	<b>1ª</b>		<b>2ª</b>		<b>3ª</b>		<b>4ª</b>		<b>5ª</b>		<b>6ª</b>		<b>Total</b>	
	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
<b>Estado Central</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	25,0	1,0	8,3	2,0	16,7	6,0	50,0	12,0	100,0
<b>Câmara Municipal</b>	29,0	85,3	4,0	11,8	1,0	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	34,0	100,0
<b>Junta de Freguesia</b>	5,0	22,7	13,0	59,1	2,0	9,1	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	9,1	22,0	100,0
<b>Segurança Social</b>	0,0	0,0	1,0	8,3	2,0	16,7	3,0	25,0	2,0	16,7	4,0	33,3	12,0	100,0
<b>IEFP</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,0	33,3	4,0	33,3	4,0	33,3	12,0	100,0
<b>Outras</b>	2,0	14,3	3,0	21,4	3,0	21,4	0,0	0,0	0,0	0,0	6,0	42,9	14,0	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Quando as associações sentem necessidade de Transportes, a primeira entidade a que recorrem é a Câmara Municipal (85%) e seguidamente, a Junta de Freguesia (23%). A última entidade a que se dirigem é o Estado Central (50%).

**Tabela 22 - Instalações**

<b>Instalações</b>	<b>1ª</b>		<b>2ª</b>		<b>3ª</b>		<b>4ª</b>		<b>5ª</b>		<b>6ª</b>		<b>Total</b>	
	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
<b>Estado Central</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	38,5	3,0	23,1	0,0	0,0	5,0	38,5	13,0	100,0
<b>Câmara Municipal</b>	25,0	78,1	3,0	9,4	0,0	0,0	0,0	0,0	2,0	6,3	2,0	6,3	32,0	100,0
<b>Junta de Freguesia</b>	2,0	10,0	11,0	55,0	3,0	15,0	2,0	10,0	0,0	0,0	2,0	10,0	20,0	100,0
<b>Segurança Social</b>	2,0	16,7	1,0	8,3	1,0	8,3	3,0	25,0	2,0	16,7	3,0	25,0	12,0	100,0
<b>IEFP</b>	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,0	58,3	5,0	41,7	12,0	100,0
<b>Outras</b>	1,0	7,1	1,0	7,1	3,0	21,4	2,0	14,3	2,0	14,3	5,0	35,7	14,0	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Ao nível das instalações, a Câmara Municipal, é mais uma vez, a primeira entidade a que as associações solicitam apoios (78%), de seguida a Segurança Social (17%) e, finalmente, a Junta de Freguesia (10%). As últimas entidades a quem recorrem são o IEFP (42%) e o Estado Central (38,5%).

**Tabela 23 - Financiamento**

<b>Financiamento</b>	<b>1ª</b>		<b>2ª</b>		<b>3ª</b>		<b>4ª</b>		<b>5ª</b>		<b>6ª</b>		<b>Total</b>	
	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
<b>Estado Central</b>	1,0	6,7	2,0	13,3	4,0	26,7	3,0	20,0	1,0	6,7	4,0	26,7	15,0	100,0
<b>Câmara Municipal</b>	24,0	72,7	7,0	21,2	1,0	3,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	3,0	33,0	100,0
<b>Junta de Freguesia</b>	2,0	8,3	12,0	50,0	8,0	33,3	2,0	8,3	0,0	0,0	0,0	0,0	24,0	100,0
<b>Segurança Social</b>	7,0	43,8	1,0	6,3	1,0	6,3	3,0	18,8	2,0	12,5	2,0	12,5	16,0	100,0
<b>IEFP</b>	0,0	0,0	1,0	7,7	0,0	0,0	2,0	15,4	6,0	46,2	4,0	30,8	13,0	100,0
<b>Outras</b>	0,0	0,0	2,0	13,3	3,0	20,0	3,0	20,0	2,0	13,3	5,0	33,3	15,0	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

O financiamento é solicitado essencialmente à Câmara Municipal (73%) e à Segurança Social (43,8%). As últimas entidades a quem as associações pedem financiamento são, novamente, o IEFP (31%) e o Estado Central (27%).

**Tabela 24 – Recursos Humanos**

<b>Recursos Humanos</b>	<b>1ª</b>		<b>2ª</b>		<b>3ª</b>		<b>4ª</b>		<b>5ª</b>		<b>6ª</b>		<b>Total</b>	
	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>	<b>Freq.</b>	<b>%</b>
<b>Estado Central</b>	1,0	7,7	0,0	0,0	2,0	15,4	0,0	0,0	2,0	15,4	8,0	61,5	13,0	100,0
<b>Câmara Municipal</b>	8,0	40,0	3,0	15,0	2,0	10,0	2,0	10,0	2,0	10,0	3,0	15,0	20,0	100,0
<b>Junta de Freguesia</b>	4,0	26,7	3,0	20,0	1,0	6,7	1,0	6,7	2,0	13,3	4,0	26,7	15,0	100,0
<b>Segurança Social</b>	1,0	7,7	2,0	15,4	2,0	15,4	3,0	23,1	2,0	15,4	3,0	23,1	13,0	100,0
<b>IEFP</b>	8,0	42,1	4,0	21,1	4,0	21,1	1,0	5,3	1,0	5,3	1,0	5,3	19,0	100,0
<b>Outras</b>	5,0	35,7	2,0	14,3	1,0	7,1	2,0	14,3	0,0	0,0	4,0	28,6	14,0	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

Quando as associações necessitam de recursos humanos recorrem em primeiro lugar ao IEFP (42%) e de seguida à Câmara Municipal (40%). A última entidade a quem pedem apoio é ao Estado Central (61,5%).

O que se conclui, mediante a análise dos dados precedentes, é o constante acompanhamento que existe por parte da Câmara Municipal. Quando as associações sentem uma necessidade a vários níveis, seja de transportes, instalações, financiamento, a Câmara Municipal constitui sempre a primeira entidade a quem as associações recorrem. À excepção dos recursos humanos, em que o IEFP constitui a primeira entidade solicitada, a Câmara surge sempre em primeiro lugar.

**Tabela 25 - Na sua opinião quais os motivos que levam as pessoas a participarem na Associação. Indique 3 por ordem decrescente, sendo que (1) corresponde ao mais importante e (3) ao menos importante.**

Motivo que leva as pessoas a participarem na Associação	Importante 1		Importante 2		Importante 3		Total	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Interesse pelo objecto social da Associação	22,0	62,9	11,0	31,4	2,0	5,7	35,0	100,0
Interesse político	1,0	25,0	1,0	25,0	2,0	50,0	4,0	100,0
Influência de amigos	8,0	32,0	10,0	40,0	7,0	28,0	25,0	100,0
Carolice	10,0	38,5	6,0	23,1	10,0	38,5	26,0	100,0
Questões de currículo	0,0	0,0	0,0	0,0	5,0	100,0	5,0	100,0
Voluntariado	2,0	10,5	7,0	36,8	10,0	52,6	19,0	100,0
Outros	4,0	66,7	1,0	16,7	1,0	16,7	6,0	100,0

(Fonte: Inquérito às Associações do Concelho de Loulé, Elaboração Própria)

O interesse pelo objectivo social da associação é visto pela maioria das associações que responderam como um dos principais motivos que leva as pessoas a participarem nas associações (25), de seguida o motivo mais apontado é a Carolice (26) e, por fim, a Influência dos amigos (25).

O Voluntariado surge depois, mencionado por 19 associações. O interesse político (4), as questões de currículo (5) e outros motivos (6) são considerados como os menos importantes.

### **4.3.3. Análise Documental**

Perante as dúvidas face à realidade associativa do concelho, o desconhecimento do número de associações existentes, e visto este ser considerado um dos aspectos fundamentais apontados pelos ex-presidentes da Câmara Municipal de Loulé, optou-se pela análise de todas as Actas Camarárias, no período compreendido entre Janeiro de 2002 e Agosto de 2010. Com esta análise foi possível descortinar quais as associações que se relacionam directamente com a Câmara, ou pelo menos aquelas que recebem subsídios por parte desta autarquia, o que se considera ser a quase totalidade de associações existentes no Concelho.

Foi elaborada uma base de dados, mediante a utilização do programa microsoft excel, constituída pelas seguintes dimensões: nome da associação, tipo de actividades, freguesia e, posteriormente, a forma de atribuição de subsídio subdividida em atribuição de subsídio, comparticipação financeira, protocolo e contrato-programa, finalmente, o mês, ano e nº da acta correspondente.

Numa primeira fase foi construída uma base de dados com os subsídios totais atribuídos ao Concelho de Loulé por ano. Numa fase seguinte foi elaborada uma base de dados para cada uma das freguesias do Concelho, separadas por ano e, posteriormente foi ainda elaborada outra base de dados com os subsídios distribuídos por freguesia, por associação e por ano, de forma a descortinar como os subsídios se distribuam pelas várias associações ao longo dos vários anos. Pretendia-se

revelar quais as associações mais beneficiadas e também, se existia um histórico na atribuição de subsídios.

Finalmente, foi construído um mapa resumo de atribuição de subsídios por freguesias ao longo dos vários anos em análise, com o correspondente número de subsídios e valor atribuído. É ainda de referir que se optou pela junção das duas freguesias da cidade de Loulé (S. Clemente e S. Sebastião) de forma a facilitar a análise.

De seguida proceder-se-á à análise dos mapas resumo de atribuição de subsídios por associação, ano e freguesia.

### Almancil

**Tabela 26 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Almancil (2002-2010)**

ALMANCIL	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Academia de Ténis de Vale do Lobo	0.00 €	25,000.00 €	0.00 €	37,500.00 €	37,500.00 €	37,500.00 €	37,000.00 €	0.00 €	37,500.00 €	212,000.00 €
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento Escolar de Almancil	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	250.00 €	0.00 €	563.01 €	0.00 €	0.00 €	813.01 €
Associação Empresarial de Almancil	7,500.00 €	0.00 €	6,250.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	.00 €	0.00 €	20,000.00 €	33,750.00 €
Associação dos Guineenses no Algarve e Amigos da Guiné-Bissau	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	500.00 €	0.00 €	0.00 €	500.00 €
Associação Social e Cultural de Almancil	59,262.72 €	45,281.50 €	43,754.12 €	48,461.33 €	2,600.00 €	131,227.58 €	77,200.00 €	158,200.00 €	336,935.00 €	902,922.25 €
Corpo Nacional de Escutas agrupamento 1168 de Almancil	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,250.00 €	0.00 €	0.00 €	1,250.00 €
Fábrica da Igreja Paroquial de Almancil	59,822.77 €	3,000.00 €	5,000.00 €	246,581.97 €	55,500.00 €	13,872.50 €	5,000.00 €	4,000.00 €	3,000.00 €	395,777.24 €
Globalgarve, S.A - Agência de Desenvolvimento Regional e Associação Empresarial de Almancil	7,500.00 €	0.00 €	15,750.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	23,250.00 €
Grupo de Amigos de São Lourenço (GRASAL)	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,000.00 €	1,000.00 €	1,000.00 €	1,000.00 €	1,000.00 €	0.00 €	5,000.00 €
Grupo Desportivo de Mata Lobos	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	250.00 €	250.00 €	250.00 €	0.00 €	750.00 €
Grupo Motard de Almancil	0.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	0.00 €	2,500.00 €	1,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	9,000.00 €
Internacional Clube de Almancil	17,460.00 €	17,500.00 €	17,500.00 €	32,500.00 €	20,000.00 €	37,500.00 €	21,250.00 €	37,300.00 €	35,930.00 €	236,940.00 €

Rancho Folclórico Infantil e Juvenil de Almancil	0.00 €	3,500.00 €	0.00 €	3,500.00 €	0.00 €	0.00 €	.00 €	0.00 €	0.00 €	7,000.00 €
Sociedade Recreativa Almacilense	99,760.00 €	112,260.00 €	122,500.00 €	140,000.00 €	140,000.00 €	165,000.00 €	140,000.00 €	145,000.00 €	77,800.00 €	1,142,320.00 €
Sport Clube Escanchinas	2,000.00 €	1,500.00 €	3,000.00 €	3,000.00 €	2,500.00 €	2,750.00 €	2,750.00 €	2,900.00 €	2,150.00 €	2,250.00 €
<b>Total</b>	253,305.49 €	210,541.50 €	216,254.12 €	512,543.30 €	261,850.00 €	390,600.08 €	286,763.01 €	348,650.00 €	513,315.00 €	2,993,822.50 €

(Fonte: Actas Câmara Municipal Loulé, Elaboração Própria)

A freguesia de Almancil, localizada no litoral do Concelho de Loulé, é a terceira freguesia mais habitada do Concelho<sup>34</sup>, tendo registado um aumento positivo entre 1991 e 2001, de 46,4%. Das 15 associações que se relacionam directamente com a Câmara Municipal de Loulé, destacam-se as três que obtiveram os maiores subsídios no período compreendido entre Janeiro de 2002 e Agosto de 2010. Em primeiro lugar, a Sociedade Recreativa Almacilense, com uma atribuição total de subsídios de 1.142.320 €. Seguidamente, a Associação Social e Cultural de Almancil com uma verba total de 902.922,25€ e, finalmente, a Fábrica da Igreja Paroquial de Almancil, com um valor de 395.777,24€. Verifica-se uma crescente atribuição de subsídios ao longo dos anos à Associação Social e Cultural de Almancil, uma das IPSS mais importantes nesta freguesia. A ASCA surgiu com o intuito de colmatar as enormes carências sociais existentes na freguesia de Almancil, dedicando-se essencialmente ao apoio à terceira idade. É ainda de salientar, um aumento de verba no ano de 2005, tendo contribuído para tal, os subsídios atribuídos à Fabrica da Igreja Paroquial de Almancil, que segundo as Actas nº10 de Março de 2005 e actas nº35 e nº37 de Setembro de 2005, 103.088,07€ destinaram-se à comparticipação nas despesas geradas com a reparação da chamada “Casa de S. Lourenço”, 48.206,40€ como comparticipação nas obras de restauro no interior e exterior do Templo situado no sítio de S. João da Venda e, 95.287,50€, como forma de comparticipação nas obras de manutenção e conservação da Igreja de S. Lourenço. Esta Igreja, considerada de uma beleza ímpar e de elevadíssimo valor patrimonial pelos painéis de azulejo, que ostenta, em que nos dá a conhecer a vida e a obra do seu oráculo, o mártir São Lourenço, constitui

<sup>34</sup> Consultar a Breve Caracterização do Concelho de Loulé na pág. 84.

incontestável ex-líbris<sup>35</sup>. Evidencia-se também o facto de o ano de 2010, apesar de ainda não estar concluído, já revelar uma verba bastante avultada (2.993.822,50€).

## Alte

**Tabela 27 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Alte (2002-2010)**

ALTE	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Associação Cultural de Alte	2,000.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	0.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €	14,500.00 €
Associação de Bombeiros Voluntários de São Bartolomeu de Messines	250.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	250.00 €
Associação de Caçadores “Os Quatro Unidos”	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €
Associação Pró-Beneficência e Progresso de Alte	249.40 €	5,000.00 €	0.00 €	3,000.00 €	5,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	13,249.40 €
Casa do Povo de Alte	27,433.88 €	25,000.00 €	25,000.00 €	35,000.00 €	25,000.00 €	26,250.00 €	25,000.00 €	25,000.00 €	0.00 €	213,683.88 €
Centro Comunitário Oito de Dezembro	249.40 €	0.00 €	500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	749.40 €
Centro de Animação e Apoio Comunitário da Freguesia de Alte	15,103.64 €	13,622.50 €	8,272.36 €	22,268.80 €	15,975.69 €	15,759.94 €	18,100.00 €	36,866.00 €	40,276.00 €	186,244.93 €
Centro de Apoio Infantil	249.40 €	0.00 €	0.00 €	267.76 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	3,117.66 €
Clube Desportivo e Cultural das Sarnadas	0.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €	15,000.00 €
Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Assunção de Alte	0.00 €	10,500.00 €	13,800.00 €	29,164.25 €	25,000.00 €	33,722.70 €	12,220.00 €	36,700.00 €	3,500.00 €	164,606.95 €
Grupo Desportivo Serrano	0.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	5,000.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	12,500.00 €	0.00 €	0.00 €	27,500.00 €
Grupo Motard de Alte	0.00 €	250.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	250.00 €
<b>Total</b>	<b>45,535.72 €</b>	<b>61,872.50 €</b>	<b>55,072.36 €</b>	<b>104,800.81 €</b>	<b>78,475.69 €</b>	<b>83,232.64 €</b>	<b>72,820.00 €</b>	<b>98,566.00 €</b>	<b>43,776.00 €</b>	<b>644,151.72 €</b>

(Fonte: Actas Câmara Municipal Loulé, Elaboração Própria)

A freguesia de Alte é uma freguesia de interior, que se reparte entre o Barrocal e a Serra. É considerada uma das aldeias mais típicas e preservadas do Algarve (e mesmo de todo o Portugal). Com uma população aproximadamente de 2.176 habitantes (segundo dados dos Censos 2001) de tendência envelhecida, a que se associa um nível de escolaridade reduzido. Contudo, apresenta algum dinamismo associativo, contando com a presença de 14 associações que se relacionam

<sup>35</sup> Consultado no site da Câmara Municipal de Loulé: <http://www.cm-loule.pt/>

directamente com a Câmara Municipal de Loulé. Relativamente às mesmas, as mais comparticipadas foram a Casa do Povo de Alte (213.683,88€), o Centro de Animação e Apoio Comunitário da Freguesia de Alte (186.244,93€) e a Fábrica da Igreja Paroquial da Nossa Senhora da Assunção de Alte (164.606,95€). Tal como na Freguesia de Almancil, é possível constatar um aumento de subsídios atribuídos no ano de 2005 (104.800,81€), que resultam de um aumento geral de subsídios distribuídos pelas várias associações da freguesia. É ainda de destacar, o ano de 2009, com um montante global de 98.566€.

As associações mais apoiadas nesta freguesia são aquelas cujas actividades são essencialmente sociais e sócio-culturais. As Casas do Povo que constituem essencialmente, associações locais com fins sociais e culturais, estão especialmente presentes nas freguesias rurais, continuando ainda hoje a assumir um papel bastante importante na dinamização destas comunidades. É também de salientar o seu trabalho de cooperação com o Estado e com as autarquias locais, com vista à resolução de problemas que afectem a população local.

Segundo o presidente desta Freguesia, Alte caracteriza-se por ter uma boa dinâmica associativa:

“A minha freguesia tem uma boa dinâmica associativa. Aliás tem várias associações. Se calhar é uma das freguesias pequenas que tem mais associações, temos por acaso uma grande dinâmica, quer desportiva, quer cultural. Temos associações que promovem o teatro, temos mais vocacionadas para o folclore, temos desportivas, temos associações que trabalham muito a nível das modalidades desportivas tradicionais, muitas desenvolvem festas, pronto temos muita coisa mesmo”.

## Ameixial

**Tabela 28 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Ameixial (2002-2010)**

AMEIXIAL	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Associação Caçadores Pescadores dos Besteiros	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €
Casa do Povo do Ameixial	1,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	8,500.00 €	72,000.00 €	97,000.00 €
Fábrica da Igreja de Santo António de Ameixial	0.00 €	1,957.75 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,200.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	7,157.75 €
Grupo Desportivo Ameixialense	13,468.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	73,468.00 €
<b>Total</b>	<b>14,968.00 €</b>	<b>11,957.75 €</b>	<b>10,000.00 €</b>	<b>15,000.00 €</b>	<b>10,000.00 €</b>	<b>15,200.00 €</b>	<b>10,000.00 €</b>	<b>16,000.00 €</b>	<b>79,500.00 €</b>	<b>182,625.75 €</b>

(Fonte: Actas Câmara Municipal Loulé, Elaboração Própria)

A freguesia do Ameixial é a freguesia rural do concelho de Loulé menos povoada. Apresenta uma estrutura etária muito envelhecida e um saldo negativo bastante acentuado, proporcionado quer pelo aumento da taxa de mortalidade e diminuição da taxa de natalidade, quer pela incapacidade de fixar população<sup>36</sup>. Das 4 associações, a Casa do Povo do Ameixial obteve o maior valor de subsídios atribuídos (97.000€), seguida do Grupo Desportivo Ameixialense (73.468€). São associações que se dedicam essencialmente a actividades sócio-culturais (Casa do Povo do Ameixial) e actividades desportivas (Grupo Desportivo Ameixialense). É possível constatar uma certa linearidade na atribuição de subsídios, apesar de algumas oscilações. Entre os anos de 2002 e 2010, os subsídios variam essencialmente entre 10.000 e 15.000 €. Nos anos de 2009 e 2010 observa-se um aumento de verbas atribuídas à Casa do Povo do Ameixial, que se devem à comparticipação de um projecto de arquitectura para o Lar da Freguesia do Ameixial, atribuindo-se uma comparticipação financeira no montante de 6.000 euros (Acta nº15 de 15 de Abril de 2009), assim como uma comparticipação de 70.000€, atribuída em Janeiro de 2010 (Acta nº3), como forma de apoio à conclusão dos projectos de arquitectura e especialidades. Projecto este, em conjunto com a Segurança Social através do programa POPH – Programa Operacional de Potencial Humano.

<sup>36</sup> Para mais informações consultar a Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé, ponto 3.3 referente à ocupação humana do Concelho.

## **Benafim**

**Tabela 29 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Benafim (2002-2010)**

<b>BENAFIM</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Total</b>
Associação de Caçadores de Benafim e Beira Serra	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €
Associação Social para o Progresso e Bem Estar da Freguesia de Benafim	999.40 €	358,943.09 €	21,250.00 €	4,433.80 €	73,833.40 €	14,097.08 €	13,718.00 €	24,337.00 €	15,457.00 €	527,068.77 €
Centro Comunitário de Benafim	0.00 €	0.00 €	0.00 €	15,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	15,000.00 €
Clube de Caça do Espargal	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €
Fábrica da Igreja de Alte/ Comunidade Benafim	0.00 €	0.00 €	31,112.19 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	31,112.19 €
Sport Clube de Benafim	7,986.00 €	64,382.00 €	75,416.87 €	71,050.00 €	12,500.00 €	8,000.00 €	36,050.00 €	7,500.00 €	0.00 €	282,884.87 €
<b>Total</b>	<b>8,985.40 €</b>	<b>423,325.09 €</b>	<b>137,779.06 €</b>	<b>90,483.80 €</b>	<b>86,333.40 €</b>	<b>22,097.08 €</b>	<b>49,768.00 €</b>	<b>31,837.00 €</b>	<b>15,456.50 €</b>	<b>866,065.33 €</b>

(Fonte: Actas Câmara Municipal Loulé, Elaboração Própria)

A freguesia de Benafim é uma pequena freguesia do interior, com pouco mais de mil e duzentos habitantes. Das 6 associações, a Associação Social para o Progresso e Bem-Estar da Freguesia de Benafim (527.068,77€) e o Sport Clube de Benafim (282.884,87€), são as associações que se destacam na atribuição de subsídios. São ainda, as únicas associações desta freguesia que recebem apoios anuais da parte da Câmara Municipal de Loulé. As restantes associações, como é possível observar na tabela precedente, apenas receberam 1 subsídio da parte da Câmara. Outro aspecto a considerar, é o facto que se poder observar uma certa diminuição na atribuição de subsídios ao longo dos anos a esta freguesia. Estará esta diminuição de apoios ligada a uma diminuição do Movimento Associativo nesta freguesia? Considerando que é uma freguesia do barrocal algarvio, cuja população é envelhecida, a diminuição das verbas atribuídas poderá estar dependente destes factos, ou seja, a ausência de dinamismo associativo?

## Boliqueime

**Tabela 30 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Boliqueime (2002-2010)**

<b>BOLIQUEIME</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Total</b>
Asorgal – Associação dos Órgãos da Comunicação Social do Algarve	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	500.00 €	0.00 €	0.00 €	500.00 €
Associação "Pais e Filhos" - Associação de Pais e Encarregados de Educação do Ensino Básico de Vale Silves	15,000.00 €	9,850.00 €	11,500.00 €	10,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	45,800 €
Associação Cultural de Boliqueime	4,990.00 €	0.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	7,000.00 €	7,000.00 €	7,000.00 €	7,000.00 €	0.00 €	42,990.00 €
Associação de Caçadores da Ribeira	0.00 €	5,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €
Associação de Caçadores e Pescadores do Concelho de Loulé	0.00 €	5,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €
Casa do Povo de Boliqueime	5,000.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	6,500.00 €	7,000.00 €	7,000.00 €	7,000.00 €	7,000.00 €	4,000.00 €	53,500.00 €
Centro Dramático do Algarve	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	2,500.00 €
Centro Social e Comunitário de Vale Silves	89,588.59 €	0.00 €	3,894.18 €	88,144.78 €	38,733.33 €	20,817.00 €	15,305.00 €	300.00 €	13,500.00 €	307,982.88 €
Clube Desportivo de Boliqueime	44,035.00 €	42,000.00 €	52,000.00 €	52,000.00 €	44,000.00 €	50,000.00 €	52,000.00 €	695.00 €	56,360.00 €	462,345.00 €
Corpo Nacional de Escutas, agrupamento 1174 de Boliqueime	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	2,000.00 €	0.00 €	0.00 €	2,000.00 €
Fábrica da Igreja Paroquial de Boliqueime	0.00 €	10,000.00 €	26,080.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	20,000.00 €	20,000.00 €	0.00 €	76,080.00 €
Santa Casa de Misericórdia de Boliqueime	1,253.75 €	0.00 €	0.00 €	14,768.05 €	4,000.00 €	50,000.00 €	588.65 €	25,000.00 €	25,000.00 €	178,390.45 €
Sociedade Recreativa de Boliqueime	8,000.00 €	10,000.00 €	10,000.00 €	0.00 €	3,000.00 €	2,000.00 €	2,000.00 €	2,000.00 €	0.00 €	37,000.00 €
União Shitoryu de Portugal	14,964.00 €	17,500.00 €	17,500.00 €	17,500.00 €	19,500.00 €	17,500.00 €	25,000.00 €	1675.00 €	17,062.50 €	165,201.50 €
<b>Total</b>	<b>182,831.34 €</b>	<b>104,350.00 €</b>	<b>130,974.18 €</b>	<b>194,412.83 €</b>	<b>125,733.33 €</b>	<b>154,317.00 €</b>	<b>189,173.65 €</b>	<b>187,625.00 €</b>	<b>115,922.50 €</b>	<b>1,385,339.83 €</b>

(Fonte: Actas Câmara Municipal Loulé, Elaboração Própria)

A freguesia de Boliqueime é uma vasta freguesia rural, com cerca de 5.000 habitantes e composta por 14 associações. Na freguesia de Boliqueime são 4 as associações que sobressaem no que toca aos subsídios acolhidos por parte da Câmara Municipal de Loulé. Estas são o Clube Desportivo de Boliqueime (462.345€), o Centro Social e Comunitário de Vale Silves (307.982,88€), a Santa Casa da Misericórdia de Boliqueime (178.390,45€) e a União Shito Ryu de Portugal (165.201,50€). Relativamente ao Centro Social e Comunitário de Vale Silves é interessante referir que o aumento de verbas atribuídas nos anos de 2002 e 2005, devem-se a uma comparticipação de 10% do custo

total na construção do Centro Comunitário de Vale Silves, 89.339,19€ para trabalhos normais (Acta nº17 de Maio de 2002) e 75.264,12€ para trabalhos a mais e revisão de preços (Acta nº13 de Março de 2005).

No quadro resumo de atribuição de subsídios à Freguesia de Boliqueime denota-se ainda, a não existência de grandes discrepâncias ao longo dos anos, verificando-se que existem algumas associações que recebem um montante muito idêntico durante os vários anos analisados. Mais uma vez, é no ano de 2005, que se observa o montante mais elevado, apesar de não diferir muito dos restantes anos.

### **Loulé (S. Clemente e S. Sebastião)**

**Tabela 31 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Loulé (2002-2010)**

<b>LOULÉ</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Total</b>
A.T.A.L (Associação dos Trabalhadores Autárquicos de Loulé)	120,000.00 €	147,500.00 €	245,000.00 €	233,000.00 €	170,000.00 €	352,928.55 €	155,000.00 €	170,250.00 €	50,000.00 €	1,643,678.55 €
ACRAL – Associação do Comércio e Serviços da Região do Algarve	0.00 €	0.00 €	8,000.00 €	8,000.00 €	8,000.00 €	18,586.71 €	8,000.00 €	8,000.00 €	0.00 €	58,586.71 €
ALMARGEM – Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve	0.00 €	0.00 €	0.00 €	3,000.00 €	5,250.00 €	0.00 €	378.88 €	0.00 €	500.00 €	10,128.88 €
ASMAL - Associação de Saúde Mental do Algarve	1,294.56 €	1,245.60 €	0.00 €	688.80 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	3,228.96 €
Associação Amigos do Alentejo	11,700.00 €	11,700.00 €	12,950.00 €	0.00 €	11,700.00 €	11,700.00 €	13,404.00 €	11,700.00 €	11,700.00 €	96,554.00 €
Associação Centro de Artes e ofícios de Loulé	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	500.00 €	5,000.00 €	6,500.00 €	3,500.00 €	15,500.00 €
Associação de Animação Cultural de Loulé	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,000.00 €
Associação de Artes Marciais do Algarve	5,986.00 €	6,000.00 €	6,000.00 €	6,000.00 €	6,000.00 €	6,000.00 €	6,000.00 €	6,000.00 €	0.00 €	47,986.00 €
Associação de Caçadores “Os Predadores”	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €
Associação de Caçadores de S. Sebastião	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €
Associação de Ciclismo do Algarve	72,325.95 €	45,000.00 €	30,000.00 €	46,750.00 €	38,000.00 €	37,500.00 €	37,500.00 €	37,500.00 €	20,000.00 €	364,575.95 €
Associação de Estudantes da Escola Secundária de Loulé	750.00 €	750.00 €	0.00 €	0.00 €	750.00 €	750.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	3,800.00 €
Associação de Estudantes do INUAF	7,500.00 €	8,500.00 €	9,500.00 €	12,600.00 €	8,250.00 €	10,500.00 €	5,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	77,350.00 €

Associação de Naturais e Amigos de Cabo Verde do Algarve (ANACA)	1,496.39 €	2,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	3,496.39 €
Associação de Pais e Amigos de Ginástica de Loulé	0.00 €	0.00 €	0.00 €	6,000.00 €	6,000.00 €	4,000.00 €	3,000.00 €	15,300.00 €	15,000.00 €	0.00 €	49,300.00 €
Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB 2,3 Padre João Coelho Cabanita	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	932.05 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	932.05 €
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Ensino Básico da Escola Primária do Serradinho	10,478.99 €	888.00 €	250.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	11,616.99 €
Associação de Pais e Encarregados de Educação do Ensino Básico Pré-Escolar e Básico de Vale Judeu	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	250.00 €	756.46 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,006.46 €
Associação de Pais e Encarregados de Educação dos alunos da Escola do 1º ciclo do Ensino Básico de Benfarras	24,939.89 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	308.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	25,277.93 €
Associação de Parapente do Algarve – A.P.A.	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €	2,500.00 €
Associação dos Amigos do Rancho Folclórico e Etnográfico de S. Sebastião	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,500.00 €
Associação dos Amigos dos Animais Abandonados	13,888.10 €	13,885.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	16,500.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	134,273.10 €
Associação Empresarial do Algarve – NERA	0.00 €	100,000.00 €	53,400.00 €	200,000.00 €	1,500.00 €	100,000.00 €	100,000.00 €	50,000.00 €	25,000.00 €	0.00 €	629,900.00 €
Associação Esperança e Paz	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,500.00 €	0.00 €	0.00 €	1,000.00 €	0.00 €	6,500.00 €
Associação Grupo dos Amigos de Loulé	20,000.00 €	22,500.00 €	20,000.00 €	20,000.00 €	20,000.00 €	8,500.00 €	8,500.00 €	8,500.00 €	16,000.00 €	0.00 €	144,000.00 €
Associação Humanitária dos Amigos dos Bombeiros Municipais de Loulé	0.00 €	0.00 €	0.00 €	216,350.00 €	802,600.00 €	802,600.00 €	0.00 €	1,290,240.00 €	0.00 €	0.00 €	3,111,790.00 €
Associação para o Desenvolvimento Integrado e Inovação do Comércio de Loulé – UAC Loulé	249.40 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	40,701.74 €	0.00 €	14,640.00 €	12,000.00 €	0.00 €	67,591.14 €
Ateneu Comercial e Industrial Loulé	0.00 €	2,000.00 €	2,500.00 €	0.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	5,000.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €	17,000.00 €
Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva	20,000.00 €	32,539.00 €	33,560.00 €	30,000.00 €	44,180.00 €	41,880.00 €	36,840.00 €	30,000.00 €	30,000.00 €	0.00 €	298,999.00 €
Baseball Clube de Tigres de Loulé	24,940.00 €	25,000.00 €	25,000.00 €	25,000.00 €	25,000.00 €	27,500.00 €	25,000.00 €	500.00 €	0.00 €	0.00 €	182,440.00 €
Casa da Cultura de Loulé	60,000.00 €	60,000.00 €	61,000.00 €	60,000.00 €	67,000.00 €	60,000.00 €	74,000.00 €	60,000.00 €	55,000.00 €	0.00 €	557,000.00 €
Casa da Primeira Infância de Loulé	748.80 €	2,406.00 €	250.00 €	24,330.00 €	18,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	23,810.00 €	0.00 €	69,544.80 €
Casa do Benfica de Loulé	5,000.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	1,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	31,500.00 €
Centro de Ciclismo de Loulé	14,964.00 €	15,000.00 €	75,000.00 €	65,000.00 €	76,000.00 €	66,000.00 €	68,875.00 €	9513.00 €	45,400.00 €	0.00 €	519,752.00 €
Centro Social e Cultural de Vale Judeu	249.40 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	2,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	2,249.40 €
Centro Social e Cultural Parragilense	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	0.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	0.00 €	0.00 €	52,500.00 €
Centro Social e Paroquial de Loulé	49,879.79 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	49,879.79 €

Clube Automóvel do Algarve	22,445.90 €	28,000.00 €	30,750.00 €	34,500.00 €	13,000.00 €	10,500.00 €	7,500.00 €	7,500 €	0.00 €	154,195.90 €
Clube BTT Terra de Loulé	14,964.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	17,500.00 €	15,000.00 €	23,250.00 €	17,500.00 €	387.50 €	20,387.50 €	176,489.00 €
Clube Cultural e Recreativo Monte Seco	0.00 €	2,500.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	0.00 €	32,500.00 €
Clube de Atrelagem do Algarve	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	2,000.00 €	2,000.00 €
Clube de Caça do Monte Seco	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €
Clube de Caça e Pesca de Loulé	0.00 €	700.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	3,000.00 €	2,000.00 €	2,000.00 €	0.00 €	0.00 €	12,700.00 €
Clube de Ténis de Loulé	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	11,000.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	10,925.00 €	15,240.00 €	82,165.00 €
Clube Escola da Pétañca de Loulé	1,250.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,775.00 €	4,900.00 €	23,925.00 €
Clube Hípico de Loulé	20,000.00 €	20,000.00 €	20,000.00 €	20,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	0.00 €	140,000.00 €
Cooperativa de Habitação Económica 26 de Junho	12,500.00 €	0.00 €	11,000.00 €	16,500.00 €	9,000.00 €	9,000.00 €	9,000.00 €	12,800.00 €	1,000.00 €	80,800.00 €
Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento de Loulé	1,750.00 €	2,000.00 €	2,000.00 €	2,000.00 €	2,000.00 €	2,000.00 €	2,000.00 €	3,500.00 €	3,500.00 €	20,750.00 €
Devir - Associação de actividades culturais	4,994.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	2,000.00 €	0.00 €	4,000.00 €	0.00 €	10,994.00 €
Existir – Associação para Intervenção e Reabilitação de Populações Deficientes e Desfavorecidas	999.40 €	51,105.60 €	33,208.04 €	52,712.00 €	120,792.45 €	133,478.53 €	71,600.00 €	142,600.00 €	135,000.00 €	741,496.02 €
Fábrica da Igreja de S. Sebastião	5,000.00 €	6,000.00 €	0.00 €	6,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	17,000.00 €
Fábrica da Igreja Paroquial das Freguesias de S. Clemente e de S. Sebastião	249.40 €	2,500.00 €	0.00 €	1,500.00 €	0.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	6,749.40 €
Fábrica da Igreja Paroquial de S. Clemente	0.00 €	0.00 €	0.00 €	10,000.00 €	3,000.00 €	0.00 €	3,500.00 €	6,000.00 €	0.00 €	22,500.00 €
Fundação António Aleixo	80,249.40 €	100,000.00 €	100,000.00 €	114,393.00 €	104,000.00 €	127,766.25 €	106,000.00 €	135,330.50 €	320,700.00 €	1,188,439.15 €
Ginástica Clube de Loulé	0.00 €	12,500.00 €	12,500.00 €	12,500.00 €	14,000.00 €	13,000.00 €	12,500.00 €	1520.00 €	9,400.00 €	98,920.00 €
Grupo Desportivo das Barreiras Brancas	9,976.00 €	10,000.00 €	10,000.00 €	10,000.00 €	10,250.00 €	10,250.00 €	10,250.00 €	1050.00 €	6,500.00 €	87,476.00 €
Grupo Rodas do Relógio	3,250.00 €	7,000.00 €	7,000.00 €	9,000.00 €	8,000.00 €	6,500.00 €	6,500.00 €	7,000.00 €	3,500.00 €	57,750.00 €
Juventude Sport Campinense	29,928.00 €	33,428.00 €	47,000.00 €	30,000.00 €	55,000.00 €	90,000.00 €	81,800.00 €	8900.00 €	42,150.00 €	493,306.00 €
Liga dos Combatentes – Núcleo de Loulé	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €	5,000 €	13,000.00 €	0.00 €	23,000.00 €
Louletano Desportos Clube	203,019.16 €	674,698.00 €	322,200.00 €	268,000.00 €	256,500.00 €	294,000.00 €	292,500.00 €	383,500.00 €	440,326.00 €	3,134,743.16 €
Majorettes de Loulé	250.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	250.00 €
Moto Clube de Loulé	22,445.90 €	26,500.00 €	26,500.00 €	30,000.00 €	9,000.00 €	7,500.00 €	17,500.00 €	15,000.00 €	0.00 €	154,445.90 €
N.T. Social – Cooperativa de Solidariedade de Loulé, C.R.L	249.40 €	0.00 €	0.00 €	19,310.00 €	0.00 €	126,604.80 €	0.00 €	0.00 €	147,705.20 €	293,869.40 €
Rotary Clube de Loulé	0.00 €	1,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,500.00 €
Rugby Clube de Loulé	22,446.00 €	23,500.00 €	22,500.00 €	0.00 €	45,000.00 €	22,500.00 €	22,500.00 €	30,760.00 €	30,000.00 €	219,208.00 €
Santa Casa da Misericórdia de Loulé	37,659.40 €	0.00 €	150,000.00 €	817,500.00 €	36,000.00 €	5,300.00 €	358,000.00 €	81189.55 €	55,500.00 €	1,573,148.95 €
Sociedade Columbófila Louletana	0.00 €	0.00 €	2,500.00 €	2,750.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	500.00 €	0.00 €	5000 €

Sociedade Recreativa de Loulé	14,964.00 €	15,000.00 €	0.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €	39,964.00 €
Sociedade Recreativa e Cultural de Vale Judeu	9,975.96 €	10,000.00 €	10,000.00 €	10,000.00 €	10,000.00 €	10,000.00 €	10,000.00 €	10,000.00 €	0.00 €	79,975.96 €
Sociedade Recreativa Parragil	249.40 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	249.40 €
Sociedade Teatral Louletana	0.00 €	0.00 €	7,500.00 €	0.00 €	5,000.00 €	8,000.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	2,500.00 €	33,000.00 €
Unir - Associação dos doentes mentais, famílias e amigos do Algarve	0.00 €	1,250.00 €	7,995.00 €	11,110.00 €	32,804.88 €	8,609.76 €	3,000.00 €	9,108.4 €	8,850.84 €	82,730.32 €
Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS	0.00 €	0.00 €	118,610.00 €	6,000.00 €	134,100.00 €	149,690.00 €	159,730.00 €	123,520.00 €	299,100.00 €	990,750.00 €
Entidades representativas deste Concelho e consideradas de Utilidade Pública	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	33,000.00 €
Grupos de teatro do concelho	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	25,300.00 €	0.00 €	0.00 €	27,465.00 €	52,765.00 €
<b>Total</b>	1,000,206.59 €	1,562,595.20 €	1,583,673.04 €	2,519,993.80 €	2,257,677.33 €	2,746,646.34 €	1,822,704.43 €	3,075,812.39 €	1,907,134.54 €	18,476,443.66 €

(Fonte: Actas Câmara Municipal Loulé, Elaboração Própria)

As freguesias de S. Clemente e S. Sebastião constituem as duas freguesias da cidade de Loulé. Decidiu-se pelo agrupamento das associações destas duas freguesias, de forma a facilitar a análise. São compostas por 77 associações, que se relacionam directamente com a Câmara Municipal de Loulé. Destas 77 associações, destacam-se as que receberam um montante superior a 1.000.000€, entre Janeiro de 2002 e Agosto de 2010. O Louletano Desportos Clube (3.134.743,16€), a Associação Humanitária dos Amigos dos Bombeiros de Loulé (3.111.790€), a A.T.A.L – Associação dos Trabalhadores Autárquicos de Loulé (1.643.678,55€) e a Fundação António Aleixo (1.188.439,15€). Ao observar o quadro resumo de atribuição de subsídios é ainda possível detectar a existência de um certo historial na atribuição de subsídios a muitas associações, ou seja, o montante não varia muito ao longo dos vários anos analisados.

O Louletano Desportos Clube constitui o clube desportivo de maior influência no Concelho de Loulé. Este inclui várias modalidades, desde o futebol, natação, pólo aquático, ginástica, artes marciais, etc, ocupando um papel central no dinamismo desportivo do concelho. Por esta razão é amplamente participado e financiado pela autarquia. Este financiamento é do ponto de vista de

alguns informantes excessivo, ficando as restantes associações desportivas mais desprotegidas em relação aos grandes clubes. Daí terem indicado a necessidade urgente de se regulamentarem as políticas de atribuição de subsídios às associações:

“Devia ser de forma a estimular os eventos e não a sobrecarregar toda a sua...que é o que acontece com o caso do Louletano e a gente sabe que o suporte financeiro é praticamente todo da Câmara... ficam mais desprotegidas todas as outras associações em relação àquelas grandes associações...” (I3).

“Quanto mais objectivos forem os critérios de atribuição do que quer que seja ou de colaboração e se essas coisas estiverem esquematizadas ou delineadas em papel é mais fácil trabalhar e não origina tanta polémica, nomeadamente no favorecimento de umas em detrimento das outras” (I9).

## Quarteira

**Tabela 32 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Quarteira (2002-2010)**

QUARTEIRA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
APALGAR - Associação de Amizade dos PALOP no Algarve	28,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	12,500.00 €	145,500.00 €
Associação de Empresários de Quarteira	10,500.00 €	0.00 €	12,500.00 €	8,500.00 €	2,000.00 €	2,000.00 €	0.00 €	1,000.00 €	0.00 €	36,500.00 €
Academia de Judo de Quarteira	0.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	500.00 €	5,000.00 €	0.00 €	5,000.00 €	0.00 €	0.00 €	20,500.00 €
APROMAR- Associação Promotora de Marchas Populares e Outros Eventos	49,879.79 €	40,000.00 €	45,000.00 €	57,000.00 €	57,000.00 €	57,000.00 €	57,000.00 €	65,000.00 €	65,000.00 €	492,879.79 €
AREAL – Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	900.00 €	0.00 €	900.00 €
Associação Bagagem de Vida	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	7,000.00 €	0.00 €	7,000.00 €
Associação Científica, Cultural e Ambiental Geonauta de Quarteira	0.00 €	0.00 €	1,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,000.00 €
Associação de Estudantes da Escola Secundária Dra. Laura Ayres de Quarteira	748.20 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	500.00 €	500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,748.20 €
Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas D. Dinis e D. Francisca de Aragão de Quarteira	0.00 €	550.00 €	0.00 €	5,420.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,970.00 €
Associação Dinâmica	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	22,000.00 €	29,500.00 €	29,500.00 €	21,550.00 €	102,550.00 €
Associação Humanitária de Doentes de Parkinson e Alzheimer	0.00 €	0.00 €	1,500.00 €	4,000.00 €	13,000.00 €	10,000.00 €	18,000.00 €	12,000.00 €	0.00 €	58,500.00 €

Associação Portuguesa K.Y.R.	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,000.00 €	1,000.00 €	1,000.00 €	1,000.00 €	0.00 €	0.00 €	4,000.00 €
Associação Portuguesa Kiai Yamabushi Ryu	0.00 €	1,000.00 €	1,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	2,000.00 €
Associação Radical Juventude de Quarteira	0.00 €	0.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	2,500.00 €
Associação Regional de Pesca Desportiva do Algarve	1,250.00 €	1,250.00 €	1,250.00 €	1,250.00 €	1,250.00 €	1,250.00 €	1,250.00 €	1,250.00 €	1,000.00 €	11,000.00 €
Centro de Apoio à Criança de Quarteira	44,165.20 €	0.00 €	0.00 €	17,190.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	25,000.00 €	2,500.00 €	88,855.20 €
Centro de dia a lar da 3ª idade de Quarteira	249.40 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	249.40 €
Centro Desportivo de Quarteira	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	438.00 €	8,263.00 €	16,701.00 €
Centro Paroquial de Quarteira	7,250.00 €	4,000.00 €	33,250.00 €	10,500.00 €	26,000.00 €	89,800.00 €	1000.00 €	24,500.00 €	6,000.00 €	212,300.00 €
CIMAV - Clube Internacional da Marina de Vilamoura	7,482.00 €	9,980.00 €	12,500.00 €	12,500.00 €	10,000.00 €	12,000.00 €	1000.00 €	7,500.00 €	10,000.00 €	91,962.00 €
Clube Asas da Cidade – Moto clube	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	5,920.00 €	5,800.00 €	16,720.00 €
Clube de Basket de Quarteira "Os Tubarões"	64,844.00 €	32,500.00 €	34,000.00 €	35,000.00 €	50,800.00 €	35,500.00 €	4000.00 €	57,175.00 €	40,400.00 €	390,219.00 €
Clube de Caçadores e Pescadores de Quarteira	3,000.00 €	4,000.00 €	0.00 €	33,000.00 €	0.00 €	8,000.00 €	0.00 €	8,250.00 €	0.00 €	56,250.00 €
Clube de Golfe de Vilamoura	6,988.00 €	5,000.00 €	6,500.00 €	8,000.00 €	9,000.00 €	8,000.00 €	6,500.00 €	18,138.00 €	10,850.00 €	78,976.00 €
Clube de Ténis de Quarteira	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	695.00 €	3,705.00 €	7,401.00 €
Clube de Tiro de Vilamoura	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €	17,500.00 €
Clube Desportivo e Recreativo Quarteirense	152,639.36 €	154,739.37 €	152,139.37 €	156,146.00 €	152,500.00 €	151,900.00 €	175,000.00 €	192,350.00 €	115,650.00 €	1,403,064.10 €
Clube Náutico e de Pesca Desportiva de Quarteira	0.00 €	1,000.00 €	2,750.00 €	3,000.00 €	1,500.00 €	2,250.00 €	0.00 €	1,500.00 €	1,540.00 €	13,540.00 €
Cooperativa de Habitação Económica e Cultural de Quarteira (CHECUL)	0.00 €	500.00 €	15,340.09 €	18,058.00 €	0.00 €	1,050.00 €	1,250.00 €	1,250.00 €	0.00 €	37,648.09 €
Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1052 Quarteira	500.00 €	0.00 €	2,500.00 €	1,500.00 €	0.00 €	0.00 €	2,000.00 €	2,000.00 €	0.00 €	8,500.00 €
Fábrica da Igreja da Nossa Senhora da Conceição de Quarteira	798.08 €	798.08 €	0.00 €	800.00 €	1,300.00 €	0.00 €	1,000.00 €	0.00 €	1,500.00 €	6,196.16 €
Grupo de Mergulhadores de Quarteira	0.00 €	0.00 €	1,500.00 €	1,000.00 €	750.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	3,250.00 €
Grupo de Teatro Amador de Quarteira	2,494.00 €	5,000.00 €	6,500.00 €	2,500.00 €	6,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	22,994.00 €
Grupo Motard de Quarteira	0.00 €	7,500.00 €	10,000.00 €	10,000.00 €	8,250.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	900.00 €	51,650.00 €
Grupo POLICROMIA	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €
Moto Clube de Quarteira	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	7,500.00 €	0.00 €	0.00 €	7,500.00 €
Núcleo de Árbitros de Futebol do Centro do Algarve	0.00 €	0.00 €	250.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	250.00 €
Parasport – Associação de Promoção do desporto Adaptado	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	3,250.00 €	0.00 €	0.00 €	3,250.00 €

Quarpescas - Associação de armadores e pescadores de Quarteira	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €
Quarteira Sport Clube	31,211.00 €	18,717.00 €	25,000.00 €	30,000.00 €	25,000.00 €	30,000.00 €	25,000.00 €	25,000.00 €	0.00 €	209,928.00 €
Vilamoura Lions Club	450.00 €	500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	950.00 €
Vilamoura XV Rugby Clube	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	25,000.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	0.00 €	0.00 €	70,000.00 €
<b>Total</b>	424,949.03 €	317,034.45 €	396,979.46 €	441,864.00 €	416,350.00 €	464,950.00 €	426,750.00 €	517,367.00 €	307,158.00 €	3,713,401.94 €

Fonte: Actas Câmara Municipal Loulé, Elaboração Própria

A freguesia de Quarteira constitui uma das mais importantes freguesias do concelho de Loulé. Esta é uma freguesia que apresenta um enorme dinamismo associativo, pelo que se apurou a existência de 44 associações. Entre as 44 associações da freguesia de Quarteira decidiu-se apontar aquelas cujos subsídios ascendem os 200.000€. O Clube Desportivo e Recreativo Quarteirense (1.403.064,10€), a APROMAR – Associação Promotora de Marchas Populares e Outros Eventos (492.879,79€), o Clube de Basket de Quarteira “Os Tubarões” (390.219€), o Centro Paroquial de Quarteira (212.300€) e o Quarteira Sport Clube (209.928€). Como se pode averiguar três das principais associações apoiadas nesta freguesia desenvolvem como principais actividades, as desportivas. A APROMAR desenvolve um conjunto de actividades de cariz popular que em muito contribuem para a dinamização da vida social da cidade de Quarteira. As tradicionais Marchas Populares representam um importante cartaz turístico para o concelho e para a região.

É ainda patente, a pouca oscilação na atribuição de subsídios ao longo dos diversos anos, assim como o estabelecimento de contratos anuais com certas associações, não variando muito o montante atribuído nos anos subsequentes.

## Querença

**Tabela 33 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Querença (2002-2010)**

QUERENÇA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Associação de Bem Estar dos Amigos de Querença	1,746.82 €	1,130.50 €	6,354.00 €	1,439.42 €	9,000.00 €	1,878.24 €	3,900.00 €	6,400.00 €	5,000.00 €	36,848.98 €
Casa do Povo de Querença	0.00 €	7,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	500.00 €
Comissão de Festas de Querença	0.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €	4,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	7,000.00 €
Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Querença	1,900.00 €	0.00 €	71,400.00 €	102,750.00 €	6,000.00 €	0.00 €	35,785.93 €	0.00 €	0.00 €	217,835.93 €
Fundação Manuel Viegas Guerreiro	0.00 €	30,000.00 €	120,000.00 €	30,000.00 €	25,000.00 €	390,016.00 €	286,435.85 €	25,000.00 €	0.00 €	906,451.85 €
<b>Total</b>	3,646.82 €	41,130.50 €	197,754.00 €	134,189.42 €	44,500.00 €	391,894.24 €	326,121.78 €	31,400.00 €	5,000.00 €	1,175,636.76 €

(Fonte: Actas Câmara Municipal Loulé, Elaboração Própria)

Querença é uma freguesia situada entre o Barrocal e a Serra, composta por 5 associações. A Fundação Manuel Viegas Guerreiro (906.451,85€) e a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Querença (217.835,83€) são as associações mais apoiadas pela Câmara Municipal de Loulé. Estas são associações que desenvolvem essencialmente actividades de âmbito social e cultural. Ao observar os subsídios, destacam-se os que foram outorgados à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Querença no ano de 2005, sendo que 40.000€ que se destinaram à aquisição de bens para a Igreja de Nossa Senhora de Assunção (Acta nº17 de Abril de 2005) e 62.750 € como forma de participação nas obras da Igreja da Tôr (Acta nº32 de Agosto de 2005). A Fundação Manuel Viegas Guerreiro apresenta diversos subsídios avultados por parte da autarquia, nomeadamente, a participação financeira atribuída em Setembro de 2004 (Acta nº 34) no valor de global de 90.000€ (noventa mil euros) repartido da seguinte forma: 75.000 € destinados à aquisição de imóvel e 15.000€ destinados a obras no actual edifício da Administração da Fundação. Sobressai ainda o contrato-programa estabelecido com a Fundação Manuel Viegas Guerreiro em Março de 2007 (Acta nº12) no valor de 365.016,00€, com vista ao financiamento da obra de construção do Centro Manuel Viegas Guerreiro. No ano de 2008 foi ainda atribuída uma participação no

valor de 250.000€, destinados à participação dos trabalhos a mais que se revelaram necessários na construção das instalações do referido Centro.

A Fundação Manuel Viegas Guerreiro tem adquirido desde a sua instituição no ano de 2000, um papel notório nesta freguesia. É uma pessoa colectiva de direito privado, visando fins de utilidade pública, “tem como fim contribuir e promover a todos os níveis o desenvolvimento cultural, social e económico do Algarve, através de grandes eventos culturais e artísticos, bem como dinamizar e promover a investigação, com particular relevo para as áreas de natureza social e ambiental”<sup>37</sup>. Esta fundação tem contando portanto, com a contribuição e acompanhamento por parte da Câmara Municipal de Loulé.

## Salir

**Tabela 34 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Salir (2002-2010)**

SALIR	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Associação “Os Barões”	0.00 €	0.00 €	1,000.00 €	1,000.00 €	1,500.00 €	1,500.00 €	1,000.00 €	1,000.00 €	500.00 €	7,500.00 €
Associação Cultural de Salir	32,678.00 €	30,750.00 €	32,500.00 €	38,300.00 €	34,550.00 €	34,500.00 €	41,500.00 €	39,500.00 €	26,650.00 €	310,928.00 €
Associação Cultural e Recreativa das Barrosas	18,081.42 €	17,507.31 €	8,500.00 €	7,500.00 €	8,500.00 €	1,000.00 €	8,250.00 €	7,500.00 €	0.00 €	76,838.73 €
Associação de Caçadores do Pé da Serra de Salir	0.00 €	5,000.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €
Associação de Caçadores e Agricultores das Barrosas	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €	0.00 €	0.00 €	5,000.00 €
Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica Integrada de Salir	0.00 €	10,678.65 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	10,678.65 €
Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão	20,220.00 €	32,050.00 €	16,000.00 €	19,900.00 €	34,180.00 €	0.00 €	31,115.43 €	15,000.00 €	0.00 €	168,465.43 €
Associação dos Amigos da B. Corvalcum (Associação dos amigos da Cortelha)	2,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	10,000.00 €	5,000.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	12,500.00 €	15,000.00 €	75,000.00 €
Associação equestre de Salir	500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	500.00 €
Centro Comunitário de Salir	52,280.42 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	52,280.42 €
Clube de Caça e Pesca de Salir	2,494.00 €	3,000.00 €	0.00 €	0.00 €	4,500.00 €	4,500.00 €	4,500.00 €	4,500.00 €	0.00 €	23,494.00 €
Comissão da Paroquia de S. Sebastião – Salir	0.00 €	0.00 €	1,000.00 €	500.00 €	500.00 €	1,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	3,500.00 €

<sup>37</sup> Informação retirada do site da Fundação Manuel Viegas Guerreiro: <http://www.fundacaomanuelviegasguerreiro.com>

Fábrica da Igreja Paroquial de Salir	500.00 €	0.00 €	6,000.00 €	500.00 €	500.00 €	0.00 €	1,500.00 €	2,700.00 €	11,180.00 €	22,880.00 €
Fundação Salir	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	500.00 €
Grupo de Amigos de Salir	9,404.32 €	2,636.00 €	3,485.67 €	7,159.18 €	5,222.00 €	70,401.60 €	15,618.00 €	1,000.00 €	0.00 €	114,926.77 €
Grupo Etnográfico da Serra do Caldeirão	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,500.00 €
Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão	22,749.40 €	48,750.00 €	11,015.56 €	35,525.41 €	4,262.85 €	31,627.81 €	18,500.00 €	38,750.00 €	43,748.00 €	254,929.03 €
Grupo Motard da Serra do Caldeirão "Corujões e Corujas"	0.00 €	0.00 €	0.00 €	500.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	500.00 €
<b>Total</b>	161,407.56 €	157,871.96 €	87,001.23 €	120,884.59 €	99,214.85 €	154,029.41 €	134,483.43 €	122,450.00 €	97,078.00 €	1,134,421.03 €

(Fonte: Actas Câmara Municipal Loulé, Elaboração Própria)

A freguesia de Salir situa-se na Beira Serra e faz transição entre o Barrocal e a Serra Algarvia. Tem uma população estimada de 5.000 habitantes. É uma freguesia de base agrícola e, apesar de se distanciar da sede de concelho (13Km), as suas acessibilidades são boas. Esta freguesia rural demonstra algum dinamismo associativo, sendo constituída por 18 associações. Das 18 associações da freguesia de Salir que se relacionam com a autarquia, são 4 as principais beneficiadas com os seus subsídios. A Associação Cultural de Salir (310.928€), a Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão (254.929,03€), a Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão (168.465,43€) e o Grupo dos Amigos de Salir (114.926,77€). Nesta freguesia também se assinala alguma linearidade no que toca aos subsídios atribuídos, designadamente, à Associação Cultural de Salir, sendo estabelecidos com esta associação entre os anos de 2003 e 2008 contratos-programa anuais no valor de 30.000€, para além de outros subsídios pontuais. Com a Associação de Produtores Florestais são estabelecidos protocolos anuais entre 2002 e 2005, com o intuito de desenvolver acções no âmbito da conservação e valorização do património natural e florestal, designadamente, na constituição de uma equipa de Sapadores Florestais e de uma equipa de Vigilantes Móveis Motorizados. Nos restantes anos continua-se a apoiar a mesma associação mediante a atribuição de participações financeiras e subsídios.

## Tôr

**Tabela 35 - Atribuição de Subsídios da CML às Associações de Tôr (2002-2010)**

<b>TÔR</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>Total</b>
Associação Social e Cultural da Tôr	13,556.15 €	3,873.50 €	47,613.95 €	10,228.56 €	15,409.84 €	121,706.91 €	8,450.00 €	27,102.48 €	17,500.00 €	265,441.39 €
Sociedade Recreativa Toreense	19,952.00 €	8,450.00 €	8,200.00 €	8,200.00 €	8,200.00 €	250.00 €	0.00 €	0.00 €	0.00 €	53,252.00 €
<b>Total</b>	<b>33,508.15 €</b>	<b>12,323.50 €</b>	<b>55,813.95 €</b>	<b>18,428.56 €</b>	<b>23,609.84 €</b>	<b>121,956.91 €</b>	<b>8,450.00 €</b>	<b>27,102.48 €</b>	<b>17,500.00 €</b>	<b>318,693.39 €</b>

(Fonte: Actas Câmara Municipal Loulé, Elaboração Própria)

A freguesia de Tôr que dista 7Km do centro de Loulé, é uma freguesia que esteve até há pouco tempo ligada ao sector agrícola, no entanto, hoje a realidade é outra e os jovens têm os seus empregos principalmente na cidade de Loulé, Quarteira, Almancil, Vale de Lobo e Quinta do Lago. Nesta freguesia, apuraram-se apenas 2 associações. Ao analisar a atribuição de subsídios a estas associações, é de salientar o acordo de colaboração celebrado entre a Câmara Municipal de Loulé e a Associação Social e Cultural da Tôr em Dezembro de 2007 (Acta nº48), no valor de €98.400, destinados à Construção da Creche do Barrocal. Em relação à Sociedade Recreativa Toreense detecta-se uma diminuição na atribuição de apoios por parte da autarquia a partir de 2007, não tendo obtido quaisquer subsídios a partir de 2008.

Com o intuito de melhor interpretar a distribuição de subsídios pelas várias freguesias do Concelho de Loulé, procedeu-se também à construção de um mapa resumo de atribuição de subsídios ao longo dos vários anos em análise.

**Tabela 36 - Mapa Resumo de Atribuição de Subsídios por Freguesia/Ano às Associações do Concelho de Loulé**

Freguesias	nº subsídios/valor									verba total
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Ago-10	
Almancil	12 sub. (253.305,49 €)	11 sub. (210.541,5€)	18 sub. (216.254,12€)	16 sub. (512.543,30€)	16 sub. (261.850 €)	19 sub. (390.600,08€)	17 sub. (286.763,01€)	14 sub. (348.650 €)	10 sub. (513.315 €)	2,993,822.50 €
Alte	8 sub. (45.535,72 €)	10 sub. (61872,5 €)	8 sub. (55.072,36€)	13 sub. (104.800,81 €)	8 sub. (78.475,69 €)	8 sub. (83.232,64 €)	9 sub. (72.820 €)	7 sub. (98.566 €)	4 sub. (43.776 €)	644,151.72 €
Ameixial	2 sub. (14.968 €)	3 sub. (11.957,75 €)	2 sub. (10.000 €)	3 sub. (15.000 €)	2 sub. (10.000 €)	3 sub. (15.200 €)	2 sub. (10.000 €)	3 sub. (16.000 €)	3 sub. (79.500 €)	182,625.75 €
Benafim	5 sub. (8.985,4 €)	6 sub. (423.325,09 €)	7 sub. (137.779,06 €)	6 sub. (90.483,80 €)	10 sub. (86.333,4 €)	7 sub. (22.097,08 €)	6 sub. (49.768,00 €)	5 sub. (31.837,00 €)	3 sub. (15.456,50 €)	866,065.33 €
Boliqueime	11 sub. (182.831,34 €)	8 sub. (104.350 €)	10 sub. (130.974,18 €)	14 sub. (194.412,83 €)	16 sub. (125.733,33 €)	11 sub. (154.317 €)	21 sub. (189.173,65 €)	15 sub. (187.625 €)	7 sub. (115.922,5 €)	1,385,339.83 €
Loulé	63 sub. (1.000.206,59 €)	61 sub. (1.562.595,2€)	72 sub. (1.583.673,04 €)	86 sub. (2.519.993,8 €)	86 sub. (2.257.677,33 €)	82 sub. (2.746.646,34€)	87 sub. (1.822.704,43 €)	85 sub. (3.075.812,39€)	54 sub. (1.907.134,54 €)	18,476,443.66 €
Quarteira	32 sub. (424.949,03 €)	24 sub. (317.034,45€)	38 sub. (396.979,46€)	40 sub. (441.864€)	37 sub. (416.350€)	33 sub. (464.950€)	32 sub. (426.750€)	39 sub. (517.367€)	18 sub. (307.158€)	3,713,401.94 €
Querença	5 sub. (3.646,82 €)	4 sub. (41.130,5€)	5 sub. (197.754€)	4 sub. (134.189,42€)	5 sub. (44.500€)	3 sub. (391.894,24 €)	6 sub. (326.121,78€)	3 sub. (31.400 €)	1 sub. (5.000€)	1,175,636.76 €
Salir	16 sub. (161.407,56 €)	16 sub. (157.871,96 €)	16 sub. (87.001,23 €)	24 sub. (120.884,59€)	22 sub. (99.214,85€)	17 sub. (154.029,41€)	21 sub. (134.483,43€)	21 sub. (122.450 €)	9 sub. (97.078 €)	1,134,421.03 €
Tôr	6 sub. (33.508,15 €)	5 sub. (12.323,5 €)	6 sub. (55.813,95 €)	5 sub. (18.428,56€)	7 sub. (23.609,84 €)	7 sub. (121.956,91€)	3 sub. (8.450€)	7 sub. (27.102,48 €)	2 sub. (17.500 €)	318,693.39 €
<b>Total</b>	<b>2,129,344.10 €</b>	<b>2,903,002.45</b>	<b>2,871,301.40</b>	<b>4,152,601.11</b>	<b>3,403,744.44</b>	<b>4,544,923.70</b>	<b>3,327,034.30</b>	<b>4,456,809.87</b>	<b>3,101,840.54</b>	<b>30,890,601.91 €</b>

(Fonte: Actas da Câmara Municipal de Loulé, Elaboração Própria)

Como seria de esperar, as Freguesias que arrecadam o maior valor de verbas atribuídas às Associações do Concelho, são as freguesias urbanas e litorais. São também as freguesias que apresentam uma maior densidade populacional e uma população mais jovem. São por ordem decrescente, as freguesias da cidade de Loulé (S. Clemente e S. Sebastião) (18.476.443,66€), Quarteira (3.713.401,94€) e Almancil (2.993.822,50€). Foram essencialmente estas freguesias que contribuíram para o crescimento populacional verificado no Concelho entre 1991 e 2001<sup>38</sup>, que se deveu ao saldo migratório e não ao saldo natural, visto que são as freguesias que detêm uma maior capacidade de atracção. As freguesias de interior (Alte, Ameixial, Benafim, Querença e Salir) possuem uma capacidade muito reduzida de fixação de população, registando um saldo negativo

<sup>38</sup> Consultar a tabela 2, referente à população residente no Concelho de Loulé por Freguesia na pág.86.

bastante acentuado. São freguesias que detêm um acentuado envelhecimento populacional e uma fraca natalidade, ficando cada vez mais despovoadas. São portanto, as associações das freguesias de interior as que obtêm o menor valor de verbas por parte da Câmara Municipal de Loulé. Por ordem decrescente, Querença (1.175.636,76€), Salir(1.134.421,03€), Benafim (866.065,33€), Alte (644.151,72€), Tôr (318.693,39€) e por fim, Ameixiã(182.625,75€). A freguesia de Boliquite registou no período compreendido entre 1991 e 2001, um acréscimo populacional apesar de baixo, mas positivo (86 indivíduos). A seguir às freguesias urbanas, foi a freguesia mais beneficiada pelos apoios da Câmara (1.385.339,83€).

Analisando a globalidade da atribuição de subsídios, ou seja, o Concelho de Loulé na sua totalidade, pode referir-se que se tem registado de certa forma, um aumento de atribuição de subsídios ao longo dos anos. Estes variam entre uma atribuição anual de dois milhões e quatro milhões e meio de euros. Destacam-se os anos de 2005, 2007 e 2009, como os anos em que as verbas atingiram os valores superiores (acima dos quatro milhões de euros). Importa referir que os anos de 2005 e 2009 foram anos de eleições autárquicas. Serão estes anos em que as Associações são mais apoiadas por parte da Câmara?

Ao longo dos oito anos e meio em análise, a verba total atribuída às Associações do Concelho de Loulé foi de 30.890.601,91€. Este constitui um valor bastante avultado, que permitirá por um lado extrair diversas conclusões, e por outro, levantar algumas interrogações. Será este valor sustentável perante o actual quadro financeiro, ou será por sua vez inabastante e a Câmara terá de no futuro reduzir as verbas atribuídas às Associações Louletanas?

#### **4.4. Discussão dos Resultados**

A utilização das três técnicas de recolha de dados apresentadas anteriormente, permitiu a obtenção de uma enorme quantidade e riqueza de informação. Importa neste ponto discutir os principais resultados obtidos.

O Concelho de Loulé, ocupando uma posição central na região do Algarve, é um concelho que apresenta enormes potencialidades. O facto de ser um concelho que dispõe de boas capacidades económicas, constitui uma grande vantagem no que diz respeito ao seu potencial de apoio ao Movimento Associativo Louletano. De facto, o Concelho de Loulé apresenta um número elevado de associações, que em muito contribuem para o desenvolvimento social e cultural, para a promoção do bem-estar físico, para a valorização do indivíduo e para o reforço da coesão e vida em sociedade.

Uma vez que estas associações dispõem de poucos recursos, o que lhes impede de desenvolverem as suas actividades, o papel da Câmara é considerado fulcral. Contudo, apesar dos avultados subsídios atribuídos pela Câmara às Associações, subsiste a dúvida quanto à percepção geral em relação ao papel das associações. Ainda subsiste a concepção de que as associações se encontram muito ligadas ao recreio, ao lazer e às festas, não tendo um papel activo e crítico, que seja relevante para o desenvolvimento de uma comunidade.

“naturalmente as primeiras medidas dietéticas serão necessariamente com aquilo que não é o mais essencial, antes de cortar na água, na luz, na electricidade, nas estradas, se calhar corta-se nas festas e no fogo-de-

artifício e portanto, é natural que os próximos anos vão assistir a uma redução do volume do apoio das Câmaras Municipais em relação aos clubes e associações” (I13). (Em resposta à questão: Face à dívida dos municípios, em geral, o que se pode esperar da relação das Câmaras com o movimento associativo?)

Não obstante estas opiniões, foram mencionados muitos dos atributos das associações. O seu papel na promoção dos hábitos, costumes, tradições e identidades. Na divulgação da terra, na identificação de problemas e procura de soluções em colaboração com as autarquias. Logo, um trabalho conjunto e de apoio mútuo entre as Associações e a Autarquia. É defendido um relacionamento de proximidade através de reuniões e de um diálogo constante, de forma a entender as suas necessidades. As associações apontaram no mesmo sentido, através das várias respostas ao inquérito. No ponto 4.3.2.5, referente aos “Financiamentos, Carências e Necessidades”, a Câmara Municipal surge sempre como a primeira entidade a quem as associações recorrem, seja para a obtenção de verbas, seja para outro tipo de apoios.

Por outro lado, comprovou-se a enorme dependência das associações face aos subsídios autárquicos. As associações apresentam pouca capacidade de obtenção de verbas próprias. Apenas 17% referiram as verbas próprias como a principal fonte de financiamento. Apurou-se também, a irrelevância das quotas enquanto fonte de obtenção de verbas próprias, visto que 75% das associações possui uma quota inferior a 5€ mensais. Uma das lacunas do movimento associativo mencionadas apontou neste sentido, ou seja, a ausência de “marketing” do movimento associativo. O “merchandising” permitiria obter receitas e mobilizar as pessoas.

O financiamento atribuído às Associações é feito mediante contratos-programa, subsídios directos e subsídios suplementares. Os subsídios suplementares são atribuídos ao longo do ano, quando

surgem actividades que não estavam previstas. A atribuição destes subsídios é decidida através de deliberação camarária. Não existe uma regulamentação própria para a atribuição de subsídios, com critérios objectivos e rigorosamente definidos, apesar de ser considerada como necessária e muito útil. A regulamentação é indicada como uma forma de evitar injustiças e de apoiar mais umas associações em detrimento de outras. Que as regras deveriam ser as mesmas para todas as associações. É inclusivamente, aludida a tendência que existe para apoiar mais as associações pertencentes à mesma cor política.

“Considero por questões políticas, porque depois haverá uma maior tendência para apoiar aquelas da mesma cor política e se estiver regulamentado, todas as associações são apoiadas por igual”(I2).

“Penso que sim, ou seja, talvez houvesse uma forma diferente se calhar daquela que é hoje aplicada. Devia ser de forma a estimular os eventos e não a sobrecarregar toda a sua...que é o que acontece com o caso do Louletano e a gente sabe que o suporte financeiro é praticamente todo da Câmara... ficam mais desprotegidas todas as outras associações em relação àquelas grandes associações...” (I3).

“Quanto mais objectivos forem os critérios de atribuição do que quer que seja ou de colaboração e se essas coisas estiverem esquematizadas ou delineadas em papel é mais fácil trabalhar e não origina tanta polémica, nomeadamente no favorecimento de umas em detrimento das outras” (I9).

É, também, exposto que a atribuição de subsídios depende do histórico das associações existentes e, que estes se vão alterando em função dos planos de actividade que irão surgindo. Outro critério consiste no conhecimento geral que têm das associações e das actividades que desenvolvem. Mediante a análise das actas camarárias foi possível comprovar a tese do histórico de atribuição de subsídios a algumas associações. Detectou-se a existência de associações que recebem o mesmo valor de subsídios ao longo dos vários anos:

**Tabela 37 – Histórico atribuição de subsídios a associações do Concelho de Loulé**

Associação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Associação Cultural de Alte	2,000.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	0.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €
Casa do Povo de Alte	27,433.88 €	25,000.00 €	25,000.00 €	35,000.00 €	25,000.00 €	26,250.00 €	25,000.00 €	25,000.00 €	0.00 €
Clube Desportivo e Cultural das Sarnadas	0.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €
Casa do Povo do Ameixial	1,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	8,500.00 €	72,000.00 €
Grupo Desportivo Ameixialense	13,468.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €

Associação Cultural de Boliqeime	4,990.00 €	0.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	7,000.00 €	7,000.00 €	7,000.00 €	7,000.00 €	0.00 €
Casa do Povo de Boliqeime	5,000.00 €	5,000.00 €	5,000.00 €	6,500.00 €	7,000.00 €	7,000.00 €	7,000.00 €	7,000.00 €	4,000.00 €
APALGAR - Associação de Amizade dos PALOP no Algarve	28,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	15,000.00 €	12,500.00 €
Associação Portuguesa K.Y.R.	0.00 €	0.00 €	0.00 €	1,000.00 €	1,000.00 €	1,000.00 €	1,000.00 €	0.00 €	0.00 €
Associação Regional de Pesca Desportiva do Algarve	1,250.00 €	1,250.00 €	1,250.00 €	1,250.00 €	1,250.00 €	1,250.00 €	1,250.00 €	1,250.00 €	1,000.00 €
Clube de Tiro de Vilamoura	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	2,500.00 €	0.00 €	0.00 €
Fábrica da Igreja da Nossa Senhora da Conceição de Quarteira	798.08 €	798.08 €	0.00 €	800.00 €	1,300.00 €	0.00 €	1,000.00 €	0.00 €	1,500.00 €
Vilamoura XV Rugby Clube	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	25,000.00 €	7,500.00 €	7,500.00 €	0.00 €	0.00 €

(Fonte: Actas Câmara Municipal Loulé, Elaboração Própria)

Para além da atribuição de subsídios, a Câmara concede outro tipo de apoios às Associações.

Destaca-se o apoio logístico. Apoios de transporte, apoio de ideias, mão-de-obra, colaboração em certas organizações, fornecimento de materiais.

“A Câmara é quase como que a mãe de todas as actividades, o que é contraproducente em minha opinião” (I14).

A relação privilegiada do Movimento Associativo é de facto, com as autarquias. Mais uma vez se coloca a questão: Será que o tipo de relacionamento se encontra dependente dos financiamentos obtidos? Não seria de esperar que numa sociedade democrática e participativa, a relação privilegiada do M.A fosse com a população?

O distanciamento da população é evidente. Verifica-se uma grande desmotivação para a prática associativa. Numa sociedade cada vez mais caracterizada pelo individualismo, os cidadãos não se associam, assiste-se a uma ausência de sentimentos de solidariedade e entreajuda. Esta foi considerada uma das principais dificuldades no funcionamento das associações. A falta de recursos humanos, principalmente no dirigismo. A dificuldade em encontrar munícipes com responsabilidade para estarem à frente das associações. Considera-se que as pessoas muitas vezes não se associam pelas melhores razões, mas sim por fins egoístas, aproximando-se das associações devido ao interesse partidário. Por esta razão, o Associativismo Louletano é mesmo considerado

por alguns informantes como “artificial”, criado de cima para baixo, criado e estimulado a partir dos círculos de poder político. O Associativismo, em vez de partir da junção de pessoas que têm objectivos em comum, surge a partir da Câmara. Temos uma excessiva municipalização do Movimento Associativo e, desta forma a cidadania não se realiza.

Por um lado, assiste-se a um crescente distanciamento da população face ao movimento associativo e a uma menor participação, mas por outro, constata-se que hoje existem mais associações. Ou seja, há mais associações, mas menos participação e pouco dinamismo. A existência de muitas associações leva a que por vezes não funcionem como deveriam, isto é, os participantes acabam por ser sempre os mesmos.

“as associações perderam talvez algum papel a nível da sociedade. Por outro lado, a própria sociedade e as próprias pessoas deixaram de colaborar tanto com as associações, estão mais desligadas disso, no entanto, há mais associações e há uma dinâmica diferente do que havia no passado, mas nota-se é que há um distanciamento talvez maior, embora haja mais” (I9).

“Há associações mais ou menos suficientes para cobrir todas as áreas. Mas poderia era ser mais activa, ter mais actividade” (I2).

“Como disse inicialmente somos um concelho bastante rico em associativismo. O que é que acontece (...) pelo facto de existirem muitas, algumas associações e colectividades acabam por não funcionar como deveriam funcionar, porque as pessoas acabam por ser as mesmas quase que andam num lado e andam noutro (I8).

Neste sentido, os ex-presidentes quando questionados: Face à dívida dos municípios em geral, o que se pode esperar das relações das Câmaras com o movimento associativo?, apontaram no sentido da racionalização dos recursos, um maior rigor na atribuição de subsídios, a definição das áreas prioritárias a apoiar e a fiscalização regular do cumprimento desses objectivos.

“Face à dívida, há muito bem que racionalizar os seus investimentos e procurar reduzir as despesas, é um facto, temos que reduzir as despesas públicas municipais...” (I14).

“...devemos exigir maior rigor na atribuição dos subsídios, rigor esse que na prática se traduziria na fixação de objectivos realistas e na fiscalização regular do cumprimento desses objectivos...” (I12).

A maioria das associações estudadas não tem estatuto de utilidade pública, o que corrobora, a inércia do M.A. O associativismo de vizinhança de outrora deu lugar a um associativismo vertical. As pessoas hoje, nos próprios prédios, já não se conhecem. Perdeu-se o espírito de solidariedade. Através da questão colocada às Associações sobre se consideravam o relacionamento da Câmara de tipo formal ou informal, atestou-se a verticalização existente nas políticas públicas, o enorme controlo que o poder autárquico ainda possui sobre o M.A. A maioria das associações (76%) consideram que o relacionamento com a Câmara é de tipo formal. As políticas ainda são muito definidas de cima para baixo, como adverte José Manuel Leite Viegas (2004: 38) “o poder é exercido autoritariamente por uma minoria da maioria que ganhou eleições”. Para que tal não aconteça, é necessário que os cidadãos sejam críticos, independentes e autónomos.

Em suma, o Movimento Associativo Louletano depara-se com variadíssimas lacunas. Assiste-se a um associativismo maioritariamente de tipo tradicional, constituído essencialmente por associações desportivas e recreativas e poucas associações enquadradas nos chamados movimentos sociais, associações mais críticas e de reflexão. Existem muitas associações cujos objectos e actividades se sobrepõem, falta uma racionalização do M.A. A partidarização e a formação de clientelas políticas em torno do M.A louletano também é um aspecto visível, todavia, a precisar de um estudo mais aprofundado. As regras de atribuição de subsídios são pouco claras, o que gera controvérsia, visto que há associações que poderão ser mais beneficiadas do que outras. A regulamentação constitui uma forma de evitar estas situações de favorecimento de umas associações em detrimento de outras. É considerado um associativismo pouco crítico, pouco dinâmico e muito dependente dos subsídios autárquicos. O défice de participação, a falta de recursos humanos competentes e qualificados, nomeadamente, no dirigismo são apontados como as principais dificuldades no funcionamento das associações. Deparamo-nos ainda, e de encontro a outros estudos sobre o Associativismo, com um associativismo muito envelhecido e excessivamente masculinizado, quer

ao nível dos órgãos sociais, quer dos associados. Das associações que responderam ao inquérito, o sexo feminino representa apenas 26% do total dos órgãos sociais e mesmo em relação aos associados, o sexo masculino constitui quase o dobro dos associados do sexo feminino.

## Capítulo V. Conclusões, Limitações e Sugestões

### 5. Conclusões Finais

Para resumir, de forma esquemática, as conclusões finais optámos por elaborar dois decálogos simplificados: O primeiro sobre os problemas associativos, o segundo sobre as soluções associativas. Em si mesmos, deixam a porta aberta para futuras investigações.

**Tabela 38 – Decálogo dos problemas e soluções associativas do Concelho de Loulé**

<b><u>Decálogo dos problemas associativos</u></b>	<b><u>Decálogo das soluções associativas</u></b>
1. Falta de objectividade na atribuição dos apoios por falta de um regulamento com critérios objectivos.	1. A falta de regulamento é compensada por normas, contratos-programa e, sobretudo, por deliberações democráticas da Câmara Municipal e controlo da Assembleia Municipal.
2. A prevalência de direitos históricos adquiridos e de planos de actividade que se repetem anualmente, para lá de muitos apoios casuísticos.	2. Os direitos históricos e os apoios casuísticos devem ser públicos, transparentes e contraditados nas sessões da Câmara e da Assembleia Municipal.
3. Sucessiva dependência dos apoios públicos dos Municípios e da Administração Regional	3. A excessiva dependência dos apoios públicos deve ser ultrapassada por uma melhor auto-organização do movimento associativo e uma diversificação das suas fontes de apoio, por exemplo, através da criação de uma federação das associações.
4. Aumento do número de associações, mas diminuição de participação pública!	4. A definição de uma política específica que inclui normas e regras de boas práticas associativas pode conduzir a uma racionalização do movimento associativo.
5. Défice de dirigentes e voluntariado qualificados.	5. O défice de dirigentes e voluntariado pode ser ultrapassado através de uma política específica, com estímulos apropriados, para a formação e

	profissionalização de dirigentes associativos.
6. Risco de partidarização do movimento associativo que é cada vez mais “top-down”.	6. O risco de partidarização clientelar por via do movimento associativo é contraditado no seio do executivo e da assembleia municipal, nos fóruns municipais com a população do concelho mas, obviamente, não dispensa a autonomia do movimento e uma cidadania livre e responsável.
7. Falta de eficácia, eficiência, transparência e controlo das actividades do movimento associativo. Ausência de fiscalização e auditoria.	7. A proliferação de pequenas associações não serve o movimento associativo local nem os munícipes do concelho, sobretudo os mais desfavorecidos; é em nome dos cidadãos mais desfavorecidos e dos recursos públicos que são sempre escassos, que se deve passar a uma segunda fase do movimento associativo, mais orientada nos seus objectivos, mais criteriosa nos seus beneficiários e mais profissional na administração dos seus exíguos recursos.
8. Falta de representatividade dos interesses do movimento associativo, mais centrado sobre o desporto, o recreio e o lazer e menos sobre o empresariado, a protecção dos consumidores, a protecção do ambiente e do património, etc.	8. A falta de representatividade dos interesses sócio-empresariais, sócio-ambientais, sócio-profissionais, de defesa dos consumidores e mesmo de carácter científico deve ser promovida por acção da Câmara Municipal ou mesmo da Assembleia Municipal e fazer parte do Conselho Municipal.
9. Falta de auto-organização e auto-estima do movimento associativo local, isto é, falta de uma política específica da Câmara Municipal para a formação deste movimento.	9. A falta de auto-organização e auto-estima do movimento associativo local não se compadece com as exigências de cidadania dos dias de hoje; compete à CM/AM fazer um “ponto de ordem” nesta matéria e definir um instrumento específico para apoio do movimento associativo no quadro dos planos estratégicos municipais e intermunicipais.
10. Falta definição estratégica ao movimento associativo enquanto parte integrante das políticas públicas locais.	10. A próxima geração de PDM definirá qual a participação do movimento associativo local nas PPL.

Fonte: Elaboração própria.

1. Não existindo uma regulamentação própria para a atribuição de subsídios, a sua atribuição torna-se arbitrária e pouco transparente. Os regulamentos são vistos como úteis e necessários, constituindo uma forma de evitar injustiças, apoiando-se mais umas associações em detrimento de outras. A falta de regulamentação é compensada por normas, contratos-programa, protocolos e, sobretudo, por deliberações democráticas da Câmara Municipal e controlo da Assembleia Municipal.
2. Na ausência de regulamentação surgem situações de certa forma contraditórias, nomeadamente, a existência de um histórico de atribuição de subsídios. A atribuição de subsídios às associações não deverá depender do conhecimento geral que se possui sobre estas. Deverá existir um acompanhamento contínuo e uma auditoria às associações. Os direitos históricos e os apoios casuísticos devem ser públicos, transparentes e contraditados nas sessões da Câmara e da Assembleia Municipal.
3. A excessiva dependência dos apoios públicos, não permite que as associações sejam autónomas. Para tal, revela-se necessária uma melhor auto-organização do movimento associativo e uma diversificação das suas fontes de apoio, designadamente, através da criação de uma federação local das associações.
4. A diminuição da participação pública é um facto evidente. Assiste-se a uma grande desmotivação para a prática associativa. A existência de muitas associações ao invés de ser benéfico, pode revelar-se prejudicial, uma vez que algumas associações acabam por não funcionar devidamente. A pulverização de associações é acompanhada pela falta de objectivos estratégicos, pela ausência de acordos transversais entre as associações, de uma participação organizada na vida pública. A definição de uma política específica, que inclua normas e regras de boas práticas associativas, pode conduzir a uma racionalização do movimento associativo.

5. A falta de recursos humanos, designadamente, no dirigismo é apontada como uma das grandes lacunas do M.A. Este défice poderá ser contornado através de uma política específica, com estímulos apropriados para a formação e profissionalização de dirigentes associativos.
6. O Associativismo Louletano é considerado artificial, ou seja, criado de cima para baixo, estimulado a partir dos círculos de poder político. Desta forma, assiste-se a um enorme risco de partidarização do M.A. O risco de partidarização clientelar por via do M.A é contraditado no seio do executivo e da assembleia municipal e, nos fóruns municipais com a população do concelho. Contudo, a principal dimensão contributiva para a autonomia do movimento associativo, é a existência de uma cidadania responsável e livre.
7. O M.A carece de uma profunda mudança, de forma a torná-lo mais racional e transparente. Defende-se a passagem a uma segunda fase do M.A, mais orientada nos seus objectivos e mais profissional na administração dos seus exíguos recursos. A fiscalização e auditoria do M.A são imprescindíveis, permitindo a sua maior eficiência.
8. O M.A Louletano é maioritariamente de tipo tradicional, pelo que se presencia, uma falta de representatividade do M.A. Não se encontram representados os interesses sócio-empresariais, sócio-ambientais, sócio-profissionais, de defesa dos consumidores e mesmo, de carácter científico. Esta acção deverá ser promovida pela Câmara Municipal, ou mesmo, pela Assembleia Municipal e, fazer parte do Conselho Municipal.
9. Perante a falta de auto-estima e auto-organização que caracterizam o actual M.A. local, a Câmara Municipal deverá assumir um papel activo na definição deste. A Câmara deverá definir um instrumento específico para o apoio do M.A, no quadro dos planos estratégicos municipais e intermunicipais.

10. O M.A carece portanto, de uma definição estratégica, enquanto parte integrante das políticas públicas locais. A próxima geração do Plano Director Municipal deverá definir qual a participação do novo associativismo local nas Políticas Públicas Locais.

Em jeito de conclusão, defende-se a necessidade de um “upgrading” associativo no Concelho de Loulé. Este “upgrading” faz-se na passagem de associações de eventos, para associações de interesses permanentes dos associados. A passagem de associações que existem para poucos beneficiários, para associações que existem para os associados. A passagem de uma primeira geração das associações, para uma segunda geração. Ou seja, uma geração de associações que prossiga os interesses permanentes e substantivos da vida quotidiana dos seus associados e beneficiários.

O “up-grading” do movimento associativo poderá, por exemplo, ser concretizado mediante a concessão do estatuto de utilidade pública com critérios objectivos de notoriedade e reconhecimento, e também, através da formação eventual de um Conselho Municipal das Associações do Concelho.

Constata-se a necessidade de uma maior pro-actividade das Câmaras face ao universo associativo: “separar o trigo do joio”, regulamentar apoios, áreas prioritárias de intervenção, gestão criteriosa dos recursos escassos. O poder local também deverá equacionar soluções para a autonomia e sustentabilidade de projectos e iniciativas, promovidas pelas associações. O movimento associativo terá de se dinamizar de forma a tornar-se mais autónomo, pois quanto maior for a sua inércia, maior é o poder de influência da Câmara junto deste.

Por outro lado, a actual distinção entre associações de primeiro grau e associações de segundo grau “uniões, federações, confederações”, acaba por ser inconsequente, ou seja, não tem consequências do ponto de vista dos interesses e da profissionalização das associações. A enorme proliferação de associações de primeiro grau e o défice do associativismo de segundo grau favorecem a “manipulação” por parte da Câmara.

Finalmente, e reportando-nos às hipóteses de partida inicialmente colocadas, podemos afirmar que a análise dos dados empíricos comprovou as hipóteses definidas. Ou seja, apesar do relacionamento da Câmara com as Associações ir um pouco mais além da atribuição de subsídios, por exemplo, através de apoio logístico, as relações são, ainda, relativamente escassas.

Acresce que, a proximidade com o poder autárquico traduz-se, muitas vezes, numa relação de dependência, donde não existir a possibilidade de confrontação de interesses divergentes, isto é, as associações ainda não possuem poder reivindicativo junto do poder autárquico.

Em matéria de relações interinstitucionais, podemos afirmar que há uma baixa intensidade de rede ou de relações locais. Para concluir, também se comprovou a hipótese referente ao facto da atribuição de subsídios ser arbitrária, pois, na ausência de uma regulamentação própria de atribuição de subsídios, a sua atribuição torna-se casuística e pouco transparente.

## **5.1. Limitações do estudo e pistas de trabalho para o futuro**

Como em todos os estudos que têm um horizonte temporal definido para a sua execução, as restrições que daí decorrem são limitações importantes. Uma das principais limitações desta investigação foi a inexistência, em matéria de investigação base, relativa ao objecto de estudo. Se, por um lado, este facto permitiu a distância necessária para a análise e interpretação da informação recolhida, devido à ausência de pré-noções, por outro, exigiu um maior dispêndio de tempo na procura de conhecimento teórico-prático. Uma segunda limitação, foi o facto de não ter havido tempo e espaço para abordar a perspectiva jurídico-legal neste estudo, nomeadamente, questões relacionadas com a constituição, legalização e, também, da organização interna das associações. Outra limitação que se detectou foi a necessidade de uma perspectiva mais qualitativa das associações, por exemplo, a realização de entrevistas directas e abertas aos dirigentes associativos. Esta informação teria sido útil, uma vez que possibilitaria maior facilidade no cruzamento com as respostas obtidas por parte dos restantes informantes.

A terminar, ficam aqui algumas interrogações, que quem sabe serão respondidas num trabalho futuro. Em primeiro lugar, falta investigação-base sobre o universo associativo do concelho de Loulé. Em segundo lugar, faltam estudos comparativos com outros universos associativos. Finalmente, e devido à forte dependência das associações relativamente às dinâmicas político-partidárias, falta um estudo sobre as “relações perigosas” entre os dirigentes associativos e os dirigentes municipais, em especial nas diferentes fases do ciclo político-eleitoral municipal. Teríamos, assim, matéria suficiente para compreender melhor aquilo que motiva os dirigentes associativos e a sua acção no universo associativo municipal.

## Referências Bibliográficas

Albuquerque, Rosana (2008) *Associativismo, Capital Social e Mobilidade. Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal*, Tese de Doutoramento, Lisboa: Universidade Aberta.

Almeida, João Ferreira de (coord.) (1995) *Introdução à Sociologia*, Lisboa: Universidade Aberta.

Almeida, João Ferreira de et al (1992). *Exclusão Social – Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Amaro, Rogério Roque (2004) *Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em Renovação? – Da teoria à prática e da prática à teoria*, Caderno de Estudos Africanos, Lisboa, N.º XX, p. 35-70.

Araújo, Joaquim Filipe Ferraz Esteves (2003) *A Governação Local e os Novos Desafios*, Fórum de Gestão e Administração Pública, 2, Mirandela.

Araújo, Joaquim Filipe Ferraz Esteves (2002) *Os Dirigentes na Relação entre a Administração Pública e os Cidadãos* in *Revista de Administração Políticas Públicas*, Vol. III, N.ºs 1-2, 28-35.

Areias, Helena Maria Silva Morais da Rocha (2007) *Desenvolvimento local e rede social: moda ou modelo de intervenção?* [Texto policopiado], Tese de mestrado em Desenvolvimento, *Diversidades Locais e Desafios Mundiais*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho da Empresas, ISCTE.

Aron, Raymond (2004) *As Etapas do Pensamento Sociológico*, 7ª Edição, Lisboa, Dom Quixote.

Azevedo, Natália (1997) *Práticas de recepção cultural e públicos de cinema em contextos cineclubísticos*, *Sociologia*, 7, 129-196.

Banha, Rui (1990) *O Associativismo em Loures*, *Cadernos Estudos Locais*, Câmara Municipal de Loures.

Barber, Benjim R. (1984) *Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age*, Berkeley, University of California Press.

Beck, Ulrich (1998) *La Sociedad del Riesgo*, Barcelona, Paidós.

Bilhim, João (2004) *A Governação nas Autarquias Locais*, Porto, SPI.

Boudon, Raymond et al. (1990) “*Associação*” in *Dicionário de Sociologia*. Lisboa. Dom Quixote, 21.

Bravo, Ana Bela Santos e Jorge Vasconcelos e Sá (2000) *Autarquias Locais, Descentralização e Melhor Gestão*, Lisboa, Verbo.

Buarque, Sérgio C. (1999) *Metodologia de Planeamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável - Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planeamento local e municipal*, Brasília.

Burns, Tom R. (2004) O futuro da democracia no contexto da globalização e da nova política, *in* Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes, Oeiras, Celta Editores, 125-159.

Cabugueira, Artur Carlos Crespo Martins (2000) Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local. Análise de alguns aspectos de Política Económica Regional, *in* Gestão e Desenvolvimento, 9 – 2000, 103-136. [citado em Março 2009]. Disponível em [http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9\\_103.pdf](http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf).

Câmara Municipal de Loulé e CESUR (2007) Estratégia de Sustentabilidade do Concelho de Loulé, Loulé, Câmara Municipal de Loulé.

Capucha, Luís (1990), Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social, *Sociologia: Problemas e Práticas*, 8, 29-41.

Carapeto, Carlos e Fátima Fonseca (2006) Administração Pública – Modernização, Qualidade e Inovação, 2ª edição, Lisboa, Edições Sílabo.

Carneiro, Roberto (2003), Globalização, Governança e Cidadania, *in* Teresa Salis Gomes (coord.), A face oculta da governança: cidadania, administração pública e sociedade, Lisboa, Instituto Nacional de Administração, 17-25.

Chorincas, Joana e Paulo Areosa Feio (2009) Governação Territorial e Inovação das Políticas Públicas, *Prospectiva e Planeamento*, Vol. 16, 137-157. [citado em Março 2010]. Disponível em [http://www.dpp.pt/pages/files/Governacao\\_Territorial.pdf](http://www.dpp.pt/pages/files/Governacao_Territorial.pdf).

Coelho, Sandra Lima (2008) Participação Social e Associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção de Comércio Justo”, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [citado em Março 2010]. Disponível em <<http://www.letras.up.pt/isociologia/uploads/files/Working30.pdf>>.

Costa, António Firmino da (1999) Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural, Oeiras, Celta Editora.

Costa, Maria do Rosário Caleiro e Manuel Ennes Ferreira (2004) Geminações Autárquicas e CPL: Que articulação no apoio ao desenvolvimento económico local?, VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, CES. [citado em Março 2010]. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ManuelEnnesFerreira.pdf>>.

Covas, António (2007) A Governança Europeia: A política europeia no limiar de uma nova revisão dos tratados, Lisboa, Edições Colibri.

Dias, Nelson (2008), Uma outra democracia é possível? As experiências de Orçamento Participativo, *e-cadernos ces*, 1, 195-218. [citado em Março 2010]. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/e-ca>>.

Durkheim, Émile (1989) A Divisão do Trabalho Social, vol. I, Lisboa, Editorial Presença.

Estanque, Elísio (1999) Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais — para um estudo dos movimentos de protesto público, *in* Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 55, 85-112.

Evans, Sara M., e Harry C. Boyte (1992) Free Spaces: The Sources of Democratic Change in America, Chicago, University of Chicago Press.

- Fernandes, António Teixeira (2004), “Democracia, Descentralização e Cidadania”, in *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editores, 35-60.
- Fernandes, António Teixeira (1998) *Os fenómenos políticos, Sociologia do Poder*, Porto, Edições Afrontamento.
- Fernandes, António Teixeira (1993) *Conflitualidade e movimentos sociais*, *Análise Social*, nº 123-124: 787-828.
- Fernandes, José (2003) *O associativismo de pais: no limiar da virtualidade?*, Lisboa, Ministério da Educação.
- Ferreira, Marisa, Teresa Proença e João F. Proença (2008) *As motivações no trabalho voluntário*, *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, jul. 2008, vol.7, no.3, 43-53.
- Ferreira, Pedro Moura (2008) *Associações e democracia: Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?*, *Sociologia*, nº.57, 109-130.
- Ferreira, Sílvia (2004) *O papel de movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal*, in APS (org.), *V Congresso Português de Sociologia*. Braga: APS. [citado em Abril 2010] Disponível em [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR461518504bc0c\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR461518504bc0c_1.pdf)
- Ferreira, Vítor Matias e Guerra, Isabel (1994), *Identidades sociais e estratégias locais*, *Actas do Encontro de Vila do Conde*, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 299-319.
- Fragoso, António (2005) *Contributos para o debate teórico sobre o desenvolvimento local: um ensaio baseado em experiências investigativas*, *Revista Lusófona de Educação*, 5, 63- 83.
- Fragoso, António (2005) *Desenvolvimento Participativo: uma sugestão de reformulação conceptual*, *Revista Portuguesa de Educação*, 18 (1), 23-51.
- Fragoso, António (2004) *Processos educativos para o desenvolvimento local: um estudo de casos em laboratório natural*, *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 3, 111-129.
- França, Luís de (coord.) (1993) *Portugal, valores europeus: identidade cultural*, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Frey, Klaus (2000) *Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*, *Planejamento e Políticas Publicas (IPEA)*, Brasília, 21, 211-259. [citado em Abril 2010] Disponível em <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf>
- Friedmann, John (1996) *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Giddens, Anthony (1997, 2004) *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, Carlos Alberto e Licínio Lima (1996) *Associativismo estudantil no ensino secundário e reprodução política das organizações partidárias de juventude*, *Sociologia, Problemas e Práticas* nº21, Lisboa, 121-163.

Gomes, Teresa Salis (coord.) (2003) A face oculta da governança: cidadania, administração pública e sociedade, Lisboa, Instituto Nacional de Administração.

Gros, Marielle Christine (1994), Estratégias identitárias num território desqualificado, in VV – Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local – Actas do encontro de Vila do Conde da Associação Portuguesa de Sociologia, 471/493.

Guerra, Isabel Carvalho (2002), Fundamentos e Processos de uma sociologia da acção. O planeamento em Ciências Sociais. Lisboa: Principia

Guerreiro, Marta Isabel Afonso (2008) Associações de desenvolvimento local: que contributo para o desenvolvimento local? O estudo de caso da ADPM, Lisboa: ISCTE, Tese de mestrado. [citado em Abril 2010] Disponível em <<http://hdl.handle.net/10071/1448>>

Henriques, José Manuel (2002) O Papel do 'Social' nas Políticas Urbanas, Porto D'ideias a Cidade Em Debate, (Porto: Agência para a Modernização do Porto).

Henriques, José Manuel (1990) Municípios e Desenvolvimento – Caminhos Possíveis, Lisboa, Escher Publicações.

Hespanha, P, Monteiro, A, Ferreira, A C, Rodrigues, F, Nunes M H, Hespanha, M J, Madeira, R, Hoven, R V D, Portugal, S (2000), Entre o Estado e o Mercado: As Fragilidades das Instituições de Protecção Social em Portugal. Coimbra: Quarteto.

Innerarity, Daniel (2009) A Sociedade Invisível, Lisboa, Editorial Teorema.

Innerarity, Daniel (2005) A Transformação da Política, Lisboa, Editorial Teorema.

Leonello, J. C. e Cosac, C. M. D (2008) O associativismo como alternativa de desenvolvimento local e sustentabilidade social. Marília, São Paulo. [citado em Março 2010]. Disponível em <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/joaocarlosleonelloeclaudiamariadahercosac.pdf>>.

Lopes, João Teixeira (2004) Política do vivido e acção política, in Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes, Oeiras, Celta Editora, 303-308.

Martins, Artur (s.d) O movimento associativo popular e a democracia. [citado em Março 2010]. Disponível em <[http://www.25abril.org/a25abril/get\\_document.php?id=259](http://www.25abril.org/a25abril/get_document.php?id=259)>.

Martins, Susana (2004) Associativismos emergentes no âmbito dos novos movimentos sociais em Portugal, Actas do V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção, [citado em Março 2010]. Disponível em <http://www.cies.iscte.pt/publicacoes/ficha.jsp?pkid=909>

Mehl, Dominique (1982). “Culture et Action Associatives”. In Sociologie du Travail, nº1/82. Paris: Dunod, pp.1- 41.

Melo, Alberto (2003) A participação política dos cidadãos: contra a apatia política, uma política de empatia, in A face oculta da Governança – Cidadania, Administração Pública e Sociedade, Oeiras, INA.

Melo, Alberto e Benavente, Ana (1978), Educação popular em Portugal 1974-1976, Lisboa, Livros Horizonte

Monteiro, Alcides (2002) Associativismo e novos laços sociais – As iniciativas de desenvolvimento local em Portugal, Covilhã: Universidade da Beira Interior (dissertação de doutoramento).

Moreira, Adriano (2006) Ciência Política, Coimbra, Almedina.

Mota, Arlindo (2005) Governo local, participação e cidadania, Lisboa, Vega.

Mozzicafreddo, Juan; Isabel Guerra; Margarida A. Fernandes e João Quintela (1989) Modelos de gestão e de legitimidade no sistema político local português, Sociologia, Problemas e Práticas. Lisboa, 51-80.

Norbeck, J. (1983). Associações populares para o desenvolvimento, Pensar Educação, 12, 5-55.

Nunes, João Arriscado (1995), Com mal ou com bem, aos teus te além: as solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência, Revista Crítica de Ciências Sociais, 42, 5-25.

Putnam, Robert D. (1993) Making democracy work. Civic traditions in modern Italy, Princeton: Princeton University Press.

Roßteutscher, Sigrid (2000) Democracia associativa. As instituições voluntárias como campo de treino para a democracia? *in* Viegas, José Manuel; Dias, Eduardo Costa (org.) Cidadania, integração, globalização, Oeiras: Celta Editora, 233-254.

Rocha, Márcio Mendes (2002) Associativismo e participação: alternativas populares para fazer frente ao modelo neoliberal, Terceiro Congresso Internacional de Latinoamericanistas na Europa, Amesterdão, 3-6 Julho de 2002. [citado Março 2010]. Disponível em <http://www.nemo.uem.br/Download/Artigo%20ceisal%20Marcio.pdf>.

Rodrigues, Eduardo Vítor (2000) O Estado-Providência e os processos de Exclusão Social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português, in Sociologia, n.º 10, Porto, FLUP.

Rodrigues, Fernanda, e Stephen R. Stoer (1994) Acção local e cidadania. Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local. Actas, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, 175-188.

Ruivo, Fernando (2004) Encruzilhadas do Poder Local, Coimbra: Observatório dos Poderes Locais. [citado em Outubro 2009] Disponível em [http://www.opl.com.pt/uploads/publicacoes\\_opl/3/ficheiro/cad\\_2.pdf](http://www.opl.com.pt/uploads/publicacoes_opl/3/ficheiro/cad_2.pdf)

Ruivo, Fernando (2002) Localização de Políticas Públicas, Oficina do CES n.º178, [citado em Outubro de 2009] Disponível em <[www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt)>

Ruivo, Fernando (2000), O Estado Labiríntico: o poder relacional entre poderes Central e Local em Portugal. Porto: Afrontamento.

Ruivo, Fernando (2000b) Poder local e exclusão social: dois casos de organização local da luta contra a pobreza, Coimbra, Quarteto Editora.

Ruivo, Fernando (1994), *Autarquias e poder relacional*, Actas do Encontro de Vila do Conde, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 97-121.

Santos, Boaventura Sousa (org.) (2003), *Democratizar a Democracia – os Caminhos da Democracia Participativa*, Porto, Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1994) *Pela mão de Alice: o Social e o político na Pós-Modernidade*, Porto, Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1990) *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1987) *Estado, sociedade, políticas sociais: o caso da política de saúde*, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 23, 13-74.

Santos, Boaventura de Sousa (1985) *Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português*, *Análise Social*, 87-88-89, 869-901.

Santos, Boaventura de Sousa e Rodríguez, César (2004) *Introdução: para ampliar o cânone da produção*, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, Porto, Afrontamento, 21-66.

Serrão, Joel (1989) “Associação” in *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 236-239.

Silva, Augusto Santos (2004) *Sociedade civil, democracia local e desenvolvimento*, in *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editora, 11-34.

Silva, José Luís Alves e Sandra Silva (2008) *A economia solidária como base do desenvolvimento local*, in *E-Cadernos: n.º2, Cento de Estudos Sociais*, Universidade de Coimbra, [citado em Dezembro 2009]. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/documentos/ecadernos2/Jose%20Luis%20Alves%20da%20Silva.pdf>.

Tocqueville, Alexis (2001) *Da Democracia na América*, Cascais, Princípia.

Touraine, Alain (1999) *Como Sair do Liberalismo?*, Lisboa, Terramar.

Trindade, Maria Beatriz Rocha (1986) *Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência*, **Análise Social**, vol. XXII, n.º 91, Lisboa, ICS-UL, 313-330.

Warren, Mark E. (2004) *Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia?* in *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editora, 85-97.

Verba, Sidney; Schlozman, Kay Lehman; Brady, Henry E. (1995) *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*, Cambridge/London, Harvard University Press.

José Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sérgio Faria (2004) *Problemas e perspectivas de mudança das democracias*, in *Democracia: Novos Desafios, Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editora.

Vidal, Ángel (2005) *O espaço local, um elemento chave para uma globalização mais*

humana. @local.glob. Turim: Centro Internacional de Formação da OIT. N. °1, p.2-5.

Viegas, José Manuel Leite (2009) Cidadania, Associações e esfera Pública, Colóquio Associativismo e Sindicalismo Judiciários, Culturgest, Lisboa.

Viegas, José Manuel Leite (2004) Implicações democráticas das associações voluntárias – o caso português numa perspectiva comparativa europeia, Sociologia – Problemas e Práticas, nº 46, 33-50

Viegas, José Manuel Leite (1986) Associativismo e dinâmica cultural, Sociologia, Problemas e Práticas, 1, 103-121.

Viegas, José Manuel Leite, António Costa Pinto e Sérgio Faria (orgs.) (2004) Democracia: Novos Desafios, Novos Horizontes, Oeiras, Celta Editora.

Vilaça, Helena (1993) Território e identidade na problemática dos movimentos sociais: algumas propostas de pesquisa, Sociologia, 3: 51-71.

Vilaça, Helena (1991) Associativismo urbano e participação na cidade, Sociologia, Revista da Faculdade de Letras, série I, volume I, Porto, 175-185.

## **Legislação**

Código Civil Português

Constituição da República Portuguesa de 1976

Decreto-Lei n.º 519-G2/79 de 29 de Dezembro - Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social

Decreto-Lei 119/83 de 25/02 – Estatuto das IPSS'S

Decreto-Lei nº 412/89 de 29-11-1989 - Estabelece o regime jurídico das associações de municípios

Carta Europeia de Autonomia Local – Resolução da AR nº28/90.

Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro - Bases do enquadramento jurídico do voluntariado

Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97.- Criação do Programa de Apoio à Implementação da Rede Social

Carta Europeia para a Igualdade das Mulheres e dos Homens na Vida Local

Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro - Regula o processo de elaboração e aprovação da Carta Educativa e os seus efeitos

Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Novas Finanças Locais

## Sites da internet consultados

Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, <http://www.animar-dl.pt/>

Câmara Municipal de Loulé: <http://www.cm-loule.pt/>

Câmara Municipal de S. Brás de Alportel: <http://www.cm-sbras.pt/>

Carta Educativa Municipal: <http://www.gepe.min-edu.pt/np4/254.html>

Fundação Manuel Viegas Guerreiro: <http://www.fundacaomanuelviegasguerreiro.com>

INE, infoline: <http://ww.ine.pt>

Orçamento Participativo – Portugal: <http://www.op-portugal.org/>

Planos Municipais de Redução do Ruído:  
[http://www.apambiente.pt/divulgacao/Publicacoes/outrossuportes/Documents/PMRR\\_net.pdf](http://www.apambiente.pt/divulgacao/Publicacoes/outrossuportes/Documents/PMRR_net.pdf)

Plano Municipal para a Igualdade de Género, Montijo: <http://www.mun-montijo.pt/NR/rdonlyres/655AB473-203F-447C-973E-DD552020300A/11809/PMIGMontijo2.pdf>

## **Anexos**

### **Anexo 1. Inquérito às Associações do Concelho de Loulé**

Exmas. Associações do Concelho de Loulé

O presente questionário faz parte de uma dissertação de mestrado que está a ser realizada no âmbito do Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional, da Universidade do Algarve. Pretende-se obter informações acerca das Associações pertencentes ao Concelho de Loulé, mais concretamente, a sua forma de relacionamento com a Câmara Municipal. Visto que esta é uma área pouco estudada, a sua contribuição é fundamental, no aprofundamento do conhecimento desta realidade do nosso Concelho.

Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais e anónimas, unicamente para uso exclusivo do autor. O nome da Associação somente será referenciado como colaboradora do estudo, sem que haja a sua identificação com as conclusões obtidas a partir do estudo, a menos que pretenda o anonimato. Peço-lhe, assim, que seja o mais rigoroso possível no seu preenchimento. A sua opinião é muito importante!

A terminar, peço-lhe que me envie a sua resposta até ao **final do mês de Março**, visto que os prazos a cumprir são apertados. O endereço para devolução do questionário é o seguinte:

Praceta Fernando Pessoa Lote 55 3º Esq. 8100-528 Loulé

Se preferir poderá solicitar uma cópia em formato digital por e-mail e devolvê-la para o endereço: [castanheiracarina@gmail.com](mailto:castanheiracarina@gmail.com)

Para qualquer esclarecimento adicional poderá o mesmo ser endereçado para o endereço electrónico acima indicado ou ainda pelo Telemóvel 914318255

Desde já, apresento-lhe os meus sinceros agradecimentos pela sua disponibilidade,

Carina Castanheira Guerreiro

## I. Identificação

1.Nome da Associação: \_\_\_\_\_

2.Morada: \_\_\_\_\_

3.Localidade: \_\_\_\_\_ Código Postal: \_\_\_\_\_

4.Telefone: \_\_\_\_\_ Email: \_\_\_\_\_

## II. Caracterização institucional:

5. Ano de fundação: \_\_\_\_\_

6. Denominação da Associação:

Denominação da Associação			
Ambiental		Desportiva	
Cultural		Outra	
Cultural/Recreativa		Qual	
Cultural/Desportiva/Recreativa			

7. Principais actividades desenvolvidas:

---

---

---

8. Para além das actuais actividades, já desenvolveu outras? **Sim**  **Não**

8.1 Se **Sim** diga quais?

---

---

8.2. Porque terminaram?

---

---

9. A Associação tem estatuto de Utilidade Pública: **Sim**  **Não**

10. A Associação está filiada em algum tipo de organização? (União, Federação, Confederação, Associação)? **Sim**  **Não**

10.1. Se **Sim** diga quais?

---

---

11. Tem relatório anual de actividades? **Sim**  **Não**  (solicitar uma cópia do último)

12. E plano anual de actividades? **Sim**  **Não**  (solicitar uma cópia do último)



14. Qual a duração do mandato para que foram eleitos os actuais Órgãos Sociais da Associação?

1 ano                       2 anos                       3 anos                       4 ou mais anos

### III.II. Caracterização dos Associados

15. Indique o número de sócios segundo o **sexo** e a **idade**:

Idade \ Sexo	Escalões Etários							Total
	-18	18 - 29	30 - 39	40-49	50-59	60-65	+65	
M								
F								
<b>Total</b>								

16. Indique o número de pessoas a colaborar com a associação, **remunerados** e **não remunerados**.

Cargo \ Tipologia remuneração	Dirigentes	Outros Colaboradores
Nº indivíduos <b>remunerados</b>		
Nº de indivíduos <b>não remunerados</b>		
Total		

### IV – Instalações e Equipamentos da Associação

17. Tem sede? **Sim**  **Não**

17.1. Se **Sim**, qual o regime de utilização da sede social?

- Propriedade

- Arrendamento

- Cedência

- Outro  Qual? \_\_\_\_\_

17.2 Se **Não** tem sede, onde funciona a Associação? E em que condições?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

17.3. As actividades ligadas à Associação são desenvolvidas em que tipo de instalações? (Indique percentualmente (de 0 a 100%) a taxa de utilização de cada uma das seguintes instalações: (Ex: Próprias – 20% , Municipais – 60%, Outras – 20%)

Próprias       Municipais       Outras       Quais: \_\_\_\_\_

18. Indique quais as Instalações que a Associação tem disponíveis para o desenvolvimento das suas actividades:

Sala de convívio		Sala de Jogos		Campo de Futebol	
Ginásio		Pavilhão polivalente		Outro	
Salão de Festas		Bar		Qual _____	

19. Indique quais os equipamentos que a Associação possui:

Equipamento de luzes		Aparelhagem áudio		DVD	
Equipamento informático		Projector de cinema		Amplificador e Colunas de som	
Máquina fotográfica		Televisão		Outro	
Projector de slides		Câmara de filmar		Qual _____	

20. Possui meios de transporte próprios? **Sim**  **Não**

20.1. Se Sim, quais? \_\_\_\_\_

20.2. Qual o número de lugares? \_\_\_\_\_

#### V – Financiamentos, carências e necessidades

21. O financiamento das actividades da Associação é obtido principalmente através de:

- Verbas próprias

- Subsídios/apoios

21.1. Relativamente às verbas próprias, como são obtidas? Pondere percentualmente (0 a 100%) cada uma das seguintes opções.

Rendas	Alienação de Património	Prestação de Serviços	Quotas	Estado Central	Câmara Municipal	Junta de Freguesia	Segurança Social	Outros. Quais?	Total
									100%

21.2. Em relação aos subsídios/apoios quem os atribuiu? Pondere percentualmente (0-100%) cada uma das seguintes opções.

Estado/ Administração Central	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Segurança Social	Empresas	Particulares	Outros. Quais?	Total
							100%

22. A que entidades solicitam normalmente apoio? Pondere percentualmente (0-100%) cada uma das seguintes opções.

Estado/ Administração Central	Câmara Municipal	Junta Freguesia	Segurança Social	Empresas	Particulares	Outros. Quais?	Total
							100%

23. Qual é a quota mensal? \_\_\_\_\_

23.1. Qual o valor anual das receitas em quotas? \_\_\_\_\_

23.2. Qual a última vez que estas foram actualizadas? \_\_\_\_\_

24. Avalie a situação dos recursos físicos e humanos quantos às necessidades sentidas:

	Muito Insuficiente	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom
<b>Recursos Físicos</b>					
Instalações					
Equipamento					
Materiais					
<b>Recursos Humanos</b>					
Animadores e monitores					
Professores					
Administrativos					
Técnicos área social					
Outro					
Qual _____					

25. Indique por ordem decrescente quais são as principais dificuldades de funcionamento da Associação (Exemplos: falta de voluntariado, de recursos físicos, humanos, formação dos recursos humanos, transporte, financiamento...)

1<sup>a</sup> \_\_\_\_\_

2<sup>a</sup> \_\_\_\_\_

3<sup>a</sup> \_\_\_\_\_

4<sup>a</sup> \_\_\_\_\_

5<sup>a</sup> \_\_\_\_\_

26. Verifica necessidades ao nível de acções de formação? **Sim**  **Não**

26.1. Se **Sim**, em que áreas e dirigidas a quem?

\_\_\_\_\_

## VI. Caracterização das relações locais e interinstitucionais

27. Em que medida está satisfeito ou insatisfeito relativamente ao relacionamento da Associação com:

	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Outras Associações					
Câmara Municipal					
Junta Freguesia					
População Residente					

28. Considera o relacionamento com a Câmara Municipal de tipo:

Formal  Informal

29. Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?

Sim, estão regulamentadas	
Não estão regulamentadas	
Não sei	

30. Considera que a Câmara devia ter políticas de apoio regulamentadas?

Sim  Não  Porquê: \_\_\_\_\_

31. A comunicação entre a Associação e a Junta de Freguesia é:

Efectuada directamente	
Intermediada pelos dirigentes autárquicos	

32. Na sua opinião que tipo de apoios necessitam as Associações? Indique ordenadamente as opções abaixo indicadas, sendo que (1) corresponde a uma maior necessidade de apoio e (5) a uma menor necessidade de apoio.

Transportes	Outros Recursos Físicos (Instalações, equipamentos, Materiais)	Recursos Humanos	Financiamento	Outros. Quais? _____

33. Regra geral, indique a periodicidade com que a Associação se reúne com:

	Semanal	Quinzenal	Mensal	Trimestral	Semestral	Anual	Outro. Qual?
Câmara Municipal							
Junta de Freguesia							
Associados							

34. Existem alguns membros da direcção da associação pertencentes a órgãos do município, nomeadamente executivos e consultivos? **Sim**  **Não**

34.1. Se **Sim**, indique que funções ocupam:

---



---

35. Face a um determinado problema com alguma delicadeza política, que possa ter implicações na vida da associação, de entre as posições abaixo indicadas, escolha aquela que mais se enquadra com a sua Associação:

- 1.A Associação ouve os seus associados antes de se pronunciar.....
- 2.A direcção emite opinião de sua própria iniciativa.....
- 3.A Associação nunca se pronuncia sobre assuntos que tenham alguma delicadeza política.....
- 4.Nenhuma das anteriores.....

36. Avalie o poder de influência que as Associações detêm sobre os executivos autárquicos relativamente aos seguintes assuntos:

	Nenhuma influência	Muito pouca influência	Pouca influência	Alguma influência	Muita influência
Ambiente					
Desporto					
Cultura					
Educação e Juventude					
Emprego e Formação					
Finanças e Património					
Habitação					
Intervenção Social					
Obras Municipais					
Outros					

37. Quando a Associação sente uma necessidade relativamente aos assuntos abaixo indicados, a que entidades recorre em primeiro lugar. Indique por ordem decrescente, sendo que (1) corresponde à primeira entidade recorrida e (6) à última entidade recorrida.

	Estado Central	Câmara Municipal	Junta de Freguesia	Segurança Social	IEFP	Outras
Transportes						
Instalações						
Financiamento						
Recursos Humanos						

38. Na sua opinião quais os motivos que levam as pessoas a participarem na Associação. Indique 3 por ordem decrescente, sendo que (1) corresponde ao mais importante e (3) ao menos importante.

- Interesse pelo objecto social da Associação
- Interesse político
- Influência de amigos
- Carolice
- Questões de currículo
- Voluntariado
- Outros. Quais? \_\_\_\_\_

39. Em seu entender, qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento Local?

---

---

---

Muito Obrigado pela sua colaboração. Sem o seu contributo esta tese de mestrado nunca seria possível!

## Anexo 2. Listagem de Associações cedida pela CML

1. Academia de Judo de Quarteira	61. Clube de Petanca "Escola de Loulé"
2. AEA Associação Empresarial de Almancil	62. Clube de Ténis de Loulé.
3. AEQ - Associação Empresarial de Quarteira	63. Clube Desportivo de Boliqueime
4. Algarve Mini Clube	64. Clube Desportivo e Cultural das Sarnadas
5. APALGAR - Associação Amizade dos Palop no Algarve	65. Clube Desportivo e Recreativo Quarteirense.
6. APROMAR - Associação Promotora das Marchas Populares de Quarteira	66. Clube dos Terríveis de Caça e Pesca de Santa Margarida
7. As Mondadeiras das Barrosas - Associação Cultural e Recreativa das Barrosas	67. Clube Hípico de Loulé
8. ASCA - Associação Social e Cultural de Almancil	68. Clube Náutico e Pesca Desportiva de Quarteira
9. Associação Bem Estar Amigos de Querença	69. Clube Todo o Terreno de Loulé "Terra 4"
10. Associação Amigos Animais Abandonados - Canil S. Francisco de Assís	70. Cooperativa Agrícola e Cultural dos Montes Novos
11. Associação Corvaclum	71. Cooperativa de Habitação Econ Nova Terra
12. Associação Cultural de Boliqueime	72. Cooperativa de Habitação Económica e Cultural de Quarteira (CHECUL)
13. Associação Cultural de Salir	73. Cooperativa Habitação Económica 26 de Junho
14. Associação Cultural e Recr."Os Barões "	74. Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 290
15. Associação Cultural e Recreativa das Barrosas	75. Existir - Associação p/ a Intervenção e Reabilitação de Populações Deficientes e Desfavoráveis
16. Associação de Artes Marciais do Algarve	76. Fundação António Aleixo
17. Associação de Caça e Pesca das Sarnadas	77. Fundação Manuel Viegas Guerreiro
18. Associação de Caçadores 4 unidos	78. Ginástica Clube de Loulé
19. Associação de Caçadores da Alcaria do Gato	79. GRASAL - Associação Recreativa e Desportiva
20. Associação de Caçadores de Querença	80. Grupo Amigos de Salir
	81. Grupo de Cantares Erva Doce

21. Associação de Caçadores os Predadores	82. Grupo Desportivo Ameixialense
22. Associação de Motocilistas de Alte	83. Grupo Desportivo Casa do Pessoal Cimpor
23. Associação de Natação do Algarve	84. Grupo Desportivo das Barreiras Brancas
24. Associação de Pais e Amigos da Ginástica de Loulé	85. Grupo Desportivo e Cultural de Alte
25. Associação de Solidariedade Social do Monte Seco	86. Grupo Desportivo Mata Lobos
26. Associação Desportiva e Cultural da Quinta do Lago	87. Grupo Desportivo Serrano
27. Associação dos Amigos da B.Corvalcum	88. Grupo Etnográfico da Serra de Caldeirão - Associação dos Amigos da Cortelha
28. Associação dos Amigos da Cortelha (Corvalcum)	89. Grupo Etnográfico da Tôr
29. Associação dos Trab.Autarquicos de Loulé -ATAL	90. Grupo Fólclórico da Casa do Povo de Alte
30. Associação Equestre de Salir	91. Grupo Motard Rodas do Relógio
31. Associação Fabriqueira da Paróquia de Querença	92. Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão
32. Associação Grupo dos Amigos de Loulé - Rancho Folclórico Infantil de Loulé	93. Internacional Clube de Almancil
33. Associação Jovens da Tôr (Ghost Boys)	94. Juventude Sport Campinense
34. Associação Portuguesa K.Y.R. Jiu-Jitsu	95. Lions Clube de Loulé
35. Associação Pró-Beneficência e Progresso de Alte	96. Louletano Desportos Clube
36. Associação Satori.	97. Moto clube de Loulé
37. Associação Shotokan Karate do Algarve	98. QUARPESCAS - Associação de Armadores e Pescadores de Quarteira
38. Associação Social e Cultural da Tôr	99. Quarteira Sport Clube
39. Associação Social para o Progresso e Bem Estar da Freguesia de Benafim	100. Radical Juventude de Quarteira
40. Casa da Cultura de Loulé	101.Rancho Folclórico de Boliqeime
41. Centro Comunitário da N. Srª da Conceição do Barranco do Velho	102.Rancho Folclórico e Etnográfico de S. Sebastião
42. Centro Comunitário de Salir	103.Rancho Folclórico Infantil e Juvenil de Almancil
43. Centro Comunitário de Salir	104.Rotary Clube de Loulé
	105.Rugby Clube de Loulé
	106.Sociedade Columbofila Louletana

44. Centro cultural de S.Lourenço	107.Sociedade de Golf da Quinta do Lago, S.A.
45. Centro de Animação e Apoio Comunitário de Alte	108.Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva
46. Centro de Animação Infantil e Apoio Com.da Freg. de Alte	109.Sociedade Recreativa Almancilense
47. Centro de Apoio à Criança de Quarteira	110.Sociedade Recreativa de Boliqueime
48. Centro de Apoio Comunitário da Freguesia de Alte	111.Sociedade Recreativa e Cultural de Vale Judeu
49. Centro de Ciclismo de Loulé.	112.Sociedade Recreativa Loulé-Gare
50. Centro de Expressão Artística	113.Sociedade Recreativa Toreense
51. Centro Paroquial de Quarteira (Centro de Dia e Lar de 3ª idade	114.Sport Club Benafim
52. Centro Social e Comunitário 8 de Dezembro	115.Sport Clube Escanchinas de Almancil
53. Centro Social e Comunitário de Vale Silves	116.Teatro de Estrada - Associação Cultural de Alte
54. Centro Social e Cultural Parragilense	117.União Shito Ryu
55. CIMAV - Clube Internacional da Marina de Vilamoura.	118.Vale de Lobo Ténis Academy
56. Clube Basket de Quarteira Tubarões	119.Vilamoura Ténis
57. Clube Caça e Pesca de Salir.	120.Vilamoura XV Rugby Club
58. Clube Caçadores Barranco do Velho	121.ZEFA - Centro de Arte Contemporânea
59. Clube Cultural Rec.de Monte Seco	
60. Clube de Golf de Vilamoura	

### **Anexo 3. Listagem de associações que responderam ao inquérito**

1- Clube de Golf de Vilamoura	22 – Associação de Caçadores de Poçanco
2- Clube Desportivo Recreativo Quarteirense	23 – Cooperativa de Habitação Económica 26 de Junho
3 – Centro Cultural S. Lourenço /Galeria Arte Contemporânea	24 – Clube Hípico de Loulé

4 – Clube de Caçadores do Barranco do Velho	25 – Moto clube de Loulé
5 – Grupo Desportivo Serrano	26 – Associação Promotora de Marchas Populares de Quarteira – Apromar
6 – Centro de Animação e Apoio Comunitário da Freguesia de Alte	27 – Associação de Bem-Estar dos Amigos de Querença
7 – Clube de Ténis de Loulé	28 – Associação Social e Cultural da Tôr
8 – Sociedade Recreativa e Cultural de Vale Judeu	29 – Sociedade Columbófila Louletana
9 – Louletano Desportos Clube	30 – Existir
10 – Unir – Associação de Doentes Mentais, Famílias e Amigos do Algarve	31 – Casa da Cultura de Loulé
11- ATAL – Associação de Trabalhadores Autárquicos de Loulé	32 – Internacional Club Almancil
12 – Corpo Nacional de Escutas	33 – Associação dos Amigos dos Animais Abandonados
13 – Clube de Basket de Quarteira – Tubarões	34 – Fundação António Aleixo
14 – Associação Cultural e Recreativa das Barrosas	35 – Casa da Primeira Infância
15 – Fundação Manuel Viegas Guerreiro	36 – Os Barões
16 – Clube de Caçadores da Alcaria do Gato	37 – Rugby Clube de Loulé
17- Sociedade Filarmónica Artistas de Minerva	38 – Associação Nova Terra
18- Associação Social e Cultural de Almancil	39 – Grupo dos Amigos de Loulé
19- Associação Cultural de Boliqeime	40 – Clube Caça e Pesca de Salir
20 – Sport Clube Escanchinas de Almancil	41 – Núcleo de Loulé da Liga dos Combatentes
21 - Juventude Sport Campinense	

#### **Anexo 4. Guião entrevista aos Presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho de Loulé**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?
- Considera que a Câmara deveria ter políticas de apoio regulamentadas?
- Existe algum plano de atribuição de apoios financeiros às Associações?
- As Câmaras/Juntas de Freguesia mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios?

- Se sim, que tipo de apoios concede a Autarquia/Junta de Freguesia às Associações?
- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?
- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?
- É realizado directamente pela autarquia ou é canalizado pelas Juntas de Freguesia?
- A comunicação entre as Associações e a Junta de Freguesia é efectuada directamente ou é intermediada pelos dirigentes autárquicos?
- A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio das Câmaras?
- Que apreciação faz sobre o papel das Associações?
- Como define a dinâmica associativa da sua Freguesia?
- Relativamente ao Movimento Associativo na sua freguesia, quais são as áreas que considera existirem lacunas?
- Na sua opinião qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento Local?
- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações?
- Que tipo de apoios necessitam as Associações?
- É o presidente da Associação que fala directamente com o presidente da Junta? Ou existem intermediários na relação entre o presidente e as Associações?

## **Anexo 5. Guião de entrevista aos Presidentes da Câmara Municipal de Loulé**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas? Se existe algum plano ou regulamento de atribuição de apoios financeiros às Associações? Critérios objectivos, rigorosamente definidos?
- Considera que a Câmara deve(ria) ter políticas de apoio regulamentadas?
- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?
- Para além da atribuição de subsídios que tipo de apoios concede a Câmara às Associações?
- Como define o relacionamento da Câmara com as Associações?
- Face à dívida dos municípios, em geral, o que se pode esperar das relações das Câmaras com o movimento associativo?
- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações? Que tipo de apoios necessitam?
- Como define a dinâmica associativa do concelho de Loulé?
- Relativamente ao movimento associativo louletano, quais são as áreas que considera existirem lacunas?
- Na sua opinião qual a importância das associações, nomeadamente o seu papel na promoção do Desenvolvimento Local?
- Com a crescente redução do papel do Poder Central, nomeadamente no que toca às políticas sociais, as autarquias têm aumentado as suas competências através do princípio de subsidiariedade. Na sua opinião que alterações se têm registado nesta área? Como caracterizaria os diferentes períodos de políticas públicas locais? Quais as competências que as autarquias deverão assumir no apoio às associações?
- Na sua perspectiva, quais são as questões que considera que deveriam ser estudadas para o conhecimento do Universo Associativo? Que perguntas para o conhecimento deste universo gostaria de ver tratadas?

## **Anexo 6. Guião de entrevista Vereador Cultura, Juventude e Desporto e Chefe de Divisão de Acção Social**

- As políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas? Existe algum plano ou regulamento de atribuição de apoios financeiros às Associações? Existem critérios objectivos, rigorosamente definidos?
- Considera que a Câmara deve(ria) ter políticas de apoio regulamentadas?
- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?
- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?
- As Câmaras mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios? Que tipo de apoios concede a Câmara às Associações?
- Como define o relacionamento da Câmara com as Associações?
- É realizada alguma avaliação de desempenho das associações?
- Na ocorrência de algum acontecimento grave poderão ser retirados os subsídios? Já aconteceu alguma vez?
- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações? Que tipo de apoios necessitam as Associações?
- Como define a dinâmica associativa do seu concelho?
- Relativamente ao movimento associativo do seu concelho, quais são as áreas que considera existirem lacunas?
- Na sua opinião qual o papel das associações na promoção do Desenvolvimento Local?
- Na sua perspectiva, quais são as questões que considera que deveriam ser estudadas para o conhecimento do Universo Associativo? Que perguntas para o conhecimento deste universo gostaria de ver tratadas?

## **Anexo 7. Descrição de entrevistas**

### **Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Almancil (I6)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?

Sim, estão regulamentadas e encontram-se na legislação existente.

- Considera que a Câmara deveria ter políticas de apoio regulamentadas?

Portanto, uma pergunta encontra-se interligada com a outra. Há uma legislação geral em termos de gestão autárquica sobre os procedimentos dos relacionamentos a ter com as associações. Por outro lado, naturalmente que a nível do relacionamento institucional local e abrangente seja da área do município ou das próprias autarquias e junta de freguesia, seja no poder local de um modo geral poderá ter procedimentos que não põem em causa o imperativo da lei geral nestas questões, mas que tenha a ver a vida dentro das próprias instituições ou associações na abrangência territorial em que nós estamos inseridos.

- Existe algum plano de atribuição de apoios financeiros às Associações?

Não, ele não existe propriamente um plano de atribuição de subsídios, pelo menos naquilo que diz respeito, não há nenhuma medida que se possa afirmar: Bem, nós vamos atribuir X ou Y. É de acordo com aspectos que têm a ver com aquilo que são os seus planos de actividades, aquilo que se enquadra do ponto de vista de ter necessidade ou não do apoio autárquico, de apoio do poder local, essas instituições, porque há instituições que são mais abrangentes nas suas formalidades de trabalho do que outras. Instituições dessa natureza, umas são da área do futebol, outras da área da solidariedade social, outras são na área cultural, pronto, há aqui uma série de temáticas a tratar que confere ou não a essas instituições uma maior ou menor capacidade de intervenção. Portanto, de acordo com isso e aqui se calhar pode-se voltar à pergunta que antecedeu a esta, quer dizer, para cada situação e de acordo com as disponibilidades financeiras que a autarquia dispõe no seu programa de actividades, nos seus aspectos previsionais que está inserida lá uma rubrica a esse propósito, mas que é uma rubrica global. Aquilo que é o conjunto de associações que nós temos conhecimento de existirem na área territorial

que nós estamos inseridos. Nós temos de ano para ano, digamos temos um senso disso, temos algo que podemos perceber o que é que há necessidade, como nos fazem chegar por vezes esses planos de actividade. Nós aqui temos tido esse tipo de política de articulação. Também este ano, mais concretamente, tentámos reuni-las todas, a conversar connosco, a dizerem quais são as suas dificuldades e o que é que pretendem fazer ao longo do ano, portanto dando-nos assim uma maior capacidade de discernimento das situações e daquilo que nós poderemos ou não vir a ajudá-las e a contribuir para os seus trabalhos.

Carina- Portanto, não é definido logo no início do ano o que vão atribuir a cada associação?

É atribuído, mas depois ao longo do ano temos este trabalho conjunto com elas de ir aferindo as situações. Dentro daquilo que são as verbas estipuladas, haverá um momento que se eles disserem que têm para amanhã uma tarefa, uma actividade que vai pôr em causa aquilo que está do ponto de vista financeiro estipulado, pois não podemos corresponder não é? Precisamente por isso é que nós optámos este ano por ter este diálogo constante e permanente para não deixar que as coisas possam resvalar não é verdade? Portanto acho que também é aqui um processo mais adequado e de proximidade que nos obriga a todos a ter um papel de contenção e de saber em cada momento com aquilo que conta, quando efectivamente isso não é possível nós dizemos: olhe não é possível.

- As Câmaras/Juntas de Freguesia mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios?

Volta-se, portanto está aqui de facto esta articulação com as perguntas que estão a fazer, penso que está implícito e está já formalizado naquilo que acabei de transmitir, ou seja, mantemos constantemente um contacto com as associações e as instituições.

Carina – Dão apoios para além das verbas, nomeadamente apoios logísticos, transportes?

Sim, esses apoios de transporte também existe, nós não temos uma frota por aí além de veículos em relação às escolas, em relação a outras colectividades que têm necessidade de se deslocar para determinado tipo de eventos, para determinado tipo de encontros

desportivos, quando temos essa possibilidade fazemo-lo, portanto para além dos aspectos financeiros tal e qual disse, por isso mesmo é que nós mantemos portanto esse contacto permanente com as associações, mas ainda no Natal foram distribuídos brinquedos às crianças de todas as escolas. Foi através da logística da Junta de Freguesia que isso foi efectivado.

- Se sim, que tipo de apoios concede a Autarquia/Junta de Freguesia às Associações?
- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

Desde logo é consagrado um montante orçamental, temos as actividades pre.... da Junta para no final do ano, isto reporta-se ao mês de Dezembro e é aprovado um plano de actividades e um orçamento dentro da autarquia, que se consagra lá uma verba em função daquilo, é um aspecto previsional do ano para as associações.

- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?

No nosso caso é casuístico, é de acordo com aquilo que as associações nos vão transmitindo. Nós queremos saber a montante e a jusante como é que as coisas se passam. Ou seja, o que é que vai acontecer? O que é que isso vai haver necessidades de apoios, etc. e tal. Depois, queremos também e em função daquilo que se passar fazer um balanço, se aquilo se passou bem, os gastos previstos foram mais ou menos. Quando é mais paciência, a associação terá que se haver com aquilo. Quando, portanto as coisas são mais ou menos dentro daquilo que nós tínhamos perspectivado ficamos satisfeitos, não é? Porque houve aqui uma conjugação de esforços que acabarão todos por concluir para o bom desempenho das coisas. Tanto da parte da autarquia que apoiou como da parte da associação, ou seja a entidade executante da tarefa.

- É realizado directamente pela autarquia ou é canalizado pelas Juntas de Freguesia?

Sobre esse aspecto, são entidades distintas, embora todas prossigam os mesmos fins que é de servir as suas populações, mas há autonomia de uma parte e de outra. Aquilo que a Câmara subsidia em relação a determinada associação da área da freguesia, nada tem a

ver com o financiamento da Junta de Freguesia. São questões autónomas, são organismos com a sua independência própria, tanto do ponto de vista de gestão de recursos técnicos, humanos ou mesmo financeiros. Aquilo que a Câmara concebe é do foro exclusivo da câmara, aquilo que a gente aqui concebe é também do foro exclusivo da Freguesia em conformidade com o seu orçamento e plano de actividades.

- A comunicação entre as Associações e a Junta de Freguesia é efectuada directamente ou é intermediada pelos dirigentes autárquicos?

Eu penso que já tinha respondido de algum modo a essa questão que me coloca, visto que nós mantemos um contacto permanente entre um vogal da autarquia, designado por mim próprio, eu que sou o presidente e por um executivo naturalmente, para acompanhar todo esse trabalho. Há aqui um acompanhamento permanente de facto, através de pelo menos um elemento do executivo que faz reuniões regulares com os representantes dessas mesmas associações.

- A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio das Câmaras?

Naturalmente que há determinado tipo de eventos que a Câmara tem que sempre dar o seu contributo e colaboração ou cooperação, nomeadamente quando se fazem espectáculos ao ar livre na época estival, ou seja no verão, em ter necessidade da componente iluminação, tem que ser a câmara a subsidiar (?) nesse sentido. Podemos contudo fazer isso directamente, mas a câmara como é um espaço público e esses mesmos espaços estão a cargo da câmara. Temos de passar sempre pela câmara e pedir esse apoio. Bem assim como o aspecto de algum equipamento que a câmara dispõe e a junta não tem infelizmente capacidade financeira para ter, enquanto a câmara tem os seus departamentos próprios de trabalho, onde tem não só material, como recursos humanos para dar resposta nessas situações.

- Que apreciação faz sobre o papel das Associações?

É muito positivo. É um papel que confere muita vida do ponto de vista local, mas por outro lado também tem a capacidade de proporcionar não só aos seus associados e pessoas que estão na sua órbita de acção, de participarem, de se divertirem, de lhes proporcionar momentos agradáveis de convívio, mas também por outro lado, fazendo

um papel de embaixador da própria terra levam aspectos publicitários onde vão, onde se deslocam, portanto têm este papel também um pouco de serem ... como aqueles embaixadores muito ignorantes dos seus locais de origem, daquilo que cá se passa, transmitem aos outros, acho que há intercâmbio também, tanto do ponto de vista social como cultural, etc., portanto ajudar a divulgar a terra e os seus costumes, portanto isso são para mim factores extremos de positividade. É bom que mantenhamos este tipo de acções sempre no terreno. As associações têm esta capacidade, nas suas deslocações, nas suas deambulações a propósito das actividades que praticam, sejam elas desportivas, culturais, até inclusivamente, estou a falar mais no plano profano, mas também no religioso. Há congregações que vão aos vários sítios e locais de culto do nosso país, a Braga, a Fátima, a Leiria, por aí fora, onde aliás acabam... vão a Jesus de Braga, levam material nosso, das nossas publicações, fundamentalmente, não só do ponto de vista cultural, mas também daquilo que são os nossos valores e daquilo que são as nossas gentes, hábitos, costumes, etc., portanto tem esta riqueza e tem de facto uma grande acção que eu diria mesmo que de outra forma seríamos mais pobres, não teríamos tanta capacidade. As associações têm a capacidade de grupos de pessoas representarem a nossa terra, a nossa freguesia, têm a capacidade de interagirem com outros estratos sociais, com outras pessoas noutras latitudes, portanto, no fundo é um bom veículo, sem grandes gastos por vezes de propagandear a terra e as nossas gentes.

- Como define a dinâmica associativa da sua Freguesia?

É bastante forte, tal e qual já deixei também mais ou menos esclarecido, associações do campo mais ou menos laico, pagã, profano, também do foro religioso, vai desde as áreas desportivas às questões de culto e de fé passando por aspectos de natureza cultural muito abrangente como é o caso das comunidades onde todas as associações participam anualmente, convergem para uma semana de grandes festividades na terra, cada associação responde aquilo que tem no seu património, no seu espólio, nas suas actividades, a quem nos visita, no mês do Verão, no mês de Agosto é muito importante. E temos inclusivamente também uma das maiores associações no nosso seio de solidariedade social ao Sul do país, que é a Associação Social e Cultural de Almancil. Também na área da solidariedade social há aqui uma dessas associações que é de tal maneira abrangente, que é considerada uma das maiores a sul do país nas suas actividades.

- Relativamente ao Movimento Associativo na sua freguesia, quais são as áreas que considera existirem lacunas?

Desde logo estar à frente dos destinos de uma associação implica algum altruísmo, implica que a pessoa se sinta vocacionada, consciencializada, para dar um pouco de si as comunidades locais e de facto não é fácil. Aquilo que eu acho que desde logo pode obstaculizar o desenvolvimento do trabalho de uma associação, nós aqui temos inclusive razões deste aspecto cosmopolita, até temos um slogan local que é “Em Almancil gente de todo o mundo espera por si”. Temos gente de todos os países quase e zonas do mundo e até do nosso país continental e ilhas. Portanto, este aspecto cosmopolita de Almancil faz com que também tenhamos associações de estrangeiros, portanto das comunidades que estão cá radicadas. Temos de africanos, como sabe a nossa relação de Portugal com África durou 500 anos pelo menos. Estão cá associações deles próprios, inclusive da Guiné Bissau, de Cabo Verde, dos países africanos e também mais recentemente da Roménia, da Moldávia, que estão a (?) o nosso país nos últimos tempos e eles próprios tem também uma associação de romenos e moldavos que é a Moina, muito importante desse ponto de vista, mas existem efectivamente lacunas, desde logo com o aspecto directivo, com o aspecto dos recursos humanos, das pessoas poderem de facto contribuir continuamente para o desenvolvimento das actividades porque na realidade que eu saiba eles não ganham absolutamente nada por isso, estão de forma altruísta. Sabe as pessoas têm as suas próprias necessidades sejam de subsistência, portanto o tempo que resta é muito pouco, muito diminuto, mas isso é talvez uma lacuna que atravessa todo o tecido associativo no nosso país e noutros locais. Esse é um aspecto que me parece de particular acuidade, depois as associações também têm bastante dificuldade por vezes em divulgar determinado tipo de acções e determinado tipo de questões criativas que possam passar pelo seu imaginário no dia a dia, pelo seu querer de criatividade, de incentivo das coisas, mas que depois depara-se com determinado tipo de obstáculos para desenvolver esse mesmo tipo de actividades. Elas próprias, em última instância a Junta de Freguesia sente e pressente que eles têm dificuldade, é por isso que nós abrimos as coisas e depois, bem há recursos para isto? E como é que nós fazemos? Temos que equacionar tudo isto muitíssimo bem. Portanto lacunas de (?) desde logo com este aspecto de nós termos pessoas sempre permanentemente no desenvolvimento destas próprias actividades, mas também depois

na prossecução de determinado tipo de acções e de eventos que não são levados a cabo porque efectivamente não há capacidade para dar resposta cabalmente a isso tudo. Eu diria que talvez uma grande lacuna existente é este aspecto da cultura, dos aspectos históricos. Também reflecte-se hoje no movimento associativo um pouco daquilo que trespassa a sociedade de um modo geral, ou seja, aqueles valores que tinham a ver e que têm a ver com a nossa identidade histórica, com o nosso passado, com todo o evoluir da população, mas sobretudo de darmos a conhecer os nossos valores sócio-culturais, desde os aspectos mais recuados até à actualidade, há aqui algo que também se encontra um pouco desgarrado, desarticulado. Há poucas actividades que tenham a ver com teatro por exemplo, uma área que dá mais trabalho, que implica um certo desenvolvimento artístico e até de nutrir e de a pessoa transportar algum grau de intelectualidade, o que torna mais difícil. É mais fácil criar uma equipa de futebol do que um grupo de teatro por exemplo. Neste aspecto eu penso que há uma grande lacuna. Portanto que é a representatividade da nossa própria identidade. Ela está desvirtuada. Portanto, é mais fácil aparecer um grupo de uma música qualquer moderna, que vem um pouco enlatado como eu costumo dizer. É mais fácil isso do que propriamente depois... em concreto há essas lacunas, como eu digo do aspecto teatral, do aspecto dos nossos valores históricos também, há alguma dificuldade. Antigamente haviam sociedades recreativas, haviam espaços próprios onde essas coisas eram tratadas. A comunidade conhecia-se toda entre si. Hoje já não é assim, portanto o café, a televisão e não sei quê veio alterar tudo isto. Os grandes espaços, as grandes superfícies, hoje dirigem-se para aí e deixam um pouco para trás aquilo que eram as suas formas de participar na vida colectiva das suas terras, das suas cidades, das suas vilas e portanto deixaram de o fazer dessa forma. Isto obrigou que de facto as coisas ficassem mais desarticuladas. Isto é uma lacuna grande que eu noto nestas questões.

- Na sua opinião qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento Local?

Pois tal e qual já referi são sempre importantes porque nos seus eventos que normalmente são aqueles eventos de ar livre, são aquelas festas de Verão, etc, há sempre ganhos do ponto de vista comercial. Desde logo a pessoa que vende a cerveja, a pessoa que vende o bolo, uma sandes. Isto naturalmente perguntar-me-á, isto tem alguma sustentabilidade económica? É mais para a subsistência dessa própria pessoa

que vendeu. Agora o que acontece e o que advém daqui é que há um determinado conjunto de pessoas que demanda a terra, que vêm cá nesse... portanto são centenas de milhares de pessoas que nesses dias talvez venham com uma afluência e vêm com uma afluência maior à terra. Portanto a pastelaria vai beneficiar, o café vai beneficiar, nomeadamente estes ramos de actividade não é, da hotelaria e seus similares. Por último acaba também por divulgar a terra. Acabam as pessoas por se aperceberem se temos praias ou não temos. Aliás somos a freguesia com maior orla marítima do concelho de Loulé. Temos 11 Km de praias, temos dos maiores complexos turísticos também, as pessoas acabam por visitar essas zonas e levam o conhecimento mais profundo do que é a nossa freguesia. Talvez por via naturalmente desse movimento associativo que faz com que essas pessoas possam vir até cá a nós e visitar amigos, etc etc e acabem por visitar uma área mais vasta do nosso território da freguesia e ficar com um conhecimento muito maior.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações?

Já foram enunciadas algumas, desde logo os recursos humanos. E também, acima de tudo, a grande dificuldade é a maioria não tem sede própria. Portanto, há falta e nós aqui temos divulgado isso junto da câmara naturalmente que haja aqui um cluster, um ninho onde se possa albergar, aliás seria menos dispendioso até porque haveria uma sala comum para assembleias gerais, para fazer determinado tipo de eventos com essa cobertura. E cada um teria o seu espaço próprio, para fazer reuniões de direcção, o seu espaço para fazer qualquer tipo de encontro para desenvolver as suas actividades e portanto estavam todos agrupados. Em vez de cada um fazer um edifício, portanto os gastos energéticos seriam menos dispendiosos, com o aspecto logístico também seria repartido por todos. Antigamente havia aquela questão, cada sociedade, cada colectividade, alugava a sua casa ou construía o seu edifício, julgo que cada vez mais temos de concorrer para estes aspectos cooperativo, de cooperação. Até mesmo nos privados, até mesmo no comércio, até mesmo nos agentes económicos, eles têm que se agrupar e reagrupar cada vez com maior insistência. Pronto, aquele termo de movimento cooperativo que existiu, que vem um pouco no espírito de António Sérgio, pronto esse tem que existir e cada vez está mais na ordem do dia. As pessoas têm que se agrupar, reagrupar, realmente ter menos custos face àquilo que é hoje as necessidades de uma

colectividade para desenvolverem as suas actividades. Portanto, se todas estiverem juntas e dividindo os esforços por todos julgo que será mais apelativo, o que será melhor para a sociedade. De facto, a não existência de sedes próprias, das associações. Falo da Associação Social e Cultural de Almancil que eu referi, tem o seu edifício próprio, os restantes praticamente não têm. Ou estão em espaços alugados ou alguns são inexistentes mesmo. Têm na casa das próprias pessoas por vezes e eu julgo que isso de algum modo acaba por refrear um bocadinho as actividades e até também criar um conjunto de dificuldades no dia a dia e na vida das associações e isso é para mim um óbice que existe.

- Que tipo de apoios necessitam as Associações?

As associações do ponto de vista delas necessitam de tudo. Muitas dessas questões já terei afluído ao longo da entrevista. Por isso também é que eu referi aquele aspecto de acompanharmos permanentemente a sua vida no dia a dia, tendo destacado o executivo para fazer esse acompanhamento reunindo regularmente na sede da junta e, portanto vêm à sede da junta, ainda ontem houve aqui uma reunião sobre essas matérias e nós também somos um pouco conselheiros desse ponto de vista. Do que se poderá ou não fazer. Temos uma certa sensibilidade que vai para além da própria associação. Temos uma sensibilidade muito mais abrangente e que podemos depois a cada uma delas adequar ou ajudar a que seja implantado da melhor forma. E temos tido resultados muito positivos e fazemos com que desenvolvam os seus trabalhos e os seus eventos de uma forma mais sustentada, eu diria. Não podemos deixar que surge um projecto, eu não direi que seja um projecto megalómano, uma certa megalomania em relação a isso, mas há sempre uma tendência lírica nessas coisas. Bem e depois nós perguntamos, como é que vamos arranjar sustentabilidade financeira para isso? Há pois aí é que bom... é um pouco assim. Só para lhe dar uma ideia, o que nós tentamos fazer é de um modo consensual arranjar a melhor fórmula para a prossecução das tarefas.

- É o presidente da Associação que fala directamente com o presidente da Junta?

Ou existem intermediários na relação entre o presidente e as Associações?

Bem, na junta de freguesia, aquilo que me diz respeito, que é a minha esfera de responsabilidade e de acção naturalmente, eu não pretendo utilizar qualquer tipo de intermediarismo nem das coisas, até porque convicção, consciência do dever, estou

praticamente, sempre em contacto com as pessoas, sejam elas com responsabilidades directivas nas associações, sejam com todas as pessoas das comunidades que se inserem na minha freguesia. Costumo dizer que estou 24 horas por dia com elas, têm o meu telefone e contactam-me com permanência constante, explicando-me verbalmente, transmitindo-me, outra vez através de exposições escritas para a autarquia, vem-me ter às mãos sempre. Tenho, se se poderá considerar um intermediário do vogal da junta, bem um vogal da junta que está permanentemente em contacto com eles, será o meu intermediário privilegiado, mas que é normal, que é óbvio, é um membro do executivo que semanalmente me faz o ponto de situação das coisas. Mas eu próprio ainda antes de chegar um presidente de uma associação me colocou uma questão ontem que hoje me foi transmitida e eu vou dar resposta agora. Portanto, não tenho qualquer problema nisso, enquadrar-me naquilo que são as nossas questões orçamentais e de actividades para o movimento associativo. Neste caso nem é bem a questão financeira, porque é mais uma questão de divulgação do brasão da junta e se pode ou não utilizar, portanto não é assim tão transcendental que eu não possa responder de imediato. Cá está, a tentar divulgar a freguesia, a associação não é? Portanto temos também esse intercâmbio de proximidade que não precisarei, nem gostaria que assim fosse, dado que me considero uma pessoa de proximidade e de contacto permanente com as pessoas, sejam elas com responsabilidade directiva das associações, seja a todos os níveis do ponto de vista social, contacto com as pessoas todas e normalmente estou cá todo o dia também. Não tenho dias e horas rígidas, as portas estão abertas, ninguém nesta autarquia deixa de ser recebida. Se não posso receber agora, digo daqui a um quarto de hora, vinte minutos recebo. Portanto é uma gestão à vista com as pessoas, tal e qual estou a fazer consigo desse ponto de vista e espero não ter frustrado as suas expectativas. Tentei alongar mais um bocadinho para que normalmente tivesses uma melhor percepção das coisas.

## **Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia De Alte (I9)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?

Sim, eu penso que, embora possa não existir concretamente um regulamento sobre isso, mas há certamente critérios que estão concretamente definidos quanto à forma da Câmara se inter-relacionar com as associações e com a, portanto com as associações e a atribuição de apoios, etc. Não tenho esse conhecimento concreto se existe um regulamento, mas penso que não. Agora, existem critérios objectivos na atribuição de apoios. E aliás tenho o conhecimento que as associações teriam que entregar planos de actividades, responder a questionários, tudo concretamente em relação às suas actividades.

Carina – E tem conhecimento dos critérios que estão definidos?

É assim, os critérios têm a ver nomeadamente com as actividades que desenvolve, se for actividades de carácter desportivo, o número de atletas que essas actividades envolvem, se tem atletas federados, se não tem, as modalidades, tudo isso, portanto onde são praticadas, que equipamentos é que são necessários, tudo isso. Tudo isso conta, essencialmente com a actividade que cada uma das associações desenvolve.

- Considera que a Câmara deveria ter políticas de apoio regulamentadas?

Penso que sim. Quanto mais objectivos forem os critérios de atribuição do que quer que seja ou de colaboração e se essas coisas estiverem esquematizadas ou delineadas em papel é mais fácil trabalhar e não origina tanta polémica, nomeadamente no favorecimento de umas em detrimento das outras. Se nós tivemos critérios objectivos no que quer que seja facilita o trabalho. Penso que seria vantajoso.

- Existe algum plano de atribuição de apoios financeiros às Associações?

Penso que sim. Aliás a Câmara tem isso penso que inventariado e todos os anos deve ser feita uma análise do apoio que dá e em função também dos planos de actividade que irão surgindo, porque uma associação não quer dizer que todos os anos tenha que ter só o mesmo programa. Pode inovar, pode melhorar e nalguns casos sei também que a própria Câmara tem interesse em desenvolver parcerias com determinadas associações, com vista à prossecução de algumas actividades que são de interesse para o concelho, portanto isso aí pode-se sempre alterar de um ano para o outro.

- As Câmaras/Juntas de Freguesia mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios?

Claro, é assim nós o apoio e no caso da Freguesia de Alte, nós muitas das vezes o apoio que damos às associações é mais de ordem logística e de colaboração em certas organizações do que propriamente apoios financeiros. Até porque nós temos algumas limitações de ordem financeira, somos uma junta pequena que por acaso na nossa freguesia existem bastantes associações que faz com que nós não possamos muitas das vezes dar-lhes grandes apoios financeiros, mas sim em termos de ajuda no desenvolvimento das actividades, colaboração logística, fornecimento de alguns materiais, transporte, etc.

- Se sim, que tipo de apoios concede a Autarquia/Junta de Freguesia às Associações?

- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

Bom, do conhecimento que tenho, eu também já passei mais ou menos por algumas direcções de associações, é assim, eu penso que aliás não é bem o caso, a maior parte dos casos, as associações dependem financeiramente da Câmara, mas não deveria ser, as associações deveriam sim elas próprias terem formas de se autofinanciarem, de gerarem receitas e será penso que no futuro, com a conjuntura actual a Câmara e as juntas de freguesia cada vez mais têm que tentar impulsionar as coisas nesse sentido, para que as associações desenvolvam actividades que permitam gerar alguma receita e não só estarem dependentes financeiramente da Câmara, no entanto nós sabemos perfeitamente que a maior parte delas dependem da Câmara e não das receitas que geram por si próprias, o que é mau porque se há muitas facilidade na obtenção desses apoios financeiros significa que depois as direcções. Há comodismo e não há tanto dinamismo da própria colectividade em si. E há uma outra coisa que é, as colectividades têm que começar a tratar das coisas como deve ser, nomeadamente em termos legais para poderem candidatar-se a alguns financiamentos comunitários que existem. Comunitários e não só, da Segurança Social, do Instituto do Desporto, etc.

- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?

Eu penso que é, se as associações mantiverem uma actividade regular, eu penso que esse apoio será também regular. Aliás eu não tenho conhecimento concreto disso, mas vê-se pelas deliberações de câmara que os apoios que são atribuídos, normalmente não fogem muito de uns anos para os outros, no entanto haverá sempre diferenças, mediante aquilo que falei há pouco e mediante a actividade que cada associação desenvolve nesse ano, que não tem de ser forçosamente o mesmo.

- É realizado directamente pela autarquia ou é canalizado pelas Juntas de Freguesia?

Não, é directamente pela autarquia. É assim, os financiamentos que são atribuídos pela Câmara são directamente atribuídos, os que são atribuídos pelas Juntas são directamente atribuídos pelas Juntas.

- A comunicação entre as Associações e a Junta de Freguesia é efectuada directamente ou é intermediada pelos dirigentes autárquicos?

É tratado directamente com o presidente ou algum elemento da direcção.

- A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio das Câmaras?

Não, há muitos apoios que nós conseguimos directamente prestar, nomeadamente apoios de transporte e alguns materiais. Mediante aquilo que nós não conseguimos dispor, muitas vezes solicitamos também a participação da Câmara que nomeadamente também a nível de cedência ou empréstimo de material, até aqui penso que também tem estado disponível para toda a gente. Nós da nossa parte não temos razão de queixa.

- Que apreciação faz sobre o papel das Associações?

As associações têm um papel muito importante na nossa sociedade porque portanto, aliás por uns lados tem-se ganho e por outros tem-se perdido esse papel que elas desenvolvem, mas antigamente, portanto eu não sou muito velho mas lembro-me disto as Câmaras e Juntas de Freguesia tinham uma participação muito pequena no desenvolvimento de actividades de carácter cultural, recreativa, etc. Era mais as associações que desenvolviam até sem apoios financeiros de ninguém, era aquilo que

falei há pouco, as associações tinham a sua dinâmica e elas próprias conseguiam reunir pessoas e geravam receitas ou essas actividades muitas vezes tinham como objectivo a angariação de fundos para o seu funcionamento ou para a melhoria e a constituição das suas instalações. Nós temos várias associações, nomeadamente na minha freguesia que praticamente foram elas que foram receitas que geraram ao longo do tempo, os edifícios que têm foram tudo receitas criadas por si próprias. Não dependeram da Câmara para isso, embora pontualmente houvesse um apoio ou outro, mas foram elas essencialmente e foram as pessoas que se uniram em torno dessa causa que conseguiram isso. Actualmente assiste-se a que há uma perda disso. Porquê? Porque como a Câmara tem vindo a apoiar o primeiro recurso é logo esse. E depois como a nossa sociedade hoje em dia também exige muito mais do que exigia há 20 ou 30 anos, quer em termos desportivos, quer em termos culturais, quer em termos de lazer, as Câmaras tiveram também que assumir também um papel maior a esse nível. Hoje a actividade que é desenvolvida a nível de eventos, a nível cultural e desportivo organizado pela própria Câmara Municipal não tem nada a ver com aquilo que era feito há 20 anos, daí que as associações perderam talvez algum papel a nível da sociedade. Por outro lado, a própria sociedade e as próprias pessoas deixaram de colaborar tanto com as associações, estão mais desligadas disso, no entanto há mais associações e há uma dinâmica diferente do que havia no passado, mas nota-se é que há um distanciamento talvez maior, embora haja mais. Também a nossa sociedade assim o exige. Por um lado a Câmara tem uma participação maior a esse nível e as associações fica mais diluído. Porquê? Porque antigamente era só mais associações, nomeadamente nos meios mais pequenos.

- Como define a dinâmica associativa da sua Freguesia?

A minha freguesia tem uma boa dinâmica associativa. Aliás tem várias associações. Se calhar é uma das freguesias pequenas que tem mais associações, temos por acaso uma grande dinâmica, quer desportiva, quer cultural. Temos associações que promovem o teatro, temos mais vocacionadas para o folclore, temos desportivas, temos associações que trabalham muito a nível das modalidades desportivas tradicionais, muitas desenvolvem festas, pronto temos muita coisa mesmo.

- Relativamente ao Movimento Associativo na sua freguesia, quais são as áreas que considera existirem lacunas?

Existem várias lacunas, mas isso também não é facilmente contornável. A principal lacuna que eu encontro nisto tudo é um défice de participação cívica, portanto, as pessoas cada vez mais se distanciam das associações e do movimento associativo, aliás qualquer dever de cidadania, as pessoas estão mais naquela de exigir, de querer ir a um sítio, de querer ver as coisas feitas e usufruir do que propriamente participar e dar o seu contributo. Estamos naquela fase de criticar e fazer pouco e isso é que acho que se dever-se-ia trabalhar mais a participação cívica da comunidade, em torno dessas causas. Não é propriamente a culpa das associações porque é assim, as pessoas que estão nessas associações estão a título gratuito, de voluntário. É assim, hoje a sociedade exige das pessoas um determinado tipo de coisas que não era no passado. Nós hoje temos uma vida completamente preenchida com o trabalho, com os filhos para a escola, com isto, com aquilo, sobra muito pouco tempo para outras coisas e então também não se pode exigir que as pessoas depois com todo o resto do tempo que têm que passem a trabalhar para as associações. Portanto, não é fácil hoje mobilizar pessoas em torno dessas situações e essas que estão disponíveis para isso têm que ser acarinhadas.

- Na sua opinião qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento

Local?

É assim as associações sempre tiveram e têm um papel importantíssimo. Aliás porque sobretudo em torno delas estão agrupadas uma série de pessoas. Essas pessoas normalmente têm uma participação mais activa na comunidade local e nos problemas que afectam a comunidade. É diferente, uma pessoa que está ligada a uma associação, que desenvolva um determinado tipo de actividades, preocupa-se com a melhor forma de as desenvolver e preocupa-se com determinados aspectos da sociedade. Um exemplo: por exemplo uma associação, uma IPSS, virada por exemplo para serviços de apoio a idosos preocupa-se, identifica-se os problemas, sinaliza-os, quer às Juntas, quer às Câmaras, quer à Segurança Social, portanto está direccionada, é o próprio trabalho dela no dia a dia que identifica esses problemas. Uma associação direccionada para o serviço de crianças identifica os problemas relacionados com isso, com a educação, com essas coisas e portanto é uma interface entre a comunidade e nós. É diferente do que uma pessoa a título particular, nem sempre está em contacto com esses problemas e nem sempre está desperto em termos de tensão para os identificar e os informar. Esse papel é muito importante, e depois nas outras a nível desportivo, também no desenvolvimento das suas actividades do dia a dia também vai identificando problemas e vai reivindicando a melhoria, etc. vai colaborando connosco na resolução desses mesmos problemas. Eu acho que é uma participação muito importante das colectividades nos problemas do dia a dia aos mais diversos níveis.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das

Associações?

Pois eu já disse, acho que o principal problema é precisamente esse, é o défice humano na participação porque hoje nós assistimos a que muitas associações trabalhem em torno, ou as pessoas que estão mais à frente e que trabalham e fazem praticamente tudo são os corpos directivos, enquanto antes, ou deveria haver mais uma abertura da comunidade a essas coisas e participarem como voluntários, não quer dizer que não exista. Há em nalguns pontos e vai havendo alguma disponibilidade das pessoas para isso, no entanto deveria ser mais e eu penso que é isso que se debatem essencialmente as associações e hoje é talvez, é um bocado difícil mobilizar pessoas em torno de uma associação. Se for uma associação que esteja a surgir de momento, as pessoas não aceitam muitas das vezes que essa associação não tenha determinadas condições logo à partida de funcionamento. Exigem que tenha logo uma sede em condições, que tenha isto, que tenha aquilo. As coisas têm que surgir de um zero e ir crescendo e antigamente as pessoas primeiro antes de existir qualquer equipamento físico era só, até informal, pessoas que estavam organizadas em torno de uma causa e iam desenvolvendo actividades, ou festas ou bailes para arranjar dinheiro e elas próprias é que construíam as sedes. Hoje não, se se formar uma associação as pessoas querem logo ter, a Câmara ou a Junta dar uma sede em condições, tem que se calhar ter viatura, tem que ter tudo. É assim, estamos a um nível diferente e nem sempre é fácil conseguir isso e quando não se tem essas condições, as pessoas já não querem saber. E isso é difícil articular nesse sentido. Hoje para que as coisas funcionem exige-se muito mais meios e nem sempre é assim, as Câmaras ou Juntas não podem estar a dar tudo logo senão... e é assim, quanto a mim, existem nalguns casos associações a mais. Por exemplo em Loulé ou em Quarteira existem N associações a desenvolverem o mesmo tipo de actividades, só porque um fez parte de uma direcção e depois incompatibilizou-se com o outro e formou um grupo à parte paralelo, etc, andam a competir uns com os outros e há uma

dispersão de recursos humanos e financeiros. A Câmara acaba por gastar mais dinheiro, enquanto se for só uma, por exemplo em Loulé, a questão da ginástica do Louletano e mais na sei quê, se fosse tudo um, era mais fácil. No fundo é isso, em certos casos onde são poucos e outros onde são muitas, porque essas próprias surgiram da divisão de uma.

- Que tipo de apoios necessitam as Associações?

As associações precisam de apoio, nomeadamente financeiro, material e logístico. Mais ou menos é isso, mas pronto, o apoio financeiro também tem que ser controlado porque se é fácil obter dinheiro e não se faz nada... as coisas também não são assim não é? Hoje as coisas são diferentes, por exemplo se um filho está a jogar futebol numa associação o próprio pai já exige que a associação lhe dê transporte, lhe dê equipamento, lhe dê sapatos, dá tudo. E as vezes ainda querem ganhar dinheiro ao fim do mês, a jogar futebol quer receber, pronto. É assim, chegou-se a um nível que penso eu que é inoportável. Isto não poderá evoluir sempre neste sentido, penso que terá de haver um retrocesso nalguns pontos.

- É o presidente da Associação que fala directamente com o presidente da Junta?

Ou existem intermediários na relação entre o presidente e as Associações?

Não, é assim, tanto falo com o presidente como qualquer membro, como qualquer pessoa. Nós estamos abertos a toda a gente, não quer dizer que ser, que estejamos a desrespeitar hierarquias e tem que ser este ou aquele a tratar um assunto. Eu estou aberto sempre a qualquer pessoa a me apresentar o que quer que seja e nós dentro das possibilidades decidirmos que realmente faz sentido, tentamos resolver ou apoiar independentemente por ser A ou B.

Carina – Quer acrescentar mais alguma coisa?

A única coisa que eu acho é que as associações muitas delas têm que ser mais objectivas nas suas actividades porque aquilo que têm contado de apoio da Câmara e eu sei que é bastante nos últimos anos, não quer dizer que se consiga manter isto por muito mais tempo. A nível da sociedade estamos a ter dificuldades financeiras aos mais vários níveis, quer a nível do sector privado, quer do público, nomeadamente nas Câmaras com uma baixa de receitas que se assistiu e acho que é um exemplo disso, possivelmente não se vai conseguir manter o mesmo nível de apoio que tem sido dado até aqui, logo vai ter que ser feita uma triagem maior sobre as actividades a desenvolver aquilo que realmente interessa e depois uma articulação também maior entre as associações. Eu vou-lhe dar um exemplo concreto que acho que está mal e que deveria ser feito algum trabalho a esse nível que é nas associações que estão por exemplo a prestar apoios a nível do serviço a idosos andam cruzadas nos territórios. Por exemplo no apoio domiciliário, por exemplo o Largo de Salir a fazer apoio domiciliário em Alte, anda Alte a fazer na freguesia de Salir, anda a freguesia de Benafim a fazer... portanto não há coordenação e aquilo está tudo cruzado. É assim são serviços que em principio até são inviáveis, portanto essas associações têm um aumento de custos que poderiam ser melhor geridos e uma articulação entre elas faria bem. O que é que acontece que quando elas estão mal, vêm pendurar-se à Câmara para apoiar financeiramente. Portanto, no futuro penso que terá de haver uma articulação a esse nível. Isto é um exemplo concreto, haverá mais a outros níveis, mas por exemplo nisso, no apoio domiciliário que está a ser prestado o serviço de idosos pelas IPSS que trabalham nessa área não está coordenado e deveria ser.

### **Entrevista ao Presidente das Junta de Freguesia do Ameixial (I3)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?

Penso que sim, penso que deve ser com base na legislação que eles fazem na atribuição de subsídios. Penso que sim. Mas não tenho assim em concreto a certeza que estão. Mas quase de certeza que estão.

- Considera que a Câmara deveria ter políticas de apoio regulamentadas?

Aqui penso que sim, ou seja, talvez houvesse uma forma diferente se calhar daquela que é hoje aplicada. Devia ser de forma a estimular os eventos e não a sobrecarregar toda a sua... que é o que acontece com o caso do louletano e agente sabe que o suporte financeiro é praticamente todo da Câmara e aí sai o concelho mais... digamos que fica mais desprotegido todas as outras associações em relação àquelas grandes associações como o Louletano e Quarteira acho eu. Penso que devia haver uma regulamentação.

Carina – Considera que existem associações que são mais beneficiadas pelo apoio da Câmara?

Sim, sim. Exactamente, embora houvesse regras, houvesse diferença na atribuição de subsídios, conforme a sua grandeza, conforme o número de sócios, mas que fosse essencialmente para estimular a prática de desporto e de realização de eventos e não o suporte total desses mesmos. E penso que nisso a regulamentação se existe ou está feita não está feita numa proporção equilibrada.

- Existe algum plano de atribuição de apoios financeiros às Associações?

Normalmente as Associações pedem um apoio à Câmara e a Câmara normalmente aquelas que é atribuído de ano para ano vai mantendo esse apoio ou vai reformulando esse apoio, ou dá mais ou dá menos. Aquelas que não... no ano seguinte eles fazem um contacto escrito de forma a saber se essas mesmas associações pretendem dar continuidade àquilo que se propunham.

Carina – Se existe um plano no início do ano já sabem quanto é que vão atribuir a cada associação.

Sim, sim. É por isso que depois com base eles fazem e depois no ano seguinte a gente depois ao concorrer ao dizer que quer, eles no ano seguinte, eu estou a dizer a gente porque eu também pertenci durante muitos tempo a uma associação, é por isso que estou a falar... no ano seguinte eles vão sempre contemplando não é? Aquelas que aparecem de novo não estão contempladas e não existe um plano para essas, embora exista se calhar um plano, isto é um fundo de maneiio para aquelas que possam surgir, agora todas aquelas que existem existe um plano.

- As Câmaras/Juntas de Freguesia mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios?

Sim e é saudável que se mantenha porque o relacionamento das autarquias e das Freguesias com as Associações ao mesmo tempo liberta as autarquias de serem elas próprias impulsionadoras e promotoras dos eventos, ou seja, há uma desmultiplicação que é feita pelas associações. Onde existe uma boa relação entre associações as autarquias submetem-se normalmente a auxiliar e não a ter que desempenhar esse papel, criar um evento ou uma festa ou uma coisa do género. Digamos que sim.

- Se sim, que tipo de apoios concede a Autarquia/Junta de Freguesia às Associações?

Carina – Não sei se quer acrescentar mais alguma coisa? No tipo de apoios que concede a Junta de Freguesia às associações para além dos subsídios?

Sim. Isso normalmente há uma pergunta e uma resposta que quase responde a elas todas que é o seguinte, desde que exista uma boa intenção da parte das associações e que seja credível e que as autarquias verifiquem que no terreno existe trabalho desempenhado por essas mesmas associações, digamos que essas associações estão a substituir-se às autarquias. E é dever das autarquias, têm condições financeiras para apoiar e estimular essas mesmas iniciativas. Quando existe uma boa intenção e é credível e é desempenhada por pessoas que gostam de desempenhar voluntariado, que têm as suas características próprias, que arrastam o voluntariado por carolice, que fazem determinados eventos, são saudáveis para interagir entre a população. E isso são competências e deveres das autarquias, tanto Juntas como Câmara. Havendo essas associações no terreno, compete-nos a nós auxiliá-los dentro das nossas possibilidades, não é? Um subsídio nunca deve ser atribuído no sentido de atribuir subsídio por atribuir. Tem de haver digamos um fundamento e uma justificação para esse mesmo subsídio.

- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

As associações normalmente, a maior fatia digamos assim vem da parte das autarquias: Câmaras e Juntas. Depois os eventos que fazem, muitas vezes os eventos, as festas, os bailaricos, as rifas, coisas do género, fazem todo esse tipo de actividades e reverte

sempre numa receita mesmo que seja mínima. Mas normalmente, se não for o apoio de uma Câmara ou de uma Junta isso é quase insignificante.

Carina – E a nível da Junta de Freguesia esse é um financiamento regular ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Se é definido logo à partida o financiamento que vai atribuir à associação.

- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?

Por exemplo na Junta de Freguesia aquilo é assim, normalmente as associações nós conhecemos. Por acaso com credibilidade e a exercerem actividade são duas e nós temos conhecimento do trabalho que eles têm feito no terreno e sabemos os eventos que eles fazem e depois normalmente de um ano para o outro a gente damos em função do orçamento que temos... ahhh, aquilo que podemos disponibilizar de forma a sermos úteis para eles desempenharem. Normalmente existe sempre um protocolo ou um contrato programa. E é com base nesse protocolo e esse contrato, digamos que é um contrato que existe entre as partes.

Carina – E é definido logo no início do ano ou durante o ano têm flexibilidade para por exemplo se uma Associação chegar ao pé de vocês a dizer que precisava de uma apoio para fazer uma certa actividade, têm flexibilidade de atribuir...

Sim. A gente nunca joga com, digamos uma marcação fixa sem criar essa flexibilidade. A gente tem que ter sempre uma certa flexibilidade, pode haver uma alteração ou um investimento que precise do nosso apoio ou nós apoiarmos num sentido não directamente a associação, mas na própria aquisição do material em que podemos fazer uma parceria. Há eventos que nós fazemos com as associações, que somos um parceiro. Eles colocam a parte da organização, nós colocamos a parte logística e aquisição de algum material. Isto parecendo que não é a tal flexibilidade, apesar de darmos o subsídio fazemos esta... tal e qual como a Câmara que faz com as associações.

- É realizado directamente pela autarquia ou é canalizado pelas Juntas de Freguesia?

As Freguesias normalmente têm a sua receita que é muito aquém das expectativas. Porque as freguesias do interior o que é que têm? Têm os cemitérios, têm a licença dos canídeos e pouco mais, e depois existe o dinheiro que é transferido do Estado e o dinheiro que é transferido da parte da Câmara. Daí é que nós elaboramos e agendamos logo, fica logo preparado. A Câmara também não tem... tem as receitas próprias e aquelas que vêm da parte do Estado. Digamos que nenhuma é auto-suficiente, se calhar a única que ainda é auto-suficiente é a Câmara de Loulé. Se calhar 70% das receitas são próprias, se não for mais. a gente lá não, se calhar 4 ou 5% são receitas próprias e o resto é tudo Estado e Câmara.

- A comunicação entre as Associações e a Junta de Freguesia é efectuada directamente ou é intermediada pelos dirigentes autárquicos?

Não. Como somos independentes nós não somos controlados pela Câmara nem a Câmara... digamos que temos uma gestão financeira autónoma. A Câmara também tem gestão financeira autónoma e quando existe... aqui no nosso concelho praticamente todas as Juntas, há concelhos que não, por exemplo o de Alcoutim talvez não e no nosso concelho todas as Juntas têm autonomia financeira para suportarem alguns encargos do género de atribuição de subsídios ou coisas do género não é? E normalmente as associações jogam com duas, isto é pedem à Junta e pedem à Câmara e dão em separado. Dá a Junta e dá a Câmara.

Carina – E há comunicação entre a Junta e a Câmara? Porque uma associação pode pedir à Junta e à Câmara e está a receber dois apoios?

Sim. Normalmente é assim que se faz porque pede à Junta e o que pede à Junta nada tem a ver com o que pede à Câmara. Pede à Câmara e a Câmara dá também, normalmente porque a Junta dá um determinado valor a Câmara é sempre superior não é? São entidades diferentes e é tal e qual como normalmente as associações pedem e não são ouvidas às entidades regionais. Podem pedir. Normalmente uma associação se tiverem práticas saudáveis e tiver gente empenhada deve mandar para as Juntas de Freguesia, deve mandar para as Câmaras Municipais, deve mandar para a região de Turismo, para o Instituto da Juventude, para todos esses órgãos com quem eles têm alguma ligação. E mesmo aquelas associações que não... da terra ou da freguesia que não têm possibilidades financeiras mas podem por vezes criar parcerias na criação de

eventos, na realização de eventos. Mas há associações por exemplo quando se vai para a parte da actividade social, aí normalmente já é diferente. Aí já se faz um acompanhamento no investimento, como lá na nossa Freguesia que é a grande pretensão da Freguesia, mas tem que ser promovida por uma associação, uma IPSS que é o lar da terceira idade, embora seja por exemplo a Casa do Povo que faça toda a intervenção e solicitação dos subsídios, a Junta de Freguesia faz uma parceria. Digamos que aí sim faz um reforço e vêm à Câmara praticamente as duas e dizer há esta intenção e fazer isto e isto. Só nesses casos assim.

- A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio das Câmaras?

Não. Tem. Por muito pouquinho que seja... só se for associações muito grandes não é? Acho que sim. Um subsídio pequenino. Pronto, eu estou a falar pela minha. Porque pronto aqui na Freguesia de S. Clemente eu não sei até que ponto tem condições para apoiar o Louletano e depois tem o campinense e são entidades muito grandes. Na minha freguesia existem 2 ou 3 associações, aqui existem se calhar dezenas delas e todas elas com grande dimensão. É complicado.

- Que apreciação faz sobre o papel das Associações?

Isto era o que tinha ainda agora dito que praticamente uma dava para responder a quase ... eu acho que as associações são importantes porque as associações têm um papel fundamental na nossa sociedade que é interagir com ela própria para de alguma forma manter o espírito e a criação de actividades e manter também de alguma forma aquilo que seriam tradições do passado não é? Umas com uma vertente cultural, outras com uma vertente desportiva mas tudo isto se poder agir com a população é sempre mais... e aí as associações são importantes porque digamos que são uma alavanca, um motor de dinamismo de qualquer freguesia. Se não existirem associações é mau sinal. A associação é normalmente composta por pessoas que usam o seu tempo voluntariamente e que dão asas à sua imaginação e que gostam de interagir com toda a população pondo práticas desportivas ou culturais. Se isso fosse uma regra ou uma competência de uma autarquia regia-se àquele horário de trabalho que é o tal horário que a gente sabe, entra às 8 saem às 5 horas e para além desse horário todo a gente sabe que existe (?) fins de semana e durante a noite é quando existe o trabalho das ditas associações.

- Como define a dinâmica associativa da sua Freguesia?

A minha freguesia já teve uma maior dinâmica, porque digamos que a minha freguesia maioritariamente 80 e tal % é composta por idosos com mais de 70 anos. Como deve entender pronto são pessoas que em termos de mobilidade já têm algumas reservas e os jovens como é uma freguesia de interior deslocam-se para o litoral para desenvolverem os seus trabalhos e vivem. Deslocam-se ao fim-de-semana lá, mas pronto esse dinamismo começa a ser cada vez mais reservado e com menor frequência. Eu fiz parte de uma associação durante 20 anos, agora não estou ligada a ela porque estou ligado à Junta, mas continuo a dar o apoio na mesma, mas teve momentos de maior vigor e agora tem vindo a perder porque a malta a multiplicar-se por várias...uns estão no concelho, outros estão fora do concelho e começa a tornar-se difícil juntar. Como não cresce, a freguesia não tem crescido, torna-se muito limitado.

Carina – Portanto há uma fraca dinâmica associativa?

Sim, sim sim.

- Relativamente ao Movimento Associativo na sua freguesia, quais são as áreas que considera existirem lacunas?

O que falta lá digamos que não é culpa de... é falta de meios humanos. O que falta lá, não posso dizer que falta modalidade desportiva, não posso apontar por exemplo a falta de um campo de futebol, de uma pista por que a gente também não temos meios humanos. Com é uma idade muito avançada em termos de classe etária, há muitos poucos jovens lá para praticarem alguma modalidade. O que se pratica, normalmente é ao fim de semana por carolice e é futebol e é as tais festinhas tradicionais que se fazem nas épocas do Carnaval, Natal, Páscoa, Verão. Normalmente são estas que se faz em termos mais culturais.

- Na sua opinião qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento Local?

É bastante importante e é bastante importante que... e nestas freguesias de interior, nestas freguesias pequenas até têm um papel de maior dimensão que talvez as autarquias. Porque supondo que existe um campeonato de futebol amador, uma coisa do

género, a relação que se faz com outras localidades fora do concelho cria alguma, digamos alguma curiosidade nos outros interlocutores noutra coisa e faz com que eles se desloquem e digamos que ... e as pessoas conhecem o Ameixial por exemplo, falam no Ameixial ou noutro lado qualquer. Porquê? Porque houve ali aquele meio de trazer o Ameixial à tona que é a deslocação e o convívio que existe entre as duas associações. E acho que até é mais do que as autarquias, que existe mais um intercâmbio entre as associações. Acho que é bastante importante.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações?

A maior dificuldade é a tal situação que a maioria, 90% das associações são feitas com a carolice de cada um, com a disponibilidade que cada um tem e por vezes torna-se difícil que as pessoas, que os voluntários que prestam esse tipo de voluntariado gerir a capacidade de tempo entre trabalho e aquilo que têm disponível para dar, porque por vezes não é só trabalho, têm a parte familiar, e acho que o maior obstáculo é esse.

Carina – A falta de recursos humanos?

Exactamente.

- Que tipo de apoios necessitam as Associações?

As associações precisam essencialmente de terem sempre por parte das entidades públicas, uma porta aberta para o diálogo. E daí surge ... cada uma, a sua necessidade é proposta nesses diálogos. Se houver um diálogo saudável por parte das autarquias aí consegue-se solucionar muita coisa porque as associações... as necessidades, por exemplo, umas necessitam de transporte para a prática de desporto, outras necessitam de instalações e a gente sabe que isso tudo é difícil de alcançar. E é por isso que eu digo, desde que haja diálogo e que haja vontade por parte das entidades públicas e receber as associações, acho que se consegue sempre chegar a uma solução. E as necessidades são várias, e em termos de estruturas as associações na maioria de cá não têm estruturas para... muitas delas nem têm sede própria.

- É o presidente da Associação que fala directamente com o presidente da Junta? Ou existem intermediários na relação entre o presidente e as Associações?

Não, normalmente pronto, isto hierarquicamente é sempre o presidente que faz os contactos em primeira mão mas normalmente nos meios pequenos existe uma envolvimento que fala-se com todas as pessoas, embora sempre os presidentes sejam o porta-voz. Portanto o presidente da Junta como o presidente da associação, mas até pode ser o secretário da Junta que ouviu o secretário ou um simples voluntário da associação. Mas normalmente os diálogos e as coisas fazem-se e os protocolos que se assinam entre os presidentes de ambas as partes.

Carina – Não sei se quer acrescentar alguma coisa que ache relevante para o estudo?

Existe o apoio às Associações. É claro que a Câmara não vai dar subsídios a associações nenhuma só por dizer que está a dar um subsídio. Tem de haver... todas as associações têm que ter o seu plano de actividades que elabora e com base nesse plano de actividades, que é exposto e enviado às autarquias, nós verificamos, sim senhora isto tem uma vertente social, tem uma vertente cultural, podemos apoiar aqui, aqui já não nos compete, será o turismo ou o Instituto da Juventude, mas normalmente tem sido sempre, penso eu até a data tem sido bastante saudável a relação das associações com as autarquias, com a autarquia da Câmara. Algumas até tem sido saudável de mais, que aí eu acho a regulamentação pecar, acho que as associações não devem ser financiadas, ou seja, as associações não devem receber dinheiro para gerir simplesmente o que têm para gerir. As associações têm que receber dinheiro para auxiliar a gestão. Senão perdem a aquela eficiência. E nós reparamos que existe, não só o Louletano mas enfim. Por exemplo o Louletano é um desperdício de dinheiro que se gasta. Eu acho que eles deviam ser mais auto-suficientes porque têm património, têm tudo, deviam aplicar os seus recursos. Eu acho que é mais uma delegação desportiva da Câmara Municipal de Loulé, que não penalizando nessa parte, é penalizada noutras.

## **Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia De Benafim (I10)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?

Sim o apoio da Câmara às associações está regulamentado e há protocolos com todas as associações da Freguesia de Benafim, pronto e a Câmara cumpre com a lei que é os subsídios anuais.

- Considera que a Câmara deveria ter políticas de apoio regulamentadas?

Eu acho que a Câmara tem dado todo o apoio nesse sentido, porque a Câmara tem uma equipa que anda no terreno e está a par quando acontece alguma coisa nas nossas freguesias, ela está automaticamente disponível para dar os apoios necessários.

- Existe algum plano de atribuição de apoios financeiros às Associações?

Sim, a gente aqui também apoia, temos aqui a Associação.... de Benafim, temos o Centro Comunitário que neste momento vai construir o lar, damos o apoio necessário que eles pedem e subsídios aos desportos de Benafim e de caça, associações de caça, que eles pedem. Tanto nós como a Câmara estamos sempre disponíveis para dar apoio e subsídios.

- As Câmaras/Juntas de Freguesia mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios?

Sim, há sempre reuniões de trabalho para sabermos as necessidades e o que há a fazer nas associações. Há sempre um diálogo que é positivo entre a Junta, a Câmara e as Associações.

- Se sim, que tipo de apoios concede a Autarquia/Junta de Freguesia às Associações?

- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

O financiamento é protocolos e apoiando quando há iniciativas dardos materiais e alguns equipamentos.

- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?

Só se realiza em determinados momentos, quando há festas, quando há assim actividades.

- É realizado directamente pela autarquia ou é canalizado pelas Juntas de Freguesia?

O que pertence à Junta é canalizado pela Junta de Freguesia e o que pertence à Câmara é canalizado pela Câmara Municipal de Loulé.

- A comunicação entre as Associações e a Junta de Freguesia é efectuada directamente ou é intermediada pelos dirigentes autárquicos?

É directamente entre a Junta e a Associação.

- A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio das Câmaras?

Não, tem apoios que isoladamente resolve os problemas. Como quando há deslocações, tem a carrinha. Todos os apoios quando pedem nós reunimos a Junta e decidimos logo.

- Que apreciação faz sobre o papel das Associações?

Acho que é positivo para a freguesia, fazem várias actividades durante o ano, o que é muito bom, simplesmente não têm capacidade e pedem os apoios necessários à Junta e nós estamos sempre disponíveis para apoiar.

- Como define a dinâmica associativa da sua Freguesia?

Positiva. É muito boa. Tem associações de caça, temos o Centro Comunitário, temos o Clube Desportivo, o que ocupa todas as áreas.

- Relativamente ao Movimento Associativo na sua freguesia, quais são as áreas que considera existirem lacunas?

Uma das grandes carências que temos em Benafim e que se fala há muito tempo e que o Sport Clube de Benafim neste momento está a trabalhar juntamente com a Junta é a construção de uma piscina, uma piscina de água quente que iria funcionar durante o ano inteiro.

Carina – E relativamente às associações existentes, o que é que considera que faz falta a nível por exemplo de equipamentos, recursos humanos?

Sim de equipamentos, as associações têm sempre de alguns equipamentos que nós estamos a par e temos reuniões como agora com o programa Leader na noite passada, mas vamos tentar resolver as necessidades de uma a uma.

- Na sua opinião qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento Local?

Acho que promovem a freguesia no interior, por exemplo o desporto e promovem muito a freguesia fora da zona do concelho de Loulé.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações?

É financeira.

- Que tipo de apoios necessitam as Associações?

As associações necessitam sempre por causa das obras, quando há necessidade de obras, há sempre carência e a Junta embora colabore, nunca é o suficiente. Porque qualquer associação neste momento tem sempre muita despesa, desde que seja as associações legais têm sempre muita despesa com as contribuições, com tudo o que existe e têm várias dificuldades e nós estamos sempre a dar apoio, mas não é o suficiente.

- É o presidente da Associação que fala directamente com o presidente da Junta? Ou existem intermediários na relação entre o presidente e as Associações?

Não. Os presidentes das associações mandam os ofícios a pedirem, nós reunimos na Junta e depois reunimos com a direcção das associações directamente.

Carina – Quer acrescentar mais alguma coisa que considere relevante para o estudo?

Acho que as Câmaras deveriam dar mais apoio do que neste momento. Fala-se em crise e as Câmaras vão cortar um pouco o apoio às associações e será a Junta que trata de apoios.

Carina – Acha que a Câmara deveria dar mais apoios às Associações?

Deixa mais dificuldades para a Junta, uma vez que a Câmara não colabora tem que ser a Junta.

Carina – Acha que a Câmara não colabora porque não tem verbas?

A Câmara queixa-se agora que estamos a passar uma crise e tem cortado em todas as áreas e depois isso vai dificultar a... as Juntas de Freguesia têm que ter capacidade para ultrapassar essas necessidades das associações, porque são muito positivas as associações nas freguesias.

### **Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia De Boliqueime (I8)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?

Sinceramente não sei se estão regulamentadas. Eu acho que não. O que há aqui é uns protocolos entre a Câmara e as associações e esses protocolos se tem algum regulamento próprio, eu penso que não. Entenderam que deviam fazer contratos programa com as associações e fazem-nos, mas acho que não há regulamento nenhum que tenham estabelecido para que possam fazer esses programas. Entendem que apoiam aqui e acolá com base nesses protocolos. Eles fazem um contrato entre a associação X ou Y e a Câmara Municipal. O contrato evidentemente é imposto pela Câmara Municipal porque são eles que transferem as verbas, agora as exigências por parte da Câmara é que existe um Plano de Actividades, existe um orçamento, isso é documentação por parte da associação para que a Câmara tenha bases também para saber o que é que se vai passando na Associação A, B ou C, para poder transferir mais ou menos dinheiro. Agora se eles têm algumas regras, alguns estatutos, criaram algum regulamento, sinceramente não sei.

- Considera que a Câmara deveria ter políticas de apoio regulamentadas?

Eu penso que não, eu acho é que deve haver um conhecimento do Concelho neste caso e depois de cada associação, de cada colectividade, mediante o conhecimento que têm, aí sim transferir mais ou menos verbas. Apesar de eu não ser muito a favor da transferência de verbas. A associação não pode viver à custa da autarquia, portanto, eles têm que ter uma vida própria. Têm que ter iniciativas, têm que ter portanto receita própria. Não podem pensar, vamos arranjar aqui mais uma associação e a Câmara vai transferir todos os anos para aqui. A política do associativismo hoje em dia é que não se faz nada, cruza-se os braços, só há movimentação para fazer despesas, as receitas não se

preocupam e é muito mau. E as Câmaras vão dando, vão dando e porque umas dão as outras vão atrás, mas eu acho que não, sinceramente não concordo com isso e é por isso que o nosso concelho é muito fértil em associativismo. Por um lado pudesse ser bom, mas por outro lado não é bom, porquê? Porque são as Câmaras que estão a suportar isso tudo. Se houvesse menos associativismo, se calhar o existente era mais forte. Nós aqui em Boliquiteime serve de exemplo, temos várias associações que algumas delas estão a trabalhar quase em “stand by”, devagarinho, devagarinho, quase em part-time, porquê? Porque as pessoas que estão ali são poucas porque há várias associações e estão distribuídas pessoas, se houvesse uma concentração, houvesse menos associações, estivessem mais concentradas as pessoas, já o trabalho sairia mais proveitoso e não haveria tanto dispêndio de dinheiros públicos. De facto, quanto a mim não é a política certa qualquer associação estar a viver à custa das autarquias, no fundo o dinheiro das autarquias é o nosso dinheiro. É o dinheiro dos nossos impostos. Está bem que há formação e muitas vezes há educação, há de tudo um pouco dentro do associativismo, no fundo para o povo e para a comunidade, mas também não pode ser visto dessa forma.

- Existe algum plano de atribuição de apoios financeiros às Associações?

Na Junta de Freguesia não temos porque nós aqui também lidamos com orçamentos muito magros e também depende do movimento que a associação tem na freguesia, assim depende os apoios que nós vamos dando. Vamos apoiando durante o ano consoante o movimento que a associação tem e as despesas que tem. Dentro do pouco que podemos apoiar vamos vendo, porque também temos um conhecimento geral das coisas e vamos apoiando umas mais, outras menos. Não está aqui estabelecido um valor. Nós na freguesia preparamos o orçamento e os planos de actividade, inicialmente é logo preparado uma verba para aquela associação, mas não deve ser igual, há umas que têm mais do que outras. E durante o ano também vai sendo reajustado, porque chega-me aqui um pedido de uma associação ou uma colectividade, sobre o apoio de qualquer coisa, eu também vejo se vale a pena dar, se não vale e os apoios seguem muito em função do movimento que vão tendo.

- As Câmaras/Juntas de Freguesia mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios?

Evidente que mantêm, todo o apoio logístico. Eu tento ter também da minha parte um relacionamento próximo com o associativismo, evidentemente que temos que trabalhar em conjunto. Nem tinha razão de não existir, se as pessoas estão de costas voltadas, isso não pode ser, para já não anda nada para a frente, anda tudo para trás. Evidente que umas andam mais do que outras, o relacionamento é mais apertado. Depende das próprias pessoas que estão lá dentro. Evidentemente que aqui em Boliqueime há pessoas .... E também interfere aqui um pouco com a política. A política aqui no meio de isto tudo, há pessoas que estão em determinadas associações que depois também não gostam de mim porque devido à própria política, porque perdem se calhar eleições comigo e como tal as pessoas deixam de gostar de mim e começam a andar de atravessado e por isso se calhar não mantemos aquele relacionamento que deveríamos de manter. Algumas pessoas, mas não a associação ou a colectividade em si, as pessoas que estão por lá, mas eu tento passar à parte isto tudo e tento sempre apoiá-las não dando importância a isso. Porque depois de eleito eu estou aqui como presidente de todos e não apenas de alguns.

- Se sim, que tipo de apoios concede a Autarquia/Junta de Freguesia às Associações?
- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

É como disse há pouco, nós temos um plano de actividades, temos um orçamento e temos que definir, aliás é o que a lei manda, nas autarquias temos que definir previamente mediante as receitas temos que preparar as despesas durante o ano. E isso é aprovado e fazemos constar logo nos planos mais ou menos o que é que vai para aqui e o que vai para além, os apoios que podemos dar durante o ano.

- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?

Depende bastante das condições financeiras da própria autarquia. Fica logo previamente definido e vai sendo distribuído ao longo de todo o ano. Normalmente quando dou a uma dou às outras. Aqui temos um caso particular que são as associações que participam nas festas populares de Boliqueime e aí há um apoio mais considerável por participar nessas festas populares e eu tento quando faço subsídio passar para todos

em igualdade de situações, não a um em Janeiro e só dar a outro em Dezembro, também depende um pouco conforme vão pedindo apoios pontuais, como sabe uma associação tem um evento aqui e vamos dando apoio durante todo o ano vai sendo distribuído.

- É realizado directamente pela autarquia ou é canalizado pelas Juntas de Freguesia?

Há aqui apoios directamente da Câmara para as associações e há apoios directamente da Junta para as associações. Não vem apoios da Câmara para a Junta de Freguesia para depois seguirem para as associações, não. É directamente da Câmara Municipal para as Associações ou da Junta de Freguesia para as Associações. A diferença que há aqui é que a Câmara Municipal pode dar um apoio de 10 e a gente aqui dá um apoio de 2.

- A comunicação entre as Associações e a Junta de Freguesia é efectuada directamente ou é intermediada pelos dirigentes autárquicos?

Normalmente pedem apoios à Câmara e pedem apoios à Junta. Quando querem apoios da Câmara vão à Câmara, quando querem apoios da Junta vão à Junta. E normalmente passa sempre pelo presidente ou alguém do conselho de direcção e que fala aqui na Junta de Freguesia, tem a particularidade de estar mais próximo do presidente e como tal fazem-no verbalmente, só que eu praticamente todas as vezes faço questão de ser passado via oficial, portanto um ofício, que façam uma cartinha dirigida à Junta de Freguesia a solicitar o apoio. A Câmara Municipal faz a mesma coisa, evidentemente que se calhar também vai ao presidente, mas se calhar também tem que ser em reunião, mas terá que ser também sempre por via escrita. A Câmara Municipal, independentemente das pessoas se encontrarem e possa haver o contacto telefónico ou mesmo pessoal, mas a documentação tem que ir a reunião, nós aqui também passa pela reunião de Junta e fica a constar em acto, fica tudo documentado. As coisas não se fazem na rua. Podem-se fazer, mas depois tem que ser feito por escrito.

- A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio das Câmaras?

Possui. Depende também da Junta de Freguesia. Os orçamentos da Junta de Freguesia não são todos iguais, há umas que têm mais orçamentos que outras e há Juntas que têm mais capacidade de resposta que outras. Falando da minha, nós temos alguma

capacidade de poder subsidiar as Associações e o dinheiro que é transferido da Câmara Municipal vem definido também. Há verbas que são transferidas para a Junta de Freguesia, vêm da parte da Câmara Municipal, algumas verbas, mas também vêm previamente definidas através dos acordos, dos contratos programa, os que são definidos para obras normalmente são para obras e portanto não podem ir para outro lado. Normalmente as verbas que são atribuídas às Associações, são neste caso a Junta de Freguesia são do próprio orçamento da Junta de Freguesia.

- Que apreciação faz sobre o papel das Associações?

Evidentemente que algumas têm um papel importante na comunidade. Não há dúvida que sim e hoje em dia com o problema da toxicodependência e outros problemas que existem na nossa sociedade, o associativismo é importante. O espaço de lazer, as actividades que são proporcionadas na comunidade são importantes. Tanto na comunidade mais jovem como por parte dos adultos é importantíssimo. Toda a vida foi e continua a ser, na área do desporto, na área mais da cultura. Cada uma à sua maneira, mas são importantíssimas.

- Como define a dinâmica associativa da sua Freguesia?

Como disse inicialmente somos um concelho bastante rico em associativismo e a freguesia de Boliqueime não foge à regra. O que é que acontece em Boliqueime, pelo facto de existirem muitas, algumas associações e colectividades acabam por não funcionar como deveriam funcionar, porque as pessoas acabam por ser as mesmas quase que andam num lado e andam noutro. Algumas têm algum dinamismo, não há dúvida que têm, mas há outras que também não têm. E inclusive há aí associações que nem sequer funcionam.

- Relativamente ao Movimento Associativo na sua freguesia, quais são as áreas que considera existem lacunas?

Eu entendo que na minha freguesia deveria de haver talvez a junção de algumas colectividades para haver mais união. Na área de desporto temos um grupo desportivo que trabalha toda a parte desportiva, a parte de futebol, a parte de hóquei patins, toda essa área. Temos uma Casa do Povo que trabalha já uma parte cultural, temos o folclore, trabalha também um pouco o ciclismo como lazer e não há dúvida que por essa área

também está bem servida. Depois temos também uma associação cultural onde está mais a Juventude, que têm uma actividade que é os carrinhos de rolamento e outros afins que também acabam por ter um papel importante. Depois temos uma sociedade recreativa, onde se faz os bailaricos para as pessoas mais de idade, onde está também inserida a música popular portuguesa, onde estamos também a trabalhar os grupos de Janeiras, na área do Carnaval. Há associações de caçadores também a funcionar na freguesia, aquela parte desportiva ligada à caça, enfim, acho que não aqui a necessidade de mais áreas a explorar. Devia haver aqui assim era mais entrega e se calhar uma ou outra que estão por aí não estão, uma que é a Liga dos Amigos não funciona, há aqui uma ou outra que já não funciona há vários anos, se deixassem isso da mão e as pessoas se agrupassem acabavam por ter mais proveito, com mais união.

Carina – E a nível de recursos humanos e de logística, acha que está bem servida a freguesia? Ou falta de transportes ou falta de sedes?

Sim isso é um problema. As sedes é sempre um problema. Existem algumas lacunas na falta de sedes e nas sedes que existem não são as melhores. Em termos de componente humana, evidentemente se existissem mais pessoas ligadas ao associativismo seria melhor, quanto mais matéria humana existe, mais forte o associativismo está e é melhor para todos.

- Na sua opinião qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento Local?

Em termos de desenvolvimento, as associações não estão vocacionadas para desenvolver uma sociedade, não é? Há outros factores, outras formas de fazer com que a sociedade se desenvolva. O associativismo não é criado para que a sociedade... mais próspera acho que sim, mas desenvolvimento acho que não. Acho que não são as associações que contribuem para que haja desenvolvimento numa freguesia. Para que haja melhores condições de vida sim, mas desenvolvimento não.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações?

É sempre o dinheiro. É o factor principal. Está sempre escasso o dinheiro.

- Que tipo de apoios necessitam as Associações?

As associações precisam de sedes, melhores sedes, precisam de injeção de capital humano, deviam ser renovadas com pessoal mais novo, essa sim é uma necessidade que de facto se tornaria importante que aparecesse esse capital humano e pronto o dinheiro também é importante em tempo de crise, é sempre pouco.

- É o presidente da Associação que fala directamente com o presidente da Junta?  
Ou existem intermediários na relação entre o presidente e as Associações?

Normalmente é o presidente que fala ou alguém ligado à direcção, mas não sua maioria são os presidentes contactam.

### **Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente (I4)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?

Tanto quanto sei a Câmara Municipal de Loulé estabelece contratos-programa com os clubes e associações e mediante as actividades desenvolvidas e o número de pessoas também contempladas e envolvidas nesses projectos, a maioria desses programas desenvolvidos por essas associações, a Câmara Municipal de Loulé atribui as verbas para os contratos programa.

- Considera que a Câmara deveria ter políticas de apoio regulamentadas?

Eu considero que sim e creio que essas políticas estão regulamentadas. Os contratos programa que as Câmaras e as autarquias desenvolvem com as associações é uma forma legal de apoio às associações. As autarquias têm que prestar contas dos apoios e essa prestação de contas e esses contratos-programa estão regulamentados a nível governamental, porque as contas das autarquias são aprovadas, revistas e aprovadas pelo Tribunal de Contas.

- Existe algum plano de atribuição de apoios financeiros às Associações?

Existe, sim senhor. O departamento de Cultura e Desporto da Câmara Municipal de Loulé, desde a sua divisão de desporto e cultura estuda os projectos apresentados pelos clubes, associações, grupos de cidadãos, etc., estou aqui a falar não só de associações não só desportivas e culturais, a acção social também e IPSS no campo da Acção

Social...e a Câmara estuda os projectos que essas associações apresentam e como atrás eu referi, mediante o número de pessoas a contemplar, o número também de colaboradores, pessoas que entram directamente e trabalham nesses projectos. A Câmara atribui uma verba como forma de apoio, mas com a cobertura dos contratos programa. É a regulamentação que existe.

Carina – Sabe-se logo no início do ano as verbas que vão atribuir a cada associação?

Normalmente sim, isto é, quando essas associações não se atrasam na apresentação dos seus projectos, porque as associações têm paralelamente para além da apresentação do projecto, têm de apresentar o plano de actividades desse ano, mas têm de apresentar também as contas aprovadas e a execução dos apoios que tiveram em relação ao ano anterior. Se foram apoiadas no ano anterior têm de apresentar as contas e apresentar os resultados desses apoios que tiveram por parte da autarquia.

- As Câmaras/Juntas de Freguesia mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios?
- Se sim, que tipo de apoios concede a Autarquia/Junta de Freguesia às Associações?

Sim, algumas vezes esses apoios a que se refere e essa colaboração muitas vezes até se reveste de maior importância do que o subsídio dado em dinheiro. Há muitas acções que associações, clubes e como lhe disse atrás grupos de cidadãos que se dedicam, fazem-no com o apoio das autarquias, muitas vezes apoio logístico que não sendo directamente... não tendo uma forma de subsídio monetário directo, tem sim apoio logístico e também apoio de ideias.

- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

O financiamento, as autarquias aquando da elaboração dos seus orçamentos e dos seus planos de actividade contam logo com uma determinada verba com uma rubrica para apoio a acção social, apoio a desporto, apoio à cooperação, porque hoje todas essas associações estão também... digamos que ajudam nos mais diversos campos da cultura, do desporto, dos tempos livres, etc., etc. E as autarquias quando da elaboração dos seus planos de actividades contemplam uma ou duas rubricas específicas para atribuição de verbas, para os gastos que vão ter, com os encargos que vão ter com o apoio a essas associações.

- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?

Normalmente é regular, desde que a Associação seja cumpridora. Se a associação tiver uma actividade regular, certa, cumpra os seus planos de actividade e os projectos que apresenta à autarquia, normalmente em condições normais esse apoio é regular e certo. Só que, isto é como tudo na vida, o que pode haver numa associação ou num clube que não apresente atempadamente ou não cumpra, pois esse apoio por certo ser-lhe-á ou retirado ou reduzido.

Carina – E se por exemplo uma associação precisar de um subsídio durante o ano, a Câmara tem flexibilidade para atribuí-lo?

Normalmente, as autarquias não atribuem esse apoio de uma só vez. É atribuída uma determinada verba global para o ano e essa verba não lhe é atribuída de uma só vez. Vai sendo atribuída mensalmente ou trimestralmente, conforme os dirigentes dessas associações acordam com a Câmara Municipal ou também mediante as disponibilidades da Câmara Municipal.

- É realizado directamente pela autarquia ou é canalizado pelas Juntas de Freguesia?

Pela Autarquia. A Câmara Municipal paga directamente às associações.

Carina – E as Juntas de Freguesia não têm verbas para poderem apoiar as associações?

Normalmente as Juntas de Freguesia por sua vez também apoiam as associações sediadas na sua área geográfica. Claro que nas Juntas de Freguesia tem de ser a uma dimensão muito inferior quando em comparação com as Câmaras Municipais. As Juntas de Freguesia não têm receitas e nem têm verbas para poderem garantir muitas vezes o apoio que essas associações solicitam e algumas merecem. Uma grande parte merecem pelo trabalho desenvolvido junto das Associações.

- A comunicação entre as Associações e a Junta de Freguesia é efectuada directamente ou é intermediada pelos dirigentes autárquicos?

Falam logo directamente com a Junta de Freguesia. Quando têm um assunto a tratar com a Câmara, falam com a Câmara, quando têm um assunto a tratar com a Junta de Freguesia tratam com a freguesia. Requerem uma reunião com o presidente ou outro dirigente da Junta de Freguesia e esse contacto é efectuado de uma forma directa.

- A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio das Câmaras?

As Juntas de Freguesia como eu já aqui atrás disse, ao apoiarem as suas associações, na área geográfica da freguesia, fazem-no mediante a dimensão do orçamento e da possibilidade que têm, que muitas vezes é muito reduzida. Acontece que muitas vezes a Junta de Freguesia e um determinado clube ou associação da Freguesia projectam realizar uma evento ou uma festa, ou uma acção de apoio às populações e verificam que o orçamento da Junta de Freguesia não é suficiente e então pedem também a colaboração à Câmara. A Câmara opor sua vez reconhecendo utilidade nesse evento que a Junta de Freguesia e esse clube ou essa associação propões e a Câmara reconhecendo que esse evento é útil e é bom esse evento se realize a Câmara por sua vez acaba por também associar-se no apoio a esse evento.

- Que apreciação faz sobre o papel das Associações?

As associações desempenham um papel importantíssimo na nossa sociedade a todos os níveis. E se as associações não existissem... uma associação só por si começa por ser constituída por um grupo de pessoas que se quer dedicar a qualquer actividade e normalmente as associações são grupos de pessoas que se dedicam a actividades não lucrativas. Portanto o espírito da criação dessa associação é servir outras pessoas nos mais diversos campos da nossa sociedade. E nós reconhecemos o papel importantíssimo que as associações desempenham no nosso país e nas nossas cidades e nas nossas regiões. Porque o poder central e as Câmara Municipais só por si não conseguem chegar junto de todas as pessoas.

- Como define a dinâmica associativa da sua Freguesia?

A freguesia de S. Clemente no campo associativo é riquíssima e nós gostaríamos de chegar a todos aqueles, ou corresponder às expectativas que eles muitas vezes têm ao dirigirem-se ou pedirem apoio às Juntas de Freguesia, em todos os capítulos, desde

associações que se dedicam ao apoio à criança, aos jovens, aos mais idosos, aos estudantes, no campo cultural, no campo associativo, no campo desportivo. S. Clemente é uma freguesia que está muito bem representada e tem associações que se dedicam de uma forma que eu diria notável no apoio às pessoas da nossa freguesia.

- Relativamente ao Movimento Associativo na sua freguesia, quais são as áreas que considera existirem lacunas?

Lacunas existem sempre e onde nós reconhecemos nos últimos anos não conseguimos dar uma resposta eficaz a tempo e horas é no campo social. Com o aumento do desemprego as famílias dirigem-se a esta freguesia apresentando problemas a que nós não conseguimos chegar. Depois é o problema também da terceira idade, mas ainda lutamos com falta de apoio... creches e estabelecimentos de ensino pré-primário. A forma de vida das famílias actualmente é diferente do que era há uma ou duas décadas atrás, portanto numa família trabalhava o marido e a esposa ficava em casa. Se a esposa não estivesse em casa, havia sempre uma avó ou uma tia ou uma pessoa de família e agora não. Os pais trabalham os dois, a criança desde o seu nascimento precisa logo de uma creche, sai da creche e precisa do ensino pré-primário e depois na escola primária, no ensino básico muitas vezes as escolas não têm condições, não são em numero suficiente para que os alunos entrem as 9 e saiam às 4 ou 5 da tarde e só têm meio horário, enfim... é nestes campos onde eu aponto, o apoio à criança, ao jovem e à terceira idade. E não somos das freguesias mais carenciadas e precisamos, essencialmente para a criança.

Carina – E a nível das associações que já existem o que é que acha que faz mais falta? Por exemplo a nível de recursos humanos, transporte, financiamento?

Normalmente as associações que nos chegam aqui e que pedem apoio directamente à freguesia, pedem mais apoio logístico e apoio monetário porque em Loulé e felizmente a Câmara Municipal de Loulé vem correspondendo de uma forma satisfatória no que concerne aos transportes. Embora nós vimos assistindo a um grande aumento de clubes e associações que requerem esses apoios. E as autarquias não podem chegar a todos eles e estamos agora a assistir à necessidade de estudarmos novamente, estudarmos de uma forma justa para que os apoios a conceder aos clubes e associações seja equitativamente mais justo, mediante o trabalho que desempenham junto das associações. Porque a

grande responsabilidade das autarquias é atribuir essas verbas com justiça e a quem merece e muitas vezes isso não acontece.

Carina – Considera que existem associações que estão muito dependentes da Câmara e que não criam verbas próprias?

Sem dúvida. Eu diria que a maioria praticamente. Hoje não teríamos movimento associativo se não fossem as Câmaras Municipais. Muitas vezes os dirigentes também não têm tempo, têm as suas actividades profissionais e as coisas mudaram tanto que mesmo que hoje um clube ou organização pense em organizar um evento com o intuito de angariar é muito difícil. É um bocado difícil porque vivemos numa sociedade global e as pessoas têm tanta coisa tanta coisa em que se entreter que até num espectáculo que dizem que é das multidões como um jogo de futebol, as pessoas preferem ver o jogo na televisão e não vão ver ao Estádio.

- Na sua opinião qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento Local?

É importante e deve ser sempre... sabe as associações nos seus estatutos, estatutos digamos que é um compromisso que o clube ou associação estabelece com a sociedade quando se forma. E se esse compromisso social que é o estatuto, se os estatutos forem cumpridos o papel das associações é primordial e é importantíssimo e indispensável no apoio e colaboração que dá ao desenvolvimento socioeconómico da área onde se insere.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações?

Olhe muitas vezes a principal dificuldade é o local para estabelecerem a sua sede social, o espaço onde os seus dirigentes e os seus colaboradores possam trabalhar. Porque a maior parte das vezes uma associação é constituída e não se pensa primeiro em ter uma casa. Uma associação é digamos que uma família social e não devia haver constituição de família sem haver uma casa, mas hoje as coisas são um pouco assim. Até as famílias estão constituídas e depois é que se pensa no grande problema que se levou à constituição da família.

- Que tipo de apoios necessitam as Associações?

Esse tipo de apoios já aqui falámos mas resume-se mais sempre ao mais importante e que eles consideram mais importante e que vai sempre ter ao mesmo sítio, falta de verbas, apoio de verbas porque tudo só se consegue com dinheiro. E há aqui um pormenor que eu gostaria de frisar nesta entrevista, associações que à partida deviam precisar de mais apoio monetário são aqueles que conseguem trabalhar, muitas vezes fazer coisas maravilhosas com o dinheiro, as associações sociais que se dedicam aos pobres e às crianças e quando não devia ser assim... agora resume-se tudo a dinheiro. Com dinheiro faz-se tudo, com dinheiro e vontade.

- É o presidente da Associação que fala directamente com o presidente da Junta?  
Ou existem intermediários na relação entre o presidente e as Associações?

Depende, depende. Uma vez é o presidente, outras vezes são outros elementos do executivo da direcção dessa associação. É conforme a dimensão das associações. Há associações pequenas em que o presidente resolve tudo e o presidente é que vai a todo o lado, o presidente da direcção dessa associação. Há outros clubes e associações grandes que têm o seu funcionamento dividido por sectores porque se dedicam muitas vezes a muitas áreas e têm essas áreas divididas. Nós nas autarquias e aqui na junta de freguesia estamos de braços abertos e recebemos todas as pessoas e é esse o nosso dever e a nossa missão.

Carina – Não sei se quer acrescentar alguma coisa que considere relevante para o estudo.

Eu gostaria aqui de dizer que há alguns anos eu tenho a vantagem de além de ser autarca já há muitos anos, já há 20 anos, fui também durante muitos anos dirigente desportivo e associativo e continuo a sê-lo nalguns ramos, embora não ligado directamente às direcções. Sou dirigente associativo mas numas associações sou do conselho fiscal, noutras associações sou da assembleia-geral. E o que posso dizer e o que tenho assistido de há 20 anos a esta parte, ou seja, praticamente é a idade do Portugal democrático, é que dificilmente haverá cidades como Loulé ou autarquias como Loulé e as suas Juntas de Freguesia que apoiem o seu movimento associativo como esta nossa terra. Poderá haver outras cidades e outras câmaras que apoiam certamente, certamente há. Como atrás eu já disse, como as coisas estão os clubes e as associações só por si não conseguem sobreviver. Tanto em verbas como em infra-estruturas, como apoio

logístico, etc., etc., etc., e nestes apoios põe-se tudo como ainda há pouco falámos até do apoio de transportes, enfim de tudo. E cada vez mais se reconhece o papel importantíssimo dessas associações e daí as autarquias também desenvolverem junto dessas associações parcerias, exigindo também que essas associações justifiquem as verbas atribuídas.

### **Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião (15)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?

Estão, de certeza absoluta.

- Considera que a Câmara deveria ter políticas de apoio regulamentadas?

A Câmara não pode... eu acho que as políticas da Câmara que aplica aqui dentro da Câmara estão todas regulamentadas acho eu. Não podemos dar algum dinheiro ou sair algum dinheiro da Câmara sem ter um protocolo ou um contrato-programa.

- Existe algum plano de atribuição de apoios financeiros às Associações?

Há, há um critério aos apoios. Não os tenho todos em mente, mas acho que é o número de atletas, as actividades que... uma das coisas é as actividades que as associações fazem durante o ano e acho que é baseado mais ou menos nisto que a Câmara dá o apoio.

- As Câmaras/Juntas de Freguesia mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios?

Mantêm. Por exemplo, as Juntas de Freguesia mantêm um relacionamento de proximidade e onde complementam, as Juntas de Freguesia dão o apoio e em troca as colectividades apoiam os jovens tanto a nível desportivo, como recreativo, como cultural.

- Se sim, que tipo de apoios concede a Autarquia/Junta de Freguesia às Associações?

- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

O financiamento é por intermédio de um contrato programa ou por subsídios pontuais.

- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?

Não, não é regular. É casuístico, é consoante a actividade, assim nós vamos apoiando.

- É realizado directamente pela autarquia ou é canalizado pelas Juntas de Freguesia?

Pelas Juntas de Freguesia. A Câmara Municipal dará os apoios dela e as Juntas de Freguesia, são duas, portanto a Câmara e a Junta são autónomas, cada uma tem a sua maneira de atribuir, dentro da lei não é? Nós atribuimos alguns subsídios a nível de colectividades a nível das Juntas e a Câmara além dos subsídios atribui também um contrato programa a algumas colectividades.

- A comunicação entre as Associações e a Junta de Freguesia é efectuada directamente ou é intermediada pelos dirigentes autárquicos?

Não. É efectuada directamente entre os presidentes ou as administrações das colectividades e a Junta de Freguesia. Geralmente os pedidos de subsídios são feitos por intermédio de carta a solicitar, porque isto tem que ir a reuniões de junta ou de câmara.

- A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio das Câmaras?

Não. Nós temos o nosso orçamento, temos algumas verbas, poucas não é, mas temos algumas verbas, que podemos apoiar directamente.

- Que apreciação faz sobre o papel das Associações?

Muito importantes. Hoje em dia posso-lhe falar pela Junta de Freguesia de S. Sebastião é um papel muito importante. É lógico que além de nós darmos o subsídio esse subsídio serve para que... como elas estão mais próximas dos munícipes, elas servem de interlocutores entre os munícipes e a Junta de Freguesia e então praticam actividades muito boas e de grande relevância a nível das freguesias.

- Como define a dinâmica associativa da sua Freguesia?

Muito boa. Excelente talvez. Tem associações de todas áreas e também de saúde, que é difícil hoje encontrar numa freguesia as associações todas a trabalhar e a colaborar e a ter uma actividade muito grande a nível da freguesia.

- Relativamente ao Movimento Associativo na sua freguesia, quais são as áreas que considera existirem lacunas?

Faz falta sempre muita coisa. As associações são sempre muito carenciadas, elas querem sempre mais. Apesar de estarem a trabalhar mais ou menos a nível de sedes, há algumas carências a nível de sedes. Apesar de todas elas terem uma sede, mas falta algumas obras de relevância. Falta talvez parques desportivos cobertos nas associações para que eles possam implementar mais talvez o desporto e a cultura. Apesar de haver essas sociedades e essas colectividades terem um espaço, mas são espaços que estão limitados. É aí que eu vejo maior carência é aí. Falta de espaço para desporto.

- Na sua opinião qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento Local?

Têm alguma relevância, mas não é aí, não é nessa área que as associações têm um maior papel, que as associações desempenham um melhor papel, não é aí. Ajudam, mas não são fundamentais.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações?

Se perguntar a elas dizem que é o dinheiro, a parte monetária. Na minha freguesia não tenho tanto esse problema porque quase todas as associações da minha freguesia sobrevivem com as actividades que fazem, mas tenho conhecimento que a nível do concelho há colectividades com grandes dificuldades económicas.

Carina – Considera então que são autónomas do ponto de vista financeiro?

Nenhuma é autónoma. Todas as colectividades e todas as associações estão dependentes das câmaras e das juntas. Ou dos apoios do Estado. Se não tivesses os apoios do estado, das câmaras e das juntas não sobreviviam, 99% não sobrevivia.

- Que tipo de apoios necessitam as Associações?

No meu entender o apoio monetário é o primeiro. Em segundo apoio técnico nalgumas actividades. Apesar da Câmara ter técnicos distribuídos não é suficiente. Mas também é impossível num concelho como o concelho de Loulé ter técnicos distribuídos por todas as colectividades, isso é impossível, nem pensar nisso. Mas onde eles precisam mais apoio é apoio monetário e apoio logístico e talvez de apoio técnico, para algumas modalidades, nomeadamente o desporto.

- É o presidente da Associação que fala directamente com o presidente da Junta?  
Ou existem intermediários na relação entre o presidente e as Associações?

Geralmente é o presidente da colectividade que fala com o presidente da Junta. Isto é assim, são os principais interlocutores, ambos, que é o presidente da sociedade, depois de reunir a sociedade vem falar comigo e eu só poderei dar uma resposta depois de reunir a Junta. Portanto, o primeiro contacto que há é entre o presidente das colectividades e o presidente da Junta.

Carina – Quer acrescentar alguma coisa?

Não. O que eu quero e dizer e que já foi dito durante a entrevista e que é relevante é que se essas associações não forem apoiadas pelo governo, pelas juntas e pela câmara não conseguem sobreviver. Porque poderá haver uma ou outra mas uma minoria que o faça. Na minha freguesia talvez algumas poucas colectividades que poderiam sobreviver. Algumas sobrevivem sem os apoios, sobreviveriam mas com alguma dificuldade.

Carina – E não considera que existem algumas associações que dependem em demasia da Câmara e se tornam quase que subsídio-dependentes?

São, são. A grande maioria delas.

Carina – E como têm aquele apoio da Câmara não criam meios.

Não fazem nada. Esse é outro problema que nós temos que resolver. Acho que as associações, não digo todas elas, mas acho que uma grande parte acostumaram-se ao longo dos anos do subsídio das Câmaras e das entidades sociais e não fazem rigorosamente nada para criar alguns incentivos ou pelo menos pensarem em fazer ou criarem incentivos para irem buscar dinheiro, não. Como o dinheiro da Câmara dá para sobreviverem vão-se encostando à Câmara. E com o momento difícil que estamos a

atravessar, com o momento difícil que estamos a passar, isso é uma das situações que tem que ser revista urgentemente. E digo-lhe mais as Câmara neste momento não podem continuar nenhuma câmara deste país pode continuar a dar os apoios que dava até aqui, porque como sabe em tempo de crise, a crise não vem só para as associações, vem para a Câmara também e para as Juntas. Eu quero dizer-lhe que a minha Junta este ano eu terei que pensar muito bem a nível de subsídios porque o Estado cortou-me uma verba significativa, quase 5 mil e tal euros por ano só das verbas do estado que cortaram à minha Junta, pois eu tenho que ir cobrar esse dinheiro nalguma coisa, em subsídios de certeza.

### **Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira (I11)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?

Em relação à política da Câmara com as Associações não posso responder, mas sei que no ano passado foi tentado regulamentar toda essa situação. Houve reuniões da Câmara com as associações no sentido de regulamentar o apoio às associações. Neste momento, por aquilo que eu sei através das associações, porque eu não estive nessa reunião, está a ser regulamentado.

- Considera que a Câmara deveria ter políticas de apoio regulamentadas?

As políticas neste momento têm que ser regulamentadas, portanto não há volta a dar à situação, portanto a Câmara se não está totalmente regulamentada, está muito próximo disso, portanto no meu ponto de vista tem que haver um regulamento que já existe na Câmara posto em prática de maneira a que o apoio que seja dado a essas instituições seja justo e regulamentado.

- Existe algum plano de atribuição de apoios financeiros às Associações?

Tem a ver com esse regulamento. Esse regulamento é que estipula a maneira como se atribui esses subsídios.

- As Câmaras/Juntas de Freguesia mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios?

Para haver uma atribuição de subsídios logicamente que há uma relação com as associações. Pelo conhecimento que eu tenho se não houvesse esse apoio, essa aproximação, a maior parte das associações não existia, portanto praticamente todas as associações são suportadas na sua maioria pela Câmara e pelas Juntas de Freguesia.

Carina – Mas para além dos subsídios que a Câmara atribui existe mais algum tipo de apoios, por exemplo a nível de transportes?

Exactamente, portanto sabe que a Câmara tem uma frota de transportes e todas essas associações que não têm transportes são concedidos. Sempre se deu transportes a todas as associações, embora neste momento haja alguma dificuldade nesse sentido, portanto está a ser disciplinado esse apoio também, dentro dos problemas que aconteceram, de contenção de custos e as horas extraordinárias, a Câmara tem alguma dificuldade em suportar o apoio que dava anteriormente. Isto tem a ver com a última alteração que houve, por causa das exigências das horas extraordinárias

- Se sim, que tipo de apoios concede a Autarquia/Junta de Freguesia às Associações?

- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

Conforme o regulamento, por aquilo que eu sei, cada associação tem um acordo, um contrato-programa com as Câmaras e com base nesse contrato-programa, a Câmara atribui uma verba, através desse dito regulamento. Poderá haver casos excepcionais ou casos pontuais de eventos que essas associações organizam. Supondo que a associação de malha aqui de Loulé vai organizar o campeonato do mundo de malha, logicamente se ela vai organizar o campeonato do mundo, vai pedir apoios à Câmara, à Junta de Freguesia, portanto isto é um apoio excepcional. Agora, no seu dia a dia tem um contrato-programa com a Câmara que é logo definido no início do ano quanto é que vai ser atribuído.

- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?

- É realizado directamente pela autarquia ou é canalizado pelas Juntas de Freguesia?

São independentes, a Junta de Freguesia é um órgão, a Câmara é outro. Não tem nada a ver, a contabilidade da Junta é uma, a contabilidade da Câmara é outra. O subsídio ou o apoio a dar pela junta ou pela Câmara são separados diferentes um do outro, são independentes, não tem nada a ver uma coisa com a outra.

- A comunicação entre as Associações e a Junta de Freguesia é efectuada directamente ou é intermediada pelos dirigentes autárquicos?

É por ofício ou por reunião. Mesmo sendo por reunião, há sempre um ofício, um pedido por escrito, a apresentação do projecto, aquilo que pretendem e é definido em reunião de Junta o apoio a dar ou não, mas vai sempre à reunião de Junta. Como sabe as Juntas de Freguesia umas são constituídas por 3 elementos, outras por 5, o caso daquela que eu dirijo somos 5 elementos que nos reunimos todas as semanas precisamente para despacho desses ofícios, desses pedidos que aparecem, para além do contrato-programa que temos com as instituições todas. Tal como eu disse nós temos um contrato-programa com todas as instituições da freguesia e atribuímos um subsídio, tem um orçamento para aquelas instituições. Mas pontualmente pode haver um caso em que nós mediante as provas que existem, a atribuição de troféus. Portanto, é independente desse subsídio que nós damos. Ou eles têm uma prova que justifique que nós lhe demos mais uma verba. Ou por exemplo agora para comemorar o 25 de Abril, em que várias associações estão a aparecer. Houve uma proposta de no dia 25 de Abril fazer o dia do desporto. O presidente da junta vai apoiar a organização, os apoios dos eventos, os troféus, tudo isso que não estava previsto. É necessário haver sempre reuniões com o executivo da Junta, embora seja um interesse espontâneo, é de interesse local e nós apoiamos. O que eu queria dizer, é que se dirigem ao presidente e o presidente depois de certas informações leva a reunião de junta para aprovarmos. É sempre feito desta maneira.

- A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio das Câmaras?

Depende dos projectos. Quando é um projecto em que a Junta de Freguesia tem meios suficientes para suportar e é um projecto local, a junta de freguesia suporta. Quando é um projecto que se considera a nível concelhio, normalmente pede apoio à Câmara também, através dessas instituições fazemos reuniões e apresentamos o projecto e a Câmara apoia ou não apoia, é o caso por exemplo do triatlo. O triatlo foi uma prova que se começou a fazer na freguesia de Quarteira e que foi apresentado à Câmara e a Câmara começou a apoiar. Portanto, o que estamos a preparar para este fim-de-semana é uma prova da taça da Europa. Portanto, vamos ter 20 países a representar a Europa toda. Portanto, é um projecto que a Junta de Freguesia já não tem capacidade financeira para apoiar. Quando isto acontece, reunimo-nos com a Câmara, vimos se há interesse em fazer isto ou não há interesse, vamos ver, vamos analisar e a Câmara se há interesse apoia e tem apoiado, na maioria tem apoiado

- Que apreciação faz sobre o papel das Associações?

O papel das associações é importantíssimo, é importantíssimo porque abrange ou complementa toda a área, todos os pontos. Temos por exemplo, se começarmos na prática de desporto, para mim são instituições que devem ser sempre apoiadas e no sentido de ocupação dos tempos livres da juventude. Portanto todo o apoio que a Câmara e as Juntas dá a estas instituições, clubes e associações dessa área, são importantíssimos, sem esses apoios eles não podiam funcionar. E eles estão a fazer um trabalho excelente que é substituir-se muitas vezes aos pais, porque os pais trabalham e não têm tempo para os filhos e estas instituições substituem-se aos pais. Nesse sentido, eu acho que é importantíssimo o apoio que as Juntas e a Câmara dão a estas instituições. Outras na parte social, a parte social também... cada instituição tem uma área e dentro dessa área eles fazem um papel às vezes que a própria segurança social às vezes podia fazer e não faz, porque a segurança social está fechada, enquanto que estas Instituições de Solidariedade Social são instituições abertas e que vão encontro das populações, portanto estas instituições mesmo com poucas verbas conseguem fazer um trabalho extraordinário, que a Segurança Social não consegue fazer. Detectam determinados problemas que a Segurança Social não consegue detectar, portanto, eu acho que o apoio que se dá, desde que seja bem analisado, caso a caso, que é isso que a Junta faz e a Câmara faz também, nunca é demais e vale a pena apoiar e estar junto dessas instituições. Temos o exemplo de um projecto que houve uma candidatura para a

Abelheira, o Programa Escolhas, foi um projecto que teve um sucesso extraordinário e portanto chegou ao seu término agora este ano em Dezembro, mas que a Câmara decidiu apoiar a continuação. É um investimento que a longo prazo vai ter um efeito positivo. É isto que nós temos que estar sempre atentos, autarcas, porque às vezes pode haver alguém que diga: estão a dar subsídios de qualquer maneira, eu penso que ninguém dá subsídios de qualquer maneira. Dá subsídios porque vê que há necessidade de os atribuir, para que determinadas associações possam fazer um trabalho que as autarquias não fazem, que as entidades competentes não fazem, porque há sempre pessoas com vontade de trabalhar e ir mais além. E nesta altura que há tanta gente no desemprego, principalmente na área social e que temos tantos jovens licenciados que não têm emprego, acho que é mais uma razão também para as autarquias fazerem um pequeno esforço, apoiando todas estas instituições.

- Como define a dinâmica associativa da sua Freguesia?

Considero-a boa, portanto nós estamos a abranger todas as áreas, inclusivamente temos lá uma instituição de Parkinson, a sede foi criada em Quarteira, pena tenho eu que vai ser desviada para Tavira. A Câmara de Tavira atribuiu um terreno e a Câmara de Loulé não atribuiu para nós fixarmos essa instituição cá. É lamentável que tenhamos essa situação, é certo que temos outras instituições, temos a existir, temos a Unir, temos praticamente todas as instituições aqui num concelho central que é o concelho de Loulé e uma instituição que foi criada em Quarteira, no concelho de Loulé e agora vai ser desviada para Tavira, não tenho nada contra Tavira, mas o coração do Algarve está aqui, não está em Tavira, isto é uma realidade. Para dizer que nós em Quarteira temos praticamente tudo, nesse sentido temos instituições em várias áreas. Neste momento também temos um projecto que vai ser desenvolvido com a Associação de Planeamento Familiar, uma candidatura através do POR (?) que também está a trabalhar lá e a Existir que está aqui em Loulé mas faz o trabalho em Quarteira também e por aí adiante, o resto temos um problema por exemplo na minha freguesia essencialmente de instalações, espaços, que é o grande problema que nós temos, que há muita coisa para fazer mas falta espaços. Temos o banco do tempo que é único do Algarve, está a funcionar muito bem, temos a Associação de Marchas, temos a Associação de Pescadores e depois temos Clubes, o Clube de Atletismo, de Basket, o Basket sobre rodas, ainda este fim-de-semana esteve um equipa do Porto a jogar em Quarteira, o único clube que promove o

desporto para deficientes a nível do Basket é os tubarões de Quarteira e vêm atletas de Olhão, Albufeira, Boliqeime, portanto vêm atletas de todo o concelho e fora do concelho, não vêm de mais longe porque as despesas são muitas e essas pessoas não têm grande facilidade. É um desporto que acaba por ser caro, precisamente por causa dos transportes.

- Relativamente ao Movimento Associativo na sua freguesia, quais são as áreas que considera existirem lacunas?

Nós há uma área que nós precisamos desenvolver, que é na parte cultural ligada ao teatro, há um teatro e..., tudo o que seja parte cultural, precisamente porque não temos espaços, portanto os espaços físicos não existem e é uma grande dificuldade em desenvolver isto. Temos os meios humanos, mas falta-nos os meios técnicos, essencialmente o espaço e aí tem sido uma aposta que nós temos estado a tentar fazer mas é sempre uma dificuldade, porque temos sempre o problema onde? Onde é que vamos instalar isto? A nível do teatro não temos por exemplo uma sala em condições para apresentar teatro em Quarteira, temos grupo de teatro que tem estado a actuar pelo concelho todo, é um teatro amador, com poucas condições, precisamente porque não tem os meios, portanto a parte cultural é uma lacuna que nós temos em Quarteira e que nós estamos a tentar ultrapassar com a criação do Centro Cultural que está previsto avançar nos próximos anos, depois de termos um espaço acho que vai mais fácil para eles desenvolver o seu trabalho. Na parte musical os jovens também não têm um espaço para ensaiar, trabalham nas garagens, trabalham nas casas deles, não há um espaço para ensaio, também é uma lacuna que existe que pode ser colmatada, a parte da biblioteca também me preocupa bastante, que está no mesmo saco, que é a criação de uma Biblioteca pública em Quarteira, portanto neste momento é a área que mais me preocupa neste âmbito. Todo o resto, há dificuldades para os espaços físicos para o desporto, os pavilhões das escolas tem sido a salvação, estão super ocupados, há a necessidade de construir um pavilhão a curto prazo, um pavilhão desportivo grande, de maneira a que possa dar resposta a estas necessidades. Quarteira tem uma juventude muito grande e precisa de estar ocupada, tanto na área desportiva como na área cultural.

- Na sua opinião qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento Local?

Têm um papel importantíssimo, na minha opinião têm um papel importantíssimo. Porque se não for através das associações não há um crescimento em várias áreas. Nós temos que ter um crescimento em todas as áreas, na área do desporto, na área da cultura, na área tecnológica, em toda essa área tem que haver associações para pôr a máquina a trabalhar a um ritmo diferente e as associações têm esse papel e são importantes, porque elas muita das vezes criam dinamismo diferente nas qualidades, portanto nesse sentido acho que é fundamental o trabalho deles.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações?

O grande problema das associações é a falta de espaços, de terem sedes próprias para poderem desenvolver os seus trabalhos, portanto esse é o grande problema das associações neste momento em Quarteira e penso que nos outros locais estarão iguais, mas na zona interior têm menos problemas, têm menos problemas porque já são menos e por outro lado consegue-se no interior mais facilmente um espaço cedido por alguém para esse efeito. A criação das antigas sociedades recreativas que haviam, esses pólos que são importantíssimos para as localidades. Monte Seco por exemplo tem um pólo extraordinário, onde as pessoas se reúnem, onde as pessoas podem exercer várias actividades, se formos comparar isso para Quarteira, Quarteira não tem nada ao fim e ao cabo temos neste momento um espaço no Centro Autárquico que é uma salinha que leva 170 pessoas, que foi inaugurado no ano passado, quanto ao resto, temos a praia, temos uma marginal, temos tudo isso, mas um espaço para fazer determinadas actividades não temos e essa é uma dificuldade que as associações têm em Quarteira.

- Que tipo de apoios necessitam as Associações?

As associações necessitam de todos os apoios, mas o logístico é importantíssimo para elas, este caso dos espaços faz parte disso e é importante. Desde que uma associação tenha uma sede digna e em condições, ela desenvolve-se, vai havendo sempre uma direcção que vai trabalhando.

- É o presidente da Associação que fala directamente com o presidente da Junta? Ou existem intermediários na relação entre o presidente e as Associações?

Normalmente é o presidente da Associação ou a direcção da Associação que fala. Pessoas responsáveis com pessoas responsáveis. Normalmente não há intermediários, nem faz sentido não é? Não faz sentido o presidente da Junta vir aqui e ir falar só com os engenheiros e não falar com o presidente ou por exemplo vir o vogal da Junta que vem aqui tratar de um assunto com o Sr. Presidente, portanto há uma hierarquia, como há nas Associações, portanto o presidente da Associação procura ser ele a falar com a Junta ou com a Câmara, normalmente respeitamo-nos uns aos outros.

### **Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Querença (I1)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?

Eu não sei se existe um regulamento próprio, mas sei que tacitamente elas estão regulamentadas e estão regulamentadas porquê? Porque as associações normalmente têm um contrato programa com a Câmara Municipal de Loulé, portanto para isso terão que estar regulamentadas, senão num regulamento duro, pelo menos num regulamento tácito com a Câmara.

- Considera que a Câmara deveria ter políticas de apoio regulamentadas?

A Câmara tem políticas de apoio regulamentadas. Elas estão regulamentadas. Há umas que podem não estar num regulamento próprio, mas dentro da própria gestão da Câmara porque ela... porque estes apoios também são cíclicos e são cíclicos porquê? Porque o apoio não é permanente. Uma regra de hoje não quer dizer que seja verdadeira amanhã. Portanto se a Câmara estiver com um superavit pode apoiar mais. Se estiver com um défice não pode apoiar mais do que gostaria e eu estou convencido de que no que respeita à cultura e ao bem-estar está sempre disponível para apoiar, mas dentro dos contratos programa como é lógico, dentro da tal regulamentação. Ou então de uma negociação própria, não havendo uma regulamentação, pelo menos numa discussão própria entre Associação e Câmara Municipal.

- Existe algum plano de atribuição de apoios financeiros às Associações?

Existe, existe. Olhe eu sei que existe para construir uma sede, acho que há uma verba determinada inicialmente à volta dos 5 mil euros, isto como um incentivo para que depois os associados criem força e dinamizem essa construção, portanto há. Há regulamentares a essa parte e depois da atribuição desses apoios há os apoios como disse dentro do contrato programa.

- As Câmaras/Juntas de Freguesia mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios?

Mantêm, geralmente há um .... Estamos muito próximo, as freguesias que estão no terreno têm uma aproximação muito grande das associações, isto é, através da sua regulamentação, através do seu registo, da sua certificação, da sua obtenção de estatuto de utilidade pública, de modo que existe sempre uma aproximação muito grande entre as Juntas de Freguesia e as Associações e das Câmaras logicamente também. Isto tirando a parte dos subsídios, porque depois as associações sendo cultural, havendo a hipótese de fazer (?) por exemplo uma rádio local ou que queira fazer um evento local por exemplo de uma freguesia do interior ou qualquer outra, aí vem portanto, há uma ligação, nós ligamos com a Associação para fazer esse evento. Nós somos apenas um elo de ligação. Melhor dizendo, nós somos os intermediadores que não ganhamos nada.

- Se sim, que tipo de apoios concede a Autarquia/Junta de Freguesia às Associações?

Havendo a carência, se a associação não tiver lugar há as casas de povo, que é um espaço maior, mas os espaços da Junta também estão sempre disponíveis. Esses é que estão regulamentados, para esses é que há um pagamento dessa utilização. Esses estão regulamentados. Assim como estão regulamentados, por exemplo uma associação com dificuldades, não se cobra nada, agora uma associação que vem de Lisboa ou Coimbra, que quer vir cá em baixo promover um determinado evento, que tem determinado financiamento comunitário, é lógico que haja também uma distribuição pelas Juntas de Freguesia onde se vão instalar. Portanto há um programa, está regulamentado, há um custo, mas portanto há uma elasticidade muito grande da parte das Juntas.

- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

O financiamento destas entidades associativas faz-se através dos seus associados. Só assim é que existe sustentabilidade, e através de eventos que proporciona. Melhor dizendo os associados, deve haver um leque grande de associados, deve haver um quota permanente, um custo fixo e permanente ou fixado anualmente e depois haverá consoante o evento ou a necessidade que haja que seja os próprios associados a se unirem por uma causa comum da sua associação. Explicitado, vamos fazer uma casa. A

Câmara fornece 5 mil euros para o início, como 5 mil associados, por exemplo se cada associado contribuir com 50 euros, veja o que se vai aqui arranjar. 250 mil euros, vai-se arranjar uma quantidade de dinheiro enorme. Assim é que deve ser considerado o financiamento e depois há outros financiamentos para as associações. Há financiamentos que se podem ir buscar através da Direcção Regional das Autarquias Locais, que é financiado através dos governos civis. Operações essas que são até 100 mil euros, portanto não pode ultrapassar 100 mil euros. Cá está uma forma de financiamento e depois também consoante a actividade da associação também pode ir buscar ao PRODER que é neste momento um instrumento muito importante no actual quadro comunitário, como bem sabe que é o QREN.

- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?

No contrato programa, ele é anual e porquê que é anual? Porque ele tem uma medida própria, nós não podemos vestir as calças que você veste, o seu número não é o mesmo que o meu, nem do seu pai, nem da sua mãe. Consoante a medida da associação, consoante os seus números, consoante o seu “budget”, assim nós fazemos também, vemos a necessidade de cada associação. Se ela tiver um “budget” grande significa que tem muitas actividades, é uma associação pró-activa, que vai buscar e dá aos seus associados e à populações onde está inserida.

Carina – portanto é determinado logo no início do ano...

Quando fecham as contas, quando fecham as contas. Mas geralmente ele vai-se mantendo, não há um aumento substancial, poderá haver, imagine bem vamos agora, um exemplo, também interessa aqui arranjar exemplos. Imaginemos que há uma associação que tem 5 mil euros de apoio de um programa para fomentar o desporto entre os jovens e imaginemos que aparece um evento como por exemplo o Ritmos que vai para Querença e nós necessitamos na própria Associação de fazer mais alguma coisa. Nesta altura casuisticamente, nesta altura pede-se à Câmara para dar mais um pequeno apoio. Às vezes são apoios pequenos.

Carina – Então não estão logo determinados no início do ano... durante o ano há alguma flexibilidade para...

Eles estão determinados, mas há flexibilidade. Isto é tal e qual um temporal. Há um apoio. A Câmara ou Junta de Freguesia pode dar também qualquer tipo de apoio que possa surgir para a Associação. Portanto, há um evento de grande dimensão e que nós temos interesse também em apoiar. Nós Junta, nós Câmara e eles Associação. E nós interessa-nos também apoiar um evento porque vai-nos trazer também mais uma vida local. Vai ter uma participação activa e que nós interessa-nos apoiar. Mas isto são casos pontuais, isto é tal e qual como haver muita chuva, não estar prevista a chuva, a estrada estar boa, mas entretanto cai um pinheiro para dentro da estrada e temos que pedir que vá lá uma máquina. Às vezes nós não contamos com esses tipos de eventos.

- É realizado directamente pela autarquia ou é canalizado pelas Juntas de Freguesia?

A junta de freguesia quando dá qualquer tipo de apoio, ela tem autonomia financeira. Tendo verbas pode atribuir esse apoio.

- A comunicação entre as Associações e a Junta de Freguesia é efectuada directamente ou é intermediada pelos dirigentes autárquicos?

A Junta de Freguesia comunica logo directamente com as Associações.

- A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio das Câmaras?

Acho que deve ser acrescentado um parêntese aqui. E as Associações quando chega um pedido à Câmara deve ser pedida uma informação às Juntas de Freguesia? Eu acho que sim. Qualquer associação, ao chegar qualquer pedido à Câmara, todas as Associações devem fazer entrar este pedido pelas Juntas de Freguesia porque estamos no local, ou quando chegar o pedido à Câmara dar o conhecimento às Juntas de Freguesia para que dê o parecer, porque às vezes há pedidos que não se justificam, há outros que são propositados (?) e há outros que são superavitários (?). Uns é de mais e outros de menos. Pelo menos para a Junta ter conhecimento que eles existem. Pode aparecer uma Associação que pede uma verba à Câmara e depois vai pedir uma verba à Junta. E depois andamos aqui assim como uma pescadinha de rabo na boca. Pede um, pede outro, pede outro e a gente não se consegue controlar.

- Que apreciação faz sobre o papel das Associações?

As Associações são aglutinadoras das vontades populares. E como aglutinadoras que são das vontades populares, elas têm uma dinâmica própria, isto é, uma associação que é para caça nada tem a ver com uma associação que é para pesca, no entanto, existem vontades comuns. Todos serem caçadores e pescadores e deixarem ali um pouco do seu stress e além disso arranjam uma comunhão de vontades entre eles para fazerem o seu petisco de lebre, para fazerem o seu petisco de robalo e o seu petisco de carpa e dentro do convívio vem mais um copo e a seguir a mais um copo vem a harmonia. É tal e qual como na altura em que se matam os porcos a família convida toda a família e também a Associação é uma família, mas têm que estar devidamente enquadradas na lei.

- Como define a dinâmica associativa da sua Freguesia?

É uma dinâmica que eu devo dizer-lhe é vertical. Temos associações de caça, temos associações de (?) da Freguesia da Casa do Povo, temos uma fundação cultural, temos da cultura, da parte popular e da parte recreativa como é o caso do desporto, neste caso a caça que também podem divergir para a pesca. Portanto ela tem uma dinâmica própria, é uma dinâmica muito importante. É uma realização muito simpática e depois temos pequenos grupos que fazem os eu passeio e aí está também a Junta a colaborar. Não dar por dar, dar desde que haja divulgação do bom nome da terra. Se não houver o bom nome da terra nós não damos apoio. E por isso quando nos pedem para darmos umas t-shirts, lá os amigos do rodinhas, lá vamos nós fazer umas camisolas para os amigos do rodinhas. Portanto, para dar visibilidade à terra e sempre em primeiro lugar a sua, a imagem da própria localidade. Nós, Querença, tendo um plano de marketing é uma forma de um novo símbolo e a divulgação da imagem de marca que é “Querença. Sinta-se em Casa”. Também temos a vantagem da particularização das associações.

Carina – Considera portanto que existe uma boa dinâmica associativa?

Com certeza que há. Tanto que a sua Fundação Manuel Viegas Guerreiro ao ser inaugurada a sua sede cultural foi inaugurada por Sua Exa. o presidente da República. Não vale a pena dar melhor exemplo.

- Relativamente ao Movimento Associativo na sua freguesia, quais são as áreas que considera existirem lacunas?

Olhe a nível de lacunas, existe aqui alguma que eu podia referir. Essencialmente na defesa do património natural. Devia haver alguma associação com mais força, não digo com a força da Almargem e da LNPN nem Alportel, mas uma Associação do género da Alportel ou da Almargem para defender o nosso património natural, porque o nosso património natural é extremamente importante e nós neste momento, o que temos de mais importante nas freguesias do interior é o nosso património natural.

- Na sua opinião qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento Local?

Olhe, é trazer alegria. É trazer união entre as diversas famílias. Posso-lhe dizer que no final do ano havia uma Associação que fez com que houvesse o ingresso da passagem do ano, fazer a passagem do ano na Casa do Povo, foi promovida por uma Associação que são os Amigos do Galo e esses rapazes é que confeccionaram, trouxeram a alegria e foi quase 24 horas, começaram no dia antes a cozinhar e no outro dia quando acabaram foi depois do almoço. Alguns deles nem se deitaram. E esta dinâmica, é a dinâmica das famílias, é a dinâmica do bem-estar, da alegria e sabe, à mesa as coisas resolvem-se sempre melhor. E é dentro dessa dinâmica que nós entendemos o desenvolvimento das terras e das próprias associações. As associações têm que ter membros dinâmicos e estarem devidamente instituídas, portanto direcção, conselho fiscal, assembleia-geral, tudo isso deve estar devidamente esquematizado. Devem estar definidas todas as suas competências que é para ninguém fugir. Se todos assumirem as suas responsabilidades, sem dúvida alguma que temos uma maior vivacidade da associação. Isso é extremamente importante. E sempre uma associação com autonomia financeira porque a Associação não pode pensar que vai pedir à Câmara, não pode pensar que vai pedir aqui e ali, a associação tem que ter uma autonomia.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações?

Muitas vezes não haver um entendimento e não haver criação de políticas de trabalho e de responsabilização.

- Que tipo de apoios necessitam as Associações?

Necessitam de apoios a nível de informação, informação sobre actividades, informações sobre financiamentos próprios para as associações, de direito, nomeadamente de construção das próprias direcções e dos seus estatutos e apoios publicitários quando se faz qualquer evento. Precisam mais de carinho ao fim ao cabo. Muitas das vezes mais do que do apoio financeiro. E haver um incentivo, dizer: É pá faz-se assim e depois dinamizar o grupo para que se consigam os objectivos. Porque sem dinamização de grupo não se conseguem os objectivos. Tem que haver aqui nas associações, tentar que tenhamos uma gestão participativa, isto é, eu chego e digo que esta área é muito alta, mas se eu tiver aqui mais dez pessoas e quisermos movê-lo e houver alguém que diga não eu levo sozinho. Temos que dar valor a essa pessoa e cada um gerir dentro da sua possibilidade e da sua capacidade. Daí uma gestão participativa porque há uma gestão de compromisso. E essa é necessária aqui como a qualquer empresa, não é possível que qualquer empresa sobreviva sem esse compromisso. Não há empresas, não há Câmaras que sobrevivam, bom... elas sobrevivem porque têm uma condição diferente, mas devia haver uma gestão mais participativa. A liderança é também muito importante nestes casos e um bom presidente às vezes na escolha ao nível dos estatutos nós temos um concelho e é preciso assim...

Carina - E os presidentes das Associações costumam fazer parte de outro tipo de órgãos, nomeadamente, dentro das Câmaras e das Juntas de Freguesia?

Podem fazer. São cidadãos.

Carina – Mas costuma ser um hábito?

Não. Ahhh... pode... ehh... é um cidadão que se veja mais enquadrado, que seja mais capacitado para fazer esse trabalho. Não é obrigatoriamente, não é como um director de um hospital que precisa de ser médico.

Carina – Costuma ser mais alguém que está ligado à política?

Não. Até deve ser que esteja fora, mas infelizmente é sempre quem está ligado à política, porque é uma pessoa capaz de dinamizar vontades e por isso é que aparecem nas associações ou alguém ligado a política ou alguém com um suporte de base política muito grande.

Carina – Voltando atrás, costuma haver o hábito do presidente da Associação ir directamente falar com o presidente da Junta de Freguesia? Ou existem intermediários?  
(última questão do guião)

Não. As Associações falam directamente com o presidente da junta ou com o secretário. Por exemplo no caso de Querença, há a Associação da Casa do Povo, eu sou o presidente da Assembleia Geral e ao nível da Fundação Manuel Viegas Guerreiro eu também sou administrador, veja, há sempre uma interligação das Associações com a política. Trabalhamos quase em rede. Há umas que são mais autónomas, como a Associação de caçadores, eu como não sou caçador... se fosse também se calhar lá estava, mas também vou de vez em quando, participo com eles em determinados actos. Resolvemos os problemas da serra, no arranjo de caminhos. Fazemos valer também a protecção dos fogos de Verão com uma e outra associação. Há sempre maneira, nos momentos importantes, nós estamos sempre em conjunto.

Carina- E esse trabalho em conjunto é um instrumento de desenvolvimento local?

Sem dúvida alguma, uma associação é sempre de desenvolvimento local, cultural, gastronómica, no caso dos amigos do galo, associação de lazer, associação cultural como é o caso da fundação. Há sempre entre as associações um fundo extremamente importante. No caso dos amigos do galo, são amigos que tentam dinamizar. Foi pensada até uma confraria dos amigos do galo, mas não. Tornou-se associação porque associação é muito mais simples. Uma associação sem fins lucrativos não se (?) pessoal, é tudo voluntariado. As associações é essencialmente voluntariado em todas elas mas sempre com uma vertente .. os amigos do galo têm como dizia um cariz de manutenção e da permanência do galo, a criação do galo através de alimentação tradicional que tem mais sabor a carne rija do campo. Os amigos do galo não é apenas os que vão comer o galo, para isso eram os inimigos do galo porque os estão a matar. É os amigos porque potenciam o desenvolvimento tradicional do galo, criação do galo tradicional e depois também a alimentação e os festejos dos amigos do galo, porque como sabe até há bem pouco tempo não se podia matar um galo porque através da ASAE era muito complicado.

Carina – A ASAE agora já não anda tão em cima pois não?

Andam menos em cima. Já não são tão fundamentalistas. Estão a perder um bocadinho de força, porque veja, não se matar o porco e não se matar o galo... tínhamos o restaurante de Querença onde era notório e elevado o galo, o galo de cabidela, desapareceu o galo de cabidela porque o galo que se compra no talho não é o mesmo galo que se comprava no campo. No outro dia fizemos uma festa da liga dos combatentes, que eu também sou do conselho fiscal da Associação Nacional da Liga dos Combatentes que é um bom exemplo também, se você quiser alguma coisa de Associações, a Liga dos Combatentes é muito importante e está a fazer um excelente trabalho.

Olhe a Fundação Manuel Viegas Guerreiro é culturalmente extremamente importante e tem aqui o Eng.º Luís Guerreiro. Vai-se dar agora uma Pós-graduação. Vai-se já pedir através do ISCTE e da Universidade do Algarve, tá a ver de alto gabarito. É sobre o turismo qualquer coisa, é um termo qualquer. Depois vai-se pedir também autorização para o Mestrado.

Mas esquecemo-nos de falar da principal Associação de uma Freguesia, que você não me perguntou. São as comissões fabriqueiras, que essas são desde os primórdios. São aquelas que gerem as festas, como as festas da paróquia. Existe um conselho, existem órgãos próprios, que mandam e que estão nas festas e é divulgar não apenas a fé, que também é necessário, mas também a tradição. E as comissões fabriqueiras, as fábricas das igrejas são extremamente importantes. As comissões fabriqueiras são extremamente fortes, são vigorosas, divulgam a fé e as tradições e pode-se dizer que a de Querença se você quiser vá um dia assistir a uma missa, a uma eucaristia e vai ver que nem sempre vamos equipados, mas na altura do Natal até arranjámos uma coreografia própria. Uma camisinha branca, uma gravata bordeou, calça escura e as senhoras da mesma forma. Daí que também é importante termos em ideia as comissões fabriqueiras, as fábricas das igrejas, é muito importante. As comissões fabriqueiras são seculares, são de extrema importância.

Carina – Voltando atrás, aqui nesta questão que eu tinha perguntado sobre o financiamento das Associações, o financiamento da Câmara ou das Juntas de Freguesia só se realiza em determinados momentos?

Não, não com a Câmara não. Com as Juntas sabem que não fazemos contratos programa, fazemos pontualmente. As Juntas necessidades que possam surgir. Com as Câmaras municipais é que são feitos contratos programa anuais. Chega-se a uma altura fecham-se as contas e só depois de se fecharem as contas, arranjamos toda a orçamentação para o próximo ano com o plano de actividades. Com o plano de actividades e criando a sua dimensão própria é que se vai pedir à Câmara Municipal. Geralmente não convém fazer aumentar muito. A verba pode estar às vezes em crescimento, como é o caso da Liga de Loulé que está numa fase crescimento muito grande, é diferente, mas aqui assim entre termos com a Câmara, os contratos programa são analisados depois de fechadas as contas, obtidos os resultados e termos a orçamentação para o próximo ano sempre anexando um plano de actividades ok? Não vamos fazer de uma associação como em Querença a Casa do Povo em que se joga ali à carta, à malha e a campeonatos de futebol de salão 24 horas porque às vezes há um torneio que não acaba, está sempre a trabalhar, que é uma maratona de futebol. Não vamos comparar a Santa Casa do Povo de Querença não vai fazer uma prova desportiva de campeões, não vai trazer cá o Red Bull. Dentro da sua actividade é que faz o seu plano e nós damos o apoio dentro dessa base. Depois se a Câmara não der mais e der menos, junto dos associados e dos participantes das actividades e eventos, em vez de se pedir 20 pede-se 25 euros, para cobrir, para não ter défice. Também não interessa ter lucro, mas não interessa ter défice, ter um pequeno lucro para haver um conforto, mas nunca ter défice.

Carina- Pois, o que eu queria saber era se na altura das eleições não há tendência para aumentar os apoios às Associações?

Não, não não. As eleições nada tem a ver com...

Carina – Não influenciam nada?

Não, não. Até porque nós não temos que misturar. As associações são grupos, enfim temos motivado ao longo do ano a meu favor, não é chegar na e tentar (?).

Carina – Mesmo a própria Câmara?

Não, não não. Na própria Câmara não, mas é mais quando existem ligados a um órgão ou a outro ou a outro, mas nós não o podemos fazer. Nós quando se dá uma notação (?)

contra as eleições está sempre dentro da nossa fraca capacidade o efeito ressonância, mas olhe que o povo não é tão parvo, enquanto os chefes vai o efeito de ressonância, na política os efeitos de ressonância não funcionam ou funcionam ao contrário. Se eu não fizer nada disto e só no último mês é que vou fazer é complicado porque esse efeito não resulta na política. O povo não é assim tão estúpido. Estúpidos são às vezes os nossos chefes.

Carina – A minha pergunta de partida é como se relaciona a Câmara Municipal de Loulé com as suas Associações? Não sei se quer acrescentar alguma coisa. Como é o relacionamento da Câmara com as associações?

Olhe eu devo dizer-lhe que eu acho que até é demasiado aliás.

Carina – É um relacionamento regular ou ?

É regular é. Quando é preciso lá está a Câmara a dar aquilo e aqueloutro. A câmara não é....

Carina – Não se realiza só em determinados momentos?

Não, não, não. E é anual. E eu até acho que é demais aquilo que a Câmara presta às Associações. As associações têm que ser autónomas de poder político e de poder financeiro. Têm que ter uma parte de sustentabilidade. Pontualmente ir ao sítio, mas se elas tiverem uma dinâmica própria que seja necessário elevar, em vez de ser a Câmara a fazer, você veja se for a Câmara a fazer, qualquer dia é a Câmara que faz tudo. Se delegar, isto é quase uma delegação de poderes, está a ver. Isto é uma delegação de poderes. A gente chama o apoio à Associação. Não. Há uma definição e depois há um empurrão, empurram-se para as associações e as associações fazem porque o resultado é muito concreto, ok? Isto é tal e qual uma empresa. Quando uma empresa tem capitais próprios suficientes para um investimento nós damos apoio, mas se ela não tiver capacidade, se não for capaz de gerar fluxos de caixa para desenvolver a sua actividade, não vale a pena a gente estar a apoiar. Nós temos que saber em cada actividade o montante a financiar.

Carina – Não existe nenhuma associação que esteja completamente dependente da autarquia?

Olhe, eu não sei. Não lhe posso dizer. Em relação a Querença, nenhuma está. Umas mais dependentes, outras menos dependentes, todas têm autonomia.

### **Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Salir (I7)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?

Portanto esta é uma área que diz mais propriamente respeito à Câmara. Não estou necessariamente por dentro, mas na verdade estou aqui à frente da Freguesia desde Outubro, mas sempre fiz parte do associativismo, neste caso na Associação Cultural de Salir. Tinha o cargo de presidente e actualmente ainda faço parte dos órgãos sociais como vice-presidente e portanto, as políticas de apoio eram atribuídas de acordo com as actividades que são desenvolvidas dentro de cada associação e aí portanto, eles com base no número de elementos federados são atribuídos os apoios que terão uma regulamentação interna para esse efeito.

- Considera que a Câmara deveria ter políticas de apoio regulamentadas?

Acho que sim. Que devia ter políticas de apoio regulamentadas e de acordo com a parte geográfica de cada associação, ou seja, uma associação do interior tem sempre mais dificuldades de deslocações da parte dos formandos, da parte da formação para a deslocação para a sede de freguesia e para o parque desportivo do que uma associação da parte urbana, em que eles próprios por si só se deslocam.

- Existe algum plano de atribuição de apoios financeiros às Associações?

Portanto sim. Eu penso que a Câmara Municipal de Loulé tem um plano que provavelmente com base no histórico daquilo que é a atribuição de subsídios ao longo dos anos, é com base nessa política de apoio que eles financiam as associações.

- As Câmaras/Juntas de Freguesia mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios?

Existe um relacionamento de perto com todas as associações. É esse relacionamento que a Junta de Freguesia de Salir quer manter com todas as suas associações, portanto promovendo reuniões, no sentido de saber qual é o plano de actividades de cada uma delas, para ao fim e ao cabo poder subsidiá-las de acordo com os eventos que cada uma exerce dentro da freguesia.

- Se sim, que tipo de apoios concede a Autarquia/Junta de Freguesia às Associações?
- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

É como acabei de dizer, este financiamento é efectuado de acordo com os eventos e a dimensão de cada um deles em prol do desenvolvimento local, assim é efectuado esse financiamento.

- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?

Pelo que tenho conhecimento esse financiamento é regular e é efectuado de acordo com as disponibilidades financeiras, com as disponibilidades de tesouraria da própria Junta de Freguesia. Nós entendemos que estes financiamentos deverão ser feitos no momento em que é efectuado e que são executados os próprios eventos. Aí é que faz sentido que as associações tenham esse financiamento para que ao fim e ao cabo não tenham prejuízo no evento que estão a realizar.

Carina – portanto, não é definido logo no início do ano quanto é que vão atribuir a cada associação?

Portanto, existe um histórico que é visto dos anos anteriores de quais os montantes que foram atribuídos para aquela determinada associação de acordo com os eventos que ela possa realizar. Se uma associação num determinado ano recebeu um subsídio, mas no outro ano no plano de actividades não faz parte qualquer evento, também o subsídio não pode ser igual, tem de ser de acordo com as actividades que cada um realiza no momento.

- É realizado directamente pela autarquia ou é canalizado pelas Juntas de Freguesia?

Poderá ser das duas formas, portanto a associação poderá fazer o pedido de subsídio à própria autarquia e à Junta de Freguesia, que serão portanto subsídios completamente distintos de acordo com o orçamento de cada uma, mas tendo em conta que tem um evento que privilegia o concelho, faz todo sentido que a autarquia também delibere um subsídio pontual.

- A comunicação entre as Associações e a Junta de Freguesia é efectuada directamente ou é intermediada pelos dirigentes autárquicos?

Os próprios presidentes das associações fazem o pedido ou através de ofício que é o mais natural que aconteça, ainda que haja um contacto pessoal e telefónico, mas vem sempre através de ofício também.

- A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio das Câmaras?

Pode fazê-lo isoladamente, como tem feito. Na parte do orçamento da Junta de Freguesia já está contemplado uma verba para subsídios para as associações e para actividades.

- Que apreciação faz sobre o papel das Associações?

Portanto, as associações têm um papel importante na freguesia, tanto que são eles que ao fim e ao cabo promovem a identidade e a cultura, os hábitos, os costumes e as tradições da freguesia, portanto é sempre uma mais valia para qualquer freguesia ter muitas associações e colectividades que ao fim e ao cabo representem esses hábitos.

- Como define a dinâmica associativa da sua Freguesia?

Portanto, as associações ao fim e ao cabo são constituir uma das riquezas pelas quais assenta a identidade cultural da freguesia onde promovem o desporto e promovem jogos tradicionais, portanto mantém viva as tradições da nossa freguesia.

Carina – E na sua freguesia considera que existem muitas associações, poucas, se estão todas as áreas representadas?

Existem, é uma freguesia extensa e existem muitas associações, a maior parte delas relacionadas com a caça, mas outras relacionadas com as tradições como é o caso dos ranchos folclóricos que temos na freguesia, que ao fim e ao cabo, como disse constituem as riquezas da freguesia. Temos a associação cultural de Salir aqui na sede de freguesia, que envolve muitas actividades no âmbito cultural e como é o caso das danças, outras de formação, a nível de várias áreas como a culinária, a pintura, enfim.

- Relativamente ao Movimento Associativo na sua freguesia, quais são as áreas que considera existirem lacunas?

Essencialmente nos recursos humanos. No dirigismo há uma grande deficiência, em que cada vez mais, em que os ditos carolas como havia antigamente se vão perdendo e daí existe sempre muita dificuldade em criar novas pessoas com responsabilidade para estarem à frente das associações e colectividades. É a lacuna que identifico é a nível dos recursos humanos.

- Na sua opinião qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento Local?

Promovem (?) culturais locais, promovem os ranchos folclóricos, promovem as janeiras e ao fim e ao cabo mantêm os hábitos e costumes, que são locais de convívio e intercâmbio entre as pessoas.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações?

Normalmente os principais problemas são sempre entre o débito e o crédito. Há sempre dificuldades de tesouraria. As despesas são sempre superiores às receitas. Cada vez, neste momento, também tendo em conta a actual crise financeira que existe em todo o mundo, incluindo no nosso país, cada vez há mais dificuldades em arranjar patrocínios através das empresas, há mais dificuldades nas próprias receitas, as pessoas já não têm tanto fundo de maneiio para subsidiar as colectividades e ao fim e ao cabo aqui é que existem as principais dificuldades da maioria das colectividades. Para assim porem de pé todas as actividades que têm planeadas.

- Que tipo de apoios necessitam as Associações?

Portanto, isto ao fim e ao cabo as perguntas estão todas interligadas. Os apoios acabam por ser estes apoios da parte das empresas, que é ao fim e ao cabo através de um mecenato, que há grande dificuldade de as empresas só já por si sobreviverem, há sempre dificuldade em conseguirem subsidiar as colectividades e as associações, são estes apoios que às vezes dificultam as actividades.

- É o presidente da Associação que fala directamente com o presidente da Junta?  
Ou existem intermediários na relação entre o presidente e as Associações?

É, é directamente.

Carina – Não sei se quer acrescentar mais alguma coisa que considere relevante para o estudo?

Acho que este estudo é relevante. É de louvar o estudo que está a ser feito a nível desta actividade que é as associações, as associações locais e acho que deveriam ser as próprias autarquias, nomeadamente a Câmara Municipal de Loulé que deveria também fazer este tipo de estudo junto das associações.

### **Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia da Tôr (I2)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas?

Não sei não.

- Considera que a Câmara deveria ter políticas de apoio regulamentadas?

Considero porque...por questões políticas, porque depois haverá uma maior tendência para apoiar aquelas da mesma cor política e se estiver regulamentado, todas as associações são apoiadas por igual.

- Existe algum plano de atribuição de apoios financeiros às Associações?

As Câmaras têm contratos programa com todas as associações e clubes. É anual, todos acedem.

Carina - E está definido logo no início do ano o que cada associação irá receber?

Estão definidos sim.

Carina – E não há flexibilidade para durante o ano atribuírem outros subsídios se houver necessidade?

Sim, se houver uma urgência dão mais, mas em princípio dão aquela verba todos os anos para fazerem os trabalhos, para fazerem a manutenção das sedes.

- As Câmaras/Juntas de Freguesia mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios?

Todo o apoio logístico. E mão de obra, a gente ajudamos muito as associações, quando eles têm falta de certas obras, pequenas obras que não sejam muito dispendiosas, as Juntas ajudam. Às vezes a impressão de panfletos também.

- Se sim, que tipo de apoios concede a Autarquia/Junta de Freguesia às Associações?
- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

Depende, há todas essas que são Centros Comunitários e Lares e isso é com a Segurança Social. Agora as outras associações só recebem da Câmara. O Governo Civil também dava às vezes uns subsídios, mas... As desportivas é a Câmara e as Juntas que apoiam.

- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?

Nós aqui na Junta de Freguesia damos financiamento a todas as associações que têm actividades. As que vivem no activo todas recebem. Aí não é por igual porque vê-se que umas têm mais necessidades e trabalho e outras são mais pequenas não precisam de tanta ajuda, mas damos a todas. Temos um programa também e todas recebem. Mas também pode ser pontual, dependendo das necessidades que possam surgir.

Carina – O que eu queria saber aqui também, é se na altura das eleições não há uma maior tendência de apoio às Associações? Se não aumenta o investimento?

Aqui no nosso caso não. Nós somos um meio tão pequeno. Conhecemo-nos todos, somos amigos deles todos, não temos tendência de estar a puxar mais por uns do que por outros. Porque a gente depois pensando que vamos ganhar votos, secalhar vamos é depois perder no outro lado, que não recebe. Então a gente aqui ajuda todos por igual.

- É realizado directamente pela autarquia ou é canalizado pelas Juntas de Freguesia?

No princípio a verba vinha toda da autarquia. Ultimamente, portanto tínhamos aí um acordo com a CIMPOR, a CIMPOR está a explorar aqui o gesso na freguesia da Tôr e passa aqui muito nestas estradas e estraga-nos as estradas, então tínhamos uma

contrapartida de, em princípio davam 250 sacos de cimento, depois passou para 600 sacos e hoje está-nos a dar, 2000 ou 2500 euros por ano. Esse cimento era para fazer obras e agora dá-nos este dinheiro especialmente para atribuímos às Associações. E as Associações da Freguesia que vão pedir dinheiro à CIMPOR, ela já não dá e manda vir à Junta de Freguesia para a Junta dar-lhe o subsídio. Quer dizer a CIMPOR deixou de dar o cimento, e em vez dar os subsídios directamente logo às associações, dá à Junta e a Junta atribui às Associações.

Carina – E é a única verba que a Junta tem para dar às Associações?

Exactamente, para além do que recebemos da Câmara.

- A comunicação entre as Associações e a Junta de Freguesia é efectuada directamente ou é intermediada pelos dirigentes autárquicos?

Em princípio falamos logo directamente com a Junta de Freguesia, se é montantes pequenos, mas quando é certos valores, nós encaminhamos para irem à Câmara. Depende dos assuntos, há assuntos em que o director ou alguém liga para a Junta e nós resolvemos o problema no minuto. Se são outros assuntos mais complicados, nessa altura é o director que vem falar com o presidente da Junta e depois tenta-se resolver os assuntos. Depende do grau de dificuldade dos assuntos.

- A Junta de Freguesia possui meios para apoiar as Associações isoladamente ou necessita sempre do apoio das Câmaras?

Como eu disse ainda há pouco, provisoriamente temos aquela verba que é estipulada da CIMPOR para as associações, mas mais dia menos dia a CIMPOR vai fechar as portas e ficamos a depender 100% da Câmara. Não temos verba. O dinheiro que temos é só da Câmara.

- Que apreciação faz sobre o papel das Associações?

As associações são importantíssimas. Sem as associações não havia o apoio humano aqui às pessoas e desenvolve a terra. Dá a conhecer a terra.

- Como define a dinâmica associativa da sua Freguesia?

Há associações mais ou menos suficientes para cobrir todas as áreas. Mas poderia era ser mais activa, ter mais actividade. Mas temos aqui várias associações, para aí umas cinco associações num meio pequeno. Todas as áreas mais ou menos estão incluídas.

- Relativamente ao Movimento Associativo na sua freguesia, quais são as áreas que considera existirem lacunas?

Não que não há lacunas, se as pessoas tiverem interesse. Tem o Centro Comunitário para a terceira idade, depois temos o clube de jovens, temos a Sociedade Recreativa Toreense que engloba todas as áreas desportivas, desde a petanca, o futebol, a malha na laje, essas coisas, cartas...

Carina – E a nível de apoios, não considera que existe alguma falta de por exemplo equipamentos, recursos humanos?

As associações recebem todas da Junta e têm um contrato programa, além do que nós lhes damos. Portanto, eu atribuo verbas às associações para aí a cada uma, umas cinco vezes por ano. Quando fazem uma festa, quanto têm um aniversário, quando têm um evento, temos que ajudar a pagar o acordeonista ou o artista, etc.

- Na sua opinião qual o papel das Associações na promoção do Desenvolvimento Local?

Eu acho que as associações é que desenvolvem a terra. Mantêm os costumes, os hábitos. São as associações hoje que não deixam morrer a nossa maneira de ser, a nossa identidade. Porque a Junta não está muito vocacionada para isso, está mais vocacionada é para fazer obras. Dar outras condições às pessoas. Permitem desenvolver o sítio em si.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações?

É a falta de voluntariado. A gente aqui nas direcções quando se quer formar uma associação nunca há pessoas disponíveis, é preciso insistir, insistir, insistir. A gente os portugueses não somos muito associativos. Inscrever como sócio tudo bem, mas agora voluntariado para depois trabalhar ... os outros que façam, nunca há vagar para fazer nada. E o futuro aqui, nós como somos pobres, o futuro era associar-se. Um só indivíduo não tem condições para desenvolver qualquer negócio. Se for associado a

outros, já têm uma certa quantidade e já conseguem vender. Eu lembro-me aqui da agricultura para vender para o Modelo. O Modelo não compra a um proprietário, compra a uma empresa que possa fornecer durante dois ou três meses. E se os agricultores se juntassem e formassem uma associação ou uma cooperativa já poderiam ir vender os seus produtos. Eu acho que o maior problema destas associações é a falta de pessoas, de mão-de-obra, de voluntariado para o trabalho e de alguma qualificação também. Uma pessoa que vai dirigir uma sede de uma associação e não tem qualificações não é... quer dizer ao fim e ao cabo também faz um bom trabalho mas sempre está limitado.

- Que tipo de apoios necessitam as Associações?

De todo o tipo. Monetário, logístico, humano. As associações precisam de tudo. Porque as quotas que cobram são muito insignificantes. No Centro Comunitário a média de pagamento é cerca de 200 euros, ora vai duas vezes por dia uma carrinha. Por exemplo, a pessoa mora a cerca de 4 ou 5 Km, vai uma carrinha do Centro comunitário com duas funcionárias. Vai lá de manhã, lava-lhe a casa, traz-lhe a roupa, limpa a casa, leva a comida duas vezes por dia, faz a higiene pessoal. É muito dispendioso. Precisa de muitos apoios.

Carina – É a Segurança Social e a Câmara que fornece esse financiamento?

Sim a Câmara é mais obras. A este nível de apoio domiciliário é só a Segurança Social, mas os apoios são cada vez menos por parte da Segurança Social. Pode-se ter 40 utentes e eles só pagam 30. Depois há ali 10 ou 15 que ficam... pronto depois o Centro Comunitário dá-lhe pena e vai fazer aquele apoio, vai fazer mas com prejuízo. Há situações de pessoas que não têm reforma suficiente para pagar. E aqui no Centro Comunitário há vários casos de pessoas que vão ali comer e não pagam nada, vão tomar banho e não pagam nada. Portanto as associações são importantíssimas, pelo menos aqui no interior e mesmo nas cidades é igual.

Carina – E quando as associações necessitam desses apoios falam directamente com a Junta ou existem intermediários na relação entre o presidente e as Associações?

- É o presidente da Associação que fala directamente com o presidente da Junta?  
Ou existem intermediários na relação entre o presidente e as Associações?

Depende da situação. Eles já sabem mais ou menos quais são as áreas que podemos apoiar, quando é uma coisa maior vão à Câmara. Por vezes tem que ser formalizado. Aí na Câmara é mais na área da acção social, agora aqui é mais com o presidente.

### **Entrevista ao Vereador da Cultura, Juventude e Desporto (I15)**

- As políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas? Existe algum plano ou regulamento de atribuição de apoios financeiros às Associações? Existem critérios objectivos, rigorosamente definidos?

Regulamentadas no seu termo da palavra não. Há algumas normas, normas para a atribuição na área do teatro e basicamente essas na área do teatro.

Carina – Não existem portanto critérios rigorosamente definidos ou um regulamento próprio?

Portanto, a palavra regulamento não, há normas. No fundo é um regulamento, não tem é os trâmites de ser publicado em Diário da República nem nada disso, é mais de foro interno.

- Considera que a Câmara deve(ria) ter políticas de apoio regulamentadas?

Sim, são importantes.

Carina – Porquê?

Porque ajudam para já a decidir e resolvem alguns problemas de injustiça.

- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

As associações propõem anualmente com base no seu plano de actividades, o seu orçamento e o seu relatório de contas do ano anterior, apresentam o seu pedido de apoio e mediante também os objectivos que têm para o ano que vão exercer as actividades.

Carina – E fornecem um plano de actividades e depois os financiamentos que são atribuídos são todos aprovados através de Deliberação Camarária?

Sim, todos através de Deliberação Camarária, por dois itens, ou contrato-programa ou subsídio. Para além disso, ainda apoiamos logisticamente estas organizações, que também é dinheiro, é tanto como um subsídio ou mais em vários casos.

- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?

Este financiamento é regular anualmente.

Carina – É atribuído no início do ano?

Sim, normalmente no primeiro semestre, basicamente.

Carina – Mas depois têm alguma flexibilidade ao longo do ano se uma associação pedir um certo tipo de apoio?

Sim, sim temos flexibilidade.

- Quando a Câmara aprova o Orçamento no início do ano há alguma verba definida para o apoio às Associações?

Sim, sim.

- As Câmaras mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios? Que tipo de apoios concede a Câmara às Associações?

Sim, transportes, apoio logístico, bombeiros, um conjunto de serviços que a Câmara tem que disponibilizar às associações. Não é só o apoio financeiro, é muito mais do que isso.

- Como define o relacionamento da Câmara com as Associações?

É bom, é cordial, com diálogo e parceiro a um conjunto de iniciativas. Muitas delas.

- É realizada alguma avaliação de desempenho das associações?

Há um acompanhamento público, não há ainda rotinas de auditoria, que é uma coisa que nós vamos tentar implementar. Uma auditoria a esses subsídios.

- Na ocorrência de algum acontecimento grave poderão ser retirados os subsídios?

Já aconteceu alguma vez?

Por acontecimentos graves não, pode haver é os subsídios reduzirem e até retirarem caso eles não solicitem. São retirados, não são atribuídos, ou porque a actividade diminui ou a dinâmica da própria associação é diminuta e aí sim isso já aconteceu várias vezes por falta de dinâmica da associação.

- Sabe se as freguesias se poderão candidatar a algum programa participado pelos fundos estruturais ou terá de ser a Câmara?

Para esta área do associativismo? Eu penso que terá de ser a câmara, não sei dar a resposta exacta, mas posso encaminhar para quem pode responder a isto, que é a Dr.<sup>a</sup> Arlete.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações? Que tipo de apoios necessitam?

Eu acho que hoje, face à lei portuguesa a tendência é que as associações organizadas por vezes profissionalmente são aquelas que conseguem responder melhor aos desafios. A associação que vive muito do voluntariado, essa tem muita dificuldade, devido ao grau de exigência que a lei hoje impõe, desde a contabilidade ou a própria organização dos serviços, portanto essas são as dificuldades das associações, ou até a fazer uma candidatura. Uma associação que tenha um nível de voluntariado muito grande tem dificuldade em responder a uma candidatura, enquanto uma organização mais profissional, como já há muitas, que têm funcionários permanentemente.

- Como define a dinâmica associativa do seu concelho?

É grande, forte. É como posso definir. E com muita maturidade, há associações que já vêm de há muitos anos. Há todo o género de associações, associações representativas de sectores, desde lugares, desde actividades desportivas ou culturais, portanto há várias.

- Relativamente ao movimento associativo do seu concelho, quais são as áreas que considera existem lacunas?

A área cultural poderia estar mais forte em termos de representatividade. Portanto, ela é forte na área desportiva, na área recreativa também, há muitas sociedades recreativas, clubes recreativos que têm a sua actividade na área do lazer. Depois na área cultural, já nem tanto, é talvez a que tenha menos.

- Na sua opinião qual o papel das associações na promoção do Desenvolvimento Local?

É muito importante por vários motivos, um deles é a aproximação da comunidade, comunidade em termos de organização geográfica, ou mesmo a comunidade de um determinado sector, se poder organizar, poder ter um interlocutor e poder defender as áreas que se propõe nos objectivos das associações. Eles são importantes para o desenvolvimento das pessoas, da cidadania, da participação do público, do aparecimento de um novo público.

- Na sua perspectiva, quais são as questões que considera que deveriam ser estudadas para o conhecimento do Universo Associativo? Que perguntas para o conhecimento deste universo gostaria de ver tratadas?

Formas de rentabilizar as associações, de elas auto-sustentarem-se. Uma coisa que era importante de estudar era formas de elas dependerem menos do Estado, do sistema público e tentar estudar aproveitamentos no sector privado ou junto das pessoas. Isto de estar a depender exclusivamente do sector público é complicado não é?

Carina – Considera que as associações estão muito dependentes dos subsídios atribuídos?

Sim, sim considero. Sem estes subsídios públicos muito dificilmente elas funcionavam.

## **Entrevista a Chefe de Divisão de Acção Social (I16)**

- As políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas? Existe algum plano ou regulamento de atribuição de apoios financeiros às Associações? Existem critérios objectivos, rigorosamente definidos?

Portanto, não há nenhum regulamento municipal sobre essas políticas de apoio. Agora, há critérios que realmente são estabelecidos e é para esses critérios que nós nos orientamos, a nível do apoio às diferentes IPPS's do concelho. Portanto, apesar de não estar vertido em regulamento municipal. Mas os critérios são idênticos, sei lá, a nível ao investimento, a nível da construção de algum equipamento social, por exemplo o apoio às diversas valências dos infantários, portanto, do apoio à infância, os critérios são idênticos para todas as instituições e é baseado nesses critérios que os apoios são atribuídos. Agora regulamento municipal propriamente, não existe.

Carina – E esses critérios estão escritos?

É assim, as propostas são sempre aprovadas em reunião de Câmara de acordo com os critérios que estão subjacentes.

Carina – E não posso ter acesso a esses critérios?

Os critérios, por exemplo, a atribuição de apoio ao nível de infantários das diferentes valências, Creche, ATL e Jardim de Infância, é atribuído um X por cada uma das crianças que frequentam esses infantários, e por exemplo, é também atribuído apoio às crianças que estão em regime de internato e semi-internato e frequentam algumas instituições, por exemplo na região do Algarve, ou no Concelho de Loulé e portanto, o valor também está definido.

- Considera que a Câmara deve(ria) ter políticas de apoio regulamentadas?

Eu penso que caminhamos para lá, não é? E portanto, acho que sim, tem que haver uma regulamentação. Os critérios têm que ser objectivos, têm que estar acessíveis para todos e todos saberem exactamente o que é que está a ser feito dentro de determinadas matérias. As coisas têm que estar regulamentadas, bem definidas, claras e transparentes.

- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

As IPSS's são atribuídas participações financeiras ao investimento para a construção de equipamentos sociais e também são apoiadas ao nível de alguns apoios pontuais, nomeadamente pelo número de crianças que frequentam essas associações. São apoiadas a esse nível e há umas situações, algumas pontuais, que à partida serão definidas pelo executivo.

- Este financiamento é regular? Ou é casuístico, só se realizando em determinados momentos? Que momentos?

Portanto, só se realiza em determinados momentos, não é? Depende, se é um investimento, se for naquela data é atribuída essas participações financeiras. Por exemplo, no apoio às crianças que frequentam esses infantários é atribuído anualmente e depois há outros pontuais. Para a realização de alguma actividade relevante a nível social para o concelho, tem-se em consideração essa situação e é passível de ser atribuída. É uma situação pontual e casuística. Algumas actividades que algumas associações pretendem realizar que vai de encontro ao plano de actividades que eles tenham elaborado para o ano curso e que realmente possa proporcionar algum apoio a vários níveis da comunidade onde estão inseridos.

- As Câmaras mantêm algum tipo de relacionamento com as Associações para além da atribuição de subsídios? Que tipo de apoios concede a Câmara às Associações?

- Como define o relacionamento da Câmara com as Associações?

Eu entendo que o relacionamento é bom, porque é assim, nós temos implementado neste concelho o Programa da Rede Social e no Concelho Local de Acção Social estão representadas 90 e poucas entidades, portanto isto é um número significativo e relevante e os plenários têm muita aderência, as pessoas são muito activas, muito dinâmicas, propondo, sugerindo e realizando algum trabalho em parceria. Portanto, estou em querer que o relacionamento é bom. Neste momento vamos aplicar também um questionário de satisfação a esses nossos parceiros para tentarmos perceber se realmente aquilo que nós entendemos e a nossa ideia vai ao encontro daquilo que eles pensam de nós. Mas

portanto, neste contexto e nesta perspectiva, penso que sim, que há um bom relacionamento.

- É realizada alguma avaliação de desempenho das associações?

Portanto, o que é que nós também temos vindo a fazer de alguma forma, de algum tempo a esta parte todos os apoios estão a ser protocolados, têm havido acordos de colaboração ou protocolos de colaboração, precisamente para percebermos qual é o desempenho que essas IPSS's têm com as participações ou subsídios que são atribuídos, e portanto, estamos a implementar esse sistema e algumas associações já o vêm fazendo, a apresentação de relatórios trimestrais ou semestrais do seu desempenho relativamente ao subsídio, às áreas em que são participados pela Câmara, mas isto é um processo que de alguma forma tem vindo a haver alguns desenvolvimentos nesta matéria tendente à verificação da aplicação de todas essas participações e do desempenho que têm a esse nível também. Portanto e a realização do seu trabalho, visto que há parcerias, visto que a Câmara está a investir nessas instituições, daí também temos de ter o resultado do seu trabalho relativamente à aplicação desses subsídios.

- Na ocorrência de algum acontecimento grave poderão ser retirados os subsídios? Já aconteceu alguma vez?

Não, que eu tenha conhecimento não. E também não me recordo de nenhum acontecimento grave que pudesse pôr em causa ou prejudicar ou a autarquia ou os utentes.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações? Que tipo de apoios necessitam as Associações?

A maior dificuldade é sempre a financeira, está subjacente a tudo e daí pode originar muitas situações, nomeadamente com o défice de recursos humanos, défice de recursos materiais. São colmatadas muitas vezes essas dificuldades através dos apoios da autarquia e também da Segurança Social. Muitas vezes a autarquia acaba por complementar os apoios que são atribuídos a nível da Segurança Social, porque muitas destas associações têm acordos atípicos com a Segurança Social, a Câmara acaba por complementar um bocadinho, mas numa época de contenção financeira e económica, penso que as associações vão passar por um processo de grandes dificuldades e eu

penso que elas próprias têm que arranjar mecanismos para tentarem de alguma forma terem outros canais, outras formas de angariar verbas para o seu próprio funcionamento e para a realização das suas actividades, porque poderá haver alguns constrangimentos a nível financeiro que poderá impedir as respostas cabais e eficazes à comunidade onde estão inseridas.

Carina – Acha que as associações estão muito dependentes dos subsídios da Câmara?

A maioria sim, da Câmara e também da Segurança Social. Portanto eu penso que o sector social tem que se renovar e inovar no sentido de criarem outras formas de também se auto-financiarem.

- Como define a dinâmica associativa do seu concelho?

Aqui estará vocacionado para o associativismo mais geral, cultural, recreativo e desportivo. Posso dizer que há várias associações no concelho, muitas associações. Não sei se há associações em excesso, mas a dinâmica na maior parte dos casos são activos e são dinâmicos mas as coisas até se podem sobrepor um bocadinho. Eu penso que a maioria são activas, são dinâmicas, mas de algum modo não têm receitas próprias e isto poderá tornar-se uma grande dependência dos subsídios, das participações, eu acho que têm que se fazer valer por elas próprias. Apesar de considerar que existem associações suficientes, mas a dinâmica terá também que ser vista noutra perspectiva e fazerem por si próprias, sem estar dependente da autarquia.

- Relativamente ao movimento associativo do seu concelho, quais são as áreas que considera existem lacunas?

Em relação às respostas sociais que existe défice no concelho não é? Em relação à respostas sociais, apesar de algum tempo a esta parte as IPSS's grande parte delas candidataram-se àqueles programas a nível do POPH para a construção de equipamentos sociais. Muitas delas viram as suas candidaturas aprovadas, ou a maior parte delas a nível de construção de lar de terceira idade, de creches, mas eu penso que neste momento ainda há falta de respostas sociais a nível concelhio, nomeadamente na cidade de Quarteira, onde se verifica que existe mais falta de creches, é a freguesia de Quarteira e depois também se verifica a falta de lares da terceira idade.

- Na sua opinião qual o papel das associações na promoção do Desenvolvimento Local?

Como eu já referi atrás, as associações e as autarquias e portanto, todas as associações e entidades que trabalham nesta área eventualmente outras que queiram contribuir para a área social, acho que são sempre bem vindas, só trabalhando em associação e em parceria é que se pode promover um desenvolvimento social de um determinado território, e portanto neste contexto penso que estamos a trabalhar, apesar de constrangimentos financeiros por parte de algumas entidades, ou constrangimentos de outra natureza por parte de outras. Penso que esta cultura de trabalho em parceria, não havendo sobreposição, rentabilizando-se os recursos, penso que está a acontecer neste concelho com a implementação da rede social e também o trabalho das Juntas de Freguesia, que também são uma parte muito importante neste processo. Só trabalhando a este nível, em parceria e em articulação, não havendo sobreposição, rentabilizando-se os recursos, é que se pode promover o desenvolvimento social. Penso que estamos no bom caminho, há muito trabalho a fazer com certeza, como em todo o lado, mas no concelho de Loulé os dirigentes associativos, a própria autarquia estão sempre a encontrar respostas ou alternativas para dar resposta aos problemas sociais e daí é que se pode fazer esse desenvolvimento social, todos juntos e trabalhando no mesmo sentido e haver portanto, esta articulação, esta parceria e a rentabilização de recursos existentes e depois é também aqui uma palavra para os técnicos da área social do concelho de Loulé quer trabalhem na Câmara, no Centro de Saúde, noutros organismos, nas IPSS's são pessoas que realmente muito activas e muitos presentes, que querem fazer o melhor e estão em todo o lado e portanto, eu penso que é muito importante esta postura e que umas coisas levam às outras, não é? São os técnicos que trabalham no terreno que podem fazer eventualmente essas propostas e são aqueles que têm de trabalhar em conjunto e também em articulação. É assim, o nosso concelho tem esta riqueza também, de recursos humanos e também de alguns financeiros, não é?, tendo em vista este desenvolvimento social local.

- Na sua perspectiva, quais são as questões que considera que deveriam ser estudadas para o conhecimento do Universo Associativo? Que perguntas para o conhecimento deste universo gostaria de ver tratadas?

Várias variáveis, saber o seu funcionamento, começando pelos seus dirigentes, para tudo é preciso ter também alguma formação para se trabalhar em qualquer sítio. Saber em primeiro a formação dos dirigentes, o modo de funcionamento das associações, os recursos que têm, a quem se dirigem, quais são os seus objectivos, qual é o trabalho que pretendem desenvolver, quais são os benefícios disso para a comunidade, o que é que eles podem oferecer, se têm recursos materiais ou não têm, como é que os podem adquirir? É assim, é quase um diagnóstico global do que é que existe, de como existe e como é que poderia funcionar. Existem várias formas, mas isso eu penso que deveria ser nós abordarmos este assunto das associações no nosso diagnóstico social que foi realizado há cerca de um ano, mas é assim, isto também não é propriamente a nossa área de actuação, mas eu penso que este assunto e esta área deveria ser bem trabalhada, fazer um levantamento exaustivo, saber o que é que existe, porque é que existe, se deve existir ou se não deve existir, quais são os contributos, tentar perceber estas associações, quantas é que existem em cada freguesia, a quem é que se dirigem, o que é que fazem, estão abertas por estar, ou porque é bonito constituir-se uma associação porque isto agora também está na moda. Eu acho que há um trabalho de base a fazer, acho que é um trabalho muito interessante que se pode fazer, até propor algumas iniciativas, direccionar para determinado sentido, porque se calhar há muita associação e o que é que se faz? Às vezes quando surgem sei lá questões tão delicadas como haver um alojamento temporário para um indivíduo sem-abrigo, não há uma resposta. Temos tantas instituições, afinal quem é que apoia quem e o quê não é? Agora temos aqui a situação de um indivíduo que não há respostas por parte da Segurança Social, nem de outras instituições, portanto se calhar pensar fazer exactamente as dificuldades que existem e as propostas que devem ser apresentadas para se resolver estas situações e há variadas, por exemplo na área desportiva, cultural, os nossos jovens, o que é que podem fazer para os jovens em determinada freguesia, o que é que podem propor, porque se calhar a maior parte deles está desocupada, não tem nada para fazer durante o Verão, eu penso que poderá passar por aí. Eventualmente haverá outras ideias, mas eu penso que há um trabalho muito profundo a fazer nesta matéria, nesta área e que eventualmente seria proveitoso para todos e com certeza que haverá público alvo para todos, pudessem beneficiar da actuação dessas associações.

## **Entrevista a ex-presidente da Câmara Municipal de Loulé (I14)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas? Se existe algum plano ou regulamento de atribuição de apoios financeiros às Associações? Critérios objectivos, rigorosamente definidos?

Do meu conhecimento e da minha experiência, dos anos que presidia a Câmara de Loulé, tentei implementar uma política de contratos-programa com todas as associações, em que se esclarecia claramente, qual era a competência das associações num período anual e quais eram as contribuições da Câmara para o apoio a essas actividades. As associações, nesse período tinham que apresentar um contrato-programa com um plano de actividades em que se responsabilizavam a desenvolver essas actividades ao longo do ano e que a Câmara iria desbloqueando verbas para o apoio parcial a essas actividades, portanto, e havia um regulamento que a Câmara implementou e inclusivamente, a lei depois, não sei se hoje já mudou, mas nesse tempo, a lei obrigava a que esses contratos-programa fossem visados pelo Tribunal de Contas. Havia algumas lacunas, a Câmara muitas das vezes, a maioria parte das vezes não acompanhava o exercício do plano de actividades. Não fazia a avaliação do exercício do plano de actividades. E isso foi uma lacuna que nós não conseguimos resolver, mas que efectivamente é necessário. É necessário que cada instituição associativa, que promove um acordo, um contrato-programa com a Câmara, é necessário que a Câmara fiscalize e acompanhe o exercício dessas actividades. Só assim é que faz sentido a realização dos contratos-programa. Nós tivemos muitas dificuldades em implementar isso. E esses contratos-programa não abordavam só a questão financeira, abordava também a questão logística e obrigava também as associações a participarem em actividades da Câmara. E isso é o que eu me recordo e o que eu tenho presente.

Carina - Pois, porque as associações pedem os subsídios, mas depois a Câmara não vai ver se esses subsídios estão a ser aplicados naquilo que disseram que efectivamente iriam fazer.

Exactamente, e há uma grande pressão política partidária sobre esse tipo de pedidos, sobre esse tipo de actividades associativas. Em minha opinião existe uma grande partidarização dessas associações e muitas vezes são as associações que se identificam

partidariamente com o executivo municipal que conseguem mais apoios e que muitas vezes estão fora do controle por isso, quer dizer não há mais controle sobre isso. Nós tentámos mudar isso e tivemos muitos problemas com as direcções de algumas colectividades.

- Considera que a Câmara deve(ria) ter políticas de apoio regulamentadas?

A Câmara deve definir no seu plano de actividades e no seu orçamento, de acordo com a sua estratégia para o concelho, de acordo com a sua estratégia de desenvolvimento, quais são as associações e em que áreas é que essas associações devem intervir e devem ter o apoio da Câmara. Vamos imaginar que as Câmaras precisam de associações que desenvolvam trabalho relacionado com serviços sociais, cultura, portanto, depende da estratégia da Câmara e da sua política quais são as suas áreas de desenvolvimento prioritário, se é a área desportiva, se é a área do apoio social, se é a área da cultura, se é a área da investigação, se é a área do emprego aos jovens, se é a área da habitação, portanto há aqui um leque variado, uma série de actividades que efectivamente compete à Câmara nesse leque, de acordo com o seu programa de intervenção social, de acordo com o seu plano de actividades, apoiar e inclusivamente espreitar, promover, apoiar até a criação de novas associações para essas áreas. Por exemplo as questões ambientais devem merecer por parte da Câmara, se essa é a preocupação da Câmara apoiar, ou pelo menos promover no seu território associações ligadas às questões ambientais, tentar promover também o aparecimento dessas associações. Portanto isto aqui, efectivamente depende muito da política da Câmara e de que a Câmara pretende em termos de estratégia para o seu desenvolvimento. Agora, claramente devem ser regulamentadas. Devem ser regulamentadas, devem ser consideradas em orçamento, em plano de actividades, em Assembleia Municipal, com contrato-programa e com a fiscalização e o acompanhamento por parte dos serviços da Câmara nessas áreas, se essas actividades se estão a realizar ou não.

Carina – Do que eu me apercebi até agora só há um regulamento para as associações desportivas.

Há mais essa preocupação porque é aquilo que depois mais resultados eleitorais se obtêm, portanto o poder local está muito ligado a isso.

- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

O financiamento normalmente é feito através de subsídios directos e através de apoios logísticos muitas vezes em transportes, muitas vezes na concessão de facilidades na utilização dos serviços da Câmara, na área da carpintaria, do abastecimento de água, dos serviços de electricidade, portanto há todo o apoio logístico que a Câmara muitas das vezes suporta e que isso se fosse contabilizado corresponderia a muito dinheiro. A concessão dos palcos para espectáculos, a iluminação, a contratação de artistas, quer dizer, a Câmara é quase como que a mãe de todas as actividades, o que é contraproducente em minha opinião.

- Para além da atribuição de subsídios que tipo de apoios concede a Câmara às Associações?

Já respondi, que é o apoio logístico, em tudo o que é logística para qualquer organização. Transportes, electricidade, abastecimento de água, pagamento a artistas, a grupos, a associações folclóricas, alimentação aos grupos, processa-se assim como toda a gente sabe.

- Como define o relacionamento da Câmara com as Associações?

Muitas vezes o relacionamento da Câmara com as associações tem um cunho partidário. Há uma ligação muito partidária e isso vê-se aparecer quando muda o poder, ao nível do executivo, vê-se aparecer novas associações ligadas ao poder político. Aparecem novas e desaparecem outras. Quer dizer, quando há um alternância muito isso, porquê? Porque a cidadania é fraca, há uma ausência de cidadania, há uma ausência de cidadania democrática e independente, autónoma e que ainda não está no pleno das suas capacidades, no pleno dos seus direitos e dos seus deveres. Portanto, acontece isso.

- Face à dívida dos municípios, em geral, o que se pode esperar das relações das Câmaras com o movimento associativo?

Independentemente das dívidas, as Câmaras, os executivos municipais têm obrigatoriamente um programa e um plano de actividades que se comprometeram perante o seu eleitorado e a partir do momento que são eleitos têm obrigatoriamente obrigação de cumprir esse programa, independentemente da dívida ou não. Face à

dívida, há muito bem que racionalizar os seus investimentos e procurar reduzir as despesas, é um facto, temos que reduzir as despesas públicas municipais, porque o dinheiro que a Câmara recebe são dinheiros dos munícipes. São receitas geradas no concelho. Algumas vêm também do Estado, do governo, mas a sua maior parte são geradas no concelho, e portanto isso obriga, face às dificuldades, face à crise a que a Câmara opte claramente por quais são as áreas onde deve apoiar e subsidiar e ter um grande controlo sobre esses subsídios e definir com rigor quais são esses subsídios e o controlo sobre os subsídios e ao acompanhamento dos subsídios e em relação às áreas que são importantes face às dificuldades que as pessoas têm. E vamos ver qual é o leque que as autarquias devem investir numa questão de dificuldades, nas questões sociais, nas questões de apoio às populações desfavorecidas, na questão da terceira idade, na questão das creches e dos infantários, na questão do apoio aos jovens desempregados, na questão do apoio à habitação social, na possibilidade de criar um estado de bem-estar, de felicidade em relação aos seus munícipes, em detrimento de actividades que podem ser consideradas secundárias, talvez o desporto não seja tão prioritário. Neste momento tanta animação não seja tão prioritária neste contexto, talvez tanta festa não seja a primeira prioridade. A primeira prioridade, em face das dificuldades, quais são as dificuldades do concelho? Com certeza que são, os jovens estão desempregados, não há creches suficientes, não há infantários suficientes, não há lares para as pessoas da terceira idade suficientes para as pessoas desfavorecidas, há muitos desempregados, então a Câmara tem que reflectir sobre isso. A prioridade deverá ser sempre essa, mas face às dificuldades, deve ser a procura de satisfazer as necessidades básicas das populações desfavorecidas. Essa é a minha leitura dos factos.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações? Que tipo de apoios necessitam?

Esse é um problema grave que nós temos, não só na nossa terra, no nosso concelho, mas em todo o país, há efectivamente uma grande desmotivação para a prática associativa, cada vez nós sentimos mais dificuldades em ver as pessoas se associarem para abraçarem projectos de animação, de voluntariado, as pessoas são muito individualistas, sente-se isso e portanto, compete à Câmara no âmbito dos concelhos municipais de educação tentar junto do Ministério de Educação, junto das direcções das escolas, fomentar a prática do associativismo na educação. Na mais tenra idade os jovens têm

que começar a pensar, têm que começar a praticar, têm que começar a sentir que o associativismo é importante e que a colaboração é importante, que os problemas não se resolvem com a competição, que a colaboração é essencial e é através do associativismo que se promove a colaboração em minha opinião. É através da colaboração que nós podemos encontrar soluções para os problemas, não é através do individualismo e da competição. E o que é que nós temos hoje na sociedade, é o individualismo, cada um fechado na sua concha, a procurar resolver o seu problema sem se preocupar com o problema dos outros e na questão do individualismo e da competição, muitas vezes utilizando meios que não são os mais próprios, através da actividade partidária, através da família ligada ao exercício do poder, através do “amicicismo” e portanto a sociedade portuguesa está doente na minha opinião, portanto a nossa sociedade, efectivamente passa por um trauma muito grande, que temos que recuperar aquilo que já tivemos em tempos atrás. Os partidos não têm pessoas que se interessem pela militância partidária, as associações têm muita dificuldade em encontrarem dirigentes para os cargos directivos, os sindicatos têm muita dificuldade em conseguir mobilizar pessoas para participar na actividade sindical e portanto, o que é que nós estamos a assistir? Estamos a assistir a um empobrecimento da cidadania no nosso país e o que é que temos que fazer por isso? Eu acho que as Câmaras aqui também têm um papel, não é o papel de subsidiar, é o papel de fomentar, divulgar e tentar trazer os cidadãos para a prática do associativismo. E depois de eles constituídos, depois de eles com os seus planos poder a pouco e pouco ir colaborando, ir ajudando naquelas actividades que têm a ver com, que é esse o meu objectivo que é, primeiro vamos tentar resolver as carências da população do concelho de Loulé e depois iremos então para as questões secundárias, que é da animação, das festas, das marchas, da música, etc., etc. Primeiro vamos para a habitação, para as creches, para os infantários e para os lares da terceira idade.

- Como define a dinâmica associativa do concelho de Loulé?

Acabei de referir. Portanto o que é que nós assistimos? Assistimos que praticamente, a maioria das associações são geridas por pessoas que têm garantias da parte do executivo municipal de que vão ter um subsídio para fomentar as suas actividades. Quer dizer, o processo está invertido, a associação deve existir por ela própria, por vontade dos seus associados, como um projecto social de cidadania e depois do projecto estar implementado, estar dinamizado, então poderá utilizar-se os serviços do Estado, da

autarquia, da Junta de Freguesia, das Direcções Regionais. A pirâmide está invertida, começa-se precisamente a Câmara a dinamizar, é preciso esta associação, portanto vamos ali buscar um grupo de pessoas, assim a cidadania não se realiza numa sociedade democrática. Acho que estamos mal nesse aspecto. É preciso dinamizar o associativismo e é preciso criar cidadãos críticos, com capacidade crítica, porque a cidadania na sua plenitude ela própria provoca uma actuação diferente e diversa e atenta dos próprios poderes, quer ao nível local, quer ao nível nacional. Se houver uma cidadania activa, uma cidadania crítica os poderes do executivo municipal e os poderes do governo mudam face à pressão dos cidadãos. Por isso é necessário criarmos associações fortes, associarmo-nos, trabalharmos em conjunto, sempre na perspectiva da colaboração.

- Relativamente ao movimento associativo louletano, quais são as áreas que considera existirem lacunas?

Eu já disse que e eu tenho exemplos concretos, os lares da terceira idade no concelho são privados e são caríssimos para a maior parte da população. A população idosa que recebe salários, alguns não têm reforma, outros têm reformas baixíssimas, correspondentes a um rendimento mínimo, o que não lhes dá possibilidades de pagar para serem internados num lar, portanto essa é uma lacuna muito grave da sociedade louletana, a questão dos lares. A outra questão, é a questão das creches e infantários, e também das actividades de tempos livres para as crianças. Porque hoje a sociedade mudou, as mães e os pais que trabalham, trabalham e os que não trabalham procuram trabalhar, os que têm trabalho como os ordenados não chegam a procurar ter dois trabalhos e cada vez estão mais fora de casa e, portanto, é preciso que haja uma componente social organizada pelas instituições e também pelas associações. As pessoas podiam-se associar para terem eles próprios a capacidade de se constituírem enquanto creche, cooperativas, já houve, esses movimentos foram desaparecendo a pouco e pouco. Os próprios sindicatos tinham creches e tinham infantários, e portanto, há efectivamente em minha opinião a necessidade de a sociedade se organizar, os cidadãos se organizarem, e ainda mais numa situação destas, em que nós estamos em grande crise, numa crise não diria insustentável, mas muito difícil. Eu diria que as

nossas preocupações nos próximos anos deveriam ser para essas áreas das carências básicas das populações. Há pessoas que estão a passar fome, há pessoas que não têm dinheiro para pagar a luz, há pessoas que não têm dinheiro para pagar a água, há pessoas que não têm dinheiro para comer, há pessoas que não têm dinheiro para se movimentar. E portanto, essa realidade deveria ser acompanhada dia a dia pelos serviços sociais de uma Câmara Municipal e de uma Câmara Municipal que muitas vezes tem algumas possibilidades de poder recorrer, não é poder subsidiar, é poder socorrer, porque há populações que necessitam de socorro. Nós sabemos, temos conhecimento disso, não é por acaso que o Banco Alimentar cada vez tem mais gente a participar, apesar das carências há gente a participar porque sabem que há pessoas que precisam de um pão para comer e precisam de um saco de arroz e precisam de uma embalagem de massa para comer, essa é uma realidade e portanto as autarquias e o poder político não podem estar alheados disso. Nem que corte no telefone, nas festas, no gasóleo, hoje a preocupação da sociedade é essa no nosso país. Portanto aí eu tentaria dinamizar e apoiar as associações que têm preocupações vincadamente sociais e de apoio aos mais desfavorecidos.

- Na sua opinião qual a importância das associações, nomeadamente o seu papel na promoção do Desenvolvimento Local?

Pois, eu tenho estado a falar nas questões dos desfavorecidos, nas questões daqueles que têm dificuldades, mas também há empresas, pequenas empresas, micro-empresas que têm dificuldades. Há muitas micro-empresas que têm dificuldades, portanto estou a falar no pequeno comércio, estou a falar na lojinha, estou a falar no desempregado, no jovem licenciado desempregado, devemos também de ter uma política de apoio a essas entidades, não é só pensar nas populações desfavorecidas, nas populações pobres, mas também pensar nos jovens licenciados que estão desempregados, criando-lhes a possibilidade, um banco local de apoio ao emprego, por exemplo, ou levando os jovens licenciados, dinamizando-os, dando-lhes facilidades e mecanismos para eles próprios procurarem e terem a capacidade para durante X tempo procurar e desenvolver uma actividade. Nós fomos em Loulé, no meu tempo dinamizadores de um ninho de empresas que hoje é o CACE, onde jovens licenciados ou não, durante dois anos num acordo entre a Câmara e o Instituto Nacional de Emprego, criámos condições para que eles tivessem o seu próprio gabinete, onde não pagavam nem luz, nem instalação, nem

energia, nem nada e eles próprios desenvolveram as suas actividades. Foi um processo que teve sucesso e portanto, eu acho que as associações também podiam dinamizar-se nesta perspectiva. Temos que criar associações, não só pensando no desporto, na cultura, na festa, no apoio ao idoso, mas também temos que pensar em associações na procura de resolver o problema do emprego e de ver, criando condições para os jovens não ficarem à espera a concorrer e à espera de encontrarem um lugar numa instituição, eles próprios podem ser motivadores do seu próprio emprego. Portanto, eu acho que os poderes públicos hoje também têm uma palavra muito importante a dizer sobre isso e a Câmara tem capacidades para isso. Não estou a dizer montar escritórios e pôr lá pessoas, não. Ajudar-lhes a fomentar e a criar as condições para eles próprios com bolsas de estatística, de informação, todas as facilidades que há hoje na base da criatividade, da inovação e há programas para isso, mas é preciso pô-los em prática, porque eles existem teoricamente, estão muito bem instalados, muito bem montados, mas depois os jovens encontram muitas dificuldades porque não são acompanhados, porque não têm perspectivas de acompanhamento. As próprias autarquias, Câmaras e Juntas de Freguesia não têm e deviam ter gabinetes de apoio aos jovens, que estão a perder-se e são oportunidades que se perdem. Portanto, eu volto a frisar, não é só a questão do desporto, da cultura, é também da subsistência e porque não, no caminho da investigação. Eu acho que também é importante ter associações voltadas para aí.

- Com a crescente redução do papel do Poder Central, nomeadamente no que toca às políticas sociais, as autarquias têm aumentado as suas competências através do princípio de subsidiariedade. Na sua opinião que alterações se têm se registado nesta área? Como caracterizaria os diferentes períodos de políticas públicas locais? Quais as competências que as autarquias deverão assumir no apoio às associações?

O princípio da subsidiariedade advém de um dos pilares da U.E, que é aquilo que pode ser feito ao nível das populações, deve ser feito por elas e não por entidades acima delas, ou seja, aquilo que pode ser feito pelos países a U.E atribui a responsabilidade a esses países, aquilo que o Governo Central pode disponibilizar para o poder intermédio, é aquilo que deve ser feito, aquilo que o poder intermédio pode passar para o poder local, deve ser feito, porque quanto mais se aproximar o poder das populações, mais a relação do poder vai levar à boa governança. Ou seja, o poder no fundo deriva também

da vontade e das necessidades dos cidadãos. Com esse princípio da subsidiariedade tem vindo a acentuar-se a descentralização de funções da parte do governo para as autarquias locais. Nos países regionalizados, nós só temos 2 regiões, a Madeira e os Açores, no continente não temos regiões, esse processo ainda está por fazer, mas há países onde esse poder é descentralizado para as regiões, aproximando as decisões dos cidadãos da região e por sua vez aproximando do poder local. Aqui como não há poder intermédio, a descentralização é directa para as autarquias e as autarquias, Câmaras e juntas de Freguesia, ao longo dos anos, têm vindo a receber novas competências no caso da educação, no caso da saúde, especialmente nestas áreas, e no caso da segurança também, mas especialmente nestas áreas da saúde e da educação, tem sido notável a descentralização do governo para as autarquias. Essa concessão tem vindo normalmente acompanhada pela concessão de verbas para essas actividades. Hoje, as autarquias têm muitas competências que há anos atrás não tinham, e isso num poder local com visão, com uma democracia activa, virada para a cidadania, pode levar, deve levar, a que apareçam associações a quem as autarquias possam confiar algumas actividades. Eu referi no início, por exemplo, lares da terceira idade, podem efectivamente serem constituídas associações de cidadãos com o fim de promover lares da terceira idade, com o fim de promover, creches, infantários. Na questão da saúde, a autarquia já cede muitas vezes terrenos para a construção de Centros de Saúde, que é o caso há muitos anos que isso acontece e para o alojamento, há casos até de autarquias que têm alojamentos para médicos. Portanto, há efectivamente a necessidade de se dinamizar a constituição de associações, mas isso leva-nos ao problema fulcral que é, estão os cidadãos interessados nisso? Há hoje um interesse por parte do cidadão comum em se associar para promover, ou há da parte do cidadão a preocupação de ir bater à porta da autarquia a dizer tem que fazer isto senhor presidente, ou de ir ao Governo e dizer senhora ministra tem que pôr aqui o serviço, portanto ainda existe hoje muito na nossa sociedade por falta e ausência de cidadania e eu bato muito nisto, nós somos muito reivindicativos, nós não participamos, não somos voluntários, nós somos exigentes, exigimos. Exigimos do governo, exigimos da autarquia que faça, que faça e nós recebemos e muitas vezes não contribuimos, somos só utentes e consumidores, agora isso tem que mudar, não me pergunte como é que isso muda, isso só muda se efectivamente houver uma educação e se houver participação dos cidadãos e aí a autarquia, a escola e a comunidade têm importância nisso e têm influência nisso. Se eu

acho bem esse principio de subsidiariedade e, se efectivamente isso deveria de avançar? Claro, eu sou defensor da democracia participativa, que é uma função das autarquias no mundo de hoje, que é promover a democracia participativa e isso é importantíssimo. Os orçamentos participativos, os planos de actividade participativos, a envolvência das associações, dos cidadãos na participação quer em relação aos orçamentos, quer em relação aos planos de actividades, quer em relação ao planeamento do território, quer em relação ao desenvolvimento.

- Na sua perspectiva, quais são as questões que considera que deveriam ser estudadas para o conhecimento do Universo Associativo? Que perguntas para o conhecimento deste universo gostaria de ver tratadas?

Para já deveria ser feito um levantamento exaustivo em primeiro das necessidades do concelho, um levantamento exaustivo ao pormenor, estatístico, correcto das necessidades no domínio da habitação, do desemprego, das carências alimentares, das carências na primeira infância, das carências na ocupação dos tempos livres, nas carências dos lares, de acompanhamento aos mais idosos, do serviço ao domicílio, etc., etc. Caracterizar o seu território. Em segundo, procurar conhecer a realidade associativa, mas a realidade associativa do passado, a história da realidade associativa, a história da realidade associativa e da actividade associativa nos tempos passados. Procurar comparar com a realidade associativa dos tempos de hoje. Fazer um estudo comparativo das diferenças e do porquê dessas diferenças, quando efectivamente haviam mais carências, mais necessidades, quando efectivamente as vidas eram mais difíceis em tudo. Claramente há uns anos atrás havia um associativismo próprio, criativo, com imaginação, posso dizer até em termos de vizinhança. Até na própria vizinhança o vizinho conhecia o vizinho, apoiava o vizinho. Quando o vizinho precisava, esse tipo de associação, de proximidade do vizinho, hoje perdeu-se completamente. Eu lembro-me, quando era jovem a minha mãe dizia-me para ir à vizinha pedir isto ou aquilo, e isso hoje desapareceu. As pessoas nos próprios apartamentos não se conhecem umas às outras. Portanto, o conhecimento exaustivo por parte do município da realidade associativa das décadas atrás, da realidade actual, fazer um estudo comparativo. Procurar saber as carências efectivas da sociedade de hoje. Procurar fazer um estudo real de quais são as preocupações associativas das comunidades, descer ao nível da Junta de Freguesia, inclusivamente. Procurar fazer uma coisa que se fez logo a seguir ao

25 de Abril, que era a promoção das comunidades de vizinhança, das comunidades de rua, das comunidades de bairro, descer ao bairro e depois descer à vizinhança, porque o vizinho sabe quais são as carências do outro vizinho. Procurar saber quem são os líderes activos do próprio bairro, da própria rua e fazer formação para essas pessoas e inclusivamente ter bolsas de formação para pessoas que efectivamente são líderes, são “opinion makers”, são pessoas que têm capacidade de levar os outros a poder participar em reuniões de trabalho à procura de soluções para casos concretos, ou de obras que são necessárias no local, ou problemas de apoio ao vizinho A, B ou C. Se descermos à micro-comunidade, se descermos esse estudo à micro-sociedade, vamos encontrar pequenos líderes. Pessoas conhecidas que são capazes de dinamizar, que são capazes de elas próprias serem o fermento desse associativismo, estar atento. As pessoas são capazes, se lhes for dada formação, se lhes forem dadas condições, eu estou convencido que se criarem uma rede que desce da Junta de Freguesia ao bairro, do bairro à comunidade de rua, da rua ao prédio, ao vizinho, nós somos capazes de encontrar aí uma potencialidade. Depois, é aproveitar também e cativar algumas figuras que não sendo líderes nessas áreas, mas sendo conhecidos podem ser agregados. Estou a falar do jogador de futebol que é conhecido, estou a falar da pessoa que é um quadro da Câmara, que é conhecido, de um quadro de uma repartição pública que é conhecido, de um tribunal, um escrivão, um secretário. Tentar levar e aproximar essas pessoas e responsabilizá-las também pela dinâmica, não sendo elas próprias líderes do grupo, mas elas próprias serem motor de dinâmica. Eu falo concretamente no jogador de futebol, porque as pessoas gostam, estou a falar de actores que são conhecidos do público e que eles próprios podem ser dinamizadores, e depois claro os professores, o professor, o médico, o enfermeiro, tentar cativá-los para eles nos seus tempos livres poderem momentaneamente serem eles próprios também um fermento desses líderes do bairro e apoiarem esses líderes do bairro. Eu acho que a nossa sociedade tem que reaprender a ser cidadã, tem que reaprender a ser humana. Eu acho que há muita falta de humanidade na nossa sociedade. Nós deixamos de ser humanos, passámos a ser egoístas e individualistas e cada um que resolva o seu problema, e cada vez há mais problemas e ninguém fala com ninguém e ninguém ouve ninguém. Portanto, eu não sei se respondi, mas dei três ou quatro pistas que podes sistematizar e que eu nunca tinha pensado nisso, mas que eu faria um questionário nessa base, quem é quem ao nível do concelho, quem é quem ao nível da Junta de Freguesia, quem é quem ao nível do bairro, quem é quem

ao nível das associações que estão no terreno, quem é quem ao nível do funcionário, de actor, de protagonista, que é conhecido na vida pública, que vive ali e pode efectivamente colaborar, pode dar uma dinâmica na área da saúde, na área da segurança, na área do ensino, na área da educação, eu penso que por aí poderíamos criar uma rede e essa rede talvez desse resultado, com a obrigatoriedade de fazer uma acção de formação, com o apoio das entidades a essas bolsas de formação e seríamos capazes de criar uma sociedade mais colaboradora e mais preocupada com os outros, porque o grande problema é que nós não nos temos preocupado com os outros. Estamos preocupados só com o nosso dia-a-dia e com a nossa vida e isso é mau, porque sozinhos não vamos a lado nenhum e isto é uma comunidade, não vivemos sozinhos e todos nós temos problemas e nós somos capazes de os resolver e há bons exemplos disso. Há bons exemplos de pessoas com problemas que se associam e que, através da conversa vão resolvendo os seus problemas, porque é necessário conversar.

### **Entrevista a ex-presidente da Câmara Municipal de Loulé (I13)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas? Se existe algum plano ou regulamento de atribuição de apoios financeiros às Associações? Critérios objectivos, rigorosamente definidos?

Eu tenho de falar de dois planos, o plano de como era quando eu lá estive e o plano como será eventualmente a situação hoje. Quando eu lá estive, já foi há muitos anos, digamos que ainda estávamos numa fase muito incipiente do poder local e portanto, as prioridades eram outras. Eram prioridades do âmbito infra-estrutural, 90% do concelho não tinha electricidade, não tinha água, não tinha esgotos, não tinha estradas e portanto, a nossa atenção virava-se mais para proporcionar essas infra-estruturas básicas que hoje parece que são muitos vulgares e normais na vida das pessoas, mas que não existiam. Mesmo em Loulé haviam muitas ruas que não tinham nada, não tinham água nem esgotos. Portanto, não havia nessa altura qualquer tipo de regulamentação ou de critérios. O que nós fazíamos com os meios que tínhamos, além de não haver também os meios financeiros que há hoje, o que nós tínhamos era uma preocupação, que foi uma orientação política do tempo em que lá estive, foi dotar o concelho do máximo de infra-

estruturas desportivas, portanto o caso do apoio às associações e aos clubes, nós orientámos em dois vectores, um de fomentar o desporto para todos e foi por isso que nós no nosso tempo, repare a piscina de Loulé, é um projecto do meu tempo, que só não foi inaugurada no meu mandato, mas foi logo poucos meses a seguir, não falo da coberta, mas de todo o complexo que lá está. E portanto, fizemos 10, 11 campos de futebol, relvamos, foram feitas pistas de atletismo, outras piscinas também noutras partes, campos de ténis e o objectivo era, essencialmente promover a máxima participação desportiva da população. No meu tempo o critério era de não subsidiar futebol profissional, nem desporto profissional. Portanto, isto era um critério do meu tempo, hoje os critérios já são outros. Depois ao nível da cultura, nós apoiámos dentro da medida do possível aquelas entidades que faziam teatro, que faziam cinema, que faziam animação doutros níveis, digamos que cultural, criámos também a Galeria Espírito Santo e foi inaugurada no meu tempo, espaço de exposição e também cursos de iniciação à pintura e à escultura. Tudo isso era uma certa dinamização cultural, mas agora não haviam critérios, não havia um critério rígido a dizer isto é assim ou assado, ou vamos dar o dinheiro em função deste critério, era mais em função dos projectos e era em função existência em si ou não de pessoas interessadas em dinamizar. Ora bem, hoje em dia a relação com essas entidades todas multiplicou-se, todos os anos, penso que 2 vezes por ano é publicado nos jornais, são publicadas as listas dos subsídios concedidos às diversas colectividades, sejam desportivas, culturais ou recreativas, a nível do desporto a Câmara subsidia muito, a meu ver até exageradamente, o desporto profissional, nomeadamente o futebol, porque dá grandes subsídios anuais a vários clubes desportivos do concelho, com relevo para o Louletano, que é aquele que tem maior expressão, mas também há outros que levam também. Mas continua a haver escolas de iniciação ao desporto, agora a política de relação, eu penso que existem modelos de contratualização com as colectividades, que eu penso que a troca dos subsídios, existem determinadas contrapartidas de movimentação e de dinamização de pessoas, portanto acho que isso está regulamentado. Eu não conheço em particular, enfim tenho estado um pouco afastado da vida autárquica desde há uns anos e, portanto não acompanho de perto, mas penso que existe alguma regulamentação neste aspecto, penso que exista muita contratualização, duvido que existam critérios objectivos que permitam para quem tem largas dezenas, para não dizer centenas de colectividades num

concelho destes, duvido que hajam critérios objectivos que definam muito claramente quanto é que compete dar a este ou àquele.

- Considera que a Câmara deve(ria) ter políticas de apoio regulamentadas?

Não, eu acho que é desejável que haja regulamentação e é desejável que haja critérios. Agora há sempre um factor de avaliação subjectiva, que não pode estar sujeito a critérios quantitativos. A qualidade também tem que ser analisada, a qualidade daquilo que se produz, daquilo que se faz, não pode estar ao mesmo nível de quem não produz com qualidade, tem de haver um factor de avaliação por parte da Câmara, dos vereadores, do presidente, para saber distinguir o que é que é um grupo folclórico de grande qualidade de um grupo folclórico de má qualidade, o que é um grupo cénico de grande qualidade e o que é um grupo cénico de má qualidade, o que é uma orquestra boa e o que é uma orquestra má, não vão dar o subsídio igual só porque o número de cabeças é igual, por isso é que eu digo, há o factor subjectivo que nunca pode ser alienado. É por isso que as pessoas são eleitas e depois em função de acertarem ou não acertarem, são reeleitas ou não, mas também têm de ter uma margem de manobra de apreciação, não podemos deixar tudo na mão de um regulamento, porque chama-se a isso de certa maneira estar a burocratizar o apoio ao desporto e à cultura, e isto é tudo menos uma burocracia.

- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

É como eu lhe digo, eu penso que hoje em dia há contratos-programa, ou digamos se não houver contratos, podem ser actividades eventuais, actividades casuísticas e, portanto há propostas e ok vamos organizar aqui o festival do caracol, precisamos de 10.000 euros e a Câmara diz olha toma lá 10 000 ou toma lá 5 000, mas como é que se faz? Faz-se com uma proposta, faz-se com um parecer que é dado sobre essa proposta, seguramente o departamento cultural ou desportivo faz um parecer, acha ou não que é bom e a Câmara decide politicamente e a tesouraria paga, acho que deve ser este o processo.

- Para além da atribuição de subsídios que tipo de apoios concede a Câmara às Associações?

A câmara dá também muito apoio logístico. A Câmara tem desde transportes, tem autocarros, que disponibiliza a muitas entidades, tem aparelhagens de som, que disponibiliza também a muitas entidades, penso que tem, mas se não tem aluga, também disponibiliza palcos, também tem electricistas, canalizadores, portanto dá meios humanos. Eu acho que para além do dinheiro, a Câmara também investe muito em termos logísticos.

- Como define o relacionamento da Câmara com as Associações?

Eu penso que o relacionamento é geralmente bom, porque é evidente que a Câmara se tiver dinheiro distribui e é sempre uma actividade que gera prazer de quem recebe e gera também prazer de quem dá, portanto ver que se realizam programas de actividades com base em financiamento da Câmara, portanto a relação só poder boa. Penso que é uma relação boa, penso que os autarcas são muito convidados para participar e para assistir, porque é natural, é sempre uma honra ter a presença de um presidente da Câmara, ou de um vereador, ou de um presidente da junta, nesta ou naquela actividade. Eu penso que há um acompanhamento bastante estreito por parte da classe política local em relação à actividade dos clubes. É vulgar ver mesmo nas festas comemorativas, religiosas, portanto os políticos estão lá presentes, não só porque gostam, mas também porque têm interesse eleitoral em estar próximo dos cidadãos e portanto, este é um aspecto importante a relevar, é que os clubes, as sociedades, as associações significam o eleitorado e portanto, é lá que os políticos podem contactar mais de perto com o eleitorado e criar empatias, simpatias, “beijoricar” todas as senhoras, cumprimentar e dar bacalhaus a todos os homens, abraçar toda a gente e dirigir a palavra e portanto, tudo isso há um prazer mútuo de quem dá e de quem recebe. E há também um interesse mútuo.

- Face à dívida dos municípios, em geral, o que se pode esperar das relações das Câmaras com o movimento associativo?

Bom, vamos lá ver. A crise toca a todos e é evidente que vai ter de haver sacrifícios e um apertar de cinto muito forte. Eu penso que a crise que aí está ainda não bateu no fundo, ainda vai ser muito pior, os municípios têm tido uma gestão financeira muito negativa, não é um saldo positivo, estão muito endividados e as receitas estão a decrescer, sobretudo nos municípios do litoral, que dependem muito das transacções

imobiliárias, portanto o IMT não se cobra, as Câmaras deixaram de ter essa receita e entretanto os encargos são grandes, porque as Câmaras criaram grandes estruturas, portanto administrativas, tem muitos empregados, e tem muitas despesas, mas é evidente que há que começar a cortar e portanto, naturalmente as primeiras medidas dietéticas serão necessariamente com aquilo que não é o mais essencial, antes de cortar na água, na luz, na electricidade, nas estradas, se calhar corta-se nas festas e no fogo-de-artifício e portanto, é natural que os próximos anos vão assistir a uma redução do volume do apoio das Câmaras Municipais em relação aos clubes e associações.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações? Que tipo de apoios necessitam?

A maior dificuldade é que hoje, bom tem vindo nos últimos anos a acentuar-se, portanto, o espírito associativo tem vindo a degradar-se, ou seja, aquele tipo de associação em que toda a gente contribuía, toda a gente dava algo de si próprio, quer em dinheiro, quer em espécie, quer no seu trabalho, isso tem vindo a ruir-se, hoje em dia as pessoas estão menos disponíveis para o trabalho comunitário, as pessoas estão muito egoístas, querem pensar apenas no seu bem-estar, já não têm tanto tempo para dedicar ao trabalho em prol de uma comunidade como tinham antigamente. Hoje paga-se quase tudo. Se se quer pôr algo em pé, paga-se a quem faça. No meu tempo não era assim, eu diria que a esmagadora maioria das actividades dos clubes era só carolice própria dos sócios e dos dirigentes. Hoje há muito menos gente disponível para isso e hoje habituou-se a que muita coisa é paga. Portanto, nesse sentido eu penso que há maiores dificuldades hoje em mobilizar as pessoas, as pessoas estão muito desmobilizadas, mas pronto são sinais dos tempos. Eu penso que tudo isto são rodas dos tempos, a roda gira e há-de voltar o tempo em que se calhar, provavelmente depois de uma grande crise, o sentimento de solidariedade e de entreaajuda virá ao de cima e portanto, isto historicamente teve sempre altos e baixos continuará a ser assim e, portanto, o movimento associativo é como lhe digo, nós já tivemos diferentes momentos históricos em Portugal e no mundo, mesmo aqui no Algarve, em que o grau de participação das pessoas era maior ou menor. Hoje a televisão condiciona muito, repare que isto é um aspecto interessante a referir, antigamente não havia uma concorrência tão grande doutras actividades que colam as pessoas à poltrona, ao sofá, que as atraem para outros eventos, os Centros Comerciais, os Cinemas, a televisão em casa, as discotecas, depois

há uma multiplicidade de atracções que leva a que as pessoas preferem ir atrás dessas atracções do que estar num clube ou numa associação a gastar o seu tempo ou a dar o seu esforço em prol de uma coisa que não tem interesse material. Hoje há um grande materialismo na sociedade e perdeu-se um pouco esse espírito de dar e de entreatajuda.

- Como define a dinâmica associativa do concelho de Loulé?

Loulé foi sempre uma terra com uma grande dinâmica associativa. Isso faz parte da história, não é por acaso que Loulé chegou a ter 3 Bandas Filarmónicas, nenhuma outra terra tinha 3 Bandas Filarmónicas, Loulé chegou a tê-las. Não é por acaso que no concelho de Loulé sempre houve múltiplos clubes de futebol, e até lembro-me do tempo que havia várias equipas de ciclismo internas, amador, é claro que estamos a falar de um tempo amador e hoje há e continua a haver, Loulé tem muito jovem, repare a ginástica, noutros tempos também, eu próprio fiz parte de clubes, fui dirigente, fui atleta, fiz teatro, fiz muita coisa também, num tempo em que de facto havia essa junção de muitas pessoas, não é? Mas Loulé sempre teve essa dinâmica, eu diria que Loulé, mesmo com os tempos diferentes, em cada época, Loulé marcou sempre uma posição de destaque dentro do associativismo do Algarve. Loulé teve sempre na primeira linha e continua a estar.

- Relativamente ao movimento associativo louletano, quais são as áreas que considera existirem lacunas?

Isso é uma pergunta muito difícil porque eu neste momento não estou ligado ao movimento associativo louletano e não lhe posso dizer exactamente em que áreas é que há lacunas. Eu acho que há uma lacuna que foi sempre de todos os tempos. Há uma certa falta de formação do dirigismo. As pessoas não podem ser presidentes ou dirigentes de um clube ou de uma associação, apenas dependentes daquilo que sabem, devia de haver mais acções de formação para dirigentes, porque há coisas básicas. Um clube tem que ser dirigido de forma correcta, responsável e isso passa por muitas coisas, passa desde aspectos higiénico-sanitários a aspectos financeiros, aspectos relacionais, de relação humana. Portanto, saber dirigir um clube é saber motivar, motivar os associados, motivar os jovens, os atletas, os participantes nas actividades. Tem muito a ver hoje mais com marketing, acho que falta muito, uma das lacunas que eu noto, mas isto de quem está de fora do movimento hoje. Eu já fui vice-presidente do louletano há

muitos anos e não é comparável, mas o que eu sinto em Loulé, é que não há merchandising, não há marketing do movimento associativo, dos clubes, mesmo dos clubes mais representativos, você não tem nada, o que é que você vê em Loulé que possa comprar que diga isto é do Louletano, uma camisola do Louletano, tem alguma camisola do Louletano para comprar, uma camisola do Centro de Ciclismo de Loulé, que até é um clube que ganha etapas de voltas a Portugal, que ganha etapas lá fora, não há nada. Você quer comprar um emblema desses clubes, não há nada. É um aspecto que eu acho que também se inseria dentro da formação dos dirigentes, é terem uma preparação orientada porque hoje isso faz receitas e isso mobiliza as pessoas, quer dizer verem que há um merchandising, verem que há um marketing, uma promoção do colorido, do emblema, das camisolas, mas pronto não há nada, portanto em Loulé eu noto que falta se calhar uma casa do associativismo, falta haver ali um, pronto eu não digo que cada clube tivesse a sua montra, mas se calhar falta uma montra, ou uma casa, ou uma loja onde se pudesse concentrar digamos a promoção e o merchandising de muitos clubes, que soubessem o que fazem. Eu acho que não há um sítio, você hoje se quiser chegar a Loulé: é pá eu sou de fora, vim para aqui morar e quero saber o que é que há aqui em Loulé? Qual é a oferta associativa de Loulé? Qual é a oferta desportiva e cultural de Loulé? Eu sinceramente não conheço um sítio onde se possa obter essa informação de forma integrada, eu não conheço nenhum manual que me diga: olhe os clubes, associações são estas, este trata de cultura, o outro trata de desporto, o outro de bailaricos, etc, etc, é pá a sede é aqui, os presidentes são estes, o telefone é aquele e pronto está aqui um exemplo do que é que fazem, quais são os aspectos mais relevantes da sua actividade, quais são as pessoas mais destacadas, os atletas que ganharam, quais são os troféus que ganharam, não há nada, onde é que eu posso ver isso em Loulé, diga-me lá? Já se pôs neste caso? Loulé que hoje atrai tanta gente de fora, que vem para cá morar, você de repente se quiser ter uma informação: Qual é a oferta que eu tenho aqui? Não tenho, não tem onde ir buscar essa informação. Eu pelo menos não conheço, portanto é uma das lacunas que eu noto, lacuna por um lado falta de formação dos dirigentes, por outro lado falta de informação sobre qual é a oferta cultural, desportiva e recreativa do Concelho de Loulé.

- Na sua opinião qual a importância das associações, nomeadamente o seu papel na promoção do Desenvolvimento Local?

Repare, é preciso fazer um estudo sobre isso, quer dizer, isto é uma matéria que uma Câmara poderia mandar desenvolver, quer dizer, qual é o impacto socioeconómico que tem digamos o movimento associativo? Isso é possível quantificar, as actividades que desenvolvem, se a gente fizer um somatório, quer dizer o clube que faz 30 jogos de futebol recebe 30 vezes ou 15 vezes se quiser, gente que vem de fora, que vêm jogar cá, isso traduz também quantas pessoas é que vieram cá trazidas pelo futebol? Quantas pessoas é que vieram assistir a espectáculos de música e pagaram e consumiram, beberam, comeram e dormiram, isso dá para fazer, eu não lhe sei dizer, não sou o Instituto Local de Estatística percebe?, mas é um estudo que se podia fazer e que pode ser feito facilmente, é só querer. É possível quantificar isso. O que é que fizeram? O que é que isso atraiu? O que é que isso movimentou? Cada uma delas tem o seu orçamento, portanto se cada clube tem o seu orçamento significa que gastam e gastam nomeadamente na comunidade local. Portanto, se o clube tem ciclistas, os ciclistas estão cá em estágio, quantos dias estão aqui, quanto é que gastam em comida, em medicamentos, quanto é que gastam em roupa, em bebida, em alojamento, tudo isso significa animação, portanto, vamos lá ver, não quero agora com isto dizer que tenha, não sei se o impacto é extraordinário ou não, que isso tem que ser estudado, agora é um impacto seguramente com algum significado. Um clube em Salir, é pá, tem ali a sua baiuca a vender cerveja, também tem impacto local, se calhar dá emprego a uma pessoa ou duas e se calhar movimenta dinheiro, é pá, há quem compre, há quem pague, portanto nesse sentido eu não lhe posso responder, mas digo-lhe é qual é o caminho. O caminho é fazer um estudo do impacto socioeconómico do movimento associativo no concelho.

- Com a crescente redução do papel do Poder Central, nomeadamente no que toca às políticas sociais, as autarquias têm aumentado as suas competências através do princípio de subsidiariedade. Na sua opinião que alterações se têm se registado nesta área? Como caracterizaria os diferentes períodos de políticas públicas locais? Quais as competências que as autarquias deverão assumir no apoio às associações?

Pois, aí associações no sentido social, estamos a falar de associações de apoio a deficientes, de apoio aos mais pobres, de associações que apoiam a velhice e até de associações que apoiam a primeira infância, portanto no aspecto mais social. As

Câmaras sempre tiveram um papel importante nessas matérias, mesmo quando a Lei não lhes dava competências para isso. Hoje as Câmaras têm competências, outra questão diferente de saber é se o poder Central lhes atribui os recursos financeiros de acordo com as novas competências, mas também é verdade que as Câmaras têm subido extraordinariamente o seu volume de receitas, quer dizer, o orçamento da Câmara Municipal de Loulé é um orçamento infinitamente superior àquilo que era há 20 anos atrás. Hoje as Câmaras têm subido. É porque hoje o IMI é uma fonte de receita da Câmara e o IMI só tem tendência a subir, nunca desce, porque cada X de ano que passa há mais casas que passaram a ser avaliadas de acordo com o critério que ainda paga mais e portanto, nunca é para menos e portanto, as Câmaras vão subindo sempre o seu orçamento e portanto é natural que a sua participação ao nível escolar, ao nível das cantinas, ao nível do apoio às crianças, das pré-primárias, das escolas primárias, portanto tudo isso vai subindo. Portanto, são competências que já existem ou que são tendencialmente transferíveis para as Câmaras. Isso é um movimento irreversível. De facto lá fora, através do princípio de subsidiariedade isso são áreas que hoje estão basicamente nas Câmaras. Só aqui em Portugal é que como somos o país mais centralista da Europa, portanto ainda estamos numa fase de transferência paulatina, mas lá fora há quantos anos é que as escolas primárias e secundárias dependem totalmente e directamente das Câmaras Municipais? Inclusive os professores. Aqui é que ainda há esta dicotomia, quer dizer, o ministério é que manda nos professores e nas matérias e a Câmara manda nos edifícios, mas eu acho que não é possível dizer que há uma fase muito distinta, as coisas têm indo evoluindo, tem havido uma transferência de competências, as Câmaras elas próprias têm-se auto-empoderado de competências nessas áreas. E a tendência só pode ser até à competência total.

- Na sua perspectiva, quais são as questões que considera que deveriam ser estudadas para o conhecimento do Universo Associativo? Que perguntas para o conhecimento deste universo gostaria de ver tratadas?

Eu não sei bem como é que hei-de responder a isso, mas vamos lá ver: Conhecer o Universo Associativo? A primeira coisa que se tem de fazer é distinguir entre aquilo que está legalizado e aquilo que não está legalizado. Também há uma parte, uma componente do associativismo natural das pessoas, que nem sempre tem forma de escritura de constituição e portanto, há aqui que distinguir, há coisas que são

espontâneas, que são até em função de um evento qualquer, único, chegou ali um grupo de cidadãos e é pá vamos aqui organizar uma festa ou vamos organizar isto ou aquilo. Portanto a primeira pesquisa tem que ser do ponto jurídico-legal. O que é que existe? Depois é importante conhecer qual é o número de associados e qual é o horizonte de não associados, mas que estão abrangidos pelas actividades dessas associações. Portanto associados e beneficiários, digamos assim, tentar ter uma ideia de qual é o horizonte de influência de cada uma, depois é tentar obviamente saber qual é o objecto social de cada uma, distinguir, fazer uma compartimentação, como digo há associações essencialmente de fins sociais, há outras de fins desportivos, há outras de fins culturais, há outras de fins meramente recreativos, e poderá até haver outras que eu aqui não estou a recordar, mas há aqui que compartimentar e depois dentro de cada compartimentação tentar ver uma a uma como lhe digo, o número de associados, o número de beneficiários potenciais, ver qual é o objecto social e ver quais são as actividades que estão a desenvolver. Acho que tem importância saber se tem um orçamento anual de forma a terem uma perspectiva de quanto é que isto significa em termos de movimento financeiro, termos uma noção, se for possível fazer essa avaliação social sobre qual é a estratificação social, quer dos associados quer dos beneficiários. É diferente você analisar o Club de Golfe da Quinta do Lago do que analisar o Juventude Sport Campinense, mas tem interesse de ver em que estratos de movimento socioeconómico é que se move cada uma delas e tentar tirar daí de uma forma agregada, tentar tirar conclusões. Portanto o movimento associativo, é pá, aqui significa X% da classe A, da classe B, da classe C em termos de rendimentos, de classe de rendimentos, e de capacidade de compra, de poder de compra. Portanto ver também a localização geográfica, fazer um mapa de concentração, estas associações estão mais concentradas no meio urbano ou no meio rural? Estão mais concentradas no litoral ou no interior? Isso também interesse para conhecer, para caracterizar o movimento associativo e portanto, basicamente acho que é isso.

Eu não referi, mas acho que pode ter um papel muito importante na dinamização socioeconómica das localidades que é o associativismo de natureza económica e sindical. Portanto sindical, para defender os interesses dos seus associados, que são trabalhadores, mas os de natureza económica, não só defendem os interesses dos

associados, mas também muitas vezes corporizam e são o núcleo de projectos de desenvolvimento. Eu sou o dirigente da Assembleia Geral de uma associação empresarial aqui muito activa, que é a Associação empresarial de Almancil, que entre muitas outras actividades por exemplo está a dinamizar e de certa maneira fui eu quem impulsionou e está a ir para a frente a zona industrial de Almancil, que é uma nova zona que vai ali surgir com espaço para as actividades empresariais, aliás nem é industrial, é a área empresarial de Almancil, portanto é uma zona que tem sido dinamizada, foi a Associação que fez o projecto e que junto da Câmara conseguiu incluir nos PDM's, no Plano de Investimento e que vai ser um grande impacto a nível de criação de emprego, a nível de dinamização económica de Almancil. Portanto, é um dos exemplos. Temos também em Quarteira, a Associação de Comerciantes de Quarteira. Existe também delegações em Loulé, a delegação da ACRAL, dos comerciantes do Algarve, e devia de haver mais. Penso que também há uma associação de produtores de frutos de casca rija, penso também que há umas cooperativas ali em Boliqueime de agricultores, e portanto, as actividades económicas têm um papel muito importante na dinamização do tecido socioeconómico local e muitas vezes são esquecidas. Aqui em Loulé não podemos dizer que estamos na estaca zero, mas pode ser feito muito mais. Espero que hajam actividades que permitam isso. Temos aqui em Loulé também a sede da Algarve Golfe, a maior parte dos campos de golfe estão sediados no concelho de Loulé, tem a maior potência de campos de golfe do Algarve e do país em termos municipais, não há nenhum outro município com tantos campos de golfe como Loulé, mas pronto era também só para acrescentar essa vertente do associativismo socioeconómico e empresarial que é muito importante.

## **Entrevista a ex-presidente da Câmara Municipal de Loulé (I12)**

- Sabe se as políticas de apoio da Câmara às Associações estão regulamentadas? Se existe algum plano ou regulamento de atribuição de apoios financeiros às Associações? Critérios objectivos, rigorosamente definidos?

Bem, regulamentadas estão por lei. Uma das competências da Câmara é poder atribuir sob a forma de subsídios ou de contratos-programa apoios às diversas associações que constituem o universo de associações do concelho de Loulé.

Carina – Mas não existe mesmo um regulamento próprio...

Regulamento, só posso falar até praticamente há um ano, de então para cá não posso falar porque desconheço, mas até há um ano não existia nenhum regulamento. Foi várias vezes aflorada essa questão, variadíssimas vezes, mas de que eu me lembre e de que eu saiba não há até hoje um regulamento que discipline, que normalize o apoio às associações. Portanto, como não há um regulamento, há com certeza critérios, haverá com certeza. Se são ou não rigorosos e se estão muito ou pouco definidos não sei porque como não estão escritos, presumo até que não, não é? Como não tem forma escrita, os critérios são sempre subjectivos. Não estão escritos, não foram fixados, não foram acordados, não foram negociados, não foram objecto de deliberação camarária, não foram discutidos entre o órgão legal que tem competência, que é a Câmara Municipal e julgo que até a Assembleia Municipal. Aliás, a Assembleia Municipal teria sempre que aprovar esse regulamento porque os regulamentos são aprovados em Assembleia Municipal sobre proposta da Câmara Municipal.

Carina – Existem os contratos-programa e atribuição de subsídios?

Sim.

Carina – O que eu ouvi, é que havia um regulamento para o desporto e um regulamento para o teatro.

Não sei, se há eu desconheço. Eu não me lembro de haver nenhum regulamento para atribuir subsídios, nem contratos-programa, não me lembro, mas também não sei. Pode pedir cópia. Não se esqueça, que a administração pública é uma entidade aberta aos

cidadãos. Você pode pedir, há um regulamento pede uma cópia. E mais que está a estudar este tema. Mais uma razão para lhe entregarem. Os que dizem que existe, você peça cópia, como ferramenta de trabalho.

- Considera que a Câmara deve(ria) ter políticas de apoio regulamentadas?

Sem dúvida. Não tenho dúvidas nenhuma disso. Depois da minha experiência de autarca, não tenho dúvidas nenhuma que haveria todo o interesse em regulamentar os apoios, os critérios, objectivos. Estabelecer com as associações metas, objectivos, formular um quadro de requisitos e de exigências, para que a Câmara pudesse dispor do dinheiro público para apoiar a associação ou as associações, sem dúvida nenhuma. Seria benéfico, urgente que se faça.

- Como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

O associativismo em Loulé tem uma história e essa história, que não cabe no seu objecto de trabalho, mas que deveria ter um enquadramento histórico para ser um trabalho bem feito. Teria que dar um enquadramento histórico, eu não digo do concelho de Loulé, mas do país, umas pinceladas. Provavelmente faria uma curtinha história, umas noções abstractas do associativismo, quando é que ele se manifesta e em Loulé, sempre houve associativismo no concelho de Loulé, como é óbvio. Agora, o associativismo fortemente financiado pelo Estado, nas instâncias locais, que é disso que estamos a falar não é? Esse associativismo é relativamente muito recente e devo-lhe dizer que eu considero que, julgo que conheço um bocadinho o objecto do seu estudo, julgo que há um antes e um depois. Em termos de associativismo no concelho de Loulé, eu acho que o associativismo começou com a presidência do Dr. Joaquim Vairinhos, não que antes não tivesse existido, existia com certeza, mas por aquilo que me é dado saber e depois da minha observação e experiência, mas que carecia, lá está, de um trabalho académico que você poderia fazer, careceria de um trabalho desses, mas por aquilo que me é dado saber, eu julgo que o associativismo antes da presidência do Joaquim Vairinhos não tinha expressão praticamente, porque todos os apoios que a Câmara canalizava era fundamentalmente para o futebol. Ora, o associativismo tem um universo de actividades muito mais lato que o futebol, não é? E naquela altura privilegiou-se fortemente, foi uma opção dos responsáveis da altura, mal ou bem, foi essa a opção escolhida e financiou-se fortemente o futebol, apoiava-se muito. Com a

chegada à responsabilidade do presidente de Câmara, do presidente Joaquim Vairinhos, julgo que em 1989, as coisas mudam, há uma explosão de associações no concelho de Loulé, desde a ginástica, aos grupos folclórico, grupos de teatro, grupos de atletismo, enfim, são tantos, tantos, associações de apoio às famílias com doença disto e daquilo, escuteiros, são tantos, que eu não sou capaz de inventariá-los. Todos eles se dirigiam à Câmara a pedir um apoio para subsidiar a sua actividade. Havia um requisito prévio, era que formalmente estivessem reconhecidas do ponto de vista da lei, constituídas como associação e portanto, apresentavam um orçamentozinho. As coisas vieram com os anos a ser cada vez mais exigentes, mas julgo que, falando um bocadinho de história, julgo que o modelo que se iniciou com o Joaquim Vairinhos é aquele que ainda hoje vigora. Digamos que cresceu em número de associações, mas estagnou, porque falta o tal regulamento, faltam objectivos estratégicos, falta acordos transversais entre as associações para que elas possam perceber de que modo podem ser úteis à comunidade, porque as associações são organismos muito úteis para uma vida comunitária sã e adulta e portanto, as pessoas não têm muito essa noção, percebe? Vão, pedem o subsidio, apresentam anualmente quando pretende renovar o subsidio, apresentam uma acta da reunião da assembleia geral dos associados, uma certidão de que não têm dívidas à Segurança Social e às Finanças e, julgo que o outro requisito é, não me lembro de mais e pronto, a Câmara dá o subsídio e depois não fiscaliza nada, não fiscaliza a execução, não fiscaliza se foram atingidos os objectivos, se baixaram ou diminuíram os objectivos, alterar os subsídios em função do empenhamento das pessoas, nada disso. Não há um pensamento sobre o associativismo e sobre o papel que ele deve ter na comunidade. Há uma coisa muito elementar, muito primária que foi aquela que foi inventada naquele tempo, mas não se evoluiu, não se pensou e o associativismo pode ser muito mais do que isso, está a ver? Mas repita lá a questão, para não se fugir do tema.

Carina – como é que se faz o financiamento destas entidades associativas?

O financiamento, as pessoas apresentam para aí em Dezembro ou em Novembro, levam um projecto à Câmara, nós temos estes objectivos, temos estas despesas previsíveis, temos estas receitas que pensamos que por nós próprios vamos arrecadá-las e há aqui um diferencial, façam favor, cobram esse diferencial. Basicamente, com variantes, mais ou menos funciona assim. Portanto, o orçamento municipal anual suporta com os apoios a vida associativa, com os apoios que dá. Depois ainda há associações que têm coisas

que não estavam previstas, por exemplo o rancho folclórico no meu tempo, eu lembro-me que os miúdos apareceu uma oportunidade de irem ao Japão e aquilo foi um alvoroço, só o sonho de ir ao Japão, os miúdos do rancho folclórico de Loulé, mostrar a nossa cultura muito longe, caro, mas bom, nessa altura a Câmara entendeu que devíamos dar um apoio a essa delegação de meninos e de meninas, juntamente com os mais velhos, não é? E lá foram ao Japão mostrar a cultura algarvia, o folclore, a nossa dança, os nossos cantares e lá foram, portanto uma coisa que não estava prevista e que foi um subsídio suplementar. Portanto, foi para além dos subsídios regulares e anuais, há depois inúmeras situações não previstas, dentro de cada associação, que as levam a que se dirijam novamente à Câmara a pedir apoios suplementares ou reforços desses subsídios, é assim que funciona, mas sempre com o dinheiro público.

- Para além da atribuição de subsídios que tipo de apoios concede a Câmara às Associações?

Para além dos subsídios, eu penso que muitas associações receberão apenas só subsídios, mas depois há muitos outros apoios, precisam de um transporte para ir aqui ou acolá e a Câmara empresta, precisam de um computador, a Câmara tem tantos computadores e de vez em quando renova, tome lá um computador, fundamentalmente é o subsídio, mas depois há o apoio logístico, que se traduz em apoios materiais e que tem um valor, mas que não é contabilizado nem convertível em valor monetário. Portanto, pode desenvolver a ideia no seu trabalho de que para além dos apoios palpáveis e documentados que são os apoios monetários, que anualmente transitam do orçamento municipal para cada uma das associações, há depois toda outra variedade de apoios de origem logística e mais material e todo o género que é difícil contabilizar em dinheiro, mas que têm um valor.

- Como define o relacionamento da Câmara com as Associações?

Eu considero-o um relacionamento pobre e pouco exigente, mesmo no meu tempo foi. Pobre, porque não há uma cultura de exigência, ou seja, quem recebe o apoio não entende como a contrapartida a esse apoio, portanto o empenho sério e, sobretudo a visão de que é a comunidade que deve beneficiar do apoio dessa associação, parece-me que isso está sempre presente, mas muitas das vezes não está presente de uma forma consciente na cabeça dos dirigentes associativos, são quem anda para a frente com as

associações e eu penso que isso era muito importante, porque isso permitiria elevar o patamar do relacionamento entre as associações e os poderes públicos, neste caso a Câmara Municipal de Loulé e as Juntas também apoiam. Os presidentes de Junta também apoiam muito. Portanto, é pobre nesse sentido. Depois vou-lhe dizer aqui uma coisa, tenho-lhe que dizer, porque para mim nunca ficou muito claro se o apoio que se presta às associações, sobretudo da parte de quem o dá, se é tanto para promover o desenvolvimento da cultura, do desporto, a sua democratização, se é tanto para isso, ou se não será eventualmente mais, no sentido de alimentar clientelas políticas, portanto, esse é um aspecto que valia a pena estudar. Sabe, você tem um objecto de estudo muito circunscrito, mas que bem estudado, com profundidade, permitir-lhe-ia chegar a conclusões extraordinárias. Dava quase para uma tese de doutoramento. Vale a pena, porque você pode, pela via do associativismo, do modo como ele se manifesta na comunidade e do modo como, digamos custeia a sua actividade, você pode chegar a conclusões muito interessantes sobre a sociedade portuguesa. Para mim nunca estive muito claro do que está primeiro, se é alimentar a clientela política que é necessária na altura das eleições, porque os políticos têm uma coisa obsessiva todos eles, que é, uma vez eleito voltar a ser eleito, e depois eleito, e depois eleito... é da natureza dos homens, a lei deve limitar isso, felizmente as últimas alterações legislativas vieram limitar isso e quanto a mim muito bem o tempo de mandato de detentores de cargos políticos, mas os políticos são pessoas que regra geral querem voltar a ser eleitos. Portanto, o apoio que é dado às associações, muitas vezes é, para mim nunca ficou muito claro, qual era a motivação mais importante, percebe? Eu não digo que as pessoas também não tenham a motivação de democratizar o desporto, possibilitar às pessoas a prática de modalidades que se não forem apoiadas pelo estado, pura e simplesmente não são praticáveis, porque as coisas precisam de condições e as condições precisam de investimento e portanto, o Estado tem que responder a essas necessidades das pessoas e portanto, não sei, para mim, há esse grande ponto que interrogação que você podia no seu trabalho esclarecer isso não é? O que é que sobleva o quê? O que é mais importante? O peso de uma e o peso de outra coisa. E outras coisas eventualmente, que estejam presentes nesta relação entre associações e poderes públicos locais. É interessante, mas para mim a questão da clientela política é extremamente importante, porque pode enveredar por uma coisa que é tentar perceber na classe dos dirigentes associativos, quantos têm militância político-partidária. Não é que seja proibido, porque todos nós somos livres de expressarmos as

nossas simpatias políticas, sejam elas quais for. Paralelamente temos toda a liberdade de sermos dirigentes disto e daquilo, gostamos, somos. Quando há a sobreposição das duas condições aí é legítimo fazer a pergunta se aquilo que motiva é a vida associativa, ou se que o motiva é digamos o interesse partidário, ou se ainda o que o motiva são interesses mais obscuros, que eu desses então nem falo. Sabe que o nosso associativismo é um pouco como eu diria artificial, é um bocado criado de cima para baixo, um bocado Prussiano, se quiser utilizar um conceito da sociologia, portanto um bocado criados e estimulados a partir dos círculos de poder político, e isso não é natural, porque o que é natural é que o associativismo corresponda à junção de pessoas que têm objectivos comuns em determinadas áreas específicas e que se juntam precisamente para defender e promover a realização desses objectivos. Mas é qualquer coisa que deve brotar da sociedade não é? Isso é que é natural, e eu não sei se depois de estudado este objecto “o associativismo”, se não se chegaria à conclusão contrária, o associativismo em Portugal, como muitas coisas na nossa história teve uma génese um bocado ao contrário, perversa, está a ver? É uma questão também, uma pista para poder investigar no futuro.

- Face à dívida dos municípios, em geral, o que se pode esperar das relações das Câmaras com o movimento associativo?

Eu julgo que não é o que se deve esperar, deve-se exigir, o cidadão deve exigir, devemos exigir maior rigor na atribuição dos subsídios, rigor esse que na prática se traduziria na fixação de objectivos realistas e na fiscalização regular do cumprimento desses objectivos, que seriam o ponto de conclusão de um acordo e de um compromisso estabelecido entre o poder político local e os dirigentes associativos e os membros das associações. Portanto, primeiro definição de objectivos, rigor e fiscalização e publicitação dos resultados obtidos. Publicitação por meios adequados, há tantos, cada vez mais, boletins oficiais, da Câmara, imprensa local, blogs, enfim, tantas coisas que há para se poder publicitar os resultados conseguidos por via da associativa local, há muitos meios e isso era muito importante. Reduzir? Não me parece que os apoios sejam excessivos, não me parece, porque toda a gente gosta de uma banda filarmónica, os velhotes da universidade da terceira idade gostam de fazer teatro, as pessoas que gostam de teatro gostam de ensaiar mas também precisam de comprar as roupas, precisam de montar os cenários, precisam dessas coisas, gostam de fazer teatro e gostam de mostrar aquilo que fazem, os miúdos gostam de jogar à bola, gostam de jogar basket, os miúdos,

filhos de imigrantes que vieram da Venezuela gostam de jogar baseball, faz parte da cultura deles, porquê que não-de perder, se trouxeram de longe e no nosso meio pode ser um factor de diversidade e de enriquecimento. Essas associações que lhe estou a falar são associações que existem no nosso concelho. Todas essas coisas que existem devem ser apoiadas e estimuladas e não existem sem o apoio de Estado, quer dizer, não vale a pena, não vale a pena. E não vale a pena dizer que são bandos de oportunistas e de parasitas como eu tenho ouvido dizer e que os tipos não fazem nada, isso é feio.

Carina – Mas não acha que há muitas associações que estão muito dependentes dos subsídios atribuídos e não geram receitas próprias?

Mas diga-me uma coisa, você está à espera que uma companhia de teatro gere receitas próprias? Você está à espera que um clube infantil de futebol e de basketball gere receitas próprias? Eu sou totalmente contra esse discurso, é o discurso da ideologia que domina.

Carina – é um discurso um pouco utilizado pelos presidentes de junta.

Não, não. Os presidentes de junta reproduzem o discurso dos políticos nacionais, eles repetem aquilo que ouvem da gente com responsabilidade e isso é que é imperdoável, que são os políticos de gabarito nacional, que são os jornais no seu conjunto, que é uma determinada ideologia que olha para o Estado como coisa que temos que suportar, o Estado e as suas despesas. Mas o Estado o que é? O Estado são os serviços públicos, está a perceber? São os serviços que você precisa para si, para os seus filhos futuros para poderem crescer numa sociedade forte, equilibrada. Imagine que o seu miúdo gostava de montanhismo e ia para os escuteiros, porquê que os escuteiros não não-de ter o apoio da Câmara? Está à espera que isso dê lucro? Que dê subsídios próprios? Ou está à espera enfim, de pôr lá parte do seu ordenado? Não me parece correcto isso. É a sociedade de deve prover as condições para que os seus cidadãos cresçam equilibrados e normais e que possam expressar os seus gostos e as suas tendências, está a ver? Portanto o Estado tem que lá estar. Eu não vou nessa linha da subsídio-dependência. É um discurso que eu não gosto.

- Em seu entender quais são as principais dificuldades no funcionamento das Associações? Que tipo de apoios necessitam?

Sabe que eu acho que as associações são geridas com muito amadorismo, muito amor, o que é fantástico, sem isso não se faz nada. Há também oportunismo, parece-me que há oportunismo. Há pessoas que se aproveitam. Não podemos ser ingénuos, daí a necessidade de regras claras e sobretudo mecanismos de fiscalização para que aqueles que se aproximam das associações com fins não tão altruístas, mas muito mais egoístas, pudessem de facto ser desincentivados. Mas se não existem essa ferramenta e essa prática de acompanhamento e fiscalização do uso dos dinheiros públicos, é natural que as associações se tornem permeáveis a pessoas que aparecem no papel de dirigentes, mas que não vêm com boas intenções, porque isso existe. É também uma coisa que você pode enfim desenvolver. Eu estou-lhe a dizer coisas que não têm base nenhuma de estudo científico. Isto é fruto da minha experiência. Interessante seria estudar isto e isto é uma coisa que pode ser estudada.

- Como define a dinâmica associativa do concelho de Loulé?

É uma dinâmica forte porque a Câmara de Loulé tem tradição de forte associativismo o concelho de Loulé em número de associações é uma coisa colossal. É interessante fazer um estudo comparativo à volta, o que é que se passa, mas isso também tem que ver com uma coisa, primeiro é um concelho populoso e segundo é um concelho com enormes recursos, com enormes recursos financeiros, ou foi até agora há pouco tempo. Neste momento as coisas começam a ser muito mais complicadas. Portanto isso permite alimentar o associativismo, é pena que não seja fiscalizado. É muita pena. Esse teria sido um dos meus objectivos se tivesse continuado, aliás tinha dito isso. O actual presidente chegou a falar nisso em reuniões de Câmara. Numa reunião de Câmara, não sei se já alguma vez assistiu, os vereadores debatem com toda a liberdade todos os assuntos e uma ou duas vezes falamos nesse assunto. Ele como poder e eu como opositor concordámos, mas nunca chegou a ser levada à prática esse estabelecimento de regulamento, enfim, tornar as coisas mais transparentes e definidas no papel, em regulamento. É importantíssimo.

- Relativamente ao movimento associativo louletano, quais são as áreas que considera existirem lacunas?

Eu não conheço nenhuma associação dos amigos da ciência, por exemplo, que é uma coisa que faz muita falta à nossa cultura como povo. Nós portugueses e louletanos, a cultura científica é uma coisa que está praticamente ausente e isso é muito mau. É péssimo. Porque uma coisa é termos nos nossos currículos escolares as disciplinas curriculares que dizem respeito à biologia, à física, à matemática, essas coisas todas, mas você vai ao estrangeiro, é vulgar haver clubes de ciência, está a ver? Que trocam experiências, que se reúnem, conversam, observam, pontualmente tem existido manifestações pontuais, mas promovidas por organizações nacionais de observação do espaço celeste, mas eu não conheço, não sei se existe, uma associação que tenha na sua raiz uma motivação que é o amor à ciência, não conheço. Olhe que deve ser das poucas áreas, porque de resto, acho que Loulé tem tudo.

- Na sua opinião qual a importância das associações, nomeadamente o seu papel na promoção do Desenvolvimento Local?

Eu acho que as associações desempenham um papel insubstituível no desenvolvimento da comunidade local, no desenvolvimento das pessoas, porque fora do quadro associativo, voluntário, amador, o que é que você tem? Se quiser cantar por exemplo? Não tem o grupo coral, não tem. Se quiser tocar um instrumento. Tudo acontece no âmbito do movimento associativo. Fora da nossa profissão, se nós nos quisermos realizar, os nossos gostos estéticos, literários, jogos disto e daquilo, de convívio disto e daquilo. Fora das associações você não tem nada, está a ver? Tem o seu trabalho, tem a sua família e depois se, já é feliz se este “se” se concretizar, se tiver um bocadinho de tempo para cultivar algum dos seus gostos pessoais, em 90% dos casos isso não é um acto solitário, isso vai acontecer no quadro de uma associação, o que é normal e desejável. Portanto, o associativismo desempenha um papel na vida comunitária insubstituível, tem um valor preciosíssimo na minha opinião e acho que é a opinião de qualquer pessoa de bom senso.

- Com a crescente redução do papel do Poder Central, nomeadamente no que toca às políticas sociais, as autarquias têm aumentado as suas competências através do princípio de subsidiariedade. Na sua opinião que alterações se têm se registado nesta área? Como caracterizaria os diferentes períodos de políticas

públicas locais? Quais as competências que as autarquias deverão assumir no apoio às associações?

É um facto que o Estado ao nível Central tem de facto promovido a transferência de competências que eram exclusivamente suas, tem transferido para outras instâncias de poder, mas ainda assim do Estado. E porquê? Por este princípio, porque essas competências podem ser exercidas com mais qualidade, porque aquele que é objecto dessas competências está mais próximo do decisor daquele que promove, portanto, por essa razão não é? O Estado ao nível Central tem promovido essa transferência de competência, não vejo mal nisso, desde que essas competências sejam acompanhadas do devido, como eles chamam agora, do devido envelope financeiro. Que haja dinheiro depois. O Estado diz: agora fica aí com as escolas e desenrasca-te, não pode ser. Eu fico com as escolas, mas o que é que vem do Orçamento Geral do Estado para aqui? Porque se tenho uma competência nova, tenho despesas novas e portanto, venha para cá. Uma coisa normalmente anda com a outra. Que alterações se têm registado nesta área? Eu concretamente aqui não sei dizer, eu acho que tem havido muita transferência de competências, também ao nível social, se calhar mais do que transferência de competências ultimamente tem havido é redução na intensidade dessas competências, está a perceber? Se calhar tem havido é redução, talvez não das competências, mas daquilo que elas podem fazer. Do apoio que podem prestar, estamos a falar da área social não é? Daí veja-se, está sempre na berlinda o rendimento social de inserção e tantas outras coisas. As alterações que têm havido são alterações que têm sido ditadas por uma forte ofensiva política de uma ideologia que é a maioritária no nosso país que não dá espaço à solidariedade. Portanto, os partidos políticos sustentam-se em ideologias, você é socióloga, portanto não estou a dizer nada que você não saiba, portanto os partidos políticos todos eles têm na sua matriz, a sua prática não é uma coisa feita a toa como sabe, todos eles se sustentam e se apoiam em ideologias, em filosofias, em correntes políticas e o que nós temos vindo a assistir nos últimos anos é um ganhar de terreno avassalador das correntes políticas que dão cada vez menos campo às políticas de solidariedade, está a perceber? Questionam-nas todos os dias, daí o facto de se questionar o Estado, o Estado é gordo, o Estado leva muito dinheiro, o Estado não sei quê... quando se questiona o Estado a maior parte das vezes se nós formos ver bem o que se está a questionar se nós formos ver bem, é o dinheiro que o Estado gasta

exactamente nas áreas sociais. Observe bem, estudo bem o assunto, porque quando a crítica não é feita directamente as políticas sociais, face ao Estado que gasta muito dinheiro, do outro lado, a gente vai ver bem na maior parte das vezes as políticas sociais são aquelas que são avisadas e então hoje em dia é terrível. O que nós estamos a assistir é digamos um empobrecimento, um enfraquecimento brutal das pessoas, é preocupante e deixa-me revoltado.

Que alterações que têm registado nesta área? As alterações que se têm registado é um assumir de competências de forma crescente nas instâncias inferiores de organização de Estado, muitas vezes sem as devidas contrapartidas financeiras. O Estado foge e chuta a bola para as Câmaras, portanto nós não temos como saber poder intermédio, temos Estado Central e Estado Local na sua organização e cada vez as necessidades sociais crescem e os recursos disponíveis para fazer face a essas necessidades sociais são cada vez menos, mas tudo isso também não acontece por acaso, mas isso são outras conversas que não cabem aqui.

Como caracteriza os diferentes períodos de políticas locais? Sabe que eu acho que a Câmara de Loulé sempre teve políticas sociais activas, sinceramente eu acho isso. Notou-se mais quando a Câmara tinha mais recursos, antigamente a Câmara tinha outras prioridades, está a perceber? Isso levar-nos-ia muito longe, tentar aqui perceber algumas coisas. As necessidades sociais hoje são muito diferentes, porque a sociedade também mudou muito. Você tinha por exemplo até ao final da década de 80, você tinha uma população no concelho de Loulé que era urbana, mas fortemente ligada ao meio rural, está a perceber? E o mundo rural é um mundo em si mesmo solidário, o pior são os 100% urbanos que não têm raízes, onde os valores da família se diluíram, quando não desapareceram mesmo. Onde não há a retaguarda do campo, onde se vai ao fim-de-semana e a mãe lá dá uns ovinhos, a galinha, isto tudo era muito importante e a realidade sociológica, a estrutura social do Concelho de Loulé nos últimos 15 anos mudou muito, muito. Outro estudo muito interessante para fazer, está a ver? Já não somos tanto um concelho enraizado no mundo rural como provavelmente a realidade urbana, os urbanos hoje dominam claramente já a nossa composição social, isto para lhe dizer o quê? Eu acho que as políticas sociais têm existido sempre. Mais ou menos tem acompanhado as necessidades. Elas aumentaram sempre, as necessidades têm vindo a aumentar. Agora estamos num período que julgo que é um período novo, de forte

redução de recursos financeiros à disposição da Câmara e de forte crescimento das necessidades no campo social. Ou seja, há aqui um movimento que digamos inverso, por um lado as necessidades crescem e por um lado as possibilidades de fazer face a elas diminuem brutalmente, o que vai criar naturalmente tensões, que eu não sei como é que vão ser geridas e pobreza. É isso que nós estamos a ver acontecer todos os dias, mas isso não é propriamente resultante de dinâmicas locais. Isso tem a ver um bocado com o grande espaço geopolítico, onde nós nos inserimos que é a Europa, tem mais a ver com isso do que propriamente com uma realidade concelhia não é?

- Na sua perspectiva, quais são as questões que considera que deveriam ser estudadas para o conhecimento do Universo Associativo? Que perguntas para o conhecimento deste universo gostaria de ver tratadas?

Eu começaria por tentar conhecer bem o objecto do teu estudo e isso significa fazer um levantamento sem concessões, rigorosíssimo do número de associações que existem, porque além das associações que existem, que pedem subsídios à Câmara, há ainda uma ou outra que não pedem nada à Câmara. Havia uma associação, não sei se era a ordem dos templários que tinha a sua sede junto ao Largo da Graça, mas agora saíram, eram os Rosa Cruzes. Há associações e irmandades por exemplo com problemas de adição a substâncias, não dependem nada da Câmara, há umas quantas.

Carina - Como é que eu poderia fazer o levantamento dessas associações?

Perguntando. O grande universo está ali na Câmara. Se tu tivesses mais tempo eu até era capaz de te dar mais uma ajudinha, mas assim eu acho que não vale a pena. Eu até te podia facultar alguma da minha informação que tenho ali. Não está assim muito sistematizada. Essa era a primeira grande necessidade. Um inventário rigorosíssimo e quando eu digo caracterização era uma fichinha, como é que se chama, há quanto tempo não elege os órgãos dirigentes de acordo com a lei, quantos membros tem, e portanto arranjava-te assim uma espécie de check-list, uma fichinha para cada associação, e tu fazias isso tudo. O objecto dela.

Carina – Eu enviei inquéritos para todas as associações que tinha na listagem?

E não te responderam?

Carina -Tenho 41 inquéritos. Mas algumas tive que pressionar e telefonar.

Vá lá, nada mau. Estás a ver, isso é uma prova da pouca maturidade das pessoas que estão à frente das associações. Tu de certeza quando pediste esse inquérito disseste destina-se a isto, a um estudo de caracterização, para um trabalho académico, disseste de certeza isso e as pessoas borrifaram-se. Isso é logo um sinal do que eu te falava há pouco, a pobreza no meio disto tudo. As pessoas normalmente a ignorância anda muito associada à arrogância. A arrogância normalmente esconde muita arrogância atrás.

Há pessoas que acabam por se desmotivar e abandonar. As associações têm períodos de declínio e depois mudam as coisas, se calhar muda o partido que governa, conseguiu uma boa relação ou é da sua simpatia política e pumba lá houve um período de ascensão outra vez da actividade, isto não é normal, porque as necessidades das pessoas permanecem não é? Normalmente é assim e portanto, as associações o seu historial não deveria ter picos. Deveria ter uma actividade normal com alguma regularidade, mas existindo sempre com alguma regularidade e eu tenho a certeza que se fosses fazer o tal estudo, irias ver que há muitas associações que nascem, morrem e outras quando não morrem, eclipsam-se durante muito tempo e depois voltam a aparecer e portanto haveria que tentar perceber porquê que isso acontece. Também pode acontecer porque às vezes elas baseiam-se muito...há sempre uma alma, uma alma mater que agarra aquilo tudo, às vezes essa pessoa falha e depois as outras desmotivam. Também há essas razões muito compreensíveis, também há isso. O líder associativo por qualquer motivo foi-se embora para outro lado, era velhinho morreu, chateou-se com a mulher, tanta coisa que pode acontecer, e as coisas às vezes não têm sucessores, ficam por aí. O mundo associativo é um objecto de estudo muito interessante, com muitas abordagens possíveis. Eu sempre me interessei por isso, mas nunca o estudei, mas sempre coloquei as minhas questões, as minhas reflexões. Eu acho que ele é pobre e muito dependente politicamente, o que é muito, muito mau. O movimento associativo deveria ter personalidade, força e estar para além das oscilações políticas, esse é que é o movimento associativo de uma sociedade civil com força, pujante, afirmativa. Porque o movimento associativo, como parece ser o caso do nosso, que é fortemente, mas

fortemente dependente das dinâmicas político-partidárias é um movimento associativo que lhe falta ainda muito para ser um bom movimento associativo.

## Anexo 8. Análise de Conteúdo entrevistas dos presidentes de Junta de Freguesia

Dimensões de análise	Indicadores	Categorias	Unidades de registo
Regulamentação de políticas	Existe Regulamentação de políticas	Estão regulamentadas	“Sim, estão regulamentadas e encontram-se na legislação existente”. (I6)
		Não sabe	“Eu não sei se existe um regulamento próprio, mas sei que tacitamente elas estão regulamentadas...” (I1) “...esta é uma área que diz mais propriamente respeito à Câmara. Não estou necessariamente por dentro...”. (I7)
		Penso que estão regulamentadas	“Penso que sim, penso que deve ser com base na legislação que eles fazem na atribuição de subsídios...Mas não tenho assim em concreto a certeza que estão.” (I3) “Tanto quanto sei a Câmara Municipal de Loulé estabelece contratos-programa com os clubes e associações e mediante as actividades desenvolvidas e o número de pessoas também contempladas e envolvidas nesses projectos...”. (I4)
		Penso que não estão regulamentadas	“Sinceramente não sei se estão regulamentadas. Eu acho que não. O que há aqui é uns protocolos entre a Câmara e as associações e esses protocolos se tem algum regulamento próprio, eu penso que não.” (I8) “Não tenho esse conhecimento concreto se existe um regulamento, mas penso que não. Agora, existem critérios objectivos na atribuição de apoios” (I9).
	Considera que devia existir regulamentação de políticas	Estão regulamentadas	“Eu acho que as políticas que a Câmara aplica aqui dentro estão todas regulamentadas. Não podemos dar algum dinheiro ou sair algum dinheiro da Câmara sem ter um protocolo ou um contrato-programa”(I5). “Elas estão regulamentadas. Há umas que podem não estar num regulamento próprio...porque estes apoios são cíclicos e são cíclicos porquê? Porque o apoio não é permanente.... (A Câmara) ...está sempre disponível para apoiar, mas dentro dos contratos-programa, dentro da tal regulamentação, ou então de uma negociação própria, não havendo uma regulamentação, pelo menos numa discussão própria entre Associação e Câmara Municipal (I1). “As políticas neste momento têm que ser regulamentadas, portanto não há volta a dar, portanto a Câmara se não está totalmente regulamentada, está muito próximo disso” (I11).
		Deveriam estar	“Considero por questões políticas, porque depois haverá uma maior tendência para apoiar aquelas da mesma cor política

		regulamentadas	<p>e se estiver regulamentado, todas as associações são apoiadas por igual”(I2).</p> <p>“Penso que sim, ou seja, talvez houvesse uma forma diferente se calhar daquela que é hoje aplicada. Devia ser de forma a estimular os eventos e não a sobrecarregar toda a sua...que é o que acontece com o caso do Louletano e a gente sabe que o suporte financeiro é praticamente todo da Câmara... ficam mais desprotegidas todas as outras associações em relação àquelas grandes associações...” (I3).</p> <p>“Quanto mais objectivos forem os critérios de atribuição do que quer que seja ou de colaboração e se essas coisas estiverem esquematizadas ou delineadas em papel é mais fácil trabalhar e não origina tanta polémica, nomeadamente no favorecimento de umas em detrimento das outras” (I9).</p> <p>“Acho que sim. Que devia ter políticas de apoio regulamentadas e de acordo com a parte geográfica de cada associação, ou seja, uma associação do interior tem sempre mais dificuldades de deslocações da parte dos formandos...” (I7).</p>
		Não devem estar regulamentadas	<p>“Eu penso que não, eu acho é que deve de haver um conhecimento do Concelho neste caso e depois de cada associação, de cada colectividade, mediante o conhecimento que têm, aí sim transferir mais ou menos verbas. Apesar de eu não ser muito a favor da transferência de verbas. A associação não pode viver à custa da autarquia, portanto, eles têm que ter uma vida própria” (I8).</p>
Tipos de relacionamento	Plano atribuição apoios financeira	Existe plano	<p>“Existe, existe. Olhe eu sei que existe para construir uma sede, acho que há uma verba determinada inicialmente à volta dos 5 mil euros...depois há os apoios como disse dentro do contrato programa” (I1).</p> <p>“As Câmaras têm contratos programa com todas as associações e clubes. É anual, todos acedem” (I2).</p> <p>“Há, há um critério aos apoios. Não os tenho todos em mente, mas acho que é o número de atletas, as actividades que... as associações fazem durante o ano” (I5).</p> <p>“Eu penso que a Câmara Municipal de Loulé tem um plano que provavelmente com base no histórico daquilo que é a atribuição de subsídios ao longo dos anos, é com base nessa política de apoio que eles financiam as associações” (I7).</p> <p>“Tem a ver com esse regulamento. Esse regulamento é que estipula a maneira como se atribui esses subsídios” (I11).</p>

Tipos de relacionamento	Não existe	<p>“Não, ele não existe propriamente um plano de atribuição de subsídios, pelo menos naquilo que diz respeito, não há nenhuma medida que se possa afirmar: Bem, nós vamos atribuir X ou Y, é de acordo com aspectos que têm a ver com aquilo que são os seus planos de actividades, aquilo que se enquadra do ponto de vista de ter necessidade ou não do apoio autárquico...” (I6).</p> <p>“Vamos apoiando durante o ano consoante o movimento que a associação tem e as despesas que tem...temos um conhecimento geral das coisas e vamos apoiando umas mais, outras menos” (I8).</p>
	Tipos de apoio	<p>Apoio logístico/Pequenas obras/alguns materiais</p> <p>“Todo o apoio logístico. E mão-de-obra, a gente ajudamos muito as associações, quando eles têm falta de certas obras, pequenas obras que não sejam muito dispendiosas, as Juntas ajudam. Às vezes a impressão de panfletos também” (I2).</p> <p>“Evidente que mantêm, todo o apoio logístico” (I8).</p> <p>“...o apoio que damos às associações é mais de ordem logística e de colaboração de certas organizações do que propriamente apoios financeiros. Até porque nós temos algumas limitações de ordem financeira...desenvolvimento de actividades, colaboração logística, fornecimento de alguns materiais...” (I9).</p>
	Transportes	<p>“Sabe que a Câmara tem uma frota de transportes e todas essas associações que não têm transportes são concedidos. Sempre se deu transportes a todas as associações, embora neste momento haja alguma dificuldade nesse sentido... (I11)”.</p>
	Eventos/festas/organizações	<p>“Onde existe uma boa relação entre associações as autarquias submetem-se normalmente a auxiliar e não a ter que desempenhar esse papel, criar um evento ou uma festa ou uma coisa do género” (I3).</p>
	Relacionamento de proximidade/reuniões/apoio ideias	<p>“Estamos muito próximo, as freguesias que estão no terreno têm uma aproximação muito grande das associações...(I1).</p> <p>“...existe uma boa relação entre associações e as autarquias... (I3).</p> <p>“as Juntas de Freguesia mantêm um relacionamento de proximidade... dão apoio e em troca as colectividades apoiam os jovens tanto a nível desportivo, como recreativo, como cultural”(I5).</p> <p>“Existe um relacionamento de perto com todas as associações... promovendo reuniões, no sentido de saber qual é o plano de actividades de cada uma delas, para ao fim e ao cabo poder subsidiá-las de acordo com os eventos que cada uma exerce...” (I7).</p> <p>“Eu tento ter também da minha parte um relacionamento próximo com o associativismo, evidentemente que temos que</p>

			trabalhar em conjunto” (I8).  “Sim, há sempre reuniões de trabalho para sabermos as necessidades e o que há a fazer nas associações. Há sempre um diálogo que é positivo entre a Junta, a Câmara e as Associações” (I10).
Tipos de relacionamento	Financiamento	Câmara/Junta de Freguesia	“...a maior parte dos casos, as associações dependem financeiramente da Câmara, mas não deveria ser, as associações deveriam sim elas próprias terem formas de se auto-financiarem, de gerarem receitas e será penso que no futuro, com a conjuntura actual a Câmara e as juntas de freguesia cada vez mais têm que tentar impulsionar as coisas nesse sentido, para que as associações desenvolvam actividades que permitam gerar alguma receita e não só estarem dependentes financeiramente da Câmara...” (I9).
		Eventos	“As associações normalmente, a maior fatia digamos assim vem da parte das autarquias: Câmaras e Juntas. Depois os eventos que fazem, muitas vezes os eventos, as festas, os bailaricos, as rifas, coisas do género...” (I3)
		DRAL, Governos Cívicos, SS, Programas Comunitários	“Há financiamentos que se podem ir buscar através da Direcção Regional das Autarquias Locais, que é financiado através dos governos civis... e depois também consoante a actividade da associação também pode ir buscar ao PRODER que é neste momento um instrumento muito importante no actual quadro comunitário...” (I1).  “Depende, há todas essas que são Centros Comunitários e Lares e isso é com a Segurança Social. Agora as outras associações só recebem da Câmara. O Governo Civil também dava às vezes uns subsídios, mas...”(I2).
	Tipo financiamento	Regular	“Normalmente, as autarquias não atribuem esse apoio de uma só vez. É atribuída uma determinada verba global para o ano e essa verba não lhe é atribuída de uma só vez. Vai sendo atribuída mensalmente ou trimestralmente, conforme os dirigentes dessas associações acordam com a Câmara Municipal ou também mediante as disponibilidades da Câmara Municipal” (I4).
		Casuístico	“No nosso caso é casuístico, é de acordo com aquilo que as associações nos vão transmitindo” (I6).
			Directo  Ou Indirecto (canalizado pelas Juntas de Freguesia)
		Comunicação directa com a JF ou	“A Junta de Freguesia comunica logo directamente com as Associações” (I1).

		intermediada pelos dirigentes autárquicos	“Falamos logo directamente com a Junta de Freguesia. Quando têm um assunto a tratar com a Câmara, falamos com a Câmara, quando têm um assunto a tratar com a Junta de Freguesia tratamos com a freguesia” (I4).
		Meios da Junta de Freguesia para apoiar a associação	“Não, há muitos apoios que nós conseguimos directamente prestar, nomeadamente apoios de transporte e alguns materiais. Mediante aquilo que nós não conseguimos dispor, muitas vezes solicitamos também a participação da Câmara que nomeadamente também a nível de cedência ou empréstimo de material...” (I9).
Recursos/Dinâmicas Associativas	Papel das Associações	Promotoras da terra, espaços de lazer e sociabilidade.	“... as associações têm um papel importante na freguesia, tanto que são eles que ao fim e ao cabo promovem a identidade e a cultura, os hábitos, os costumes e as tradições da freguesia” (I7).  “O espaço de lazer, as actividades que são proporcionadas na comunidade são importantes” (I8).
	Dinâmica Associativa Freguesia	Muitas associações, algumas pouco dinâmicas	“Há associações mais ou menos suficientes para cobrir todas as áreas. Mas poderia ser mais activa, ter mais actividade” (I2).  “Como disse inicialmente somos um concelho bastante rico em associativismo. O que é que acontece (...) pelo facto de existirem muitas, algumas associações e colectividades acabam por não funcionar como deveriam funcionar, porque as pessoas acabam por ser as mesmas quase que andam num lado e andam noutro (I8).
	Lacunas	Recursos humanos/espaços físicos/área cultural	“Há poucas actividades que tenham a ver com teatro por exemplo, uma área que dá mais trabalho, que implica um certo desenvolvimento artístico (...) algum grau de intelectualidade, o que torna mais difícil. É mais fácil criar uma equipa de futebol do que um grupo de teatro por exemplo. Neste aspecto eu penso que há uma grande lacuna” (I6).  “Essencialmente nos recursos humanos. No dirigismo há uma grande deficiência, em que cada vez mais, em que os ditos carolas como havia antigamente se vão perdendo e daí existe sempre muita dificuldade em criar novas pessoas com responsabilidade para estarem à frente das associações e colectividades”(I7).
	Papel Associações no Desenvolvimento Local	Hábitos, Costumes, Tradições, Identidade, Procura de Soluções, convívio.	“Mantêm os costumes, os hábitos. São as associações hoje que não deixam morrer a nossa maneira de ser, a nossa identidade” (I2).  “...a relação que se faz com outras localidades fora do concelho cria alguma, digamos alguma curiosidade nos outros interlocutores noutra coisa e faz com que eles se desloquem... E acho que até é mais do que as autarquias, que existe mais um intercâmbio entre as associações. Acho que é bastante importante”(I3).
Recursos/Dinâmicas Associativas	Dificuldades	Falta de recursos humanos,	Eu acho que o maior problema destas associações é a falta de pessoas, de mão-de-obra, de voluntariado para o trabalho e de alguma qualificação também.” (I2).

		económicos, sedes	“( . . . ) muitas vezes a principal dificuldade é o local para estabelecerem a sua sede social, o espaço onde os seus dirigentes e os seus colaboradores possam trabalhar” (I4).  “ É sempre o dinheiro. É o factor principal” (I8).
	Que apoios necessitam	Monetário, logístico, informação, diálogo	“Necessitam de apoios a nível de informação, informação sobre actividades, informações sobre financiamentos próprios para as associações, de direito, nomeadamente de construção das próprias direcções e dos seus estatutos e apoios publicitários quando se faz qualquer evento” (I1).  “De todo o tipo. Monetário, logístico, humano. As associações precisam de tudo” (I2).
	Relacionamento com a JF	directo/indirecto	“As Associações falam directamente com o presidente da junta ou com o secretário” (I1).

### Anexo 9. Análise de Conteúdo entrevistas ex-presidentes da Câmara Municipal de Loulé

Dimensões de análise	Indicadores	Categorias	Unidades de registo
Regulamentação de políticas	Existe Regulamentação de políticas	Não estão regulamentadas	“...até há um ano não existia nenhum regulamento... e de que eu saiba não há até hoje um regulamento que discipline, que normalize o apoio às associações.” (I12)  “...penso que existe alguma regulamentação neste aspecto, penso que exista muita contratualização, duvido que existam critérios objectivos que permitam para quem tem largas dezenas, para não dizer centenas de colectividades num concelho destes, duvido que hajam critérios objectivos que definam muito claramente quanto é que compete dar a este ou àquele” (I13).
	Considera que devia existir regulamentação de políticas	Sim	“...claramente devem ser regulamentadas. Devem ser regulamentadas, devem ser consideradas em orçamento, em plano de actividades, em Assembleia Municipal, com contrato-programa e com a fiscalização e o acompanhamento por parte dos serviços da Câmara nessas áreas...” (I14).  “Seria benéfico, urgente que se faça” (I12).

Tipos de relacionamento	Financiamento Outros Apoios	Contratos-programa  Subsídios directos/suplementares  Apoios logísticos	<p>“O financiamento normalmente é feito através de subsídios directos e através de apoios logísticos muitas vezes em transportes” (I14).</p> <p>“...eu penso que hoje em dia há contratos-programa, ou digamos se não houver contratos, podem ser actividades eventuais, actividades casuísticas...” (I13).</p> <p>“... para além dos subsídios regulares e anuais, há depois inúmeras situações não previstas, dentro de cada associação, que as levam a que se dirijam novamente à Câmara a pedir apoios suplementares ou reforços desses subsídios, é assim que funciona, mas sempre com o dinheiro público” (I12).</p> <p>“A câmara dá também muito apoio logístico” (I13).</p> <p>“Transportes, electricidade, abastecimento de água, pagamento a artistas, a grupos, a associações folclóricas, alimentação aos grupos...”(I14).</p>
Tipos de relacionamento	Relacionamento Câmara/Associações	<p>Cunho partidário/clientelas políticas</p> <p>Relacionamento pobre e pouco exigente</p> <p>Bom relacionamento</p>	<p>“Muitas vezes o relacionamento da Câmara com as associações tem um cunho partidário. Há uma ligação muito partidária e isso vê-se aparecer quando muda o poder, ao nível do executivo, vê-se aparecer novas associações ligadas ao poder político. Aparecem novas e desaparecem outras” (I14).</p> <p>“Para mim nunca estive muito claro do que está primeiro, se é alimentar a clientela política que é necessária na altura das eleições, porque os políticos têm uma coisa obsessiva todos eles, que é, uma vez eleito voltar a ser eleito, e depois eleito, e depois eleito...” (I12)</p> <p>“Eu considero-o um relacionamento pobre e pouco exigente, mesmo no meu tempo foi. Pobre, porque não há uma cultura de exigência, ou seja, quem recebe o apoio não entende como a contrapartida a esse apoio, portanto o empenho sério e, sobretudo a visão de que é a comunidade que deve beneficiar do apoio dessa associação.” (I12)</p> <p>“Eu penso que o relacionamento é geralmente bom, porque é evidente que a Câmara se tiver dinheiro distribui e é sempre uma actividade que gera prazer de quem recebe e gera também prazer de quem dá...” (I13).</p> <p>“Eu penso que há um acompanhamento bastante estreito por parte da classe política local em relação à actividade dos clubes... mas também porque têm interesse eleitoral em estar próximo dos cidadãos...” (I13).</p>

	Influência de crise neste relacionamento	Racionalização dos investimentos, fiscalização  Redução apoio	<p>“...devemos exigir maior rigor na atribuição dos subsídios, rigor esse que na prática se traduziria na fixação de objectivos realistas e na fiscalização regular do cumprimento desses objectivos...” (I12).</p> <p>“...face à crise a que a Câmara opte claramente por quais são as áreas onde deve apoiar e subsidiar e ter um grande controlo sobre esses subsídios e definir com rigor quais são esses subsídios e o controlo sobre os subsídios e ao acompanhamento dos subsídios e em relação às áreas que são importantes face às dificuldades que as pessoas têm...” (I14).</p> <p>“... se calhar corta-se nas festas e no fogo-de-artifício e portanto, é natural que os próximos anos vão assistir a uma redução do volume do apoio das Câmaras Municipais em ralação aos clubes e associações” (I13).</p>
Recursos/Dinâmicas Associativas	Dificuldades Associações	Recursos humanos (individualismo, desmobilização, egoísmo, oportunismo)	<p>“...o espírito associativo tem vindo a degradar-se, ou seja, aquele tipo de associação em que toda a gente contribuía, toda a gente dava algo de si próprio, quer em dinheiro, quer em espécie, quer no seu trabalho, isso tem vindo a ruir-se, hoje em dia as pessoas estão menos disponíveis para o trabalho comunitário, as pessoas estão muito egoístas...” (I13).</p> <p>“...questão do individualismo e da competição, muitas vezes utilizando meios que não são os mais próprios, através da actividade partidária, através da família ligada ao exercício do poder, através do amiguismo e portanto a sociedade portuguesa está doente na minha opinião...” (I14).</p> <p>“...parece-me que há oportunismo. Há pessoas que se aproveitam. Não podemos ser ingénuos, daí a necessidade de regras claras e sobretudo mecanismos de fiscalização para que aqueles que se aproximam das associações com fins não tão altruístas, mas muito mais egoístas, pudessem de facto ser desincentivados...” (I12).</p>
			Dinâmica Associativa
	Cidadania fraca	<p>“...a maioria das associações são geridas por pessoas que têm garantias da parte do executivo municipal de que vão ter um subsídio para fomentar as suas actividades... A pirâmide está invertida, começa-se precisamente a Câmara a dinamizar, é preciso esta associação, portanto vamos ali buscar um grupo de pessoas, assim a cidadania não se realiza numa sociedade democrática... É preciso dinamizar o associativismo e é preciso criar cidadãos críticos...” (I14).</p>	

	Lacunas	<p>Áreas sociais/culturais</p> <p>Formação dirigentes</p> <p>Falta de informação sobre os recursos existentes</p>	<p>“...essa é uma lacuna muito grave da sociedade louletana, a questão dos lares...a questão das creches e infantários, e também das actividades de tempos livres para as crianças... é preciso que haja uma componente social organizada pelas instituições e também pelas associações. As pessoas podiam-se associar para terem eles próprios a capacidade de se constituírem enquanto creche, cooperativas, já houve, esses movimentos foram desaparecendo a pouco e pouco...” (I14).</p> <p>“Eu não conheço nenhuma associação dos amigos da ciência, por exemplo, que é uma coisa que faz muita falta à nossa cultura como povo... Olhe que deve ser das poucas áreas, porque de resto, acho que Loulé tem tudo” (I12).</p> <p>“...eu noto, lacuna por um lado falta de formação dos dirigentes, por outro lado falta de informação sobre qual é a oferta cultural, desportiva e recreativa do Concelho de Loulé” (I13) .</p> <p>“...não há merchandising, não há marketing do movimento associativo” (I13).</p>
Recursos/Dinâmicas Associativas	Papel Associações no Desenvolvimento Local	<p>Muito importante</p> <p>Papel na criação de emprego</p>	<p>“Eu acho que as associações desempenham um papel insubstituível no desenvolvimento da comunidade local, no desenvolvimento das pessoas, porque fora do quadro associativo, voluntário, amador, o que é que você tem?... o associativismo desempenha um papel na vida comunitária insubstituível, tem um valor preciosíssimo na minha opinião...” (I12).</p> <p>“Temos que criar associações, não só pensando no desporto, na cultura, na festa, no apoio ao idoso, mas também temos que pensar em associações na procura de resolver o problema do emprego e de ver, criando condições para os jovens não ficarem à espera a concorrer e à espera de encontrarem um lugar numa instituição, eles próprios podem ser motivadores do seu próprio emprego” (I14).</p>
	Alterações papel autarquias/apoio associações	<p>Aumento competências áreas sociais sem os devidos recursos financeiros</p>	<p>“As alterações que se têm registado é um assumir de competências de forma crescente nas instâncias inferiores de organização de Estado, muitas vezes sem as devidas contrapartidas financeiras...cada vez as necessidades sociais crescem e os recursos disponíveis para fazer face a essas necessidades sociais são cada vez menos” (I12).</p> <p>“As Câmaras sempre tiveram um papel importante nessas matérias, mesmo quando a Lei não lhes dava competências para isso. Hoje as Câmaras têm competências, outra questão diferente de saber se o poder Central lhes atribui os recursos financeiros de acordo com as novas competências, mas também é verdade que as Câmaras têm subido extraordinariamente o seu volume de receitas...” (I13).</p>
	Questões a serem estudadas para o conhecimento do universo	<p>Caracterização do universo</p> <p>Levantamento</p>	<p>“...começaria por tentar conhecer bem o objecto do teu estudo e isso significa fazer um levantamento sem concessões, rigorosíssimo do número de associações que existem...” (I12)</p> <p>“A primeira coisa que se tem de fazer é distinguir entre aquilo que está legalizado e aquilo que não está legalizado.</p>

	associativo	necessidades concelho  Identificação dos líderes	<p>Depois é importante conhecer qual é o número de associados e qual é o horizonte de não associados, mas que estão abrangidos pelas actividades dessas associações... a estratificação social, quer dos associados quer dos beneficiários... a localização geográfica, fazer um mapa de concentração, estas associações estão mais concentradas no meio urbano ou no meio rural” (I13).</p> <p>“Para já deveria ser feito um levantamento exaustivo em primeiro das necessidades do concelho, um levantamento exaustivo ao pormenor, estatístico, correcto das necessidades no domínio da habitação, do desemprego, das carências alimentares, das carências na primeira infância, das carências na ocupação dos tempos livres, nas carências dos lares, de acompanhamento aos mais idosos, do serviço ao domicílio...” (I14)</p> <p>“Procurar saber quem são os líderes activos do próprio bairro, da própria rua... penso que por aí poderíamos criar uma rede...” (I14).</p>
--	-------------	--	--

### Anexo 10. Análise de Conteúdo entrevista Chefe Divisão Acção Social /Vereador Juventude, Cultura e Desporto

Dimensões de análise	Indicadores	Categorias	Unidades de registo
Regulamentação de políticas	Existe Regulamentação de políticas	Não existe	<p>“Regulamentadas no seu termo da palavra não. Há algumas normas, normas para a atribuição na área do teatro e basicamente essas na área do teatro” (I15).</p> <p>“...não há nenhum regulamento municipal sobre essas políticas de apoio. Agora, há critérios que realmente são estabelecidos e é para esses critérios que nós nos orientamos” (I16).</p>
	Considera que devia existir regulamentação de políticas	Sim	<p>“Eu penso que caminhamos para lá, não é? E portanto, acho que sim, tem que haver uma regulamentação... As coisas têm que estar regulamentadas, bem definidas, claras e transparentes” (I16).</p> <p>“Sim, são importantes... Porque ajudam para já a decidir e resolvem alguns problemas de injustiça” (I15).</p>

Tipos de relacionamento	Financiamento Outros Apoios	Contratos-programa Subsídios Comparticipações financeiras Apoio logístico	<p>“As IPSS’s são atribuídas participações financeiras ao investimento para a construção de equipamentos sociais e também são apoiadas ao nível de alguns apoios pontuais” (I16).</p> <p>“...ou contrato-programa ou subsídio. Para além disso, ainda apoiamos logisticamente estas organizações...” (I15).</p>
	Relacionamento	Regular	“Este financiamento é regular anualmente” (I15).
		Casuístico	“... só se realiza em determinados momentos... Para a realização de alguma actividade relevante a nível social para o concelho, tem-se em consideração essa situação e é passível de ser atribuída. É uma situação pontual e casuística” (I16).
	Relacionamento Câmara/Associações	Bom	<p>“Eu entendo que o relacionamento é bom... as pessoas são muito activas, muito dinâmicas, propondo, sugerindo e realizando algum trabalho em parceria...” (I16)</p> <p>“É bom, é cordial, com diálogo e parceiro a um conjunto de iniciativas. Muitas delas “(I15).</p>
Avaliação desempenho associações	Algum acompanhamento sem auditorias	<p>“...de algum tempo a esta parte todos os apoios estão a ser protocolados, têm havido acordos de colaboração ou protocolos de colaboração, precisamente para percebermos qual é o desempenho que essas IPSS’s têm com as participações ou subsídios que são atribuídos, e portanto, estamos a implementar esse sistema e algumas associações já o vêm fazendo...” (I16).</p> <p>“Há um acompanhamento público, não há ainda rotinas de auditoria, que é uma coisa que nós vamos tentar implementar. Uma auditoria a esses subsídios” (I15).</p>	
Tipos de relacionamento	Já foram retirados subsídios	Não	<p>“Por acontecimentos graves não, pode haver é os subsídios reduzirem e até retirarem caso eles não solicitem. São retirados, não são atribuídos, ou porque a actividade diminui ou a dinâmica da própria associação é diminuta e aí sim isso já aconteceu várias vezes por falta de dinâmica da associação” (I15).</p> <p>“Não, que eu tenha conhecimento não” (I16).</p>

Recursos/Dinâmicas Associativas	Dificuldades associações	Financeiras	“A maior dificuldade é sempre a financeira, está subjacente a tudo e daí pode originar mil e uma situações, nomeadamente com o défice de recursos humanos, défice de recursos materiais” (I16).
		Contabilidade, organização dos serviços, falta funcionários	“A associação que vive muito do voluntariado, essa tem muita dificuldade, devido ao grau de exigência que a lei hoje impõe, desde a contabilidade ou a própria organização dos serviços... Uma associação que tenha um nível de voluntariado muito grande tem dificuldade em responder a uma candidatura, enquanto uma organização mais profissional, como já há muitas, que têm funcionários permanentemente” (I15).
Recursos/Dinâmicas Associativas	Dinâmica associativa	Grande, forte	<p>“É grande, forte. É como posso definir. E com muita maturidade, há associações que já vêm de há muitos anos. Há todo o género de associações...” (I15).</p> <p>“Não sei se há associações em excesso, mas a dinâmica na maior parte dos casos são activos e são dinâmicos mas as coisas até se podem sobrepor um bocadinho... Apesar de considerar que existem associações suficientes, mas a dinâmica terá também que ser vista noutra perspectiva e fazerem por si próprias, sem estar dependente da autarquia” (I16).</p>
	Lacunas	Área cultural , área social.	<p>“A área cultural poderia estar mais forte em termos de representatividade. Portanto, ela é forte na área desportiva, na área recreativa também... na área cultural, já nem tanto, é talvez a que tenha menos” (I15).</p> <p>“...neste momento ainda há falta de respostas sociais a nível concelhio, nomeadamente na cidade de Quarteira, onde se verifica que existe mais falta de creches... e depois também se verifica a falta de lares da terceira idade” (I16).</p>